

Contracampo

BRAZILIAN JOURNAL OF COMMUNICATION | PPGCOM-UFF

VOLUME 39. NÚMERO 2. 2020. E-ISSN 2238-2577. AUG/2020 – NOV/2020



TRABALHO DE PLATAFORMA

Editorial vol. 39 n. 2

E se os editores de revistas científicas parassem? A precarização do trabalho acadêmico para além da pandemia

Thaiane Oliveira¹

Ariane Holzbach²

Rafael Grohmann³

Camilla Tavares⁴

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou que o mundo passava por uma pandemia causada pela COVID-19. O alerta foi feito para que todos os países adotassem medidas para conter a disseminação do vírus e mitigar os problemas impactados por ele. A principal estratégia adotada por várias nações foi implantar, de diferentes maneiras, o distanciamento e o isolamento social como formas de minimizar a propagação do vírus, provocando uma enorme e repentina transformação no cotidiano de milhões de indivíduos. No campo do trabalho, em particular, as mudanças ocasionadas pela pandemia aceleraram metamorfoses que vinham sendo gradativamente implementadas, inclusive no trabalho acadêmico, exigindo que repensemos parte do que se entendia como consensual em torno das práticas e até dos conceitos que orbitam esse universo.

No Brasil, o trabalho acadêmico se consolidou a partir da indissociabilidade da tríade ensino, pesquisa e extensão, materializada na Constituição Federal de 1988, Artigo 207. A Constituição Brasileira também prevê o princípio da autonomia universitária, tanto no que tange ao desenvolvimento de práticas didáticas e científicas quanto também administrativas e de gestão de recursos financeiros e patrimoniais. O olhar da Constituição sobre o ensino universitário reflete com bastante amplitude uma moral histórica que erigiu e legitimou o trabalho acadêmico ao longo da Modernidade, quando ele foi associado a

¹ Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Laboratório de Investigação em Ciência, Inovação, Tecnologia e Educação (CiteLab). Pesquisadora do INCT em Estudos Comparados de Administração de Conflitos (INCT-InEAC) e da Cátedra Unesco de Políticas Linguísticas para o Multilinguismo. Coordenadora do Fórum de Editores e Comunicação Científica da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação da UFF. E-mail: thaianeoliveira@id.uff.br. ORCID: 0000-0002-8588-3548

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e de Estudos de Mídia da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Desenhos Animados (AnimaMídia) e do TeleVisões, Grupo de Pesquisa em Televisão e Novas Mídias, junto com Mayka Castellano. Autora de "A invenção do videoclipe: a história por trás da consolidação de um gênero audiovisual" (2016). E-mail: arianeh@id.uff.br. ORCID: 0000-0002-8548-0220

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Editor da newsletter DigiLabour. Coordenador do projeto Fairwork - da Universidade de Oxford - no Brasil. Integrante da Rede de Pesquisa Tierra Común. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil. E-mail: rafaelgrohmann@unisinis.br. ORCID: 0000-0003-1063-8668

⁴ Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Coordenadora do grupo de pesquisa Comunicação, Política e Sociedade (COPS). Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, Brasil. E-mail: camilla.tavares@ufma.br. ORCID: 0000-0001-5490-6850

uma atitude moral e de compromisso dos intelectuais com a sociedade, entendido historicamente por seu caráter vocacional em vez de um trabalho formal (ALLMER, 2018) até o reconhecimento laboral. Entretanto, as atividades acadêmicas, em todas as suas concepções dos pilares indissociáveis do *ensino, pesquisa e extensão*, com o adendo *administrativo*, tal como configuradas no Brasil, têm passado por profundas mudanças a partir de modelos de gestão institucional alinhadas à estruturação e inserção de lógicas capitalistas. Com efeito, as universidades públicas têm se aproximado cada vez mais de uma atitude neoliberal para a ordenação de políticas de ensino superior e de pesquisa como um subconjunto de política econômica (SLAUGHTER e LESLIE, 2004).

No Brasil, esse modelo de capitalismo acadêmico, alinhado às políticas de abertura comercial em um mercado global, foi combinado com um processo de desestatização. O Estado foi gradualmente retirando-se do papel de principal agente financiador da pesquisa científica e incentivando comportamentos de mercado alinhados à busca de recursos a partir de contratos externos, doações, estímulo à industrialização da universidade em modelos competitivos de captação de recursos e geração de receitas, entre outros. Quando isso ocorre de maneira integrada, tendo o Estado como mediador das relações entre a universidade e as empresas e indústrias, há uma composição sustentável da chamada hélice-tríplice, em que o crescimento econômico e o desenvolvimento social são baseados no conhecimento (ETZKOWITZ e ZHOU, 2017). Alguns estudos posteriores, sobretudo após a primeira década dos anos 2000, passaram a incorporar outros atores nas hélices do desenvolvimento do sistema de inovação baseado em conhecimento, entre eles a sociedade civil e a mídia, formando hélices-quíntuplas (DO AMARAL e RENAULT, 2019) no modelo de gestão da universidade.

Contudo, estas relações constituem espaços de tensão, disputa e negociação, em que o Estado deveria exercer forte influência moderadora das relações, com uma atuação significativa para a gestão de recursos financeiros para prover e incentivar a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico nas universidades e na economia baseada no conhecimento. No entanto, desde 2015, em especial, estamos atravessando um período de desestatização das universidades e instituições científicas públicas alinhado a um processo de descredibilização do conhecimento científico e ataques às universidades públicas e instituições de pesquisa no Brasil. Esses ataques não se limitam à redução de orçamento e programas de contingenciamento da verba destinada à educação pública superior. A exemplo, em maio de 2020, o ex-ministro da Educação Abraham Weintraub afirmou que não quer mais sociólogo, antropólogo e filósofo com “o seu dinheiro”, ou com recursos vindos de impostos (REZENDE, 2020), como se a pasta ministerial fosse de sua propriedade. A autonomia universitária, sendo um dos princípios da Constituição Federal de 1988, também esteve ameaçada diante da possibilidade de nomeação de reitores e vice-reitores de universidades federais sem consulta à comunidade acadêmica durante a pandemia (MINISTRO, 2020), medida provisória revogada dois dias depois, após pressão da comunidade acadêmica e senadores da oposição como Cid Gomes (PDT-CE), Humberto Costa (PT-PE), Jean Paul Prates (PT-RN), Paulo Rocha (PT-PA), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Rogério Carvalho (PT-SE), entre outros (GOVERNO, 2020). Protagonizados neste um ano e meio de governo do atual presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido), esses ataques são políticos e ideológicos, e as instituições de pesquisa e os cientistas têm sido descredibilizados pelo próprio governo federal, inclusive durante a pandemia.

Um ponto nodal desse processo acontece quando o atual presidente transgride uma série de orientações médico-científicas difundidas no mundo inteiro para contenção da COVID-19. Contrariando cientistas e médicos, o presidente faz questão de 1) não usar máscara facial em público; 2) ter contato físico com conhecidos e transeuntes a ponto de abraçar pessoas nas ruas; 3) fazer reuniões ministeriais desrespeitando o distanciamento físico de dois metros entre indivíduos; 4) declarar em público que, na maioria das contaminações, a COVID-19 não passa de “uma gripezinha”, 5) que o vírus não é “tudo isso que a mídia propaga” e que 6) a preocupação com a pandemia “é uma neurose” (VEJA, 2020). Ademais, a deslegitimação da ciência coordenada pelo presidente vai além das suas práticas individuais. Por exemplo,

mesmo diante de pesquisas científicas do mundo inteiro que não confirmam a eficácia dos medicamentos cloroquina e hidroxiclороquina para tratamento da COVID-19, ele ordenou a produção em massa da medicação por laboratórios do exército. No extremo, o presidente utiliza a deslegitimação da ciência como uma ferramenta política. De um lado, tem se posicionado veementemente a favor do final da quarentena no Brasil, mesmo com os números de óbitos e contaminações subindo a cada dia, utilizando, para tal, o argumento econômico. Isso tem atraído o apoio de empresários e de eleitores desempregados, que creditam à pandemia a sua crise econômica particular. De outro lado, o presidente tem potencializado conflitos com governos estaduais, criticando e pressionando os Estados que têm levado mais a sério as orientações científicas.

Trata-se de um *modus operandi* do próprio governo, que se elegeu a partir de uma bandeira contra instituições epistêmicas, entre elas a mídia e a ciência, mas que está inserido em um fenômeno muito mais amplo, que reúne forças políticas aparentemente divergentes em torno de uma atuação comum. A deslegitimação da ciência, como sistema de conhecimento, e o trabalho acadêmico, como prática singular de gestão e espraiamento da ciência, estão ambos no bojo de uma poderosa construção narrativa delineada por diferentes agentes, entre eles os governos neoliberais, os conglomerados econômicos e a mídia hegemônica. A partir de diferentes referências, esses agentes veem na ciência um campo de poder que frequentemente questiona e desestabiliza as bases concretas e simbólicas que fundam e dão sentido a essas instâncias. Trata-se, sabemos, de um olhar de profunda relação histórica, considerando que o embate entre ciência e outras instituições, como a religião, balizou inclusive a instituição da ciência como um dos olhares dominantes na Modernidade. Ocorre que o embate contemporâneo está acontecendo sob um terreno movediço traçado pelo capitalismo rentista e seus mecanismos que relacionam plataformação e financeirização (SADOWSKI, 2020). Dentro de um senso comum conveniente para as empresas capitalistas, para os governos neoliberais e para a mídia hegemônica, ao questionar essas instâncias a ciência estaria enfraquecendo essas instituições como estratégia de manutenção de poder. Por conseguinte, a narrativa construída para enfraquecer a ciência tem em vista, como ferramenta imprescindível de combate, o argumento econômico. Os discursos erigidos por essas instâncias sobre as mortes ocasionadas pela COVID-19, por exemplo, são deslocados de seus aspectos científicos e realocados no campo econômico, esvaziando assim o lugar da ciência como discurso legítimo de sentido.

A mídia hegemônica, no Brasil, segue a cartilha econômica como deslegitimação da ciência e do trabalho acadêmico. Antes mesmo da eleição que deu vitória a Jair Bolsonaro, a mídia já publicava artigos de opinião e matérias sobre teses incomuns bancada com o dinheiro público, todas das áreas de Humanidades (CASTRO, 2017) ou que o fim das Ciências Humanas é para a salvação da humanidade (FERRAZ, 2018). Jornais vinham publicando constantemente denúncias sobre as condições precárias de trabalho, apontando que a carreira acadêmica está fadada à depressão (MORAES, 2017), ao suicídio (MORAES, 2016), à prostituição (VESPA, 2018) ou a trabalhos alternativos, como, por exemplo, posar nu (SAYURI, 2018). Juntamente a isso, afirmavam que as universidades públicas brasileiras deveriam ser privatizadas (COSTA, 2016), indo ao encontro dos dados do relatório do Banco Mundial, publicado em novembro de 2017, que apontavam que a solução para a crise financeira no Brasil estava nos cortes em ensino, pesquisa e saúde, por meio de programas de ajuste fiscal, o que tem sido a política dominante no atual governo.

É diante desta conjuntura de instabilidade, ameaças e redução orçamentária que o trabalho acadêmico tem se reconfigurado, buscando resistir a um cenário de capitalismo acadêmico e descrença institucional difundida pelo próprio governo e pela mídia no Brasil. A pandemia de COVID-19 acelera, portanto, processos em andamento em favor do capital, como o trabalho remoto e a educação à distância, com a sedimentação de narrativas que naturalizam essas condições (como “novo normal”, por exemplo).

Este contexto afeta o trabalho acadêmico com sua intensificação, a cobrança e o controle de

atividades laborais e a crescente dependência de infraestruturas digitais dos grandes conglomerados para a realização do trabalho. Google Meet, Microsoft Teams e Zoom tornaram-se, em pouco tempo, plataformas muito conhecidas da comunidade acadêmica. Aulas e reuniões mediadas por dispositivos ligados a empresas cujo negócio principal é a extração – ou extrativismo – de dados. Os sistemas de software, como mostram Yu e Couldry (2020), tomados como centrais pelas instituições acadêmicas, reinscrevem novas temporalidades e espacialidades no trabalho acadêmico, legitimando a vigilância datafídica e naturalizando novos papéis e responsabilidades.

A pesquisa *Trabalho Remoto e Isolamento Social*, de Carramenha e Cappellano (2020), sobre trabalhadores de todas as áreas que tiveram que adotar trabalho remoto no estado de São Paulo, mostra que os setores, comparativamente, que afirmam estar sofrendo mais no trabalho durante a pandemia são os setores de comunicação e educação. A investigação, em geral, mostra a intensificação do trabalho e a pressão por ser produtivo durante a quarentena – o que também aparece em pesquisa coordenada pelo Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT), da Universidade de São Paulo (FIGARO et al., 2020), sobre o trabalho de profissionais de comunicação durante o isolamento social. A investigação revela que 70% dos respondentes afirmam que o ritmo de trabalho está muito mais intenso e que a maioria está com as condições emocionais abaladas frente ao cenário no país.

É preciso considerar, ainda, as desigualdades de gênero que recaem sobre as pesquisadoras e fazem com que a experiência do trabalho remoto durante a pandemia seja diferente daquela experimentada pelos homens (sobretudo brancos). Historicamente, as mulheres enfrentam maiores dificuldades para ingressar em carreiras científicas e tecnológicas (LETA, 2003; MELO e OLIVEIRA, 2006), especialmente porque elas são as principais responsáveis pelos trabalhos domésticos e/ou cuidados familiares (OLIVEIRA, 2020). Mesmo assim, a participação feminina na pesquisa científica brasileira vem crescendo consideravelmente em todas as áreas do conhecimento (MELO e OLIVEIRA, 2006), chegando a ser responsável por 72% dos artigos científicos publicados no país entre 2014 e 2017 (TOKARNIA, 2019), segundo levantamento da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). A despeito dessas conquistas, a pandemia de COVID-19 tem reforçado, mais uma vez, as desigualdades de gênero. Apesar de alguns periódicos terem identificado uma queda de submissões, de modo geral, o número de artigos assinados por mulheres foi menor em comparação aos homens. Além disso, uma pesquisa realizada com 15 mil pesquisadores e pesquisadoras brasileiros/as durante a pandemia identificou que mulheres negras (com ou sem filhos) e mulheres brancas com filhos foram as que tiveram a produtividade acadêmica mais afetada. Paralelamente, os homens, principalmente os que não possuem filhos, foram os que menos sofreram com isso neste período (PRODUTIVIDADE, 2020).

A educação à distância em tempos de exceção

À medida que o ensino e a pesquisa nas universidades se tornam mais virtuais, e a midiaticização da ciência como parte integrada da atuação profissional, vários autores (ALLMER, 2018; PORITZ e REES 2017; OLIVEIRA, 2019) têm discutido que a implantação de mídia digital tem impacto sobre as condições de trabalho dos acadêmicos. Entre os problemas derivados da transposição das atividades acadêmicas e professorais, a indefinição do espaço de trabalho e outros ambientes da vida humana e a vigilância digital são alguns dos temas abordados por esses autores. No Brasil, tais elementos vêm sendo flexibilizados também por questões políticas e ideológicas, o que impacta as medidas adotadas para contornar as atividades laborais do professor no contexto da pandemia.

A ocorrência da COVID-19 tem provocado severos impactos por todo o mundo, incluindo, em alguns lugares, a implementação emergencial ou complementar da educação à distância, como exposto na Medida Provisória 9.934, publicada no Brasil em abril de 2020. Apesar dessa situação emergencial, a

busca pela ampliação da educação à distância e das práticas de *homeschooling* têm sido promovidas pelo atual Governo Federal, após modificação da competência da Base Nacional Comum Curricular, a fim de crescer o uso das tecnologias e novas linguagens para o ensino de algumas disciplinas.

Para um governo que começou a gestão em 2019 a favor do investimento em educação à distância desde o ensino fundamental até a pós-graduação, justificando a posição por ser “mais barata” e também por “ajudar a combater o ‘marxismo’ nas escolas” (BRESCIANI, 2018, p. ?), a pandemia intensificou esses discursos, chegando a fazer o ex-ministro da Educação Abraham Weintraub pressionar as universidades que não adotaram o modelo de Educação Remota durante a pandemia (TURTELLI, 2020). Em 16 de junho de 2020, quando o país já era considerado o principal epicentro da COVID-19 na América Latina e o segundo país no mundo com o maior número de infectados, *O Globo* (ALFONSO, 2020) publicou uma matéria que afirmava que mais de 210 mil alunos estavam sem aulas em universidades públicas em meio à pandemia, desconsiderando a orientação do Ministério da Educação em adotar o ensino remoto emergencial para as disciplinas teóricas. Tal recorrência nesse tipo de produção jornalística evidencia o quanto a relação da ciência com a mídia, um dos atores de quintupla-hélice das relações acadêmicas, não é isenta de disputas nas quais o trabalho acadêmico tem sido deslegitimado e desacreditado.

Enquadramentos midiáticos como esse ressoam políticas de perseguição e cerceamento ao pensamento científico que levaram, inclusive, o Brasil a figurar entre os países considerados de risco para acadêmicos, como apontou o relatório anual *Free to Think* que, em dezembro de 2019, afirmou que as “pressões significativas no ensino superior brasileiro aumentaram na véspera e no período posterior às eleições presidenciais de 2018” (FREE, 2019, p. ?). Neste mesmo relatório, a Fundação Scholars at Risk relembra que as ameaças sobre a liberdade de expressão e a liberdade intelectual do trabalho acadêmico tiveram também atuação de Justiça Eleitoral regional, que chegou a determinar o cancelamento de eventos, a interrupção de aulas, a remoção de faixas e cartazes e a apreensão de documentos em diversos Estados. Um dos exemplos foi a retirada da faixa “Direito Antifascista” colocada pelos estudantes durante o período eleitoral de 2018 na fachada do campus de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). A juíza Maria Aparecida da Costa Bastos entendeu que a manifestação configurava propaganda negativa ao então candidato Jair Messias Bolsonaro e determinou a retirada da faixa, ameaçando a prisão do diretor da Faculdade de Direito da UFF, Wilson Madeira Filho, caso não a retirasse. Segundo relatado pelo diretor, os agentes do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), no momento da apreensão da faixa sem mandato, também questionaram os professores sobre o conteúdo das aulas, fotografaram o centro acadêmico e retiraram a bandeira (OLIVEIRA, 2018).

É nesse cenário de incertezas quanto à liberdade de cátedra que a adaptação da atuação docente diante das medidas de isolamento social se instaura em tempos de pandemia. Contudo, apesar da urgência do debate acerca de mecanismos de controle sobre a prática docente em um governo eleito sob a bandeira de “escolas sem partido” (ALESSY, 2019), a portaria 544 publicada no Diário Oficial da União pelo Ministério da Educação – que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus até 31 de dezembro de 2020 – traz outras preocupações relacionadas à plataformização do trabalho acadêmico e ao acirramento de desigualdades sociais e de acesso às tecnologias de comunicação e informação.

De um lado, uma das preocupações das universidades é em relação ao acesso dos estudantes à internet. Apesar das vantagens da educação à distância em uma sociedade digitalmente inclusiva (MOREIRA et al., 2015), esta não é a realidade brasileira. Pesquisas nacionais (PESQUISA, 2018) e internacionais (por exemplo, *The Inclusive Internet Index, 2020*) mostram que, apesar dos altos níveis de acesso em escala global, fatores como nível de educação, localização geográfica e estratos econômicos ainda são grandes desafios para o país ser considerado digitalmente inclusivo. A pesquisa do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação mostrou que 30% da população não tem acesso à internet e que apenas 44 % têm via cabo. A pesquisa aponta ainda que 58% da população acessa a

internet somente pelo celular, sendo que deste conjunto de pessoas 85% são das classes D e E. Segundo pesquisa realizada pela Universidade de Uberlândia (UFU), envolvendo mais de 420 mil estudantes de 63 universidades federais do país, além de toda a comunidade acadêmica, quase 77% dos alunos de graduação pertencem justamente às classes D e E.

Além disso, a financeirização da educação no Brasil – com os grandes conglomerados educacionais com ações na Bolsa de Valores – tem afetado o trabalho acadêmico de forma mais intensa nos últimos cinco anos e demonstra a educação inserida nas lógicas globais de poder. Por exemplo, a rede Laureate, que está na Nasdaq desde 2017, teve o ex-presidente Bill Clinton como conselheiro honorário. Tanto ele – em conjunto com Bill Gates, da Microsoft – quanto Tony Blair, ex-primeiro ministro do Reino Unido, já ministraram conferências para as universidades brasileiras ligadas à rede. Em relatório ao investidor no início de 2018, a empresa já informava que o Brasil era um “modelo” para universidades de outros países por ter conseguido maior “eficiência” ao reduzir “custos acadêmicos e com professores” e um maior investimento em educação à distância. Os maiores lucros da Laureate vêm de países como Brasil, México e Peru.

Esse quadro se acentua durante a pandemia. Em matéria publicada pela Agência Pública em abril de 2020, docentes da rede Laureate denunciam o uso de inteligência artificial para correção de textos – e sem que os alunos saibam que não é um professor. A resposta da empresa educacional é emblemática, afirmando que “analisa as tendências do segmento educacional para disponibilizar à sua comunidade acadêmica o que há de mais moderno e inovador no mercado, incluindo a adoção de diversas tecnologias da informação e da comunicação, que apoiem as atividades pedagógicas e potencializem ainda mais a qualidade do ensino, como o uso de inteligência artificial”. A nota ainda afirma estar em conformidade com as diretrizes do Ministério da Educação e da legislação brasileira. Isso mostra, além de uma gramática do capital – de inovação, tendências e transformação digital – como os conglomerados educacionais operam em consonância com o governo brasileiro.

A “via diamante” da precarização do trabalho editorial científico

Outra esfera de atuação laboral acadêmico, ainda invisibilizada, é de editoração e revisões científicas. Nós, pesquisadores e professores, somos também trabalhadores – como ressalta Vieira Pinto (1979) ao lembrar que a ciência é um produto de homens e mulheres enquanto trabalhadores. E sob quais condições de trabalho? Como elas têm se transformado ao longo do tempo, principalmente na área da comunicação?

O trabalho de edição de periódicos no Brasil – diferentemente de outros países – é uma atividade que se soma a todas as outras tarefas de pesquisa, ensino e extensão de um pesquisador. Inclui uma enorme abrangência de atividades e de conhecimentos especializados que vão desde a avaliação da qualidade científica e do conhecimento amplo sobre a área ao domínio ferramental das etapas de formatação e revisão, de técnicas de divulgação científica e de estratégias para indexação. Para além disso, a falta de políticas voltadas para a editoração científica e de reconhecimento laboral impulsiona diferentes interpretações sobre o trabalho editorial científico pelos próprios editores, como apontado em pesquisa realizada pelo Fórum de Editores e Comunicação Científica da Universidade Federal Fluminense (ALBUQUERQUE e DE OLIVEIRA, 2020). Segundo pesquisa realizada junto aos editores através de entrevistas em profundidade, há uma compreensão unânime de que o trabalho editorial é considerado um “extra”, para além das atividades de pesquisa e ensino. Esses resultados vão ao encontro de pesquisa realizada pela LatinREV da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) junto a 291 editores (FERRIER e CORDA, 2020). Os dados apontam que os principais problemas enfrentados pelos editores são: 1) a falta de tempo para se dedicar à editoração, dada a necessidade de se desdobrarem em múltiplos compromissos laborais, indicada por 54,3% dos respondentes; e 2) a falta de remuneração específica para

este trabalho editorial. Outro ponto que se destaca é que a falta de adequação dos sistemas de gestão editorial leva ao uso de outras ferramentas complementares, com a consequente sobrecarga de trabalho, tempo e conhecimentos especializados (FERRIER e CORDA, 2020, p. 18).

Entre os resultados apontados na pesquisa realizada pelo Fórum de Editores e Comunicação Científica da UFF (ALBUQUERQUE e DE OLIVEIRA, 2020), muitos informaram que iniciaram suas atividades como editores por pressão do próprio departamento, e apenas 20% deles compreendem esta função como crescimento ou reconhecimento profissional de sua atuação enquanto pesquisadores. Cerca de 85% dos editores entrevistados apontaram que a motivação, associada ao fato de acreditarem no projeto da revista, na relevância dos periódicos para o programa ou departamento em que estão vinculados ou, ainda, na importância científica das revistas acadêmicas, é a razão que os faz permanecer exercendo o trabalho de editoração científica dos periódicos.

Interpretações como a atividade editorial científica enquanto bem comum, em prol do compartilhamento do conhecimento científico e como um espaço para que pares de área possam dar visibilidade às pesquisas desenvolvidas, a fim de contribuir para a sociedade, são discursos recorrentes nas vozes dos editores científicos, que fazem ressoar um imaginário de vocação em vez de um trabalho formal. Isso pode ser lido a partir do que Marcel Mauss (2003) afirma como parte do paradigma da dádiva de doar o que recebemos, dispensando contrapartida como o próprio reconhecimento laboral. Outra chave de leitura possível é a dimensão do trabalho não pago/gratuito reivindicado por feministas marxistas como Silvia Federici (2019) no âmbito do trabalho doméstico desde os anos 1970 como um não reconhecimento do trabalho em nome de valores como o amor. Embora haja discussões no âmbito do marxismo sobre o que seria esse trabalho não pago em um contexto digital, que em muito extrapola o debate aqui empreendido, consideramos que o trabalho de editor em periódicos científicos no Brasil apresenta essa dimensão.

Outro ponto em relação ao reconhecimento laboral é, via capital social no campo científico, a influência política de editores que fazem parte de instâncias burocráticas com o objetivo de subverter a ordem do sistema científico, como relata a dissertação defendida por Kamille Ramos Torres (2020) sobre a prática editorial em revistas científicas da área de administração. Esta ausência de reconhecimento laboral – ou, ainda, a limitação de que este “extra” seja reconhecido apenas como capital social dentro do campo científico – é um dos fatores que levam à precarização do trabalho de editoração científica. Tal precarização baseia-se em paradigmas nos quais a dádiva, o trabalho não pago e o capital social são os atributos pelos quais a estruturação laboral é reforçada pelos próprios mecanismos institucionais de avaliação. Os editores são trabalhadores essenciais cuja atividade sustenta parte central da avaliação dos programas de pós-graduação no país. No entanto, as políticas de avaliação da pós-graduação brasileiras não consideram esta atuação como uma atividade que pontue positivamente nos mecanismos avaliativos dos programas.

No Brasil, os periódicos são “financiados quase que exclusivamente com recursos públicos” (ORTELLADO, 2008, p. ?) como forma de equilibrar as desigualdades de circulação da produção científica nacional (ALPERIN, FISCHMAN e WILLINSKY, 2008), dominada por conglomerados econômicos cujo lucro é baseado na comercialização do conhecimento (LARIVIÈRE et al., 2015; OLIVEIRA, 2019). Para além de dinâmicas de hierarquias globais que se estabelecem a partir da assimetria de circulação científica entre Norte e Sul, centro e periferia, outras hierarquias interseccionais instauradas dentro do circuito acadêmico em diferentes situações, entre elas o próprio sistema editorial científico, tal como discutido amplamente na edição *#CommunicationSoWhite*, editada por Eve Ng, Khadijah Costley White e Anamik Saha (2020). O artigo inicial que inspirou esta edição foi publicado por Paula Chakravartty et al. (2018), que evidenciou a sub-representação de não-brancos nas citações e nas posições editoriais. Partindo do fato de que o pagamento do trabalho editorial representa relações simbólicas de poder, tal como discutido anteriormente, as assimetrias do corpo editorial de periódicos indexados na Web of Science também

foi discutido nesta edição (De Albuquerque et al, 2020), evidenciando a predominância de instituições ocidentais, especialmente dos EUA, em detrimento a outros conjuntos de países ditos periféricos. O corpo editorial, nesse sentido, se torna uma estratégia de hierarquização do campo da comunicação e de adequação ao “capitalismo acadêmico”, visto que parte significativa desses periódicos são de acesso fechado ou possuem taxas de publicação, uma das modalidades de acesso aberto.

No Brasil, o modelo de acesso aberto que predomina sobre o modo de produção científica editorial é o diamante (Diamond Open Access). Este modelo de publicação acadêmica sem fins lucrativos que torna o conhecimento acadêmico um bem comum recupera o caráter comum do sistema acadêmico, sendo defendido pela utópica compreensão de que possibilita promover oportunidades de trabalho (FUCHS e SANDOVAL, 2013) e carrega consigo um retomada da filosofia da justiça social sobre o acesso aberto como forma de produzir igualdade de oportunidades e de justiça para os chamados países do Sul Global, a fim de enfrentar as estruturas que perpetuam a injustiça sobre a circulação científica global (RAJU, 2018). Este acesso aberto diamante consiste em um modelo baseado em suporte institucional e redes de colaboração em que sociedades e outras instituições não comerciais disponibilizam uma infraestrutura, enquanto o trabalho profissional permanece sob o controle das comunidades de pesquisa, realizado exclusivamente pelos próprios acadêmicos em seus papéis como editores ou revisores de pares. No entanto, a forma de estruturação do modelo diamante, ao contrário do que tem sido apregoado como um modelo alternativo de sustentabilidade dos periódicos científicos, provoca dinâmicas sociais expostas anteriormente e se configura como mais um trabalho acadêmico extra diante de tantas outras demandas de pesquisa, ensino e extensão.

Diante de um modelo de acesso aberto, que foi definido a partir de um trabalho que se assemelha ao voluntariado, as revistas científicas brasileiras durante muito tempo se constituíram em torno dessa forma de atuação como uma maneira de se inserir em um cenário internacional competitivo para a produção científica. Porém, o modelo tem demonstrado sinais de esgotamento, pois os recursos institucionais estão cada vez mais escassos e as universidades públicas brasileiras enfrentam uma grave crise econômica e um processo de desestatização, combinados a severos cortes orçamentários desde 2015, sob ameaças diversas do próprio Governo Federal, como foi discorrido anteriormente. No horizonte de reformulações sobre formas de avaliação da ciência, tecnologia e inovação – que se avizinham sem qualquer debate público ou consulta da própria comunidade acadêmica –, a atividade editorial permanece sem reconhecimento nas avaliações periódicas dos programas de pós-graduação. Sendo esta uma etapa fundamental para o processo de produção de conhecimento, é necessário que as revistas sejam tanto reconhecidas como parte do trabalho acadêmico pelas instâncias de avaliação quanto vistas como espaços estratégicos para a comunicação da ciência nacional. Afinal, sem esse trabalho dos editores científicos, o que seria da ciência brasileira, visto que parte significativa da nossa produção não está inserida neste cenário global competitivo e excludente de circulação do conhecimento dominado por países centrais?

Tendo o contexto discutido neste editorial em vista, o trabalho acadêmico, e mais especificamente, a editoração científica, são atravessados por uma lógica de precarização bastante presente em diversas outras instâncias da vida laboral no sistema capitalista. Isso tem se intensificado ainda mais a partir da plataformização e dataficação que temos observado nos últimos anos. Assim, este segundo volume do dossiê sobre trabalho em plataformas evidencia como a gestão algorítmica do trabalho e a colonização do jogo estruturam o capitalismo de plataforma e a plataformização da sociedade, significando também a cooptação de práticas ditas “criativas” a partir de um ideário neoliberal. Algumas das respostas a esse contexto são a regulação do trabalho considerando os direitos trabalhistas, além da relação de emprego, a organização coletiva dos trabalhadores e o cooperativismo de plataforma.

Não podemos deixar de agradecer e reconhecer o trabalho dedicado da equipe editorial do Contracampo. São muitos os voluntários que se dedicaram e se dedicam diariamente à revista para que possamos entregar um resultado final de grande contribuição para a área. Nossa equipe editorial é composta

majoritariamente por discentes do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, que acompanham e executam importantes etapas da editoração científica, como secretaria editorial, revisão gramatical e ortográfica, copidesque, diagramação, divulgação, entre outras. Foram muitos os alunos que contribuíram para a Contracampo ser uma revista científica de qualidade. Nesta edição, Lua Inocêncio, que há anos atuou conosco como editora-assistente da revista, deixa a equipe para se dedicar às etapas finais da tese. Em seu lugar assume Paula Fernandes enquanto coordenadora do fluxo, também doutoranda do PPGCOM UFF, além de uma equipe renovada com novos discentes do Programa, empenhados em continuar o trabalho dedicado que a Contracampo tem feito ao longo dos seus 22 anos de história. Assim, não podemos deixar de agradecer a todos os voluntários do presente e do passado da equipe Contracampo, além de agradecer também aos pareceristas que, mesmo em tempos tão conturbados como este que estamos atravessando, contribuíram e continuam a contribuir para a qualidade do nosso periódico. Sem o trabalho de vocês, a Contracampo não poderia existir. Desejamos a todas e todos uma boa leitura!

Referências

DE ALBUQUERQUE, Afonso et al. Structural Limits to the De-Westernization of the Communication Field: The Editorial Board in Clarivate's JCR System. **Communication, Culture and Critique**, v. 13, n. 2, p. 185-203, 2020.

ALBUQUERQUE, Sofia; DE OLIVEIRA, Thaiane. Desenvolvimento e Aplicação de Metodologia para a Consolidação do Fórum de Editores e Comunicação Científica da UFF. **Ciência da Informação em Revista**, v. 7, n. esp., p. 23-31, 2020.

ALESSY, Gil. Plano de Bolsonaro para 'desesquerdizar' educação vai além do Escola Sem Partido. **El País**, Educação, 23 maio 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/20/politica/1558374880_757085.html. Acesso em: 05 jul. 2020.

ALFONSO, Bruno. Mais de 210 mil alunos estão sem aulas em universidades públicas em meio a pandemia da Covid-19. **O Globo**, Sociedade, 16 jun. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/mais-de-210-mil-alunos-estao-sem-aulas-em-universidades-publicas-em-meio-pandemia-da-covid-19-24481400>. Acesso em: 05 jul. 2020.

ALLMER, Thomas. Academic labour, digital media and capitalism. **Critical Sociology**, v. 16, n. 1, p. 44-48, 2017.

ALPERÍN, Juan Pablo; FISCHMAN, Gustavo; WILLINSKY, John. Open access and scholarly publishing in Latin America: ten flavours and a few reflections | Acesso livre e publicação acadêmica na América Latina: dez sabores e algumas reflexões. **Liinc em Revista**, v. 4, n. 2, 2008.

BRESCIANI, Eduardo. Bolsonaro defende educação a distância desde o ensino fundamental. **O Globo**, 17 ago. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-defende-educacao-distancia-desde-ensino-fundamental-22957843>. Acesso em: 05 jul. 2020.

CARRAMENHA, Bruno; CAPPELLANO, Thatyana. **Trabalho remoto e isolamento social**. São Paulo: 4CO, 2020.

CASTRO, Gabriel Arruda. Dez monografias incomuns bancadas com dinheiro público. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 jun. 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/dez-monografias-incomuns-bancadas-com-dinheiro-publico-a8q52qvze7py9r8qavfieakyl>. Acesso em: 05 jul. 2020.

CHAKRAVARTTY, Paula et al. # CommunicationSoWhite. **Journal of Communication**, v. 68, n. 2, p. 254-266, 2018.

COSTA, Camila. Neurocientista defende universidades geridas como empresas: 'É preciso demitir

quem não produz'. **BBC News Brasil**, 30 maio 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36365112>. Acesso em: 05 jul. 2020.

DO AMARAL, Marcelo Gonçalves; RENAULT, Thiago Borges. A Hélice Quíntupla das Relações Universidade-Empresa-Governo-Sociedade-Ambiente. **Revista de Administração, Sociedade e Inovação**, v. 5, n. 2, p. 110-114, 2019.

ETZKOWITZ, Henry; ZHOU, Chunyan. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos avançados**, v. 31, n. 90, p. 23-48, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FERRAZ, Carlos Adriano. A decadência das Ciências Humanas. **Gazeta do Povo**, Opinião, Curitiba, 19 abr. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/a-decadencia-das-ciencias-humanas-63izxw3xdnt4q6lnrr5ujufi>. Acesso em: 05 jul. 2020.

FIGARO, Roseli et al. Como trabalham os comunicadores na pandemia do Covid-19? **Trabalho e Desenvolvimento Humano**, v. 3, Edição Especial – Dossiê COVID-19, p. 1-39, 2020.

FERRIER, Maria Cristina Ruíz; CORDA, Maria Cecília. Serie informes de LatinREV, n. 1. ISSN: en trámite. **Resultados de la encuesta efectuada a las revistas adheridas a LatinREV**, 2020. Disponível em: https://www.flacso.org.ar/wp-content/uploads/2020/07/Resultados-de-la-encuesta-de-LatinREV_Informe-01.pdf. Acesso em: 05 jul. 2020.

FREE to Think. Report of the Scholars at Risk Academic Freedom Monitoring Project. **Scholars at Risk**, nov. 2019. Disponível em: <https://www.scholarsatrisk.org/wp-content/uploads/2020/01/Scholars-at-Risk-Free-to-Think-2019.pdf>. Acesso em 05 jul. 2020.

FUCHS, Christian; SANDOVAL, Marisol. The diamond model of open access publishing: Why policy makers, scholars, universities, libraries, labour unions and the publishing world need to take non-commercial, non-profit open access serious. **TripleC: Communication, capitalism & critique**, v. 11, n. 2, p. 428-443, 2013.

GOVERNO revoga MP que autorizava Weintraub a nomear reitores durante a pandemia, **Senado Notícias**, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/12/governo-revoga-mp-que-autorizava-weintraub-a-nomear-reitores-durante-a-pandemia>. Acesso em: 05 jul. 2020.

LARIVIÈRE, Vincent; HAUSTEIN, Stefanie; MONGEON, Philippe. The oligopoly of academic publishers in the digital era. **PloS one**, v. 10, n. 6, p. e0127502 (1-15), 2015.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos Avançados (Online)**, v. 17, n. 49, p. 271-284, set./dez. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300016. Acesso em: 05 jul. 2020.

MARÉS, Chico; MORAES, Maurício; AFONSO, Nathália. Na Câmara, ministro da Educação erra sobre pesquisa científica e vagas em creches. **Folha de S. Paulo**, Lupa, 17 maio 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/05/17/camara-weintraub-educacao/>. Acesso em: 05 jul. 2020.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades. *In*: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**, 2003. p. 183-294.

MELO, Hildete Pereira de; OLIVEIRA, André Barbosa. A produção científica brasileira no feminino. **Cadernos Pagu**, n. 27, p. 301-331, 2006.

MINISTRO da Educação pode nomear reitor sem consulta à comunidade acadêmica. **Senado Notícias**, 10 jun. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/10/ministro-da-educacao-pode-nomear-reitores-sem-consulta-a-comunidade>. Acesso em: 05 jul. 2020.

MORAES, Fernando Tadeu. Estudantes de mestrado e doutorado relatam suas dores na pós-

graduação. **Folha de S. Paulo**, Ciência, 18 dez. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2017/12/1943862-estudantes-de-mestrado-e-doutorado-relatam-suas-dores-na-pos-graduacao.shtml>. Acesso em: 05 jul. 2020.

MORAES, Fernando Tadeu. Suicídio de doutorando da USP levanta questões sobre saúde mental na pós. **Folha de S. Paulo**, Ciência, 27 out. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2017/10/1930625-suicidio-de-doutorando-da-usp-levanta-questoes-sobre-saude-mental-na-pos.shtml>. Acesso em: 05 jul. 2020.

MOREIRA, António; MONTEIRO, Angelica; LENCASTRE, José Alberto. **Blended (e)Learning na Sociedade Digital**. Santo Tirso: Whitebooks, 2015.

NG, Eve; WHITE, Khadijah Costley; SAHA, Anamik. #CommunicationSoWhite: Race and Power in the Academy and Beyond. **Communication, Culture and Critique**, v. 13, n. 2, p. 143-151, 2020.

OLIVEIRA, Anita Loureiro. A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia de COVID-19. **Revista Tamoios**, v. 16, n. 1, Especial COVID-19, p. 154-166, maio 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50448/33479>. Acesso em: 05 jul. 2020.

OLIVEIRA, Caroline. Após invasão sem mandado em faculdade, Juíza ameaça prender diretor da UFF. **Justificando**, 26 out. 2018. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/10/26/apos-invasao-sem-mandado-em-faculdade-juiza-ameaca-prender-diretor-da-uff/>. Acesso em: 05 jul. 2020.

OLIVEIRA, Thaianne. As políticas científicas na era do conhecimento: uma análise de conjuntura sobre o ecossistema científico global. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, p. 191-215, 2019.

ORTELLADO, Pablo. As políticas nacionais de acesso à informação científica. **Liinc em Revista**, v. 4, n. 2, p. 186-195, set. 2008.

PESQUISA sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2018. **Cetic.br**, 28 out. 2019. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil. Disponível em: <https://www.cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2018/>. Acesso em: 05 jul. 2020.

PORITZ, Jonathan A.; REES, Jonathan. Academic governance on the virtual shop floor. **Academe**, v. 103, n. 3, p. 20-24, 2017.

PRODUTIVIDADE acadêmica durante a pandemia: Efeitos de gênero, raça e parentalidade. **Parent in Science**, abr./maio 2020. Disponível em: https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=true. Acesso em: 05 jul. 2020.

RAJU, Reggie. From green to gold to diamond: open access's return to social justice. **IFLA WLIC 2018 – Transform Libraries, Transform Societies**, Kuala Lumpur, Malásia, 20 de agosto a 01 de setembro de 2018. Disponível em: <http://library.ifla.org/2220/>. Acesso em: 05 jul. 2020.

REZENDE, Constança. Weintraub: 'Não quero sociólogo, antropólogo e filósofo com meu dinheiro'. **Uol**, 14 ju. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/constanca-rezende/2020/06/14/weintraub-nao-querer-sociologo-antropologo-e-filosofo-com-meu-dinheiro.htm>. Acesso em: 05 jul. 2020.

SADOWSKI, Jathan. The Internet of landlords: digital platforms and new mechanisms of rentier capitalism. **Antipode**, Online first, 2020.

SAYURI, Juliana. Depois de pós-doutorado na Inglaterra, biólogo vira figurante e tenta bico de modelo nu para se sustentar no Brasil. **BBC News Brasil**, 18 jul. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44696698>. Acesso em: 05 jul. 2020.

SLAUGHTER, Sheila; SLAUGHTER, Sheila A.; RHOADES, Gary. **Academic capitalism and the new economy:**

Markets, state, and higher education. JHU Press, 2004.

THE Inclusive Internet Index: Executive summary. **The Inclusive Internet Index**, 2020. Disponível em: <https://theinclusiveinternet.eiu.com/>. Acesso em: 05 jul. 2020.

TOKARNIA, Mariana. Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil. **Agência Brasil**, Brasília, 23 mar. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-03/mulheres-assinam-72-dos-artigos-cientificos-publicados-pelo-brasil>. Acesso em: 05 jul. 2020.

TORRES, Kamille Ramos et al. **Para além da editoração: as relações de poder e a prática editorial em revistas científicas da área de administração**. 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2020.

TURTELLI, Camila. Weintraub diz que universidades que mantêm atividades em pandemia serão premiadas. *Estadão, Educação*, online, 18 de abril de 2020. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,weintraub-diz-que-universidades-que-mantem-atividades-em-pandemia-serao-premiadas,70003275822>

VEJA declarações de Bolsonaro minimizando coronavírus diante de escalada de mortes. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/veja-declaracoes-de-bolsonaro-minimizando-coronavirus-diante-de-escalada-de-mortes.shtml>. Acesso em: 05 jul. 2020.

VESPA, Talyta. De professora de direito a prostituta em Brasília: “quero sexo e dinheiro”. **Universa**, 09 jul. 2018. Disponível em: <https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2018/07/09/de-professora-de-direito-a-prostituta-em-brasilia-quero-sexo-e-dinheiro.htm>. Acesso em: 05 jul. 2020.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ciência e Existência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

YU, Jun; COULDRY, Nick. Education as a domain of natural data extraction: analysing corporate discourse about educational tracking. **Information, Communication & Society**, Online First, 2020.

EQUIPE EDITORIAL

Editoras-chefes

Ariane Holzbach (UFF)
Camilla Quesada Tavares (UFMA)
Thaiane Oliveira (UFF)

Editores convidados

Jack Qiu
Rafael Grohmann

Editores-executivos

Luana Inocência (coordenadora)
Caio Melo
Gabriel Ferreirinho
Lucineide Magalhães
Matheus Bibiano
Paula Fernandes
Renata Menezes Constant
Rodrigo Reis

Triagem

Mayara Araújo (coordenadora)
Lieli Loures

Revisão

Ana Luiza de Figueiredo Souza (coordenadora)
Ana Paula Barros
Beatriz Medeiros
Rodrigo Quinan

Tradução / Versão

Leonam Dalla Vecchia (coordenador)
Deborah Santos
Gisele Delatorre
Inês da Silva Alves
Jessika Medeiros
Manoela Mayrink

Projeto gráfico / Diagramação

Alan Fragoso (coordenador)
Aleks Moreira
Thayane Guimarães (coordenadora)

Planejamento estratégico

Angélica Fonseca (coordenadora)
Daniela Mazur

Comunicação

Luiza Costa (coordenadora)
Lucas Bragança

Edição v. 39
número 2 / 2020

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 39 (2)
ago/2020-nov/2020

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

Gestão algorítmica e a reprodução do capital no mercado segurador brasileiro

Algorithmic management and the reproduction of capital in the brazilian insurance market

SERGIO AMADEU DA SILVEIRA

Universidade Federal do ABC (UFABC) – Santo André, São Paulo, Brasil.
E-mail: samadeu@gmail.com. ORCID: 0000-0003-1029-9133.

JOYCE ARIANE DE SOUZA

Universidade Federal do ABC (UFABC) – Santo André, São Paulo, Brasil.
E-mail: joyce.souzaa@gmail.com. ORCID: 0000-0001-6087-877X.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

Ao citar este artigo, usar a seguinte referência: SILVEIRA, Sergio Amadeu da; SOUZA, Joyce Ariane de Souza. Gestão algorítmica e a reprodução do capital no mercado segurador brasileiro. Contracampo, Niterói, v. 39, n. 2, p. 15-27, ago./nov. 2020.

Submissão em: 11/11/2019. Revisor A: 30/01/2020; Revisor B: 31/01/2020; Revisor A: 08/03/2020; Revisor B: 09/03/2020. Aceite em: 12/03/2020

DOI – <http://doi.org/10.22409/contracampo.v39i2.38575>

Resumo

Em diversas corporações e instituições privadas e públicas as rotinas operacionais estão deixando de ser controladas e administradas por sistemas burocráticos para serem governadas por sistemas algorítmicos. Tal fenômeno altera a qualidade e a forma do controle dos processos de trabalho. Esse artigo relata a dinâmica deste cenário no mercado segurador brasileiro. A partir da coleta de documentos, relatórios e materiais de marketing e de treinamento dos profissionais do mercado segurador, buscou-se analisar e mapear como e em quais processos os algoritmos estão sendo empregados e como isso tem alterado as rotinas internas e operacionais deste segmento visando à ampliação da lucratividade do Capital.

Palavras-chave

Gestão algorítmica; Big data; Controle; Trabalho; Mercado segurador.

Abstract

In several corporations and private and public institutions, operating routines are moving from being controlled and administered by bureaucratic systems to being governed by algorithmic systems. This phenomenon alters the quality and form of control of work processes. This article relates the dynamics of this scenario in the Brazilian insurance market. From the collection of documents, reports and marketing and training materials of insurance market professionals, we sought to analyze and map how and in which processes the algorithms are being used and how this has altered the internal and operational routines of this segment, aiming at increasing the profitability of the Capital.

Keywords

Algorithmic management; Big data; Control; Work; Insurance market.

Introdução

Os processos tecnológicos podem adquirir dimensões econômicas e políticas (WINNER, 1980). Mesmo quando nascem aparentemente isentos de implicações que extravasam a sua própria dinâmica original, quando aparentam estar desprovidos de quaisquer consequências para além das experiências que propiciam, observamos uma ambivalência e uma reconfiguração nos processos tecnológicos com importantes consequências para o sistema econômico, social e político. Todavia, determinadas invenções – desde a sua concepção – visam obter objetivos de elevada relevância para a sociedade. Esse é o caso dos sistemas algorítmicos.

Aqui chamamos de sistemas algorítmicos um conjunto de rotinas finitas, logicamente encadeadas, não-ambíguas, vinculadas à estrutura de dados que podem estar reunidas em softwares ou embarcadas em dispositivos que operam de modo interligado e visam atingir determinados objetivos na administração e na operação de símbolos, coisas ou pessoas (SEEVER, 2019). Os sistemas algoritmos estão presentes na maior parte das plataformas que utilizamos cotidianamente na internet. Estão no controle dos fluxos das cidades, rodam por trás do Waze e do Uber, operam a rotina de uma hidroelétrica e distribuem anúncios para nos atingir quando fazemos uma busca de uma determinada palavra ou produto no Google, identificam pessoas em meio a milhares de rostos captados pelas câmeras de vigilância, entre outras aplicações. Tais sistemas não são isentos, muito menos neutros. Eles visam determinados objetivos e são criados e desenvolvidos para implementá-los.

O artigo buscará relatar, a partir da análise de documentos, relatórios e materiais de marketing e de treinamento dos profissionais do mercado segurador, a dinâmica em curso da inclusão de processos algorítmicos na rotina das Seguradoras brasileiras, destacando diferenças importantes da gestão exclusivamente burocrática para a gestão algorítmica.

A gestão burocrática

Max Weber definiu a burocracia como a concretização de um tipo de poder legítimo racional-legal que se estrutura com funcionários remunerados, com competências definidas e posição e obrigações estabelecidas em uma linha hierárquica (WEBER, 1982). A burocracia opera a partir da impessoalidade. Pouco importa quem é o funcionário que realizará uma ação, ele deve seguir as regras e a competência previamente fixadas, disso extrai a sua autoridade. Do mesmo modo, a cidadã ou o cidadão que necessitar da autoridade burocrática deve receber um tratamento impessoal exclusivamente baseado na universalidade da lei.

A gestão burocrática consolidou a empresa capitalista e o Estado moderno. A burocracia permitiu organizar e controlar amplamente as atividades dessas estruturas. Podemos ver a burocracia como um bloqueador ou redutor de sentimentos, preferências pessoais e das paixões na condução cotidiana dos negócios privados e públicos. Como dispositivo a serviço dos objetivos da instituição, podemos ver a gestão burocrática como um devir maquínico que pretende superar a inconstância do humano. Basta que se compare o modo como vivem e são geridas as famílias. Existem rotinas nas famílias, mas elas são facilmente suspensas e negociadas conforme os humores, as vontades e uma série de situações concretas em que os afetos alteram fortemente o cotidiano. Essas rotinas familiares não são baseadas na lei e em controles para que sejam cumpridas.

A organização burocrática do trabalho ou o gerenciamento das atividades dos funcionários, na empresa ou no Estado, como tipo ideal, quer superar o ritmo incerto, a ausência de regras consolidadas e pretende acionar um processo contínuo organizado para melhor realizar os fins do empreendimento que deve estar racionalmente organizado. É um tipo específico de tecnologia de controle permanente baseado em um conjunto de leis ou de regras em que os níveis superiores dão ordens delimitadas aos

níveis inferiores. É uma tecnologia de dominação nos dizeres de Max Weber:

(...) uma máquina morta inanimada é espírito coagulado. Somente o fato de tê-lo proporciona-lhe poder de forçar os homens a servir-lhe e de determinar, de modo tão dominante, o dia a dia de sua vida profissional, como é, de fato, o caso na fábrica. Espírito coagulado é também aquela máquina animada representada pela burocracia, com sua especialização do trabalho profissional treinado, sua delimitação de competências, seus regulamentos e suas relações de obediência hierarquicamente graduadas. Aliada à máquina morta, ela está ocupada em fabricar a forma externa daquela servidão do futuro, à qual, talvez um dia, os homens estarão obrigados a submeter-se sem resistência (...) (WEBER, 1999, p. 199).

Weber também previu que a estrutura burocrática levaria à concentração dos meios materiais de administração nas corporações capitalistas e nos Estados e só via a possibilidade da burocracia se agigantar e avançar (WEBER, 1981, p. 257).

Essa concentração do controle pode descambar em autonomização do aparato burocrático. Pedro Castelo Branco ao analisar a crise da burocracia trouxe a compreensão de Karl Löwith de que as burocracias, em alguns casos, tenderiam a se autonomizar e que a “racionalidade burocrática se converteria numa irracionalidade” (BRANCO, 2016, p. 68):

(...) tal como aquele era um mero meio (para um fim de outro modo valioso) torna-se um fim ou fim em si mesmo, as ações pretendidas como um meio tornam-se independentes ao invés de orientadas para um fim, baseada no homem e suas necessidades. Este oposto marca toda cultura moderna: seus establishments, instituições e empreendimentos são racionalizados de tal maneira que essas estruturas, originalmente, preparadas pelo homem, agora, por sua vez, o envolvem e determinam como uma “prisão” (LOWITH, 1997, p. 155 apud BRANCO, 2016, p. 68)

A burocratização como aprisionamento das organizações que a executam é uma imagem da modernidade e da desumanização que estaria em curso no capitalismo. Mas a gestão algorítmica seria um mero aprimoramento da gestão burocrática descrita e pensada por Max Weber?

Gestão algorítmica

Alguns sociólogos apresentam os sistemas algorítmicos como continuidade e avanço do processo de burocratização geral das sociedades.

O fenômeno da governança algorítmica faz parte de uma tendência histórica mais longa em direção à mecanização da governança. Os sociólogos, desde a época de Weber, destacaram maneiras pelas quais a organização burocrática-legal do estado está sujeita às mesmas tendências modernizadoras do design de fábricas industriais (Kanter, 1991; Weber, 1947). O resultado é um sistema de governança de natureza semelhante a uma máquina: as tarefas são subdivididas e as funções são especializadas para realizar os negócios da governança da maneira mais eficiente possível (DANAHER et al., 2017, p. 2, tradução livre).¹

Mesmo que indiquemos que a gestão ou governança algorítmica decorra do aprofundamento da tendência de mecanização e de automatização dos processos de burocratização, que a atual dataficação ou coleta massiva de dados venha dos processos biopolíticos de uso da estatística (HACKING, 2006;

¹ No original: “*The phenomenon of algorithmic governance is part of a longer historical trend toward the mechanization of governance. Sociologists since the time of Weber have highlighted ways in which the legal-bureaucratic organization of the state is subject to the same modernising trends as the design of industrial factories (Kanter, 1991; Weber, 1947). The result is a system of governance that is machine-like in nature: tasks are subdivided and roles are specialized so as to perform the business of governance as efficiently as possible.*”

FOUCAULT, 2008), é preciso analisar se existem elementos qualitativamente diferentes entre eles. Para tal, é preciso compreender com clareza os elementos da gestão realizada por sistemas algorítmicos.

O sociólogo Aneesh Aneesh (2009) diferencia as formas de governança com base nos princípios que as conduzem. Para Aneesh, a burocracia segue racionalidade das leis e regras, o mercado segue os sinais dos preços e os sistemas de gestão algorítmicas seguem as determinações dos códigos programados. Trata-se de uma algocracia. A lei pode ser interpretada de modo mais ou menos flexível a depender do burocrata que a aplica, já o algoritmo para ser flexível deverá ter sido programado para isso, caso contrário, tende a ser rígido. O legal e o ilegal da decisão burocrática se torna em um sistema algorítmico, verdadeiro ou falso, zero ou um, dentro ou fora.

Embora a algocracia pareça ter estruturas burocráticas incorporadas (por exemplo, operações legalmente permitidas para um caixa ou um maior acesso à mesma transação disponível para o gerente), o programa de software subjacente é orientado pelo algoritmo, ou mais profundamente, pelo código binário. Os imperativos de programação não são burocráticos, mas matemáticos, mesmo quando um programador codifica controles burocráticos em um sistema de software. A algocracia pode codificar não apenas governança burocrática, mas também não burocrática, menos hierárquica, como visto nos esquemas de programação ponto a ponto ou nos projetos de desenvolvimento de código aberto. A noção de algocracia implica, portanto, “regra do algoritmo” ou “regra do código” (ANEESH, 2009, p. 350, tradução livre).²

Os algorítmicos não podem ser ambíguos. Sistemas algorítmicos terão dificuldade de conviver com a dubiedade. Os algoritmos são escritos para seguir uma série de regras ou são definidos para atuar conforme os dados apresentados. Tarleton Gillespie mostrou em seu texto sobre a relevância pública dos algoritmos que eles dependem de estrutura de dados que podem incluir, excluir ou rebaixar determinadas informações (GILLESPIE, 2018, p. 98). Os algoritmos são exímios classificadores, ordenadores, segregadores e também podem ser reconfiguradores.

Essa capacidade codificada de agir se relaciona com efeitos performativos nos ambientes em que atuam. Inspirado na teoria dos atos de fala, Galloway (2006) escreveu que o código é a única linguagem que faz o que diz. O algoritmo codificado executa e gera efeitos sobre aqueles que com ele interagem. Alguns pesquisadores indicam que sistemas algorítmicos podem modificar o ambiente e as práticas das pessoas em sua área de ação.

O código se tornou indiscutivelmente tão importante quanto a linguagem natural porque faz com que as coisas aconteçam, o que exige que seja executado como comandos que a máquina pode executar. O código executado em uma máquina é performativo em um sentido muito mais forte do que o atribuído à linguagem (HAYLES, 2005, p. 49-50)

A performatividade dos sistemas algorítmicos tem implicações na sociedade, na estética e na política. Em outras palavras, existe um “entrelaçamento constitutivo” em que “não somos apenas nós que criamos os algoritmos, eles também nos fazem” (INTRONA e HAYES, 2011, p. 108). Como bem notou Gillespie, “os usuários reconfiguram suas práticas para se adequar aos algoritmos dos quais dependem” (GILLESPIE, 2018, p. 98). Um exemplo dessa prática discursiva está no trabalho de Dan Mcquillan sobre os estados de exceção algorítmicos. O pesquisador argumenta que “algoritmos mudam o cotidiano” e transformam “o uso da previsão em uma forma de governança” (MCQUILLAN, 2015, p. 564).

2 No original: “While algocracy may appear to have bureaucratic structures embedded in it (e.g., legally permissible operations for a teller or the greater access to the same transaction available to the manager), the underlying software program is driven by the algorithm, or more deeply, the binary code. Imperatives of programming are not bureaucratic but mathematical even while a programmer codes bureaucratic controls in a software system. Algocracy may encode not only bureaucratic but also nonbureaucratic, less hierarchical governance as seen in peer-to-peer programming schemes or open-source development projects. The notion of algocracy thus implies ‘rule of the algorithm’ or ‘rule of the code’”.

A gestão de atividades e dos trabalhadores realizadas por algoritmos gera um tipo de comportamento que deverá se adequar ao grau de flexibilidade por ele imposta. As condutas dos funcionários, trabalhadores, prestadores de serviço podem ser definidas de modo exato pelos algoritmos. Pontuações e hierarquizações precisas são realizadas durante todo o processo de trabalho cujos sensores podem dar informações sobre cada ato realizado. Padrões podem ser extraídos de cada funcionário que passa a ser tratado como uma máquina, uma vez que dele é exigido precisão, dedicação, concentração, acerto, retidão e agilidade.

Sem dúvida, os sistemas de tomada de decisões algorítmicos podem ser integrados aos sistemas burocráticos. Atualmente é o que está ocorrendo. As burocracias estão utilizando cada vez mais algoritmos para dar suporte às decisões. Todavia, as possibilidades crescentes de extração, armazenamento e tratamento de dados pelo chamado *machine learning* ou aprendizado de máquina está gerando uma possibilidade de extração de padrões que não era possível antes. Esses mesmos algoritmos que extraem padrões dos dados podem realizar previsões sobre praticamente tudo que for solicitado. Para tal, bastam ter dados e modelos de projeções sobre o futuro.

John Danaher (2016) ao analisar se a tomada de decisões algorítmicas poderia afetar de algum modo a legitimidade do que foi decidido, nos alertou que alguns sistemas algorítmicos que dependem de grande variedade e quantidade de dados, utilizam a chamada mineração de dados para vasculhar e identificar padrões e correlações que podem servir a detecção de fraudadores, sonegadores, terroristas e também para realizar previsões com base nos históricos de informações e assim evitar conceder empréstimo a um provável mau pagador ou determinar uma pena baixa a um possível reincidente criminal. O problema está exatamente na probabilidade e na possibilidade transformada em realidade pelos sistemas algorítmicos.

Mareike Möhlmann, da Universidade de Warwick, e Lior Zalmanson, da Universidade de Tel Aviv, destacaram cinco características do gerenciamento algorítmico: 1) realiza o rastreamento constante dos trabalhadores; 2) efetua a avaliação permanente do desempenho de quem interage com o sistema algorítmico, ativada pelos rastreadores de dados; 3) implementa automaticamente as decisões com pouca ou nenhuma intervenção humana; 4) efetiva a interação dos trabalhadores com um sistema e não com pessoas, ampliando enormemente o grau de abstração e desfocando a responsabilização da empresa; 5) exerce suas ações com pouca transparência (MÖHLMANN; ZALMANSON, 2017, p. 4-5).

Na pesquisa que realizaram sobre o gerenciamento algorítmico praticado pelo Uber, a partir de entrevistas e do acompanhamento do Fórum de motoristas em New York e Londres, Möhlmann e Zalmanson detectaram todos os atributos do gerenciamento algorítmico que eles haviam constatado na teoria: os motoristas são constantemente rastreados pelo aplicativo Uber; além do monitoramento online qualquer passageiro pode avaliar um motorista no final de uma corrida e vice-versa; o aplicativo da Uber pode penalizar automaticamente os motoristas que não agem de acordo com as políticas ou necessidades da empresa; quando precisam esclarecer dúvidas ou compreender procedimentos são encaminhados para sistemas automáticos de relacionamento; os destinos dos passageiros são ocultados dos motoristas até que o passageiro entre no veículo, além de outras determinações que o Uber realiza de modo completamente opaco (MÖHLMANN; ZALMANSON, 2017, p. 4-5).

No artigo *What does Machine Learning actually mean?*, publicado pelo *World Economic Forum*, Bernard sustenta que a Inteligência Artificial e o aprendizado de máquina geralmente são confundidos. Entretanto, “a inteligência artificial refere-se à capacidade de uma máquina de realizar tarefas inteligentes, enquanto a aprendizagem de máquina se refere ao processo automatizado pelo qual as máquinas extraem padrões significativos dos dados” (BERNARD, 2017, online).

Os algoritmos de aprendizado de máquina (*machine learning*) não são baseados em regras, mas em dados, ou seja, operam buscando atingir suas finalidades a partir dos bancos de dados que os alimentam. Um dos modelos de aprendizado profundo, que utiliza as chamadas redes neurais para realizar

suas previsões, cria uma série de camadas de cálculos que não são conhecidas nem mesmo pelos seus desenvolvedores. Esse fenômeno é chamado por pesquisadores de inescrutabilidade dos algoritmos de aprendizado profundo, ou seja, sobre eles não é possível exercer conhecimento (POTTS, 1999; BORNSTEIN, 2016).

O problema está exatamente na legitimidade das decisões desses algoritmos nos processos que tenham consequências para a vida das pessoas. Pode-se conhecer os dados de entrada e os dados de saída que expõem a solução de um determinado processo algorítmico, mas não se sabe quais passos e quantos passos foram dados para se chegar a uma conclusão.

Mesmo algoritmos menos complexos de aprendizado de máquina, em geral, não estão abertos à auditoria. São opacos para evitar que se conheça o seu segredo de negócio, para que o código-fonte de sua programação seja desconhecido dos concorrentes, estando sob licenciamento fechado (PASQUALE, 2015). Além disso, a opacidade algorítmica é defendida pelas plataformas tecnológicas que alegam que o conhecimento sobre as rotinas e as operações dos algoritmos permitiria que seus objetivos e efeitos fossem neutralizados pelos usuários.

Danaher afirma que é necessário trabalhar com uma distinção entre os sistemas algorítmicos interpretáveis e não interpretáveis (DANAHER, 2016, p. 248). Em um manifesto denominado *Principles for Accountable Algorithms*³, encabeçado pelo pesquisador Nicholas Diakopoulos está proposto que:

Algoritmos e os dados que os conduzem são projetados e criados por pessoas – sempre há um humano responsável pelas decisões tomadas ou informadas por um algoritmo. “O algoritmo fez isso” não é uma desculpa aceitável se os sistemas algorítmicos cometerem erros ou tiverem consequências indesejadas, inclusive nos processos de aprendizado de máquina (PRINCIPLES, 2017, online, tradução livre).⁴

Assim existe uma pressão pela assimilação de princípios de transparência e accountability dos sistemas algorítmicos que passam pela explicabilidade ou explicação sobre o seu funcionamento. Como o algoritmo encontrou tal padrão ou decidiu por determinada previsão pode ser tão importante como o seu resultado. Compreender que uma probabilidade nem sempre se realizará é outra grande dificuldade do uso de sistemas algorítmicos, principalmente, aqueles que classificarão e realizarão pontuações excludentes de usuários de um sistema de seguros privados no Brasil – mercado que contempla seguros, previdência e capitalização.

O mercado segurador e a inserção de processos algorítmicos

Jathan Sadowski em um importante artigo denominado *When data is capital: Datafication, accumulation, and extraction* (2019) apresentou os dados como uma forma de capital e não como uma mercadoria. Para Sadowski, os dados, mais do que vitais para a concorrência entre os grupos capitalistas, têm sua coleta impulsionada pelo ciclo perpétuo de acumulação de capital. O capital descobriu que a extração de dados do universo pode ser extremamente lucrativa e servir a inúmeros propósitos. Obviamente, tal como o capital, nem todos os dados são iguais, nem podem ser utilizados da mesma maneira. Isso implica no valor derivado dos dados.

Os diferentes segmentos da economia, para Sadowski, acumulam diversos tipos de dados para atender as suas necessidades e objetivos. Assim, destaca cinco principais maneiras pelas quais os dados

3 Disponível em: <https://www.fatml.org/resources/principles-for-accountable-algorithms>. Acesso em: 08 nov. 2019.

4 No original: “Algorithms and the data that drive them are designed and created by people -- There is always a human ultimately responsible for decisions made or informed by an algorithm. “The algorithm did it” is not an acceptable excuse if algorithmic systems make mistakes or have undesired consequences, including from machine-learning processes”.

são usados para criar valor. São elas: criar perfil e direcionar pessoas; otimizar sistemas; gerenciar e controlar as coisas; modelar probabilidades e embasar a construção de dispositivos, sistemas e coisas. Inúmeras plataformas, tais como o Uber, Facebook e Airbnb, entre outras, não poderiam funcionar sem os dados (SADOWSKI, 2019).

No mercado segurador se antes as análises referentes à aceitação de uma pessoa na contratação de um produto e/ou serviço oriundos desse setor eram realizadas, exclusivamente, por funcionários treinados para identificarem as características precisas daqueles que se encaixariam no modelo de negócios de uma seguradora, agora, esse cenário mudou e, cada vez mais, essas análises estão sendo realizadas de forma automatizada, por sistemas que compreendem estatística, data mining (mineração de dados), inteligência artificial, machine learning, entre outras.

É possível observar no decorrer da formação e da ampliação do mercado de seguros, a transformação dos dados entendidos simplesmente como insumo em capital. Os dados e os sistemas algorítmicos são bens de capital, investimentos indispensáveis para sua reprodução.

No âmbito do seguro destinado aos automóveis, por exemplo, não basta a análise do perfil da pessoa contratante, as seguradoras também realizam uma vistoria prévia no veículo para averiguar se as características informadas são verdadeiras e se o automóvel está em perfeitas condições. Esta vistoria, que antes era feita por funcionários, que ou se deslocavam até o contratante ou recebiam o veículo em seus locais de trabalho, atualmente é feita de forma 100% automatizada.

Um dos sistemas que tem sido adotado pelas seguradoras brasileiras para essas vistorias online é o IBM Watson™ Visual Recognition, que usa algoritmos de deep learning (aprendizado de máquina a partir de Redes Neurais Artificiais) para analisar as imagens.

Com este sistema, o contratante do seguro recebe uma mensagem em seu dispositivo móvel com um link que o direciona para a aplicação. A partir daí, seguindo as instruções, o próprio usuário envia imagens de pontos do seu automóvel, como a diagonal traseira e dianteira do veículo, motor, chassi e documento. O sistema faz a análise e emite um alerta de avaliação para a seguradora informando se aquele veículo está em condições de ser assegurado ou não.

Como explicitado por Aneesh (2009), o IBM Watson™ Visual Recognition é um exemplo notório da lógica da gestão algorítmica do “dentro ou fora”, ou o contratante está aceito ou não na vistoria.

O IBM Watson™ Visual Recognition, apesar de ser bastante utilizado pelo mercado segurador em questões relacionadas às imagens de vistoria, é um sistema, conforme descrito pela própria IBM em seu site⁵, de classificação virtual de qualquer conteúdo visual. Entende os conteúdos de imagens, as analisa para cenas, objetos, rostos, cores, comidas, entre outros e permite que os clientes criem e treinem seus classificadores. Para tal, os clientes precisam alimentar o banco de dados do Watson com suas próprias coleções de imagens. Além do setor de seguros, o IBM Watson™ Visual Recognition tem sido utilizado em manufatura, auditoria visual, escuta social, comércio, varejo e educação.

Outra tecnologia da IBM que está sendo implementada por algumas seguradoras, como a SulAmérica, é o Chatbots com Watson Conversation. Se antes o cliente ou o corretor de seguros ligava na seguradora solicitando uma informação e era atendido por funcionários que compunham a central de relacionamento, hoje tanto o cliente quanto o corretor de seguros precisam primeiro falar com um robô, que apresenta possíveis alternativas às dúvidas e aos questionamentos recebidos. Segundo informações divulgadas pela SulAmérica, somente em 2018, mais de 1 milhão de atendimentos foram realizados pelo Chatbots com Watson Conversation.⁶

A HDI também é outro exemplo de seguradora que investiu em inteligência artificial para contato

5 Disponível em: <https://www.ibm.com/br-pt/cloud/watson-visual-recognition>. Acesso em: 01 nov. 2019.

6 Disponível em: <http://sulamerica.comunique-se.com.br/show.aspx?idMateria=49+NxRtOix6Td7v-FBYi00Q==>. Acesso em: 01 nov. 2019.

com os consumidores, eliminando a central de atendimento feita exclusivamente por funcionários. A companhia criou a assim chamada Sofia, uma assistente virtual disponibilizada no site e no aplicativo da seguradora no Android e no iOS. Além do contato com o cliente via chat, a Sofia, também realiza outros serviços como abertura de um sinistro, que antes era feito por contato telefônico também com funcionários alocados na central de relacionamento com o cliente e na assistência 24 horas da seguradora. A Sofia foi desenvolvida a partir da coleta de 62 mil perguntas e de mais de 60 mil usuários únicos.

No âmbito do seguro saúde, seguradoras estão automatizando todos os processos referentes à gestão da área, que contempla desde os pagamentos a terceiros, como hospitais, clínicas médicas, laboratórios, entre outros até aos próprios clientes quando solicitam reembolso. Antes estes processos eram feitos de forma integrada entre os funcionários das seguradoras e os que trabalhavam nestes locais. Agora, há funcionários apenas atuando para alimentar esses sistemas com informações como número de notas fiscais e imagens de procedimentos. Os sistemas realizam todas as conferências, com integrações à banco de dados necessários para consultas, como o de notas fiscais emitidas, e apresenta resultantes, como problemas em pagamentos, deficiências em relação às normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que é a agência, vinculada ao Ministério da Saúde do Brasil, que regula o mercado de planos privados de saúde.

Um dos sistemas utilizados pelas seguradoras de planos de saúde, como a Amil e a Unimed, é da TOTVS, empresa que atende, atualmente, mais de 70 operadoras de planos de saúde, o que representa 17 milhões de vidas, segundo informações divulgadas pela própria empresa⁷.

A TOTVS também disponibiliza para as seguradoras um ambiente para gestão automatizada de suas equipes. Nessa área, a seguradora determina e insere as metas

de venda dos planos de saúde e os cálculos referentes aos pagamentos de comissão. O sistema gera um ranqueamento e uma pontuação referente à atuação de cada funcionário cadastrado. Os responsáveis pela atuação das equipes de venda nas companhias acompanham os desempenhos dos funcionários pela plataforma e definem pelas classificações apresentadas se mantem um determinado funcionário na empresa ou não.

Ainda no âmbito de seguros privados no Brasil, mas no setor de previdência privada, podemos notar a automatização de atendimentos com o uso de inteligência artificial. É o caso do Otto, chatbot, desenvolvido pela Via Cognitiva e destinado a auxiliar corretores de seguros e profissionais do mercado financeiro em dúvidas exclusivas sobre previdência privada.

O Otto foi desenvolvido a partir da coleta massiva de dados sobre previdência privada e possui um sistema em nuvem onde estão armazenadas mais de 300 interações de perguntas e respostas sobre o tema. O sistema ainda tem a capacidade de aprender com interações dos usuários e realimentar seu banco de dados.

Até o ano passado, eram funcionários das seguradoras que atuavam como o Otto, reunindo dúvidas, coletadas em bate-papos com corretores de seguros e funcionários do mercado financeiro, e buscando respostas para auxiliar corretores em vendas. Agora, este setor, mostra que também está se automatizando.

A Porto Seguro, quarta maior seguradora do País, segundo dados divulgados pelo Sindicato de Empresários e Profissionais Autônomos da Corretagem e da Distribuição de Seguros do Estado de São Paulo (RANKING)⁸, também criou uma plataforma de inteligência artificial, chamada Conquista, lançada em outubro de 2019.

Desenvolvida a partir da coleta de dados referente ao comportamento dos consumidores, a

7 Disponível em: <https://www.totvs.com/saude/>. Acesso em: 01 nov. 2019.

8 Disponível em: https://www.sincor.org.br/wp-content/uploads/2019/05/ranking_das_seguradoras_2018.pdf. Acesso em: 01 nov. 2019.

plataforma oferecerá o que a seguradora chama de “aconselhamento dirigido para a concretização de objetivos de vida”. Ou seja, com base nos dados coletados, a Conquista apresentará aos corretores de seguros e agentes autônomos de Investimentos o que oferecer a cada cliente, por exemplo, a aquisição de um automóvel ou compra da casa via consórcio da seguradora, uma viagem ou uma previdência privada.

A tecnologia utilizada pela Conquista é a *robo advisor*, que funciona basicamente como uma carteira de investimentos gerida por algoritmos que personalizam ofertas de acordo com o perfil de cada consumidor.

Para que a plataforma tenha seu banco de dados alimentado constantemente com novos perfis, a Porto Seguro criou uma estratégia de ampliar a remuneração dos corretores de seguros que comercializarem produtos por meio dela.

Além disso, a plataforma fará um ranqueamento do corretor de seguros, apresentando um painel com a “evolução da sua performance” e “as prospecções em andamento”, ou seja, a companhia controlará via algoritmo o trabalho que será exercício por terceiros, que no caso são os corretores de seguros.

Considerações finais

Frank Pasquale (2015) ao analisar, no livro *Black Box Society*, o desenvolvimento tecnológico e a informatização de processos por algoritmos já alertava que qualquer pessoa poderia ser rotulada em um banco de dados com características depreciativas e que companhias poderiam se utilizar destas ferramentas para escolherem quem elas aceitariam.

As empresas estavam reunindo milhões de registros de farmácias. Em seguida, estavam vendendo-os para as seguradoras, ansiosas por ganharem vantagem competitiva, evitando as pessoas susceptíveis de incorrer em altas taxas médicas. Uma vez que 1% dos doentes representa mais de um quinto dos custos de cuidados com saúde e 5% representam quase metade dos custos, as seguradoras com a opção de escolher a “cereja saudável” em vez do “limão” doente, podem ter muito mais lucro do que aquelas que aceitam todos. Os dados de prescrições deram às seguradoras a informação de que elas tanto precisavam para adaptar políticas de exclusão de condições preexistentes e impor taxas mais elevadas para alguns membros. Ironicamente, esse tipo de dado foi originalmente reunido para ajudar os pacientes em situações de atendimento de emergência – para garantir o acesso a um registro de seus medicamentos. Mas, quando esse plano fracassou, as ordens foram silenciosamente reelaboradas como um meio de discriminar os doentes. Se há uma coisa que Wall Street ama, é um pivô rápido para uma estratégia de negócios vencedora (PASQUALE, 2015, p. 27, tradução livre).⁹

Neste exemplo, Pasquale se refere à primeira grande denúncia ocorrida nos Estados Unidos em 2008 e efetuada pelo jornalista Chad Terhune sobre a compra e venda de dados pessoais e como essas informações eram fundamentais para ampliar a lucratividade das seguradoras no âmbito da comercialização de planos de saúde.

Podemos estender essa análise para outros exemplos aqui relatados. Sistemas estão sendo desenvolvidos para que seguradoras comercializem mais e mais seus serviços e produtos, com cada vez menos funcionários e com gestões 100% automatizadas para total controle de suas operações, do

9 No original: “Companies were gathering millions of records from pharmacies. They then sold them on to insurers eager to gain a competitive advantage by avoiding people likely to incur high medical fees. Since 1 percent of patients account for over one-fifth of health care costs, and 5 percent account for nearly half of costs, insurers who can “cherry-pick” the healthy and “lemon-drop” the sick will see far more profit than those who take all comers. Prescription data gave insurers the information they needed to tailor policies to exclude preexisting conditions and to impose higher charges for some members. Ironically, this kind of data was originally gathered to help patients in emergency care settings— to assure access to a record of their medications. But when that plan failed, the records were quietly repurposed as a means of discriminating against the sick. If there’s one thing Wall Street loves, it’s a quick pivot to a winning business strategy”.

trabalho realizado por seus funcionários e por terceiros – como notamos no caso de ferramentas que realizam gestão da atuação dos corretores de seguros – e de consumidores, visto que as plataformas estão constantemente coletando dados e realimentando seus bancos de big data.

Desta forma, assim como seguradoras norte-americanas puderam, com base na compra de dados pessoais, selecionar a assim chamada cereja saudável do bolo na área da saúde, vemos que agora no Brasil situações semelhantes poderão ser aplicadas desde à contratação de funcionários até a aceitação de um cliente.

Sistemas de classificação e conhecimento de indivíduos e grupos não são novos e nem surgiram com o avanço tecnológico, porém há um aprofundamento deste sistema e de forma obscura.

Se antes, ao não ser contratado ou ser demitido por uma empresa, o funcionário poderia percorrer sua classificação e suas metas com o humano que o avaliava e o pontuava, com sistemas de *machine learning*, inteligência artificial e gestão algorítmica, essa classificação se tornou completamente obscura. Agora ele é avaliado por algoritmos dos quais nem ele e nem, na maioria das vezes, quem avalia os seus resultados apresentados por esses sistemas compreendem o funcionamento.

O mesmo ocorre com os consumidores que estão sendo constantemente atingidos por estratégias de *microtarget* (técnicas de marketing direto, desenvolvidas com base na análise de dados pessoais e que envolve segmentação preditiva) das seguradoras.

O levantamento aqui exposto reuniu alguns exemplos que permitem observar que os sistemas automatizados reduzirão a discricionariedade da burocracia nas empresas. Os sistemas algorítmicos elevarão os controles dos funcionários, negociadores, trabalhadores e dos clientes. A modelagem do aprendizado de máquina arrastará o setor para ajustes constantes nas projeções preditivas com o objetivo de ampliar a lucratividade e reduzir a base de clientes e segmentos sociais que apresentem uma elevada demanda financeira. Também as pequenas empresas da cadeia dos seguros, os corretores, estão sendo e serão cada vez mais submetidos as decisões algorítmicas do que compõe os chamados sistemas inteligentes, reduzindo ainda mais sua flexibilidade de negociação com sua clientela.

Ao submeter o crescimento de suas margens de lucro aos ditames dos algoritmos de aprendizado de máquina, só restará ao setor de seguros ampliar a coleta de dados e automatizar ainda mais suas atividades internas o que gerará a substituição de trabalhadores, mas também reforçará a dependência da condução das empresas de projeções estatísticas e da modelagem algorítmica. Desse modo, a gestão algorítmica será mais importante que a gestão burocrática. A tentativa de exatidão adquirirá a condição de verdade, de dentro ou fora do modelo, de zero ou um. A gestão burocrática do ecossistema dos seguros será cada vez menos relevante nesse cenário de neoliberalismo e capitalismo de predição.

Referências

ANEESH, Aneesh. Global labor: Algocratic modes of organization. **Sociological Theory**, v. 27, n. 4, p. 347-370, 2009.

BERNARD, Zoë. What does Machine Learning actually mean? **World Economic Forum**, 28 nov. 2017. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2017/11/heres-what-machine-learning-actually-is>. Acesso em: 01 nov. 2019.

BORNSTEIN, Aaron. Is artificial intelligence permanently inscrutable? Despite new biology-like tools, some insist interpretation is impossible. **Nautilus**, v. 1, online, 2006. Disponível em: <http://nautil.us/issue/40/learning/is-artificial-intelligence-permanently-inscrutable>. Acesso em 14 de maio de 2020.

BRANCO, Pedro H. Villas Bôas Castelo. Burocracia e crise de legitimidade: a profecia de Max Weber. São Paulo. Lua Nova, n. 99, p. 47-79, 2016.

DANAHER, John. The threat of algocracy: Reality, resistance and accommodation. **Philosophy & Technology**,

v. 29, n. 3, p. 245-268, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008.

GALLOWAY, Alexander. Language Wants To Be Overlooked: On Software and Ideology. **Journal of Visual Culture**, v. 5, n. 3, p. 315-331, 2006.

GILLESPIE, Tarleton. A relevância dos algoritmos. **Parágrafo**, v. 6, n. 1, p. 95-121, 2018.

HACKING, Ian. **The emergence of probability**: A philosophical study of early ideas about probability, induction and statistical inference. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

HAN, Byung-Chul. **No Exname**: perspectivas do digital. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

HAYLES, Katherine. **My Mother Was a Computer**: Digital Subjects and Literary Texts. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

Watson Visual Recognition. **IBM**, sem data de publicação informada. Disponível em: <https://www.ibm.com/br-pt/cloud/watson-visual-recognition>. Acesso em: 01 nov. 2019.

INTRONA, Lucas D.; HAYES, Niall. On sociomaterial imbrications: What plagiarism detection systems reveal and why it matters. **Information and Organization**, v. 21, n. 2, p. 107-122, 2011.

KITCHIN, Rob. **The data revolution**: big data, open data, data infrastructures and their consequences. London: Sage, 2014.

LÖWITH, Karl. Racionalização e liberdade: o sentido da ação social. In: MARTINS, José de Souza; FORACCHI, Marialice Mencarini (Orgs.). **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

MARX, Karl. **Grundrisse**: Foundations of the critique of political economy. London: Penguin UK, 2005.

MCQUILLAN, Dan. Algorithmic states of exception. **European Journal of Cultural Studies**, v. 18, n. 4-5, p. 564-576, 2015.

MÖHLMANN, Mareike; ZALMANSON, Lior. Hands on the wheel: Navigating algorithmic management and Uber drivers' autonomy proceedings of the **International Conference on Information Systems (ICIS 2017)**, December 10-13, Seoul, South Korea, 2017, p. 10-13.

PASQUALE, Frank. **The black box society**. Cambridge, US: Harvard University Press, 2015.

POTTS, William J. E. Generalized additive neural networks. **Proceedings of the fifth ACM SIGKDD international conference on Knowledge discovery and data mining**, San Diego California, Estados Unidos, Agosto de 1999. p. 194-200.

RANKING das Seguradoras 2018. **SINCOR-SP**, sem data de publicação informada, 2018. Disponível em: https://www.sincor.org.br/wp-content/uploads/2019/05/ranking_das_seguradoras_2018.pdf. Acesso em: 01 nov. 2019.

SADOWSKI, Jathan. When data is capital: Datafication, accumulation, and extraction. **Big Data & Society**, v. 6, n. 1, p. 1-12, 2019.

SEAVER, Nick. Knowing Algorithms in VERTESI, Janet; RIBES, David (ORGs.). **digitalSTS – A Field Guide for Science & Technology Studies**. Estados Unidos: Princeton University Press, 2019. p. 412-422

SOLUÇÃO completa de gestão para a área de saúde. **TOTVS**, Saúde, sem data de publicação informada. Disponível em: <https://www.totvs.com/saude/>. Acesso em: 01 nov. 2019.

SULAMÉRICA conquista três Prêmios de Inovação CNseg 2018. **SulAmérica**, Sala de

Imprensa, 20 dez. 2018. Disponível em: <http://sulamerica.comunique-se.com.br/show.aspx?idMateria=49+NxRtOix6Td7vFBYi00Q==>. Acesso em: 01 nov. 2019.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Vol. 2: Fundamentos da sociologia. Brasília: Ed. UnB, 1999.

WINNER, Langdon. Do artifacts have politics?. **Daedalus**. Estados Unidos: The MIT Press Vol. 109, No. 1, Modern Technology: Problem or Opportunity?, pp. 121-136, 1980.

Yeung, Karen, Algorithmic Regulation: A Critical Interrogation (May 23, 2017). TLI Think! Paper 62/2017; **Regulation & Governance**, Forthcoming; King's College London Law School Research Paper No. 2017-27. p. 1-39. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2972505>. Acesso em: 01 nov. 2019.

Sergio Amadeu da Silveira é professor associado da Universidade Federal do ABC (UFABC) e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e tradução e revisão da versão em língua estrangeira.

Joyce Ariane de Souza é doutoranda e mestre em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC. Especialista em Comunicação Digital pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Graduada em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo. Pesquisadora do Laboratório de Tecnologias Livres da Universidade Federal do ABC (LabLivres/UFABC). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e tradução e revisão da versão em língua estrangeira.

A zona cinzenta do trabalho e emprego, trabalhadores sob demanda em plataformas digitais e trabalhadores portuários avulsos: direitos trabalhistas além da relação de emprego

The gray zone of work and employment, workers on digital platforms and on-demand port workers: labor rights beyond the employment relationship

RODRIGO DE LACERDA CARELLI

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: rodrigolcarelli@gmail.com. ORCID: 0000-0002-5504-1198.

BIANCA NEVES BOMFIM CARELLI

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: biancabomfim@hotmail.com. ORCID: 0000-0003-0657-952X.

Edição v. 39
número 2 / 2020

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 39 (2)
ago/2020-nov/2020

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

CARELLI, Rodrigo de Lacerda; CARELLI, Bianca Neves Bomfim. A zona cinzenta de trabalho e emprego, trabalhadores sob demanda em plataformas digitais e trabalhadores portuários avulsos: direitos trabalhistas além da relação de emprego. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 2, p. 28-41, ago./nov. 2020.

Submissão em: 11/11/2029. Revisor A: 08/02/2020; Revisor B: 03/02/2020. Aceite em: 27/04/2020

DOI – <http://doi.org/10.22409/contracampo.v39i2.38553>

Resumo

O artigo analisa, em abordagem interdisciplinar entre a sociologia e o direito, apoiando-se na noção de zona cinzenta do trabalho e emprego, a natureza da relação de trabalho entre trabalhadores e as plataformas digitais, estabelecendo um paralelo entre os motoristas da Uber e os trabalhadores portuários avulsos, para demonstrar ao final a possibilidade de aplicação da proteção do direito do trabalho sem a necessidade de se discutir a existência de relação de emprego entre as plataformas e os trabalhadores sob demanda por ela intermediados, dada a similitude de características entre as duas figuras emergentes, em especial suas vulnerabilidades e a natureza compartilhada por ambos de trabalho sob demanda.

Palavras-chave

Trabalhadores por plataforma; Trabalhadores por demanda; Trabalho portuário avulso; Zona cinzenta do trabalho e emprego; Direito do trabalho.

Abstract

The article analyzes, based on the notion of the grey zone of work and employment, the nature of the relationship between workers and digital platforms, establishing a parallel between Uber drivers and the on-demand port workers, to demonstrate the possibility of applying the protection of labor law without the need to discuss the existence of employment relationship between the platforms and the on-demand workers mediated by it, given the similarity of characteristics between the two emerging figures, especially their vulnerabilities and their shared nature of work on demand.

Keywords

Platform workers; On-demand workers ; On-demand dock workers ; Grey zone of work and employment; Labour law.

Introdução

O presente artigo pretende investigar as novas formas de organização de trabalho, a partir do modelo de trabalho por demanda por meio da plataforma da empresa Uber e similares, comparando-o com a organização do trabalho portuário avulso, partindo do prisma da teoria da zona cinzenta do trabalho e do emprego, entendendo-se como vivo o processo de desorganização e reorganização das relações de trabalho, verificando-se na comparação entre as duas formas atípicas de trabalho a possibilidade de garantir proteção legal aos trabalhadores sob o novo modo de gestão de mão de obra para além do debate acerca da existência ou não da relação de emprego com as empresas de intermediação de trabalhadores por aplicativos ou plataforma.¹ Com a finalidade de verificar a possibilidade de garantir proteção jurídica aos trabalhadores, pretende-se, tomando como base da discussão a noção de zona cinzenta do trabalho e emprego, abordar as origens do Direito do Trabalho e o processo de escolha de seu objeto principal, o trabalho subordinado. Será apresentado o desenvolvimento em paralelo de outra forma de trabalho, a dos trabalhadores portuários avulsos, que por terem demonstrado força a partir de seus movimentos sociais de reivindicação obtiveram a mesma proteção legal que aqueles que trabalham sob o regime de emprego, culminando com a isonomia constitucional conquistada no Brasil em 1988, demonstrando a tendência expansionista do direito laboral. Para a comparação entre os trabalhadores portuários avulsos e os trabalhadores intermediados por plataforma, será tomado como paradigma os motoristas da Uber, por ser a empresa mais conhecida e que movimenta o maior número de trabalhadores em relação às demais plataformas digitais.²

Assim, pretende-se investigar a existência de semelhanças entre as duas formas de organização do trabalho citadas e verificar se há a possibilidade de proteção trabalhista sem adentrar no debate sobre a existência da relação de emprego entre os trabalhadores e as empresas que fazem a prestação de serviços com o uso de ferramentas tecnológicas como aplicativos em smartphones.

A zona cinzenta de trabalho e emprego

O processo de constante mutação das formas em que o trabalho se apresenta pode ser aprendido pela noção de “zona cinzenta de trabalho e emprego” (AZAÏS, 2017; KESSELMAN e AZAÏS, 2011). Esse processo é caracterizado pela vitalidade, ambiguidade e desgaste dos atores e quadros institucionais, bem como das políticas públicas tradicionais que garantiam a redistribuição igualitária (KESSELMAN e AZAÏS, 2011). Nesse movimento há o surgimento de novas profissões ou o deslocamento de profissões já existentes para estatutos com menos direitos, coincidindo com a emergência de fronteiras cada vez mais fluidas entre formas de emprego e trabalho, o que acaba minando a razão binária entre legal e ilegal, formal e informal, autônomo e subordinado (AZAÏS, 2017).

O termo de zona cinzenta tem dois significados: uma área de interações inteira ou parcialmente localizadas sob o controle ou poder de regulação de atores não-institucionais ou as margens de manobra existentes dentro da própria regulação legal (BUREAU e DIEUAIDE, 2018, p. 268).

A assim chamada decoerência dos padrões binários de emprego típicos da norma fordista (empregado/autônomo, formal/informal, *insiders/outsideers* etc.) resulta da proliferação das áreas de não direito e de confusão de leis – o Estado como um ator criador da zona cinzenta (SILVA, 2017) –, bem como estratégias de esquiva e de fuga das leis existentes (BUREAU e DIEUAIDE, 2018; AZAÏS, 2019).

A noção de área cinzenta é uma ferramenta importante não apenas para observar analiticamente as relações de trabalho atuais, mas também para mostrar a necessidade de se ir além das construções, interpretações e nomenclaturas baseadas na norma fordista, que já dá sinais de não dar conta do atual mundo do trabalho, fornecendo o quadro analítico do processo de mudança institucional (BUREAU e DIEUAIDE, 2018; AZAÏS, 2017). O enfoque da zona cinzenta permite não só reter a noção de relação de

emprego, como também adotar “relações” de emprego plurais para dar conta da variedade de situações, dinâmicas e contextos socioprofissionais e, ao mesmo tempo, criar um espaço para substituir um sistema normativo e explícito do emprego salarial codificado a nível nacional por um largo espectro de regulações e estatutos complexos, formais e informais, que são razoavelmente diferentes em cada local (BUREAU e DIEUAIDE, 2018, p. 267). A noção de zona cinzenta observa o universo do trabalho em movimento, centrado ainda no planeta trabalho subordinado, mas que em sua órbita são lançados trabalhadores em figuras emergentes, que ora retornam ao planeta e ora se tornam seus satélites. É mais a observação de um filme do que a de uma fotografia.

A partir da perspectiva da noção de zona cinzenta serão analisadas as figuras do trabalhador portuário avulso e do motorista da Uber.

Antes da análise das figuras emergentes do trabalho em plataforma e do trabalho avulso, verifiquemos a formação do direito do trabalho em torno da construção binária emprego/autonomia.

A formação do direito do trabalho em torno da construção binária emprego/autonomia

A compreensão de que a acumulação de riqueza dependeria da exploração do trabalho de outras pessoas não é nada recente na humanidade. A forma de se apropriar do trabalho alheio se manifesta de uma maneira específica em cada época. Assim, o que se altera em cada época é apenas a forma como o trabalho é organizado pelo apropriador de seus frutos, com cerceamento de liberdade (ex. servos e escravos) ou liberdade controlada pelo contrato (ex. empregados e autônomos economicamente dependentes).

Entretanto, ao criar essa figura contratualizada e mercantilizada da relação de trabalho (SUPIOT, 2002), houve a necessidade de se controlar a exploração, seja por ter tido resultados avassaladores sobre os seres que trabalham, seja pela demanda dos explorados, a ameaça da derrubada do sistema ou a procura de legitimação do modo de produção (COLLIN ET AL., 1980; RAMOS FILHO, 2012 CARELLI, 2013;). Entendeu-se necessário regular a concorrência para a garantia de patamares mínimos para a sobrevivência e a reprodução dos que viviam do trabalho por conta alheia.

Desse modo, mantendo-se o modelo do trabalho como mercadoria a ser negociada no mercado, acresceu-se à técnica do chamado trabalho livre a criação – inclusive jurídica - do trabalho subordinado, mediante a qual houve o reconhecimento da sujeição do trabalhador à atividade produtiva e, conseqüentemente, a necessidade de regular o cerceamento de liberdade de exploração e de venda da mercadoria fictícia, desenhando limites ao poder do dador de trabalho (CARELLI, 2013). Assim, o sistema reconhece a limitação da liberdade do trabalhador que vende a sua força de trabalho, que só existe ficticiamente (POLANYI, 2000); em contrapartida, o trabalhador terá a garantia de que a exploração de seu trabalho observará certos limites reconhecidos aos trabalhadores concorrentes, bem como lhe será garantido padrões mínimos de remuneração, assumindo o empregador o risco da atividade econômica, tanto em relação aos ônus, quanto em se tratando de bônus. Logo, o Direito do Trabalho pode ser visto como instrumento de restrição ou abrandamento da sujeição, por meio da limitação de poder e regulação da concorrência entre empresas e entre trabalhadores. Por outro lado, pode ser entendido também como instrumento de permissão da reificação regulada e limitada do ser humano que trabalha.

O objeto principal do Direito do Trabalho, como foi constituído, é o trabalho explorado por outro homem ou por uma ficção jurídica que o substitua (pessoa jurídica) em regime de subordinação (SUPIOT, 2002).

A subordinação corresponde à necessidade técnica de organizar a produção, como exigência da forma de produzir própria da organização capitalista de fins do século XIX e século XX, a partir das tecnologias existentes na época. A figura do trabalho subordinado, assim, foi criada para organizar a

produção, porém de forma a mitigar o fato de que apesar de economicamente o trabalho ser tratado como uma mercadoria, juridicamente isso não poderia se dar, pelo fato de que essa mercadoria é, ao fim e ao cabo, um ser humano. Assim, surge a ambígua figura do homem livre subordinado: um homem sujeito a rígidas regras e padrões de conduta, com punições e liberdade cerceada, mas cuja submissão é juridicamente controlada e limitada (SUPIOT, 2002).

O contraponto do trabalho subordinado é o trabalho autônomo, em que a organização da atividade laboral – e os seus frutos – fica à livre disposição do trabalhador. E cria-se uma área de não-abrangência do direito do trabalho. Surge então o sistema binário do emprego.

Assim foi construído o que chamamos de quadro de trabalho fordista, retrato de uma época.

O sistema binário empregado/autônomo

O direito do trabalho nasce então tendo como alvo o trabalho subordinado, fazendo oposição entre empregados e trabalhadores independentes ou autônomos, em um sistema binário de tudo ou nada: uma vez enquadrado o trabalho como subordinado, seria aplicada a legislação protetora; caso não fossem verificadas as características do trabalho dependente, o direito do trabalho não seria aplicado. Assim, é insito nessa ideia a coexistência do trabalho subordinado com outras formas de relações de trabalho, como o trabalho autônomo, eventual ou voluntário, ao mesmo tempo que a definição de empregado carrega enorme importância e carga normativa (DAVIDOV et al., 2015).

Como critérios definidores do enquadramento da relação de emprego, alguns países utilizam o conceito de subordinação, outros a definição de controle e outros a integração (DAVIDOV et al., 2015, p. 120).

Se é verdade que a estrutura básica do enquadramento na categoria de empregado é similar em diversos sistemas legais, é também possível afirmar, no contexto da zona cinzenta do trabalho e emprego, que em todos os países existe e sempre existiu tentativas por parte das empresas de evitar o referido enquadramento de forma a afastar a aplicação da legislação trabalhista e baratear o custo da mão de obra, pois um trabalho sem direitos é conseqüentemente menos caro que um com direitos. Se o enquadramento como empregado é requisito para a proteção trabalhista, bem provável a tentativa de fuga pela contratação por outras modalidades de relação de trabalho.

Alguns países tentaram dar resposta à dificuldade de enquadramento do movimento representado pela zona cinzenta do trabalho e emprego a partir de leis que previam categorias de trabalhadores intermediários entre empregados e trabalhadores por conta própria, denominados como contratantes dependentes (Suécia e Canadá), como quase empregados (Alemanha) e parassubordinados (Itália) que, apesar de não estarem enquadrados como empregados, mereceram, naqueles ordenamentos jurídicos, a garantia de alguns direitos destinados a estes trabalhadores. Espanha e Inglaterra também podem ser citadas como exemplos de garantias de direitos trabalhistas e proteção à figura dos trabalhadores intermediários. (DAVIDOV et al., 2015, p. 118-122)

O risco em relação à referida estratégia legislativa é que esta pode ser apropriada para retirar boa parte dos direitos de trabalhadores que poderiam ser enquadrados como empregados, legitimando a fuga da caracterização da relação de emprego.

Não é de hoje que as empresas tentam evitar os custos derivados dos direitos associados à aplicação da legislação trabalhista utilizando a estratégia de tentar enquadrar o trabalhador como um contratante independente, sendo este um problema global. A extensão do problema dependerá, em regra, da reação dos atores sociais envolvidos na zona cinzenta.

Veena Dubal (2017), por outro lado, demonstra como a classificação binária vem a tomar maior importância no movimento político e cultural neoliberal, pelo incremento na utilização de formas contratuais aparentemente independentes, com o objetivo de exclusão da proteção trabalhista, e que a

reação legislativa foi a expansão da categoria de empregado, como vimos recentemente no caso da lei californiana AB5 (DUBAL, 2020).

Essa é a proposta de Guy Davidov (2017): a necessidade de ampliação da abordagem do destinatário dos direitos do trabalho para além dos conceitos existentes, tendo em vista os objetivos da proteção jurídica. Assim, a pergunta mais importante a ser feita, no quadro atual, é se determinados trabalhadores deveriam receber a proteção legal, ao invés de se perguntar se estariam enquadrados nos estritos termos dos testes existentes para a qualificação de empregado, baseados em uma estrutura organizacional do século passado. Essa abordagem, que leva em consideração os objetivos de proteção da lei trabalhista, é expressamente recomendada pela Organização Internacional do Trabalho na Recomendação nº 198, de 2006.

Nessa esteira, propõe-se a perspectiva da zona cinzenta para a ampliação do escopo do direito do trabalho, para dar conta dos movimentos que colocam trabalhadores fora da classificação binária rígida fordista.

O trabalhador portuário avulso – o direito do trabalho fora do sistema binário

O trabalho portuário avulso é um fenômeno que, por si só, pode comprovar três afirmações: 1) a insuficiência da classificação binária emprego/autonomia; 2) a independência do direito do trabalho em relação à relação de emprego fordista; 3) a importância, portanto, da perspectiva da zona cinzenta do trabalho e emprego.

No entanto, para tratar do desenvolvimento do trabalhador portuário avulso e refletir acerca da aplicação do direito do trabalho às formas que escapam à classificação binária fordista, é necessário fazer uma breve introdução sobre a dinâmica do trabalho no porto e a forma de organização dos trabalhadores.

A operadora portuária é aquela que arrenda o porto público ou é detentora de um determinado espaço do porto privado e, por conseguinte, é a responsável pela atracação dos navios naquele espaço e presta os serviços de embarcar e desembarcar a mercadoria, fazer a conferência da carga, realizar a manutenção, reparos do navio, entre outros serviços.³

Portanto, a demanda de uma operadora portuária, inclusive em relação à mão de obra, é oscilante, dependendo da chegada ou partida de navios com mercadoria. Muitas vezes ela pode passar alguns dias sem receber um navio e, desta forma, sem realizar qualquer operação. Por essa razão, o porto se organizou em torno da mão de obra avulsa, não empregada diretamente, mas contratada sob demanda. Até 1993, os trabalhadores avulsos, que deveriam ser registrados ou cadastrados junto ao sindicato representante da categoria profissional, eram por este último escalados para os trabalhos demandados pelo operador portuário. A partir de 1993, os trabalhadores registrados ou cadastrados passaram a ser escalados pelo órgão gestor de mão de obra – OGMO, entidade constituída pelas operadoras portuárias para fazer a gestão da demanda de trabalho avulso.

O trabalhador portuário no Brasil é, por definição legal⁴, todo aquele que trabalha nos portos organizados privativos ou estatais e que exerce a função de estiva, capatazia, bloco, vigilante, conferente de carga e conserto de carga.

Pela legislação em vigor,⁵ o trabalhador portuário pode ser contratado, alternativamente, com vínculo de emprego, prestando serviços diretamente à operadora portuária ou como trabalhador avulso, quando será intermediado para serviços pontuais pelo órgão gestor de mão de obra – OGMO.

3 Art. 2º, inciso XIII da Lei nº 12.815/2013.

4 Art. 40, *caput* e parágrafo 1º da Lei nº 12.815/2013.

5 Art. 40 da Lei nº 12.815/2013.

O trabalhador avulso portuário pode ser definido como aquele que presta serviços, sem vínculo de emprego, a inúmeros tomadores de mão de obra, que são os operadores portuários, por intermédio de um órgão gestor de mão de obra no setor portuário.

Apenas os trabalhadores portuários avulsos registrados ou cadastrados⁶ no órgão gestor de mão de obra serão requisitados para a prestação de tarefas.⁷ São, assim, detentores de exclusividade na prestação de serviços e o OGMO é o responsável por determinar o número de trabalhadores registrados ou cadastrados.

O trabalhador portuário avulso trabalha para diversas operadoras portuárias, sendo, portanto, a prestação de serviços esporádica em relação a cada uma delas.

Os trabalhadores portuários avulsos, portanto, tendo interesse em prestar seus serviços naquele dia, dirigem-se ao porto, registram a sua presença e ficam aguardando para saber se serão ou não escalados em um fila, organizada pelo OGMO, a partir de seu número de registro, para garantir que recebam as mesmas oportunidades de trabalho. A consequência de não estarem presentes no porto quando lhes é ofertada uma oportunidade de trabalho é perdê-la e voltar ao final da fila, ficando ainda mais tempo sem trabalho, e, portanto, sem remuneração. Eles podem recusar, desta forma, as oportunidades de trabalho ofertadas, porém, por óbvio, podem ser premiados pela necessidade econômica a aceitá-las (PAIXÃO e FLEURY, 2018).

O OGMO, intermediador de mão de obra, detém o poder de aplicar algumas penalidades no caso de transgressão disciplinar, tais como: repreensão verbal ou por escrito, suspensão do registro pelo período de 10 a 30 dias e cancelamento do registro.⁸

A remuneração referente a cada operação também não é definida pelo trabalhador portuário, mas pelas operadoras portuárias, em regra, a partir de instrumentos coletivos de negociação.⁹

O OGMO é o responsável por abrir o registro dos trabalhadores portuários, o que lhe confere o poder de estabelecer se a renda obtida por um trabalhador poderá ou não ser a sua principal fonte de subsistência. Se o OGMO abre uma quantidade muito grande de registros, a tendência é que a renda dos trabalhadores avulsos diminua na medida em que conseguiriam se escalar menos vezes. Assim, o trabalho se tornaria apenas um “bico” e deixaria de ser a principal renda desses trabalhadores. Tal fenômeno também pode ser interpretado como uma manifestação da vulnerabilidade do trabalhador portuário.

Logo, os trabalhadores avulsos estão em estado de dependência em relação ao OGMO e às operadoras portuárias, pois precisam prestar seus serviços da forma determinada pela tomadora de serviço, devem se apresentar para garantir a sua remuneração e podem sofrer penalidades caso não apresentem a frequência desejada pelos tomadores.

Desta forma, o referido trabalhador, em que pese não prestar seus serviços nos moldes clássicos de um trabalhador empregado, pois trabalha ao mesmo tempo para diversos tomadores e com certa liberdade de recusar tarefas ou trabalhos que não desejar, possui vulnerabilidades semelhantes, uma vez que depende do trabalho para a sobrevivência e precisa seguir as diretrizes do operador portuário.

Ademais, o fato de o trabalhador portuário avulso estar ameaçado de perder o seu registro caso não seja um trabalhador assíduo, bem como sofrer outras penalidades por parte do OGMO, também denotam a sua vulnerabilidade, o que lhe confere a necessidade de receber do ordenamento jurídico a mesma proteção legal que o empregado usufrui.

6 Os trabalhadores portuários registrados têm preferência nas escalas sobre os cadastrados. São duas listas (registro e cadastro), sendo a segunda acessada na ausência de trabalhadores registrados que se disponibilizaram para a realização das tarefas demandas.

7 parágrafos 2º e 3º do art. 40 da Lei nº 12.815/2013.

8 Art. 33, inciso I da Lei nº 12.815/2013.

9 Art. 43, da Lei nº 12.815/2013.

Como se vê, o trabalhador portuário avulso não é classificado como empregado. A luta social da categoria não foi para a sua vinculação com carteira de trabalho assinada. Ao revés, até hoje as alterações legislativas que pretenderam aumentar o número de empregados vinculados receberam resistência por parte dos trabalhadores avulsos.¹⁰

De toda sorte, as categorias de trabalhadores portuários avulsos, a partir de suas lutas sociais e seus movimentos de reivindicação, conseguiram obter o reconhecimento de isonomia de direitos em relação aos trabalhadores empregados, o que ocorreu a partir da Constituição da República de 1988.¹¹

Assim, é possível afirmar que a isonomia conferida ao trabalhador portuário avulso se justificou pela vulnerabilidade presente na relação entre o trabalhador e as operadoras, a qual se manifesta em múltiplas formas, tais como: os referidos trabalhadores, apesar de não estarem subordinados de forma contínua às diversas operadoras portuárias tomadoras de serviço, nem ao OGMO, sofrem uma dupla submissão ou dependência no período em que estão prestando serviço; o trabalhador avulso pode sofrer diversas penalidades, dentre outros.

Os trabalhadores portuários avulsos estão em uma situação de relativa autonomia em relação à quantidade de horas que podem empregar na atividade, inclusive com poder de negar ofertas de trabalho, porém essa autonomia é limitada pelos poderes que o OGMO detém.

As três afirmações que fizemos neste item são comprovadas: a classificação binária não dá conta do trabalho avulso, o direito do trabalho independe da forma “emprego” para ser aplicado e a zona cinzenta é um instrumento útil para se entender as configurações do trabalho.

As novas formas de organização do trabalho – o caso Uber

A forma de organização do trabalho segue a técnica própria de cada época, sem esquecermos que a tecnologia é uma construção social. Logo, podemos dizer que a organização do trabalho demanda um certo tipo de técnica, ignora outras, se utiliza de outra. A subordinação, como vimos, nasce a partir de determinada forma de organizar a produção. A partir da modificação da forma de produzir (ou prestar serviços), há variação na forma como a subordinação se manifesta em cada período. Hoje existem técnicas mais avançadas para se atingir os mesmos objetivos. Pela tecnologia existente, a subordinação de estilo militar é em certos momentos e atividades prescindível.

A Uber vem se mostrando como exemplo das novas formas de organização do trabalho, nas quais consegue, por meio da tecnologia, organizar grandes quantidades de trabalhadores à distância para realização da sua atividade econômica (GOMES, 2018; CONSIGLIO, 2018). Como vimos, faz parte do processo de zona cinzenta a estratégia empresarial de evitar os custos relacionados à aplicação da legislação trabalhista, a partir da tentativa de escapar do enquadramento do trabalhador como empregado, fenômeno que vem se repetindo ao longo dos tempos em quase todos os países. A novidade da Uber é a utilização de tecnologias digitais para que isso seja feito com pretensão de afastamento da forma tradicional da subordinação (COLLIER et al., 2018).

O status ou o enquadramento dos motoristas da Uber tem sido objeto de amplos debates (STEFANO e ALOISI, 2018; KENNER, 2019; SCHOLZ, 2017). O modo de organização dos trabalhadores no serviço de transporte oferecido pela empresa, que em seu discurso afirma apenas conectar motoristas aos seus passageiros, mediante a disponibilização de um aplicativo, tem se apresentado como um desafio a juristas e estudiosos das relações de trabalho (PRASSL, 2018; TODOLÍ, 2017; TRILLO PÁRRAGA, 2017).

O debate é aplicável, portanto, a todas as outras empresas que, como a Uber, oferecem o serviço de trabalhadores a usuários mediante a utilização de redes online. Vários nomes já foram sugeridos

10 Disponível em: http://bcgp.adv.br/Palestra_Encontro_Nacional_Operadores_Portuarios.pdf. Acesso em: 16 jul. 2017.

11 Inciso XXXIV, art. 7º da CRFB.

para este fenômeno, tais como, economia colaborativa, *crowdsourcing/crowdworking*, *gig economy*, capitalismo por plataformas ou trabalho por demanda (DE STEFANO, ALOISI, 2018; PRASSL, 2018; BOGG, 2019; WOODCOCK e GRAHAM, 2020).

A resposta ao fenômeno quanto à aplicação ou não da legislação trabalhista, ou a concessão de determinadas garantias aos trabalhadores que prestam serviços na economia por demanda, poderão determinar a forma como as empresas manterão a sua organização ou estrutura ou refletirão sobre a necessidade de uma reformulação. No Brasil há centenas de ações judiciais pretendendo reconhecimento de vínculo empregatício. A maior parte, incluindo a que já foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho, vem julgando improcedentes os pedidos, entendendo serem trabalhadores autônomos, negando-lhes quaisquer direitos. Se persistir a tendência, o País estará na contramão do movimento nos Estados Unidos, onde começa a aparecer legislação que reconhece a condição de empregado de trabalhadores (DUBAL, 2020), ou de países europeus como França¹², Suíça¹³ e Espanha¹⁴, em que a Justiça dessas nações vem entendendo existir relação de emprego entre plataformas de transporte e seus trabalhadores, ou mesmo da Alemanha¹⁵ e países nórdicos, que sempre entenderam ser empregados os motoristas subordinados às plataformas.

A tecnologia permite que o empregador mantenha um intenso controle, ainda que este não seja praticado de forma direta e presencial. Conforme elementos colhidos e mencionados na Ação Trabalhista nº 0011359-34.2016.5.03.0112, o motorista da Uber é obrigado a seguir regras estritas e padrões de comportamento determinados pela empresa, sendo a avaliação do passageiro, ao final da corrida, também uma forma intensa de controle, pois o motorista sabe que será avaliado. O preço do serviço é determinado pela empresa. Aos trabalhadores não é garantido salário, caso não aceitem os chamados. Há punição pela Uber, como suspensão temporária, caso os trabalhadores não atendam os chamados de maneira seguida. A Uber pode também romper o contrato unilateralmente com o motorista sem qualquer motivação, o que sugere a existência de controle ou poderes similares a de um empregador. A indicação das duas vulnerabilidades: subordinação e dependência podem indicar a necessidade de se aplicar a legislação trabalhista ou de garantir a esses trabalhadores isonomia de direitos.

As plataformas digitais estão se proliferando graças, entre outros fatores, aos avanços da tecnologia, apresentando-se em diversos formatos e com uma vasta variedade de arranjos de contratos de prestação de serviços, podendo a vulnerabilidade do trabalhador se apresentar de forma mais atenuada ou mais acentuada, dependendo da forma de contratação estabelecida.

Outras formas de contratação virão a desafiar o atual ordenamento jurídico, como parte do processo da zona cinzenta do trabalho e emprego, ao precisar conferir alguma proteção para aqueles trabalhadores que, por sua condição, não têm possibilidade de proteger e garantir a si mesmos um padrão mínimo civilizatório. Esses são desafios que já vêm se apresentando na dinâmica da nossa sociedade atual e que merecem maiores reflexões e debates.

Trabalhador Portuário Avulso e Trabalhadores por demanda – similitudes e diferenças

12 Disponível em: <https://www.lefigaro.fr/societes/uber-condamne-en-appel-pour-concurrence-deloyle-et-maraudage-electronique-20191212>. Acesso em: 13 fev. 2020.

13 Disponível em: <https://www.rts.ch/info/regions/geneve/10831677-geneve-interdit-a-uber-de-continuer-a-exercer-dans-les-conditions-actuelles.html>, Acesso em: 13 fev. 2020.

14 Disponível em: https://elpais.com/economia/2019/11/29/actualidad/1575039621_397329.html. Acesso em: 13 fev. 2020.

15 Disponível em: <https://www.german-way.com/ubers-very-bumpy-road-in-germany/>. Acesso em: 13 fev. 2020.

O trabalhador portuário avulso pode servir de interessante chave de análise para o estudo de fenômenos acerca das novas formas de trabalho que surgem viabilizadas, principalmente, pelas tecnologias digitais, tais como aplicativos que permitem a contratação de motoristas de Uber e similares, mototaxistas, entregadores, carregadores de patinetes, advogados, médicos, entre outros.

Claramente, os trabalhadores intermediados por plataforma fazem parte de processo denominado “zonas cinzas de emprego”, pelo qual se verifica a existência de uma reorganização empresarial, dentro de um espaço público, com a utilização dos trabalhadores fora da norma fordista e em situação mais precária.

Os juristas que sustentam a inexistência da relação de emprego entre o motorista e a empresa que realiza a atividade econômica de transporte por aplicativo, entendem que o referido aplicativo apenas liga os clientes aos prestadores de serviço, retirando, para si, um percentual do valor que o motorista vem a receber com a corrida. Afirmam que não impõem mínimo de horas de trabalho aos trabalhadores, que podem ficar longos períodos inativos. Também defendem que o trabalhador pode prestar seus serviços por outros aplicativos, sem qualquer penalidade.¹⁶ O paradigma fordista está fortemente presente nessas análises.

De outro lado, os juristas que defendem existir relação de emprego entre a Uber e o motorista, sustentam que a empresa é uma intermediadora de mão de obra, que o trabalhador possui subordinação, em uma caracterização ampliada e teleológica, e, assim, preenche todos os requisitos da relação de emprego.¹⁷

A partir do exemplo do trabalhador portuário avulso, típico trabalhador sob demanda, podemos verificar a similitude de ambas as categorias de trabalhadores, que se afastam da condição de trabalhadores verdadeiramente independentes ou autônomos.

No caso dos trabalhadores portuários avulsos, a composição dos “ternos” (grupos mínimos de trabalhadores necessários para a realização de cada operação ou tarefa), a remuneração dos trabalhadores (garantido o salário mínimo), a jornada e demais condições de trabalho devem ser objeto de negociação coletiva entre a entidade representativa dos trabalhadores portuários e a dos operadores portuários.¹⁸

Desta forma, ao contrário dos trabalhadores tipicamente autônomos, não há a fixação individual do preço de seu trabalho, mas a política remuneratória dos trabalhadores portuários é tratada nos instrumentos de negociação coletiva, sabendo o trabalhador no momento da escala, quanto será pago pelo trabalho naquela operação. Assim, o trabalhador avulso, apesar de não oferecer seu preço, não se submete a políticas remuneratórias aleatórias impostas pelo intermediador de seu trabalho, tal como ocorre em relação aos motoristas de aplicativos, que estão submetidos à imposição (e modificação) unilateral de tarifas pela Uber e devem a ela se submeter, não tendo instrumentos de negociação coletiva para definição de sua remuneração e de outros direitos.

No caso do trabalhador portuário, a qualificação depende exclusivamente do Ministério da Marinha e do Órgão Gestor de Mão de Obra.¹⁹ Antes da Lei nº 8.630/93, o sindicato também poderia qualificar os trabalhadores portuários. Logo, os trabalhadores dependem do órgão constituído pelas operadoras portuárias para poderem se qualificar e, por conseguinte, obter seus diplomas e exercer as respectivas atividades.

Conforme os elementos de prova citados na Reclamação Trabalhista nº 0011359-34.2016.5.03.0112, os motoristas da Uber também são treinados pela empresa, pessoalmente ou por meio de vídeos, para prestar serviços, sendo a plataforma quem autoriza ou não a sua prestação de serviços, estabelecendo

16 Por todos, Pellegrini (2018). A autora é diretora jurídica da Uber no Brasil.

17 Por todos, Chaves Júnior, Mendes e Oliveira (2017).

18 Arts. 32, parágrafo único e 43 da Lei nº 12.815/2013.

19 Arts. 32, inciso II e 33, inciso II, alínea b e c da Lei nº 12.815/2013.

uma pontuação mínima que o motorista precisa obter a partir da avaliação dos passageiros para continuar podendo trabalhar pela Uber.

Os trabalhadores avulsos, como dito, podem ser punidos pelo OGMO por ausência de assiduidade, perdendo o seu registro e, portanto, a possibilidade de trabalhar. Isso também ocorre no caso dos motoristas da Uber, que podem sofrer suspensão se ficarem muito tempo inativos no sistema ou terem seus contratos terminados se não obtiverem a pontuação mínima estipulada unilateralmente pela empresa.

O argumento principal de defesa da Uber utilizado para sustentar a inexistência do vínculo empregatício com o motorista também é encontrado no trabalhador avulso portuário: a inexistência de exigência de horários rígidos para a realização do trabalho e a possibilidade teórica de negar as tarefas oferecidas.²⁰ Nesse ponto os dois tipos de trabalho se equiparam: são trabalhadores por demanda.

A estratégia da Uber, tal como de outras empresas de trabalho por demanda, parece ser a de conferir uma certa liberdade ao trabalhador, que, na prática, é controlado pela precificação e pelas baixas tarifas, que fazem com que necessite disponibilizar grandes quantidades de tempo para a obtenção da remuneração necessária (CARELLI, 2017).

Além disso, pode-se pensar que a alegada liberdade, que tanto o trabalhador avulso quanto os trabalhadores por demanda teriam, de optar por trabalhar quando quisessem seria equiparável à liberdade que o empregado tem de não ir ao emprego: ambos serão penalizados igualmente ao não receberem a remuneração referente ao período não trabalhado, bem como podem ser excluídos pela não assiduidade.

Outro aspecto a ser cotejado entre os dois ambientes de trabalho é que a Uber não limita o número de trabalhadores, ou o faz segundo seus interesses, enquanto o ingresso no trabalho portuário depende da obtenção do registro que é fornecido pelo OGMO e este controla o número de trabalhadores registrados.

O cadastramento do trabalhador portuário avulso pressupõe prévia habilitação profissional, mediante treinamento realizado em entidade indicada pelo OGMO.²¹ Após a obtenção de cadastro e prévia seleção, o trabalhador portuário ingressa no registro de avulso, alcançando a preferência na escala de trabalho para trabalhar como avulso.²² A limitação do quantitativo de trabalhadores decorreu de um processo histórico de lutas sociais de trabalhadores portuários para que estes pudessem garantir uma remuneração digna e condições de trabalho satisfatórias, a partir de um quadro limitado concorrencial de trabalhadores.

O controle, no caso da Uber, é feito pelas notas conferidas pelos clientes. O destinatário da nota não é o cliente, mas serve apenas para a empresa controlar, no seu interesse, a conveniência de o motorista continuar dirigindo pela plataforma.

O trabalhador portuário avulso é controlado no período da prestação de serviço pelo OGMO e pela operadora portuária, precisando seguir estritamente as regras das operadoras. No caso do trabalhador avulso, o controle é pessoal e direto, diferentemente do caso da Uber, em que o controle se dá a partir de forma menos presencial em relação à Uber, ocorrendo por meio da nota dos clientes, da precificação e do controle remoto das viagens.

Ademais, os trabalhadores avulsos são escalados para prestar serviços a diversas operadoras portuárias, tal como pode ocorrer em relação aos motoristas da Uber, que também podem atender a demanda de outras empresas de transporte, não havendo exclusividade em ambos os casos.

Verifica-se, assim, a similitude das situações: ambos são trabalhadores por demanda, dependentes

20 Disponível em: <https://www.theverge.com/2019/9/11/20861362/uber-ab5-tony-west-drivers-core-ride-share-business-california>. Acesso em: 12/ fev. 2020.

21 Conforme dispõem os parágrafos 1º e 2º da Lei nº 12.815/2013.

22 Art. 4º da Lei nº 9.719/98.

economicamente do fornecedor do trabalho, controlados em seu trabalho durante sua execução, submetidos a poder disciplinar e detentores de certo poder de negativa sobre o trabalho ofertado. O trabalhador avulso portuário, no entanto, tem garantias contra o poder exercido pelo órgão gestor de mão de obra e poder de negociação coletiva, legalmente previstas.

Considerações finais

Vimos que nos dois fenômenos (trabalho avulso e trabalho por plataforma) é possível identificar a ambiguidade da liberdade concedida, inculcada no espírito dos trabalhadores a ideia de liberdade de trabalho, vida sem patrão, mas na realidade a liberdade é imediatamente negada por quem comanda e controla as ofertas de trabalho.

Ambas categorias possuem vulnerabilidades típicas de empregados, o que se demonstra pela possibilidade de sofrerem penalidades ou pela dependência em relação à Uber ou às operadoras portuárias respectivamente.

A partir da leitura dos dois fenômenos, o presente estudo pretendeu examinar a possibilidade de se conferir proteção legal aos trabalhadores por demanda que prestam serviços intermediados por plataformas. A intenção foi de analisar a categoria do trabalhador avulso, necessário à dinâmica do porto, como paradigma para refletir sobre a possibilidade de se conferir proteção legal pelo direito do trabalho a categorias que podem superar o enquadramento de empregado clássico da norma fordista, trazendo reflexos sobre as fronteiras do direito do trabalho.

A partir da investigação do surgimento de outras formas de organização do trabalho, tendo a Uber como modelo, e da comparação com a categoria dos trabalhadores avulsos, é possível concluir que há similitudes importantes no processo de trabalho das duas figuras emergentes, o que pode levar à regulação similar do trabalho sob demanda, considerando os trabalhadores de plataforma como trabalhadores avulsos, destinatários, portanto, da proteção trabalhista.

A liberdade propalada pela Uber e demais intermediadoras de trabalho por plataforma só poderia ser possível com a garantia de direitos que limitassem seu poder. A existência de relação de emprego ou não talvez fosse menos relevante do que a reflexão acerca da necessidade da garantia de direitos por meio da expansão das fronteiras do direito do trabalho, pela percepção da noção de zona cinzenta em um momento no qual o mundo passa por um processo de reformulação da organização das formas de trabalho que desafiam o enquadramento clássico do emprego da norma fordista. Se o Direito do Trabalho pode fornecer uma via para a inclusão desses trabalhadores na cidadania, como aconteceu com os avulsos portuários, ele por outro lado é o maior ameaçado pela expansão da zona cinzenta perpetrada pela entrada das plataformas de trabalho. As decisões nesse campo são sempre políticas e por isso mesmo nunca são neutras. Ou seja, não escapam de serem testadas em sua legitimidade pelos atores sociais. A disputa entre trabalhadores e empresas e sua correlação de forças entre si e com os demais *stakeholders* no espaço público da zona cinzenta serão essenciais na configuração institucional do trabalho em plataformas.

Referências

AZAÏS, Christian. Sécurité de la profession, insécurité des professionnels: la zone grise de l'emploi chez les pilotes d'hélicoptère au Brésil. *In*: AZAÏS, Christian; CARLEIAL, Liana (Dirs.). **La "zone grise" du travail**. Dynamiques d'emploi et négociation au Sud et au Nord. Bruxelles: Peter Lang, 2017. p. 103-121.

AZAÏS, Christian. Figures émergentes. *In*: BUREAU, Marie-Christine ; CORSANI, Antonella ; GIRAUD, Olivier, REY, Frédéric (Orgs.). *Les zones grises des relations de travail et d'emploi*. Un dictionnaire sociologique. Buenos Aires: Teseo, 2019.

BOGG, Alan. Taken for a Ride: Workers in the Gig Economy. **Law Quarterly Review**, v. 135, n. 1, p. 219-226,

A zona cinzenta do trabalho e emprego, trabalhadores sob demanda em plataformas digitais e trabalhadores portuários avulsos: direitos trabalhistas além da relação de emprego

2019.

BUREAU, Marie-Christine; DIEUAIDE, Patrick. Institutional change and transformations in labour and employment standards: an analysis of 'grey' zones. **Transfer**, v. 24, n. 3, p. 261-277, 2018.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. A terceirização no Século XXI. **Revista do TST**, v. 79, n. 4, p. 232-244, out./dez. 2013.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. O caso Uber e o Controle por Programação: de carona para o Século XXI. *In*: PAES LEME, Ana Carolina Reis; RODRIGUES, Bruno Alves; CHAVES JÚNIOR, José Eduardo de Resende. (Coords). **Tecnologias disruptivas e exploração do trabalho humano**. A intermediação de mão de obra a partir das plataformas eletrônicas e seus efeitos jurídicos e sociais. São Paulo: LTr, 2017. p. 130-146.

COLLIN, Francis et al. **Le droit capitaliste du travail**. Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 1980.

COLLIER, Ruth; DUBAL, Veena; CARTER, Christopher. Disrupting Regulation, Regulating Disruption: The Politics of Uber in the United States. **Perspectives on Politics**, v. 16, n. 4, 919-937, 2018. Disponível em: 10.1017/S1537592718001093. Acesso em: 27 mar. 2020

CONSIGLIO, Alessa. Il lavoro nella digital economy: prospettive su una subordinazione inedita? **Labour & Law Issues**, v. 4, n. 1, p. 79-116, 2018.

CHAVES JÚNIOR, José Eduardo de Resende; MENDES, Marcus Menezes Barberino; OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio. Subordinação, Dependência e Alienação no Trânsito para o Capitalismo Tecnológico. *In*: PAES LEME, Ana Carolina Reis; RODRIGUES, Bruno Alves; CHAVES JÚNIOR, José Eduardo de Resende (Coords.). **Tecnologias disruptivas e exploração do trabalho humano**. A intermediação de mão de obra a partir das plataformas eletrônicas e seus efeitos jurídicos e sociais. São Paulo: LTr, 2017. p. 166-180.

DAVIDOV, Guy. The Status of Uber Drivers: A Purposive Approach. **Spanish Labour Law and Employment Relations Journal**, v. 6, n. 1-2, p. 6-15, 2017.

DAVIDOV, Guy; FREEDLAND, Mark; KOUNTOURIS, Nicola. The Subjects of Labor Law: "Employees" and Other Workers. *In*: FINKIN, Matthew; MULDLAK, Guy (Eds.). **Comparative Labor Law**. Cheltenham/Northampton: Edward Elgar, 2015. p. 115-132.

DE STEFANO, Valerio; ALOISI, Antonio. **European Legal framework for digital labour platforms**. Luxembourg: European Commission, 2018.

DUBAL, Veena. Wage Slave or Entrepreneur? Contesting the Dualism of Legal Worker Identities. **California Law Review**, v. 105, n. 1, p. 101-159, 2017.

DUBAL, Veena. AB5 para Democracia: segurança econômica e a regulação do trabalho do bico na Califórnia. *In*: CARELLI, Rodrigo; CAVALCANTI, Tiago; FONSECA, Vanessa. **O futuro do trabalho: os efeitos da revolução digital na sociedade**. Brasília: ESMPU, 2020.

GOMES, Barbara. La plateforme numérique comme nouveau mode d'exploitation de la force de travail. **Actuel Marx**, v. 1, n. 63, p. 86-96, 2018. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-actuel-marx-2018-1-page-86.htm#>. Acesso em: 27 mar. 2020.

KENNER, Jeff. Uber drivers are 'workers' – The expanding scope of the 'worker' concept in the UK's gig economy. *In*: KENNER, Jeff; FLORCZAK, Izabela ; OTTO, Marta (Eds.). *In*: **Precarious Work**. The Challenge for Labour Law in Europe. Cheltenham: Edward Elgar, 2019. p. 197-221.

KESSELMAN, Donna; AZAÏS, Christian. **Les zones grises d'emploi**: vers un nouveau concept dans la comparaison internationale du travail? L'exemple des Etats-Unis et de la France, 2011. Disponível em: <http://metices.ulb.ac.be/IMG/pdf/KESSELMAN-AZAIS.pdf>. Acesso em : 27 mar. 2020.

PAIXÃO, Cristiano; FLEURY, Ronaldo Curado. **Trabalho portuário: a modernização dos portos e as relações de trabalho no Brasil**. São Paulo: Método, 2018.

PELLEGRINI, Ana. Não há vínculo de emprego dos motoristas com plataformas de transporte. **TRT Rio em Revista**, n. 4, ano II, p. 25, abr. 2018.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. As origens de nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRASSL, Jeremias. **Humans as a service**. The promise and peils of work in the gig economy. Oxford: Oxford University Press, 2018.

RAMOS FILHO, Wilson. **Direito capitalista do trabalho**. História, mitos e perspectivas no Brasil. São Paulo: LTr, 2012.

SCHOLZ, Trebor. **Uberworked and underpaid. How workers are disrupting the digital economy**. Cambridge: Polity Press, 2017.

SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da. Droit du travail et institution de (nouvelles) inégalités dans le Brésil contemporain. In: AZAÏS, Christian; CARLEIAL, Liana (Dirs). **La “zone grise” du travail**. Dynamiques d’emploi et négociation au Sud et au Nord. Bruxelles: Peter Lang, 2017. p. 25-40.

SUPIOT, Alain. **Critique du Droit du Travail**. Paris: Quadrige/PUF, 2002.

TODOLÍ, Adrián Signes. **El trabajo en la economia colaborativa**. Valencia: Tirant lo Branch, 2017.

TRILLO PÁRRAGA, Francisco. Economia digitalizada e derecho del trabajo. **Revista de Derecho Social**, v. 1, n. 76, p. 59-82, 2017.

WOODCOCK, Jamie; GRAHAM, Mark. **The gig economy** : a critical introduction. Cambridge: Polity Press, 2020.

Rodrigo de Lacerda Carelli é professor da Graduação e do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Também é procurador do trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Bianca Neves Bomfim Carelli é mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Edição v. 39
número 2 / 2020

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 39 (2)
ago/2020-nov/2020

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

Trabalhe você mesmo: o trabalho “criativo” na sociedade de plataforma

Work it yourself: “creative” labour in the platform society

NATHÁLIA DREY COSTA

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.
E-mail: nathaliadreycosta@gmail.com.
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6295-514X>.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

COSTA, Nathália Drey. Trabalhe você mesmo: o trabalho “criativo” na sociedade de plataforma. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 2, p. 42-58, ago./nov. 2020.

Submissão em: 24/11/2019. Revisor A: 17/01/2020; Revisor B: 09/02/2020. Aceite em: 09/03/2020

DOI – <http://doi.org/10.22409/contracampo.v39i2.38782>

Resumo

A relação entre trabalho, criatividade e a plataformização do capitalismo é o eixo temático nesta discussão. O objetivo deste artigo foi discutir a relação entre o trabalho “criativo” e a sociedade de plataforma através da análise de resultados iniciais de pesquisa de um questionário-exploratório *online* realizado no primeiro semestre de 2019 com trabalhadores da indústria criativa brasileira. Resultado também de reflexões oriundas da tese que desenvolvo a respeito da dimensão comunicativa do trabalho “criativo”, esta análise versa sobre a plataformização do trabalho criativo, entendendo a partir de uma perspectiva crítica como as noções de criatividade e trabalho são associadas à subjetividade neoliberal, à flexibilização, precariedade e à lógica de propósito/missão do trabalho na atual sociedade de plataforma.

Palavras-chave

Trabalho; Trabalho Criativo; Sociedade de plataforma.

Abstract

The relation between labour, creativity and the platformization of capitalism is the thematic axis of this discussion. The aim of this paper was to discuss the relationship between “creative” work and platform society by analyzing initial research results through an online exploratory questionnaire conducted in the first half of 2019 with workers from the Brazilian creative industry. Also resulting from reflections arising from the thesis I develop about the communicative dimension of “creative” labour, this analysis deals with the platformization of creative labour, understanding from a critical perspective how the notions of creativity and work are associated with neoliberal subjectivity, flexibility, precariousness and the purpose / mission logic of work in today’s platform society.

Keywords

Labour; Creative Labour; Platform society.

Introdução

O imaginário acerca da relação entre trabalho e tecnologia consiste em uma relação bastante polarizada: ou estamos caminhando para a derrocada irreversível das profissões, ocupações e relações humanas; ou estamos percorrendo o glorioso caminho de tijolos amarelos rumo ao progresso, abraçado pelo avanço tecnológico, conduzido em direção ao parque de diversões da contemporaneidade, recheado de tempos de lazer, trabalhos criativos e estimulantes, assim como também novas ansiedades e preocupações. Na reflexão de Raymond Williams (2011), a tecnologia não é neutra, tampouco desenvolvimentista por si só. Requer usos possíveis, apropriações e negociações por parte dos sujeitos que se relacionam com a mesma, podendo ser em si uma tecnologia potencializada ou mesmo atrofiada a depender da situação na qual se encontra. A tecnologia não é um ambiente neutro desprovida de algum tipo de preconceito e manutenção de privilégios, e, por não ser neutra, pode ser apropriada e reapropriada a depender das habilidades, reproduzindo também certos tipos de desigualdades (raciais, econômicas e de gênero), como já apontava Judy Wajcman (2012) ao analisar a relação entre feminismo e tecnologia.

O caso atual das plataformas - e sua organização societal - remete a uma porção de complexas relações, entre essas a relação da humanidade com o trabalho, com a comunicação e com as plataformas. Com isso, podemos perceber que o movimento não é de obsolescência da velha tecnologia em direção à novidade, mas de adaptação e coexistência, com o surgimento de outros recursos que se ligam aos modelos convencionais. As plataformas, por sua vez, também não operam em valores neutros, estruturando a vida em sociedade através da alimentação permanente da lógica neoliberal com a mercantilização dos dados gerados pelos produtores/usuários (VAN DIJCK et al., 2018). Um cenário atual que relaciona tecnologia, comunicação e trabalho presente em muitas análises é o da sociedade de plataforma (VAN DIJCK et al., 2018) e sua relação com o capitalismo em escala global. Para Van Dijck (2018), o que ocorre é justamente a *plataformização da sociedade*, uma vez que esses espaços combinam a infraestrutura *online* com as estruturas sociais, transformando dados em mercadorias através do processamento algorítmico, ocultando problemáticas sociais e econômicas implícitas em tal relação - entre as quais está a questão do *trabalho*.

A sociedade de plataforma e sua relação com o capitalismo está inserida também em lógicas econômicas situadas na cultura digital, a exemplo da questionável economia do compartilhamento (SLEE, 2017), da economia de demanda ou economia dos bicos (*gig economy*) configuradas por plataformas tecnológicas e digitais, mercados de algoritmos e geração de dados através dos usos da internet. No contexto da sociedade de plataforma, a comunicação torna-se, além de uma necessidade, um importante insumo para o trabalho, desenvolvido principalmente através do uso da internet e do intermédio das plataformas de grandes empresas globais. O predomínio do uso de plataformas e da internet para diversos setores do trabalho humano alimenta algumas premissas de predominância da imaterialidade do trabalho, da construção da sociedade do conhecimento, do tempo livre, da criatividade e da comunicação. Décadas antes convencionou-se a defesa, inclusive, da tese de fim do trabalho (no Brasil, como exemplo principal de contraponto a essa tese, podemos trazer as pesquisas e resultados do sociólogo do trabalho Ricardo Antunes, principalmente em seu livro *Adeus ao trabalho?*, de 1995). A predominância absoluta do tempo livre, do trabalho criativo, da concepção de inovação como progresso substancial na produção das sociedades, da tecnologia como aliada de chefes (substitutos do patrão) e colaboradores (substitutos dos trabalhadores) na exploração de mais-valia relativa (maior produção em menos tempo de trabalho).

As tecnologias digitais e de comunicação nos auxiliam nesta empreitada solitária de mérito e sucesso. São nossos *smartphones* e *notebooks* que podem nos auxiliar a nos conectarmos e a nos comunicarmos de modo a operacionalizar nosso trabalho (e emprego) no espaço da internet e da sociedade de plataforma. Uma quantidade de plataformas, aplicativos, dispositivos mediados pela ambiência digital e conectados à internet desenvolve uma gama de relações (de produção, circulação e consumo, inclusive) que afetam social e culturalmente nossa atividade laboral. As modalidades de contrato e de trabalho

atuais são preenchidas por categorias cada vez mais flexibilizadas, informalizadas e precarizadas. Até mesmo profissões de prestígio intelectual e com forte poder simbólico e cultural estão enredadas pelas modalidades flexíveis e precarizantes de trabalho. A economia em escala global e o capital financeiro das grandes empresas (das quais fazem parte plataformas digitais) exigem, como afirma Antunes (2018, p. 34), “disponibilidade perpétua para o labor, facilitada pela expansão do trabalho *online* e dos ‘aplicativos’, que tornam invisíveis as grandes corporações globais que comandam o mundo financeiro e dos negócios”. A proletarianização de diversos setores de serviços é uma onda que já cobre nossas cabeças.

O trabalho atravessado pelas plataformas e pela cultura da internet se relaciona com as esferas da produção e do consumo, produzindo sujeitos híbridos, como define Van Dijck (2018): os produtores/usuários. Os dados e as informações de cada usuário/produzidor/consumidor estão sob a posse das grandes empresas que direcionam a maior parte do conteúdo que é produzido e compartilhado na *web*. Conhecidos pela sigla GAFAM (Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft), também denominados como *Big Five*, os cinco gigantes correspondem ao enorme oligopólio da informação e comunicação em tempos de ambiência digital. Uma vez que o trabalho humano não está deslocado de seu espaço digital – e, boa parte de seus procedimentos encontra-se nessa ambiência –, seria possível afirmar que o GAFAM é, em escala global, o novo chefe mundial? O monopólio das superplataformas (VAN DIJCK et al., 2018) reorganiza o que entendemos sobre trabalho, consumo e, não obstante, comunicação, misturando suas rotinas e invisibilizando as próprias lógicas.

Para este artigo, busco um recorte a respeito do trabalho na sociedade de plataforma a partir de questões referentes ao trabalho realizado em setores da indústria criativa – o trabalho dito como criativo¹. A compreensão social e a preocupação governamental com setores criativos para a economia começou ao final dos anos 1980, início dos 1990, conforme contextualiza Leonardo De Marchi (2013). De acordo com o autor, o fomento de políticas culturais com foco na economia criativa é baseado na experiência inglesa do Partido Trabalhista (*Labour Party*) entre os anos 1990 e 2000. Através de setores reformistas liderados por Tony Blair, obtiveram-se mudanças significativas nas políticas britânicas para cultura e comunicação com a substituição do termo indústrias culturais (*cultural industries*) por indústrias criativas (*creative industries*) nos documentos oficiais do partido, prometendo revoluções na abordagem do discurso do Novo Trabalhismo, com foco na cultura por via do desenvolvimento político e econômico (DE MARCHI, 2013).

A primeira compreensão global a respeito da indústria criativa deu-se no ano de 2008 através de um estudo realizado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), com análises a respeito da indústria e economia criativas em escala internacional. No mesmo ano, o Brasil também apresentou um estudo localizado no país a respeito das características, dos dados e informações situados na indústria criativa brasileira. O estudo foi realizado no mesmo ano pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) pela primeira vez, mantendo-se com certa regularidade e atualização e adquirindo a denominação de Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil desde então.

A última versão do Mapeamento (2019) até a escrita deste texto constava em sua sexta edição, fazendo referência ao período que vai de 2015 (ano da última publicação) a 2017 (contemplando também o biênio anterior de 2013 a 2015). O mapeamento é realizado a cada dois anos e, a critério de pesquisa, define indústria criativa/economia criativa a partir de 13 setores agrupados em quatro áreas: 1) Consumo (Design, Arquitetura, Moda e Publicidade), 2) Mídias (Editorial e Audiovisual), 3) Cultura (Patrimônio e Artes, Música, Artes Cênicas e Expressões Culturais) e 4) Tecnologia (P&D, Biotecnologia e TIC).

O Mapeamento realizado pela FIRJAN aponta algumas categorias profissionais, bem como salários e mercado para atuação. Em recente divulgação da Federação, há apontamentos para um perfil profissional que contemple qualidades como digital e inovador. Ainda de acordo com a Federação, teriam sido abertas 24 mil vagas com o perfil digital e inovador em dez profissões localizadas na economia criativa, o que representaria, nas palavras da instituição, “as transformações da nova economia, caracterizada por novos

modelos de negócio, hábitos de consumo e relações de trabalho" (FIRJAN, 2019). Os dados divulgados pela Federação afirmam que, no Brasil, há 245 mil estabelecimentos e 837 mil profissionais inseridos no denominado mercado de trabalho criativo.

Porém, a pesquisa realizada e divulgada pelo Mapeamento só considera os dados obtidos por meio do mercado formal de trabalho no país, fornecidos até 2017 pelo Ministério do Trabalho (também extinto pelo atual governo brasileiro em janeiro de 2019). A informalidade e a precariedade dos contratos de trabalho no setor criativo é uma realidade experimentada pelos trabalhadores que enveredaram pelo ramo. É possível que os postos de emprego e a geração de renda sejam maiores, relacionando profundamente o mercado criativo ao mercado informal brasileiro. Interessante ressaltar que termos como novo, novidade e inovação aparecem com bastante frequência no discurso empresarial, principalmente como requisitos básicos a vagas de emprego. Aliado ao perfil inovador, agora também o perfil digital passa a ser uma competência requerida entre os profissionais criativos (termo utilizado no ramo para se referir aos trabalhadores da indústria criativa). Neste artigo, ao longo das considerações teóricas sobre o plataformização do trabalho dito criativo, trago também os resultados iniciais de uma pesquisa exploratória realizada em 2019 e que colaborou para o levantamento das primeiras pistas à tese² que desenvolvo sobre a dimensão comunicacional do trabalho denominado criativo.

Patrão-plataforma, trabalhador-plataformizado

O entendimento da relação entre trabalho e plataforma é perpassado pela comunicação e carrega consigo alguns signos, a exemplo da noção de criatividade e de trabalho imaterial e criativo. A expansão da noção de criatividade (inclusive como um setor que, paradoxalmente, se associa à ideia de *indústria* – a indústria criativa) como insumo está no centro da relação produtor/usuário. O trabalho recebe a alcunha de criativo – desconsiderando sua dialética espetacular (ANTUNES, 2009; 2018) – e toda uma gama de trabalhadores – entre os quais incluem-se os comunicadores - engendra-se em alguns mitos a respeito de autonomia, liberdade, criatividade e divertimento para o trabalho. Para Muniz Sodré (2014), os tradicionais meios de comunicação são transformados em um complexo industrial e o sujeito individualista não é mais aquele sozinho diante do mundo, mas o sozinho com o mundo dentro de si mesmo como efeito das tecnologias da comunicação. O papel da comunicação em uma sociedade do capitalismo de plataforma pode ser pensado, em confluência com a premissa de Sodré (2014), através do campo comunicacional no qual a mesma equivale a um modo geral de organização, a "forma organizativa" principal dos diferentes modelos simbólicos e percepções de tempo, espaço e sociabilidades. A continuidade (com domínio financeiro e tecnológico) da mercantilização da ordem, mas não um novíssimo modo de produção econômica (SODRÉ, 2014).

Um dos aspectos mais salientes da presença da comunicação no trabalho plataformizado é o uso dos meios de comunicação como meios de produção, premissa já levantada por Raymond Williams (2011). Williams rejeitou determinismos tecnológicos e pensou a cultura enquanto sistema social produtivo tendo os meios de comunicação como meios de produção cultural e *comunicativa*, relações sociotécnicas de produção cultural (ANTUNES e GOMES, 2019). Fuchs (2015) sintetiza que trabalho (*work*), para Marx, é a criação de bens e serviços que satisfaçam as necessidades humanas e sociais, enquanto o trabalho (*labour*) é relação de estranhamento e alienação do trabalho que conduz a sociedade de classes. Logo, a comunicação enquanto necessidade humana vincula-se à noção de trabalho incorporada às relações de alienação e mercantilização (FUCHS, 2015). Em consonância, podemos pensar que o trabalho comunicativo observável não se trata apenas dos bens culturais em circulação nos meios de comunicação (e produção),

2 A tese que realizo está inserida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (Poscom/UFSM) desde 2017 e recebe orientação da professora Dra. Liliâne Dutra Brignol.

mas do próprio corpo de trabalho, do sujeito trabalhador por trás da produção e circulação de tais bens diante das lógicas capitalistas financeirizadas do mercado global – cujo sistema nervoso central hoje se engendra na sociedade de plataforma.

A relação do capitalismo com as plataformas e com o trabalho resulta em um fenômeno que Antonio Casilli e Julian Posada (2018) denominam como *plataformização do trabalho e da sociedade*. Experienciamos, portanto, com o advento da sociedade de plataforma (VAN DIJCK et al., 2018) e sua aliança com o capitalismo global a expansão dos níveis de exploração e intensificação do ritmo de trabalho, ao contrário das teses que prenunciavam seu fim ou superação. Grohmann (2019) salienta que a *plataformização* é um desígnio mais propício que “*uberização*” do trabalho, visto a relação de dependência que trabalhadores/consumidores adquirem em relação às plataformas digitais, “com suas lógicas algorítmicas, dataficadas e financeirizadas – em meio a mudanças que envolvem a intensificação da flexibilização de relações e contratos de trabalho e o imperativo de uma racionalidade empreendedora” (GROHMANN, 2019, p. 112).

O sucesso desses serviços fez com que as plataformas se estabelecessem atualmente como “*paradigma organizacional e tecnológico*” (GROHMANN, 2018, p. 3) para empresas no geral, privadas, públicas, tecnológicas, culturais. Porém, ainda que as plataformas sejam organizadas a partir da tecnologia digital, Casilli e Posada (2018) argumentam que, na realidade, as mesmas emergem mais como uma resposta a desenvolvimentos sociais e econômicos de longo prazo, principalmente na relação das pessoas com o mercado e as empresas enquanto métodos tradicionais de organização da produção humana. Slee (2017) indica que uma das consequências mais cruéis do capitalismo de plataforma é a falta, ausência ou drástica redução da responsabilização corporativa e social das grandes empresas em relação à sociedade. Patrões que não são patrões, editores que não são editores, trabalho que não é trabalho. O não-ser das plataformas as irresponsabilizam diante das consequências de seus atos, da conduta ética das profissões, do ônus de gerir e gestar trabalhadores. Como nos aponta Slee (2017), o discurso é ainda o de que os gigantes digitais não passam de intermediários entre os interesses do trabalhador autônomo e do consumidor, ambos imbuídos de um poder infinitamente maior no plano discursivo que na realidade efetiva. Trata-se da lógica da empresa-plataforma (SLEE, 2017).

O surgimento desta modalidade de empresa possibilitou as bases para a conexão entre produtores e consumidores por meio de plataformas de oferta de serviços, estabelecendo o império das empresas de plataforma mais lucrativas da atualidade. Tais empresas não precisam deter patrimônios e propriedades com estoques, almoxarifados e todas as instalações custosas que integravam o poderio das grandes indústrias modernas, rebaixando seus custos a zero enquanto detêm poder e lucros exorbitantes fundamentalmente através do trabalho realizado pelos usuários, produtores de conteúdo e consumidores/produtores (SLEE, 2017).

Slee (2017) atenta para o pessimismo que surge após a esperança na cultura do compartilhamento, muito em consequência da acumulação de fortunas em pouquíssimas mãos de empresas que controlam o uso, a produção, a distribuição e o consumo na internet. Entre as consequências de tal fenômeno, Slee (2017) identifica a corrosão do senso de comunidade, o consumismo desenfreado e a precarização do trabalho (o título de seu livro – *What's Yours Is Mine: Against The Sharing Economy* –, por exemplo, recebeu, no Brasil, a alcunha de *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado* justamente por ser a Uber uma das principais empresas de plataforma da atualidade e a precarização do trabalho de motoristas no mundo inteiro uma das relações – para não dizer simplificarmente consequências – da implantação da empresa em muitos países).

Porém, ainda que a cultura do compartilhamento e os valores comunitários tenham sido superados pelo capitalismo na sociedade de plataforma, ainda é desse discurso que grandes empresas se utilizam para jogar com valores de coletividade e trabalho – fortemente alimentado pelo também discurso da *colaboração*. A produção do valor em empresas-plataforma, como indicam Casilli e Posada

(2018), expõe que a estrutura em rede das plataformas é o que as permite se apropriar do trabalho e da atividade dos consumidores/trabalhadores em diversas partes por transação, ao invés de extrair esse valor da produção por meio de relações de subordinação (como fazem empresas tradicionais). Assim, por um lado, as plataformas monetizam as interações entre os usuários e produtores, capturando valor através da participação (CASILLI e POSADA, 2018). Essa captura de recursos pode ser considerada como participação e co-criação, fazendo com que usuários trabalhem, caracterizando o trabalho digital (FUCHS, 2019; CASILLI e POSADA, 2018). Porém, esse mesmo trabalho digital não se limita a colaboração e participação ditas gratuitas (a exemplo da construção de softwares, produção de vídeos para canais na internet etc.) incluindo atividades de usuários que disponibilizam informações lucrativas aos gigantes da tecnologia em suas transações reduzidas a um clique (CASILLI e POSADA, 2018). Além da colaboração e da captura de dados dos usuários, o trabalho também se manifesta através das plataformas por meio de redes de conexão entre o produtor e o consumidor (sempre intermediadas pelos interesses e pela vigilância das grandes empresas que disponibilizam tais serviços através de aplicativos, sites, softwares etc.). Essa lógica dual é muito característica do trabalho dito criativo e assim é demonstrada nas respostas ao questionário sobre o uso de plataformas (redes sociais) e a circulação e produção do trabalho no espaço digital da internet. Nessa relação, o chefe acaba se tornando os algoritmos produzidos pelas empresas como forma de monitorar e conduzir o consumo e o trabalho de maneira relacional – e, em muitos casos, precarizante.

Especificamente sobre precarização do trabalho, é importante evitar reducionismos: não é, diretamente, o surgimento de novas tecnologias e sistemas (de internet, digitais etc.) que resulta em precarização. Em muitos casos, na realidade, o avanço científico e tecnológico (consequentemente comunicacional também) colabora para o desenvolvimento de novas profissões em uma seara de desemprego, potencializa muitas atividades, facilita ações conjuntas e em espaços diferentes. Porém, como não se trata de uma relação simplificada dual, além do identificado progresso, as tecnologias e o capitalismo de plataformas e da informação também resultaram em precarização de contratos, em aumento da informalidade e oferta generalizada de trabalhos mal (ou nada) – remunerados, como atenta Slee (2017). A acumulação capitalista em poucas empresas também demonstra a dificuldade que temos (e teremos) de redistribuir riquezas fruto do trabalho humano. Como o próprio Slee (2017) salienta, a partir de sua experiência de trabalho na indústria da tecnologia, as novas (e antigas) tecnologias “podem desempenhar um papel importante em construir um futuro melhor, mas eles não fornecem um atalho para resolver problemas sociais complexos ou antigas fontes de conflito social” (SLEE, 2017, p. 33).

Toda a gama de dados gerados pelos usuários (e trabalhadores) na internet está se transformando em um novo petróleo, como definem Chandler e Fuchs (2019), visto que os dados gerados (e comercializados) pela humanidade desenvolvem o século XXI na mesma proporção que o petróleo transformou a economia e as sociedades no século XX. “Tais discursos populares afirmam que o *big data* permite novas formas de gerar conhecimento que levarão a possibilidades inovadoras e criativas” (CHANDLER e FUCHS, 2019). No entanto, apesar da mina de ouro incutida na geração e comercialização de dados, é fundamental atentar para o fato de que o *big data* não é um recurso natural. Como salienta Grohmann (2019), apesar de ser uma verdade em termos financeiros, a comparação dos dados ao petróleo esconde que aqueles não seriam produtos naturais e, portanto, careceriam de construção e apropriação. Os dados estão incutidos no modo de produção capitalista através de documentação, filtragem e extração e, na mesma linha dos algoritmos, ganham sentido de paradigma científico e tornam-se objetos supostamente neutros e inquestionáveis (GROHMANN, 2019). O grande perigo é a naturalização e neutralização dos dados, pois, assim, escondem-se diferenças e desigualdades diversas – inclusive coloniais – entre a produção e o consumo do trabalho plataformizado (CASILLI, 2018).

A era da financeirização e mundialização do capital, como define Ricardo Antunes (2018), está organizando uma nova divisão internacional do trabalho com claras tendências à informalidade (e precariedade) e à intelectualidade por meio do uso de tecnologias de informação e comunicação, além de

dispositivos digitais, para o trabalho. Em *O privilégio da servidão*, o sociólogo afirma ser a eliminação do trabalho pelo maquinário um engodo, visto que o momento apresenta, na realidade, a expansão do novo proletariado da era digital:

(...) cujos trabalhos, mais ou menos intermitentes, mais ou menos constantes, ganharam novo impulso com as TICs, que conectam, pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho. Portanto, em vez do fim do trabalho na era digital, estamos vivenciando o crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, uma variante global do que se pode denominar *escravidão digital*. Em pleno século XXI (ANTUNES, 2018, p. 30).

Fuchs (2015) indica que tanto a internet quanto a globalização são meios e sistemas inseridos no capitalismo, resultando em relações de trabalho que aparentam ser novidade, porém, escondem se tratar de relações fundamentais de classe, a exemplo de uma divisão internacional do trabalho digital que envolve trabalho assalariado, trabalho não-remunerado, trabalho industrial, trabalho que produz conteúdo informacional juntamente de outras modalidades de trabalho digital (ou não-digital). Como defende Tom Slee (2017), a internet não é uma ruptura tão intensa quanto alguns entusiastas e otimistas alardeiam, visto que modelos de negócio e compartilhamentos são engolidos pelos gigantes comerciais (agora também digitais) assim como os já mercados monopolistas tradicionais. Afinal, “não se trata de construir uma alternativa à economia de mercado dirigida por corporações. Trata-se de expandir o livre mercado para novas áreas de nossas vidas” (SLEE, 2017, p. 48). A produção na internet circunda o trabalho - em suas diferentes modalidades - que produz valor direta ou indiretamente (no caso da geração de dados às grandes plataformas).

As tendências dessa divisão internacional do trabalho se articulam por meio de processos de simbiose, mesclando trabalho produtivo e improdutivo, material e imaterial, desenvolvendo novas formas de geração de mais-valor, sob o comando de uma hegemonia do capital financeiro internacional (ANTUNES, 2018). O consumismo digital de nossa época colabora para as simbioses no imaginário a respeito do trabalho, sendo a compreensão da imaterialidade de toda a produção uma das forças mais preponderantes. Huws (2011) atentar-se para o tal “mito da economia imaterial” na atualidade, em um contexto de economia de demanda e plataformas digitais de agenciamento laboral, fruto do capitalismo financeiro e das ondas entusiastas com as tecnologias digitais. A ideia de que o trabalho hoje se resume ao esforço intelectual e imaterial é, para Huws (2011), um engodo que esconde a presença da materialidade nas relações sociais e de trabalho. Huws (2011) argumenta que há no capitalismo uma habilidade de geração de mercadorias novas que aparentam “algo mágico, como se estivessem sendo obtidas do ar” (2011, p. 31). O trabalho realizado em ambientes digitais em contexto de plataformas é mais um dos setores nos quais o trabalho é invisibilizado por meio da ilusão produzida através das mercadorias. A acentuada divisão internacional do trabalho sofre ações diretas das tecnologias incorporadas ao trabalho, tais como computadores e celulares pessoais (e profissionais), bem como o acesso à internet e ao espaço digital.

Huws (2014) identifica que a produção, a distribuição e o consumo aos poucos vão se dissolvendo na sociedade do capitalismo imaterial, forçando alguns trabalhos remunerados a deixarem de o ser, assim como fomentando novos empregos e atividades econômicas nutridas em esferas da vida até então vistas tradicionalmente de fora do mercado: “A maioria dos trabalhadores se envolve em vários tipos diferentes de trabalho, remunerados e não remunerados, simultaneamente e ao longo do curso de suas vidas, transpondo essas categorias simples” (HUWS, 2014, p. 17). A criatividade, por sua vez, acaba por se tornar, nessa lógica, um insumo e uma condição: é preciso que a criatividade seja quase um produto imaterial do trabalho denominado criativo e, ao mesmo tempo, represente uma condição que possibilite que o trabalhador permaneça no mercado de trabalho e não se torne obsoleto. Porém, apesar dos discursos de criatividade e autorrealização, “a geração de conteúdo não tem sido imune às tensões e conflitos sobre a

propriedade, o controle da produção e as normas trabalhistas³ (CASILLI, 2018, p. 19).

“Meu trabalho é onde eu estiver com internet”

Realizei ao final de 2018 e primeiro semestre de 2019 uma primeira incursão ao campo no qual desenvolvo minha pesquisa de doutorado (iniciada em março de 2017). Através da sistematização de uma pesquisa exploratória, elaborei entrevistas e um questionário *online* direcionado a trabalhadores identificados com a indústria criativa questionando rotinas produtivas e provocando reflexões dos próprios informantes a respeito do trabalho criativo. O questionário obteve 40 respondentes (para 31 perguntas de múltipla escolha e discursivas) divididas em três seções (identificação, rotina e reflexões). Ao final, para me auxiliar no desenvolvimento da pesquisa, o questionário-exploratório contou com o seguinte perfil de respondentes: média de idade dos 26/29 anos, alta escolaridade (graduação e pós-graduação), renda mensal entre 1 a 3 salários mínimos e predomínio de múltiplas fontes de renda mensal, 52,5% de mulheres e 47,5% de homens, 85% brancos, 10% pardos e 5% negros (a porcentagem mais desigual de perfil). Os setores da indústria criativa que mais apareceram entre os respondentes foram os setores de Consumo (50%), seguido do setor de Mídia (35%) e do setor de Cultura (32%).⁴ Para pensar a relação entre a noção de trabalho criativo e sociedade de plataforma, trago alguns resultados iniciais para serem discutidos: desde a relação trabalho – sociedade de plataforma, até a constituição da subjetividade dos trabalhadores inseridos neste contexto.

Sobre especificamente ferramentas e tecnologias digitais para o trabalho, a maioria dos respondentes indicou como o uso de computador pessoal/notebook (87,5%), seguido de celular (82,5%) e acesso à internet em espaço privado (75%), reforçando as pistas sobre individualização do trabalho criativo e maleabilidade nos espaços de trabalho (celular e notebook pessoais, ainda que sejam privados, podem ser facilmente transportados e acionados em diferentes locais e momentos, não se restringindo a um espaço físico imóvel). Inicialmente, acreditava que as respostas mencionariam negativamente questões como solidão ou solitário (principalmente no que tange à modalidade do *home office*), o que foi superado pelas respostas que demonstraram maior preocupação com o compartilhamento do espaço e suas consequências negativas (barulho, dispersão, incômodo). A alienação do trabalhador passa, desde o tempo que serviu ao entendimento por parte de Marx (2017), pela separação e individualização extrema do processo produtivo. É possível que o trabalho criativo atual, embora passe fortemente pela relação com outras pessoas e inspirações partilhadas, tenda à solidão, aos processos individualizantes, ao retraimento, formando pequenas ilhas de trabalhadores em um arquipélago produtivo.

Mais uma vez, como também salienta Harvey (2017), sistemas concebidos como formas de libertação e colaboração transformam-se – a partir da acumulação capitalista das gigantes digitais – em modelos de pilhagem de mão-de-obra qualificada (e gratuita) dos bens produzidos pelos trabalhadores definindo as indústrias culturais da atualidade. O *big data* se transformou em um fetiche (Harvey, 2017) condicionante dos sistemas econômicos, políticos, sociais e culturais de hoje. Nas indústrias criativas, a internet é um espaço fundamental para o trabalho, principalmente nos setores que criam diretamente comunicação, mídia, programação digital, bem como relaciona consumo, design e outras modalidades. Interessante destacar duas respostas à pergunta “onde – e como – é o seu trabalho?": uma que apontou “onde eu estiver (com internet)”, indicando a mobilidade do trabalho, o espaço da internet como um

3 No original: “*la generación de contenido no ha sido inmune a las tensiones y conflictos sobre la propiedad, el control de la producción y las normas laborales*”.

4 Utilizei, para caracterização dos setores e ocupações, o *Mapeamento da Indústria Criativa* organizado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) para o biênio de 2017 a 2019. No mapeamento, os estados do Sul e Sudeste brasileiros são os mais representativos na quantificação de trabalhadores inseridos formalmente na indústria criativa. Por opções de recorte de pesquisa, recolhi as respostas de informantes localizados nestas regiões.

espaço ao mesmo tempo fixo (é necessário e pré-requisito para o trabalho) e móvel (fisicamente, pode ser realizado de múltiplos espaços); e outra que respondeu “sala de ensaio, escritório, rua, cama, bar... todos?”, indicando tanto certa reflexividade a respeito da multiplicidade de espaços para o trabalho (possibilitada por meio do acesso à internet e de dispositivo/tecnologia de comunicação) quanto o borramento da fronteira entre trabalho e outros setores da vida (a rua se torna espaço de trabalho, a cama se torna espaço de trabalho, o bar se torna espaço de trabalho – espaços que antes indicavam somente transitoriedade, descanso, lazer). É praticamente impossível encontrar algum trabalhador inserido nas indústrias criativas que não esteja também inserido nos modelos de produção, distribuição e consumo na internet – e na sociedade de plataforma.

Uma questão que ressalta a complexidade do trabalho na sociedade de plataforma é o fruto do trabalho gratuito, ou, a produção de conteúdo para os gigantes digitais da nossa era. As redes sociais e algumas plataformas que sediam a criação de conteúdo hoje ocupam um espaço importante para os criadores de conteúdo. No questionário, as redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter, LinkedIn, Whatsapp etc.) apareceram como a ampla opção no momento de divulgar, circular ou produzir o conteúdo dos profissionais criativos. A fronteira público/privado também é uma pista saliente nas respostas seguintes: 65% utilizam conta profissional em rede social, seguidos de 55% que utilizam conta pessoal nas mesmas redes. O Brasil tem forte incidência de usos de redes sociais. Aqui, o trabalho é compartilhado, exposto e impulsionado por meio das redes sociais como Facebook, Whatsapp e Instagram – antes mesmo de ser definida por meio de outras plataformas identificadas por pesquisadores europeus, ou mesmo por meio de aplicativos de serviços. Todos estão presentes, porém, as redes sociais são parte integrante da cultura brasileira de internet, a mistura entre espaço público e privado (perfis pessoais e profissionais mesclados, por exemplo) é sintomático. Programas de edição e recursos digitais gratuitos também despontaram como as principais opções dos criativos, demonstrando o aspecto da gratuidade e do compartilhamento incorporado ao uso da internet. Aplicativos mais utilizados estão no escopo da edição e do compartilhamento de mensagens, assim como a importância da conta profissional de e-mail. Pacotes de *software*, por sua vez, aparecem em maior número na modalidade paga, indicando o monopólio que muitas empresas no setor possuem neste mercado.

“Trabalhamos para nós, e não para a empresa”

As pesquisas sobre trabalho digital e trabalho de plataforma – ou platformização do trabalho (CASILLI e POSADA, 2018) – estão muito em voga na Europa e América do Norte, principalmente porque os resquícios da precarização que resultam da combinação entre especulação financeira e monopólios digitais ainda aparentam certa surpresa aos cidadãos europeus e norte-americanos. No Brasil, e na América Latina – que Ricardo Antunes (2012) identifica como continente do labor – o trabalho precário é tampouco uma novidade. Os indicativos apontam que a periferia global já possui diferentes fontes de trabalho remunerado, bastante calcado na informalidade e na conciliação. Como aponta Casilli (2018), o trabalho digital em plataformas acaba por transparecer como uma oportunidade ou solução, embora não há equiparação (principalmente em questões regulatórias) entre o trabalho digital e platformizado realizado no Sul e Norte globais. Algumas diferenças e desigualdades coloniais permanecem na geografia mundial (tais como ausência do poder de barganha e negociação, marcos regulatórios e boa remuneração), apesar do trabalho mediado pelas tecnologias soar como “o trabalho do futuro” para os trabalhadores do Sul (CASILLI, 2018).

Em alguns casos, a partir das pistas indicadas na pesquisa exploratória, o trabalho guiado por meio de plataformas *online* é antes uma saída que um beco fechado. Isso porque os usos feitos pelos profissionais criativos das plataformas (principalmente as de redes sociais) desenharam-se como possibilidade de comercializar o trabalho, torná-lo viável financeiramente, publicizá-lo e mesmo romper,

de certa forma, com algumas barreiras espaciais (como é o caso de clientes/chefes distantes). A ideologia do microempreendedor brasileiro já é calcada na precarização do trabalho e a modalidade do *freelancer* uma realidade de grande parte dos trabalhadores criativos (principalmente jornalistas, publicitários, designers). Essa situação não indica menos precariedade, mas também não é como se o trabalho fosse anteriormente estável e rentável ao ponto de o uso de plataformas agora representar um rebaixamento de condições e remuneração. A compreensão do trabalho gratuito na internet, por sua vez, pode ser pensada tanto a partir da cultura colaborativa quanto na geração de dados expropriados pelas grandes corporações. É possível que o trabalhador criativo, inserido nessas lógicas, seja extremamente produtivo, alimentando as plataformas e a cultura da internet, ao mesmo passo em que tenta equilibrar custos e remuneração com seus serviços prestados.

O próprio trabalho, diante da financeirização e mundialização do capital, adquire cada vez mais mobilidade entre sentidos anteriormente fixados como produtivo/improdutivo, material/imaterial diante do capital financeiro, informacional e digital (ANTUNES, 2018). Mas não é apenas o trabalho que se reorganiza diante da sociedade de plataforma capitalista - é também a subjetividade do trabalhador imerso em tais lógicas. Como exemplificam Dardot e Laval (2016), a economia, a cultura, as regras para os sistemas judiciário e político sofreram e ainda sofrem as intervenções da razão neoliberal (a "nova razão do mundo"), mas, a novidade plantada na sociedade neoliberal (alimentada pelas crises do capital que vão e voltam ciclicamente) é a constituição e interferência da razão na subjetivação. As mobilidades no interior das subjetividades dos trabalhadores - que passa desde a compreensão de si mesmo como peça em uma engrenagem até o entendimento de si como chefe e patrão próprios - são aspectos a se considerar com atenção.

O sujeito neoliberal, o sujeito econômico, produtivo e eficaz (DARDOT e LAVAL, 2016) é uma invenção dos nossos tempos engendrados na lógica normativa neoliberal, uma subjetividade competitiva (em todos os níveis), responsabilizada individualmente pelas crises e oportunidades do emprego, que funciona no modelo de gestão empresarial e que se comporta como microempresa em concorrência com as demais microempresas de sujeitos neoliberais: a lógica do *Você S.A.* A cultura do empreendedorismo (ou do trabalho a partir da perspectiva do mérito individual) carrega consigo alguns desses valores. Destaca-se a compreensão de *self-made*, trabalhador autônomo, único responsável pelo seu sucesso (e, conseqüentemente, também pelo seu fracasso). A lógica da subjetividade neoliberal desenha um profissional que, além de multitarefa, é também "chefe-de-si-próprio e empregado-de-si-mesmo", como aponta Ricardo Antunes (2018). Ao construir sua problematização a respeito da nossa sociedade do cansaço (uma sociedade exaurida pela própria produtividade constante), Byung-Chul Han (2017) sentencia que a sociedade do século XXI não é mais aquela sociedade disciplinar foucaultiana, mas, a sociedade do desempenho, formada por sujeitos de desempenho e de produção, "empresários de si mesmo" (HAN, 2017). Assim, perpassa entre os empreendedores (e entre aqueles que almejam empreender) um intenso sentimento de produtividade e de pró-atividade, pois, "o poder ilimitado é o verbo modal positivo da sociedade do desempenho. No lugar de proibição, mandamento ou lei, entram projeto, iniciativa e motivação" (HAN, 2017, p. 24).

A era do capitalismo que também pode ser adjetivado como *flexível*, de acordo com Richard Sennett (2009), estaria produzindo uma sociedade imediatista, corroída em seus valores morais, que ao substituir a jornada fixa de trabalho pela informalidade e flexibilidade não gerou conseqüentemente autonomia ou liberdade emancipatória, mas, sim, novos formatos de dominação, possivelmente mais diluídos e pulverizados nas rotinas pessoais e profissionais. Para os criativos (denominação dada aos trabalhadores inseridos - formal ou informalmente - na indústria criativa) que responderam ao questionário, as modalidades e vínculos de trabalho mais preponderantes foram as categorias "autônomo" e "*freelancer*". Uma das respondentes salientou sobre seu trabalho: "[É] sem orientações, preciso ser autônoma dentro da agência e 'me virar para trazer os resultados'. Como adoram dizer, é preciso entregar mais do que foi

pedido. Lá adoram o papo de que trabalhamos para nós mesmos e não para a empresa”.

A ideologia do autônomo e do empreendedorismo acomete tanto trabalhadores inseridos neste tipo de modalidade de vínculo empregatício quanto aqueles que trabalham em empresas por contratos (seja por meio de contratos formais ou precarizados); tanto os que trabalham em ambientes privados (casa, *coworking* etc.) quanto aqueles que trabalham com times e equipes. A individualidade da produtividade integra a ideologia neoliberal no sistema produtivo. Para trabalhadores criativos informais (ou *freelas*) é bastante recorrente o discurso sobre dividir o próprio trabalho entre “o que me sustenta” e “o que faço por amor”, respingando um pouco na ideologia do autônomo em consonância com a máxima “amar o trabalho”, “amar o que se faz”. É comum encontrar um *freelancer* criativo que relata dividir suas ocupações entre remuneração, satisfação profissional, satisfação pessoal, equilibrando-as todas na realização de seu trabalho (fato que transparece em muitas respostas ao questionário).

Aqui se insere uma contradição ao conceito de alienação e estranhamento marxistas ao definir, por sua própria cultura, que o trabalho não é mais um meio para saciar necessidades. Ele é, em si, uma necessidade própria. Carrega consigo marcas que disputam atenção e que sentenciam: satisfação, prestígio, reconhecimento, sucesso, realização profissional. Diante da pergunta “quais são suas motivações para o trabalho que realiza?”, os criativos responderam da seguinte forma: a maior parte das respostas concentrou-se no atributo da “experiência”, indicando tanto transitoriedade (acúmulo de experiências, acúmulo de cargos, direcionamento de carreira a partir do acúmulo de experiências) quanto foco no conhecimento e desenvolvimento de habilidades profissionais. Outro demonstrativo é a segunda opção – “desenvolvimento pessoal” – que evidencia mais uma vez o elemento do propósito, da motivação, o trabalho não apenas como canal para remuneração e trocas econômicas, mas, também, como espaço de desenvolvimento, crescimento individual, aperfeiçoamento do sujeito. Empatado está o critério de salário e remuneração, muito próximo ao elemento de subsistência – indicando que, apesar de ser uma escolha, o trabalho criativo é uma forma de manutenção da vida no sistema capitalista (o que, em partes, não é uma mera opção). Desenvolvimento de habilidades criativas e realização profissional também enquanto critérios predominantes se assemelham às categorias que indicam o trabalho enquanto crescimento, mais uma vez atreladas a ideia de motivação, propósito. Desejos muito pessoais que demonstram a centralidade do trabalho em nossas vidas (que representa um entre os aspectos principais nos quais precisamos obter sucesso, assim como na saúde, no casamento, nas relações sociais, entre outros).

Esses são os modalizadores do trabalho inseridos no capitalismo contemporâneo dotado de razão neoliberal: o distanciamento do sentido social e coletivo do trabalho (como compreendia Marx) e a aproximação às categorias de desempenho individual, realização pessoal. Entretanto, a questão central não é a crítica à projeção laboral ou mesmo a busca por sentidos de realização e satisfação profissionais (características que, em si, não são necessariamente distanciadas do trabalho, uma vez que o próprio trabalho é também criação/realização/expressão e a forma pela qual o sujeito se expressa e se posiciona socialmente). Há uma constante luta interna (para além dos conflitos de classe) que configura a relação do sujeito com seu trabalho, a contradição entre autorrealização por meio do trabalho e cansaço/desgaste oriundos da mesma esfera, embora de relação diferente, visto que o trabalho integra sua dialética espetacular (ANTUNES, 2018), versando sempre sobre alienação e criação, realização e sofrimento. Um dos elementos interessantes de trazer à tona ao se discutir satisfação e exploração no/do trabalho é a questão da criatividade e a glamourização que a circunda diante do imaginário a respeito dos trabalhos e empregos identificados como criativos.

Ao contrário do imaginário automatizado, repetitivo, de sofrimento e alienação, o surgimento de uma indústria criativa teria a seu favor o uso das qualidades humanas para o trabalho, como o próprio ato de criação, transformando diretamente rotinas produtivas e a relação de muitos com o próprio trabalho através da flexibilidade, da criatividade, da inovação, do intelecto. Conjuntamente à ideia de criatividade, o conceito de inovação (fortemente atrelado aos desenvolvimentos científicos,

informativos e comunicacionais das últimas décadas) conecta-se ao de trabalho, como define Martinez (2019). Aliados do trabalho criativo, a inovação e o empreendedorismo passam a valer na gramática sobre o trabalho, distanciando a mesma das noções de exploração, alienação, considerados antiquados, enquanto novos signos são louvados: aqueles associados à criatividade, inovação, empreendedorismo, excluindo os mesmos das condições materiais do mundo do trabalho (GROHMANN, 2015). Com tais signos em circulação, produzem-se discursos sobre o mundo do trabalho que reiteram sentidos de “trabalho criativo”, “inovador”, “com amor”, que Grohmann (2015) define como consumo do trabalho adjetivado. Essa associação produz identificações e um contexto comunicacional para o trabalho, apelando para a criatividade, unindo trabalho e consumo em uma mesma esfera (GROHMANN, 2015). As noções de divertimento, amor e vocação invisibilizam sentidos negativos atribuídos ao trabalho, ao que Fuchs (2015) denomina como “fetichismo inverso da mercadoria” – o divertimento esconde que o trabalho é trabalho, o processo produtivo aparece na mesma dimensão que a mercadoria, mas a sua dimensão de *trabalho* é apagada e ocultada.

As ocupações no capitalismo pós-industrial (que é caracterizado por novas modalidades de emprego e ocupações, boa parte delas relacionadas aos serviços) trazem significados em suas relações que fornecem valores do produto para os consumidores, ou, “dito de outra forma, o próprio trabalhador é parte do produto que está sendo oferecido ao cliente” (SORJ, 2000, p. 30). O trabalhador criativo como garoto-propaganda de sua marca e de seu trabalho, as narrativas que o sujeito emite a partir de suas projeções nas plataformas de redes sociais (fotografias, textos, posts, vídeos etc.) que misturam a vida pessoal com a vida profissional indicam também um imaginário contemporâneo a respeito do trabalhador criativo. Se o trabalho moderno era um definidor da projeção social do sujeito mediante cargo e ocupação, hoje é possível pensar que o trabalho ainda é um importante mediador da projeção social, porém, misturado a outros aspectos da vida contemporânea, desenhando um sujeito que é integrado e ao mesmo tempo múltiplo. A ideia ao redor do propósito de trabalho também aparece nas respostas indicadas, promovendo ideais a respeito de divulgação da arte, incentivo à criatividade, apoio aos artistas, soluções para problemas de comunicação e criação, como consequências e atributos quase transcendentais ao trabalho (emprego) criativo. Representam atividades rotineiras, porém, ao mesmo tempo podem ser considerados como propósitos humanitários superiores a um simples ofício. Também são expressos como atributos valiosos aos trabalhadores para além da relação trabalho-salário, representando uma espécie de missão cotidiana do ofício do trabalho criativo.

Uma leitura que aproxima tanto o trabalho do consumo em uma relação praticamente direta modifica comportamentos e culturas empresariais e profissionais, e em muitos momentos esconde as consequências negativas (tais como precarização e flexibilização de direitos e remuneração). Vander Casaqui e Viviane Riegel (2009), ao analisarem consumo simbólico e trabalho criativo no Google, identificam que há, na produção desenvolvida na empresa, “significações de criatividade, despojamento, modernidade e juventude, torna-se espetáculo que sublima o caráter competitivo e demais conotações negativas associadas a essa esfera de atuação humana” (CASAQUI e RIEGEL, 2009, p. 163). No interior desse contexto que é também comunicacional, o trabalhador do Google torna-se também um consumidor modelo do universo simbólico da própria marca-empresa, que, por si só, utiliza a sedução da criatividade unindo, assim, trabalho e consumo, mercadorizando a imagem do mundo do trabalho no contexto criativo e tecnológico (CASAQUI e RIEGEL, 2009). O trabalhador criativo é, ao mesmo tempo, produtor e produto, parte da imagem que o circunda se torna aspecto fundamental para que a ideia construída ao redor do processo produtivo possa ser efetiva em demanda e consumo. E nesse aspecto, Casaqui e Riegel (2009) trazem Appadurai (1999) e Marx (1867; 2017) para resgatar o sentido de fetichismo da mercadoria agora desdobrado em fetichismo da produção, que se trata do mascaramento do sistema produtivo, e em fetichismo do consumo, que por sua vez esconde o simulacro no qual vive o consumidor, afetado pelo tensionamento de suas escolhas e pelo apagamento do uso de estratégias mercadológicas (APPADURAI,

1999 apud CASAQUI e RIEGEL, 2009).

A crítica de Grohmann (2015) se estabelece no entendimento de que o trabalho – pela perspectiva marxista – deve ser compreendido em sua totalidade, não existindo separação entre trabalhos criativos ou mecânicos, mentais ou braçais, físicos ou mentais, como forma de evitar dividir o ser social em sua existência pelo trabalho. Fuchs (2015) também atenta para a “ideologia do engajamento/compartilhamento” que acomete o trabalho digital e das indústrias criativas, visto que tal ideologia apaga o caráter social e o papel do trabalho, da classe, da mercadoria e da exploração por meio do discurso do divertimento, do engajamento midiático, do compartilhamento digital. Uma respondente do questionário indicou certa reflexão crítica a respeito da estrutura do seu espaço de trabalho, definindo-o como: “Coloridinho, papel de parede com frases descoladas, cafezinho expresso, aquela ladaia”.⁵ A ideia de *playbour*, como defende Fuchs (2015), caracteriza muitos profissionais e trabalhadores inseridos na indústria criativa nos setores de mídia e consumo, pois o que consiste em trabalho se apresenta enquanto lazer (a ideia dos profissionais no Google, das agências de publicidade com mesas de sinuca e cerveja, da produção e comercialização de games e assim por diante). Casaqui e Riegel (2009) identificam que a criatividade passa a ser, também, em si uma mercadoria (que coloca em circulação sentidos de desejo, consumo do trabalho criativo, ideal de trabalho criativo). Assim, as empresas que sediam o trabalho criativo criam para si uma aura fetichista ao redor do sistema produtivo como se o mesmo fosse “mágico, harmônico, adequado ao imaginário incentivado pela linguagem, que é destinada à persuasão e à sedução do consumidor. Nesse espectro, o trabalhador se transforma em garoto-propaganda, em propagador do espírito corporativo, e, por extensão, de todos os seus produtos” (CASAQUI e RIEGEL, 2009, p. 166).

Por fim, quando questionados a respeito dos pontos positivos do trabalho dito criativo, os respondentes, em sua maioria, indicaram o atributo da flexibilidade como o mais significativo. Apesar da ausência de tempo determinado de trabalho (o que gera ou extensas jornadas diárias ou longos períodos de subocupação) e de direitos trabalhistas e remuneração fixa assegurados, a flexibilidade aparece como um dos pontos centrais. Pela perspectiva da sociologia do trabalho e da economia política da comunicação que observamos no aspecto teórico, flexibilização e flexibilidade representam modelos plásticos (e insuficientes) de emprego e remuneração. Porém, para os respondentes, a flexibilidade é uma característica positiva do trabalho criativo. Liberdade, independência, autonomia, flexibilidade são atributos que aparecem no aspecto relacionado ao horário, local, produto realizado. Mais uma vez, indicam preponderância de aspectos relativos à individualidade (ou individualismo, a depender da situação) na realização do trabalho. Outros respondentes também apontam, novamente, a questão do propósito, missão, o lado positivo de articular criatividade (arte, criação, comunicação) com outras pessoas – ainda que as relações sociais tenham aparecido como conflitivas em muitas respostas.

Considerações finais

O trabalho dito como criativo, lido através do exercício de questionário-exploratório, pode ser entendido, a partir das contribuições dos respondentes, como um trabalho considerado importante para além das trocas econômicas (embora se visualize falta de direitos, garantias e remunerações baixas), representando quase que uma espécie de propósito de vida, imbuído de criatividade, o que o diferenciaria, teoricamente, de empregos mecânicos e repetitivos. A *missão* e *propósito* imbuídos nas respostas dos profissionais criativos identificam os valores individuais do trabalho (ainda que *missão* possa denotar serviço aos outros) na atual sociedade de plataforma. O sujeito-empendedor, autônomo, criativo e

5 Optei por manter a expressão utilizada pela informante nesta resposta. A respondente identifica “ladaia” (gíria para conversa fiada, mentira, ilusão) criada ao redor do espaço (com papéis coloridos, café expresso, comida à vontade, sinuca, bebidas etc.) como forma de transmitir aos trabalhadores uma imagem de ambiente informal, propício à criatividade, estimulante.

digital – que pensa colaborar enquanto produz independentemente da manifestação do próprio interesse – é o sujeito da plataformização do trabalho.

Na prática, o trabalho criativo apresenta sintomas industriais fordistas, como a própria repetição, alienação, relação de exploração do tempo e do assalariamento, hierarquias, todos elementos apontados pelos respondentes. O tempo de trabalho destinado ao ofício é, em média, longo e pouco diferenciado do tempo de lazer ou descanso, os espaços são múltiplos e móveis (tanto os digitais quanto os físicos), trabalhar de casa (*home office*) é visto quase como um direito trabalhista por muitos e, na visão do trabalho moderno e tradicional, não é sequer considerado como trabalho. Além disso, há muitos sintomas de individualização dos processos produtivos e dos espaços de trabalho. A flexibilidade e a autonomia são lidas como atributos positivos e facilitadores da rotina criativa. Porém, a cultura dos espaços de trabalho que simulam diversão e informalidade, assim como os discursos de “trabalhe para você” e “faça você mesmo”, não são lidos acriticamente por todos os profissionais criativos. Para muitos respondentes, a intenção de valorização, reconhecimento e desenvolvimento de habilidades profissionais e pessoais não surgem destituídas de pelo menos alguma desconfiança com os valores corporativos e capitalistas.

Mas, como a plataformização do trabalho afeta o trabalho criativo diretamente? A partir das reflexões geradas entre a soma da articulação teórica com a análise dos resultados da pesquisa exploratória que realizei, é possível apontar que as principais incidências da plataformização no trabalho criativo são:

1) O não-ser das plataformas que acentuam a figura do sujeito-empresa: a desresponsabilização e desregulação sobre o trabalho realizado nas plataformas direciona sentidos de mérito individual já muito presentes diante da racionalidade neoliberal. O “patrão que não é patrão”, logo não é responsável por assegurar direitos ainda que cobre resultados, e “o empregado que não é empregado”. O trabalho plataformizado que se esconde em seu significado de trabalho atrás dos sentidos de divertimento, amor ao trabalho e propósito de vida.

2) A fronteira nebulosa das esferas público e privado, o sujeito-empresa que, através das plataformas, nunca deixa de o ser. As redes sociais como plataformas de circulação tanto do resultado do trabalho quanto da própria subjetividade do trabalhador, que passa a desempenhar tal papel a todo momento.

3) e a dupla característica que adquire o trabalho plataformizado: o produto do trabalhador criativo que é produzido/circula nas plataformas (e a dependência das mesmas para o trabalho) e o próprio trabalhador criativo como produto. Nesse segundo aspecto, ainda se insere a questão da produção de dados, pois, o trabalho denominado como criativo realizado nas plataformas gera mercadoria tanto no produto final quanto nos dados extraídos graças ao trabalho gratuito digital. Essas e outras questões podem ser observadas nas respostas ao questionário, assim como no cotidiano ou através do que trabalhadores criativos comunicam e expressam, por meio de outras pesquisas sobre trabalho e informalidade, trabalho e criatividade, trabalho e sociedade de plataforma.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: O novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

CASAQUI, Vander; RIEGEL, Viviane. Google e o consumo simbólico do trabalho criativo. **Comunicação, Mídia e Consumo**, v. 6, n. 17, p. 161-180, 2009.

CASILLI, Antonio A.; POSADA, Julian. The platformization of labor and society. In: GRAHAM, Mark; DUTTON, William H. (Orgs.). **Society and the Internet: How Networks of Information and Communication are Changing Our Lives**. Oxford University Press, 2018. p. 293-306.

CASILLI, Antonio. **Trabajo, conocimiento y vigilancia**: 5 ensayos sobre tecnología. La Paz, Bolívia: Agencia de Gobierno Electrónico y Tecnologías de la Información y Comunicación (AGETIC), 2018.

CHANDLER, Dave; FUCHS, Christian. **Digital Objects, Digital Subjects: Interdisciplinary Perspectives on Capitalism, Labour and Politics in the Age of Big Data**. London: University of Westminster Press, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE MARCHI, Leonardo. Construindo um conceito neodesenvolvimentista de economia criativa no Brasil: Política cultural na era do novo MinC. **Novos Olhares**, v. 2, n. 2, p. 37-48, 2. sem. 2013.

FUCHS, Christian. Theorising and analysing digital labour: From global value chains to modes of production. **The Political Economy of Communication**, v. 1, n. 2, p. 3-26, 2014.

FUCHS, Christian. Atualidade de Marx para entender o trabalho na comunicação e na cultura. Entrevista a Roseli Fígaro. **Eptic**, v. 17, n. 1, p. 68-75, 2015.

GROHMANN, Rafael. Faça o que você ama?: O consumo do trabalho adjetivado e a startup 99Jobs. **Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 17, n. 33, p. 212-226, 2018.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. **Eptic**, v. 22, n. 1, p. 106-122, 2020.

HARVEY, David. **17 Contradições e o Fim do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2016.

HUWS, Ursula. Mundo material: o mito da economia imaterial. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 1, p. 24-54, 2011.

MARTINEZ, Silvia Lago. Innovación, apropiación y creación de tecnologías digitales: la cultura del emprendedorismo en las industrias creativas de la Argentina. **Eptic**, v. 21, n. 1, p. 142-155, 2019.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SLEE, Tom. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Elefante, 2017.

SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 43, p. 25-34, 2000.

SODRÉ, Muniz. Sobre os avatares da hegemonia. **Anais do XII Congresso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación (ALAIC), Pontificia Universidad Católica del Perú**, 6 a 8 de agosto de 2014.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. **The platform society**: Public values in a connective world. Oxford: Oxford University Press, 2018.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Nathália Drey Costa é doutoranda em Comunicação Midiática, linha de pesquisa Mídia e Identidades Contemporâneas, pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (Poscom) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Comunicação Midiática, também pelo Poscom da UFSM. Bacharel em Comunicação Social (habilitação em Jornalismo) pela mesma instituição, graduada no ano de 2011.

Edição v. 39
número 2 / 2020

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 39 (2)
ago/2020-nov/2020

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

#BOYCOTTBLIZZARD: capitalismo de plataforma e a colonização do jogo

#BOYCOTTBLIZZARD: platform capitalism and the colonization of play

THIAGO FALCÃO

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil.
E-mail: thfalcao@gmail.com. ORCID: 0000-0001-6302-2264.

DANIEL MARQUES

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) – Santo Amaro, Bahia, Brasil.
Universidade Federal da Bahia (UFRB) – Salvador, Bahia, Brasil.
E-mail: danielmarquescontato@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7731-8581>.

IVAN MUSSA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.
E-mail: ivanmussa@gmail.com. ORCID: 0000-0003-1831-2822.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

FALCÃO, Thiago; MARQUES, Daniel; MUSSA, Ivan. BOYCOTTBLIZZARD: capitalismo de plataforma e a colonização do jogo. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 2, p. 59-78, abr./jul. 2020.

Submissão em: 12/11/2019. Revisor A: 13/01/2020; Revisor B: 16/01/2020; Revisor B: 28/01/2020.
Aceite em: 09/03/2020

DOI – <http://doi.org/10.22409/contracampo.v39i2.38578>

Resumo

Este artigo discute os mecanismos de governança e controle exercidos pela desenvolvedora de games Blizzard sobre seus jogadores e consumidores. Baseia-se na controvérsia que ocorreu entre a empresa e o jogador profissional Blitzchung, que se manifestou a favor dos protestos iniciados em Hong Kong em março de 2019. O atrito, além de despertar tensões entre consumidores e produtora, revela os métodos e dispositivos de dominação empregados pela empresa contra seus jogadores. Considerando a Blizzard como uma plataforma, analisamos as ferramentas enredadas pela corporação para manter suas engrenagens estáveis, que alavancam discussões a respeito da plataformização da sociedade e da superposição entre jogo e trabalho.

Palavras-chave

Esports; Games; Trabalho; Capitalismo de Plataforma.

Abstract

This paper approaches the governance and control mechanisms applied by the video game company Blizzard upon its players and consumers. It reads from the controversy between the company and professional player Blitzchung, who expressed his support for the 2019 Hong Kong protests. This tension, in addition to revealing conflicts between consumers and producers, unveils methods and devices of domination employed by the company against its players. Looking at Blizzard as a platform, we analyze the corporation's tools used to keep its gears in stable motion, leveraging discussions about the platformization of society and the overlap between play and work.

Keywords

Esports; Games; Work; Platform Capitalism.

Introdução

Empreender uma leitura adequada dos contextos simbólicos e históricos que compõem a contemporaneidade é uma tarefa que demanda posições epistemológicas particulares. A primeira delas reside na necessidade de um cuidado com a observação das atividades e aglomerações sociais, ainda que este, historicamente, privilegie uma compreensão racionalista e positivista em sua leitura. Isso implica em uma percepção que deve ser combatida, embora tenha sido naturalizada nas Ciências Sociais e Humanas: a de que alguns fenômenos sociais particulares podem ser estudados em sua forma pura. Tal premissa se alicerça sobre a ilusão epistêmica de que os domínios do social podem ser dissecados. A segunda posição diz respeito à construção de um pensamento que considere as condições materiais e históricas nestes fenômenos, empreendendo incursões às qualidades radicais a partir das quais eles se organizam. É a partir destes princípios que se pretende refletir acerca do jogo neste artigo.

Este preâmbulo possui um objetivo simples: sua ideia é introduzir a dimensão do jogo como uma que não apenas *pode* ser compreendida a partir de sua relação com as forças sociais do trabalho, mas sim que consiste em uma atividade que *deve* figurar nas mais densas análises acerca da realidade social contemporânea. Por muito tempo negligenciou-se as consequências provenientes desta relação, relegando-a a considerações acerca do comportamento desviante (GOFFMAN, 1961), infantil¹ (BATESON, 1972 e HJARVARD, 2012) ou mesmo contemplando-as em uma dimensão contemporânea, no hedonismo da juventude da década de 1990 (MAFFESOLI, 2001), mas algo enfraquecida de uma crítica à estruturação deste como resistência ou resposta à experiência de um capitalismo tardio (JAMESON, 1991).

Outra dimensão preocupante é a de um desinteresse do campo dos *media studies* pelos *game studies*, no sentido de contextualizar o estudo das relações entre jogo (*play*) e trabalho, propósito deste artigo. O campo dos *game studies* vem percebendo ao longo dos últimos vinte anos a necessidade de politizar a discussão acerca do *medium video game*. Esta politização surge, em meados do fenômeno da informatização, no trabalho de vários teóricos, na forma de preocupações com (i) o surgimento de formas diversas do capital (MALABY, 2006; CONSALVO, 2007), (ii) uma discussão acerca de princípios éticos no design e no uso destes sistemas (SICART, 2009) ou, sobretudo, (iii) com uma discussão sobre as forças econômicas de um capital global (DYER-WITHERFORD e PEUTER, 2009) na indústria dos *games*, o que resultam na compreensão dos *video games* como artefatos que podem encenar condições para uma sociedade do controle (MITCHELL, 2018).

Assim, pode-se perceber que há, de fato, uma crescente preocupação dos *game studies* com a representação da dimensão política, em suas várias facetas, no fenômeno do jogo na contemporaneidade. Esta tendência, sublinhe-se, não é recente, mas assume particular importância em um momento no qual o próprio processo de criação do *games* é subvertido por forças que colonizam sua experiência, enquadrando-a a partir de princípios espetaculares (MACEDO; FALCÃO, 2019) e de monetização (MACEY e HAMARI, 2019).

Este trabalho aponta, então, menos para uma percepção formal das relações de trabalho na contemporaneidade e mais para: (1) a efemeridade e instabilidade a partir das quais estas se constroem em *ambientes* controlados por corporações de forma ativa (diferente de plataformas de serviços, por exemplo); e (2) uma corrupção nas condições a partir das quais o próprio jogo se articula em meio ao espectro midiático, que vem de encontro não apenas a uma percepção moderno-romântica da ideia utópica de jogo (amplamente representada no pensamento dos autores clássicos que discutem o tema – Caillois (2001) e Huizinga (2000) sobretudo), mas também à noção elusiva de que o jogo na contemporaneidade de alguma forma representa, frente às estratégias de controle social empreendidas por corporações,

1 A despeito da afirmativa, a intenção do argumento não é elaborar uma crítica às dinâmicas de acesso infantil ao jogo, mas sim meramente oferecer um fato: o jogo foi enquadrado, por muito tempo, como um assunto que não possuía caráter social relevante.

uma forma de resistência, quando estas condições são particularmente podadas em benefício de um espetáculo asséptico e desconectado de uma dimensão política. O jogo, sobretudo em sua dimensão competitiva e espetacular, se enseja como escape: um armistício simbólico que esteriliza discursos em favor da homogeneização de uma competição pela competição.

Nesse âmbito, a emergência de uma sociedade de plataforma como paradigma definidor do ambiente midiático contemporâneo complexifica ainda mais as relações entre jogo, trabalho e sociedade. Isso acontece porque, primeiro, a conformação do que se compreende como capitalismo de dados, de plataforma (SRNICEK, 2016), ou de vigilância (ZUBOFF, 2015) promove uma gradual reconfiguração da economia contemporânea, colonizando dimensões do mercado que, *a priori*, seriam imunes a modelos de negócio baseado em dados. A plataformização da indústria cultural (NIEBORG e POELL, 2018), assim, acaba por afetar o *modus operandi* dos games, desde sua produção até seu consumo. Em segundo lugar, o crescente interesse dos pesquisadores de mídia e comunicação pelo fenômeno da plataformização auxilia em um entendimento crítico sobre a experiência do jogo, à medida que as empresas responsáveis pelo desenvolvimento e distribuição de jogos digitais passam a operar cada vez mais como mediadoras entre jogadores, jogadores profissionais, marcas, campeonatos, audiências, jogos, veículos de comunicação, entre outros (TAYLOR, 2018; ŠVELCH, 2019).

O crescimento dos esportes eletrônicos - *eSports* - enquanto fenômeno econômico e midiático global corrobora para isso. Em suma, o crescimento das plataformas digitais e sua consolidação enquanto mediadoras da experiência social contemporânea, promovem uma virada - *platform turn* - não só nos *media studies*, mas também nos *game studies*, sobretudo ao investigar ambientes competitivos e/ou profissionais. Nesses últimos, particularmente, o fenômeno de plataformização se torna cada vez mais evidente e relevante para iluminar questões relacionadas à articulação entre trabalho, jogo e capital.

Nesse sentido, o presente artigo observa o entrelaçamento entre jogo, trabalho e plataformas, partindo de uma observação da Activision Blizzard, uma das mais importantes plataformas contemporâneas relativas a jogos digitais. Neste esforço, partimos da controvérsia nomeada de #BoycottBlizzard para escrutinar a complexificação do papel dos jogadores casuais e jogadores profissionais (*pro-players*) em sua relação com a Blizzard, plataforma que controla e prescreve as relações entre trabalho e jogo.

Interlúdio, ou, “Um Dia Qualquer”

O dia 6 de outubro de 2019 marcou o início de uma controvérsia envolvendo a Activision Blizzard², corporação americana responsável por um portfólio considerável de títulos importantes da indústria dos *games*, e sua operação na China, assim como, naturalmente, os atores envolvidos nestes dois macro-contextos. A final do campeonato Grandmasters Tour, do jogo Hearthstone (2014), foi marcada por um evento particularmente interessante: os apresentadores, que num evento como este costumam se comportar a partir do modelo de jornalismo espetacular cunhado da experiência do esporte na televisão (MACEDO; FALCÃO, 2019) entrevistavam o vencedor, Chung “Blitzchung” Ng Wai, nativo de Hong Kong, que aproveitou o espaço e a transmissão da Blizzard para se manifestar em suporte aos protestos que se desenvolveram em Hong Kong a partir de março de 2019³, “Libertem Hong Kong, esta é a revolução da nossa era!”⁴.

2 Trabalhos envolvendo produtos da Blizzard – sobretudo Hearthstone – são abundantes no cenário nacional e internacional dos *game studies*. Para mais informações, ver Falcão e Marques (2017).

3 Embora seja uma questão de alta complexidade, os protestos se referiam primariamente às disputas de poder entre a província de Hong Kong e a China. O gatilho para a mobilização foi a proposta do *Fugitive Offenders amendment bill*, que permitiria a China submeter Hong Kong a sanções políticas muito fortes. A questão, entretanto, é histórica e não há condições de explorar tudo nesse momento. Mais informações em <https://bit.ly/2Q4NQHU>. Acesso em: 09 mar. 2020.

4 O vídeo pode ser visto em https://www.youtube.com/watch?v=7_r7CV7WXf8. Acesso em: 09 mar.

O ato provocou uma série de repercussões⁵ que se estenderam por semanas. A Blizzard, já conhecida por sua política de tolerância zero a apropriações e transgressões em suas plataformas⁶, optou por exercer sua soberania sobre a infraestrutura de transmissão do campeonato, rapidamente penalizando o jogador. Por seu protesto, Blitzchung foi removido do Grandmasters, perdendo sua premiação em dinheiro (aproximadamente 4 mil dólares), além de ter sido banido do cenário competitivo de Hearthstone, impedido de competir profissionalmente por 12 meses. Os dois comentaristas responsáveis pela entrevista também sofreram retaliações da Blizzard, sendo demitidos.

É importante que se sublinhe o fato de que um banimento como este não possui repercussões simples: jogadores profissionais efetivamente trabalham nestas plataformas, fazendo *streams* diários de até oito horas, estudando as nuances de jogos complexos e efetivamente decorando conjuntos de cartas e interações. Privar um jogador profissional de seu convívio com o jogo de sua escolha é o equivalente a suspender um trabalhador regular sem pagamento, uma ação que é capaz de prejudicar o curso da vida de seu alvo.

O comunicado oficial da Blizzard possui, naturalmente, uma base jurídica, que é o regulamento oficial do campeonato⁷, que, entre outras coisas, diz:

Envolver-se em qualquer ato que, a critério exclusivo da Blizzard, leve você a descrédito público, ofenda uma porção ou grupo do público ou que danifique a imagem da Blizzard resultará na remoção da Grandmasters e na redução do total do prêmio do jogador para U\$0,00, além de outras medidas que podem ser administradas de acordo com o Manual e os Termos do Website da Blizzard (tradução nossa⁸).

Deduz-se, a partir da ação da Blizzard, que Blitzchung violou o regulamento ao defender os protestos, ofendendo os jogadores chineses. A questão: teria ele maculando a imagem da Blizzard? Nossa reflexão – assim como a de centenas de *media outlets* – é vã: a tomada de decisão é única e exclusiva da empresa (*Blizzard's sole discretion*), não havendo espaço para negociação. Esta percepção ilustra, em uma primeira observação, que a forma a partir da qual as dinâmicas entre atores são geridas neste contexto não parecem ser tão equânimes quanto poder-se-ia argumentar, considerando as dimensões do jogo ou mesmo da cultura colaborativa, ambas particularmente presentes no âmbito de plataformas como a Blizzard. De que forma esse poder vaza para fora do ambiente do jogo e quais são os papéis das plataformas, em uma tentativa de regulá-lo? Em que medida a capacidade Blitzchung de atuar enquanto figura pública depende da modulação dessas plataformas?

A *Blizzard* se destaca por manter um controle acerca dos discursos em e sobre seus produtos. Desde o desenvolvimento até a realização dos campeonatos, a empresa está materialmente presente, mediando a relação entre usuários, jogadores e consumidores em audiências e plataformas midiáticas. Subsiste um projeto de governança por parte da empresa, não só no que tange Hearthstone, mas também outros jogos como *Overwatch* (2016) e *World of Warcraft* (2004).

A Blizzard exerce uma crescente governança sobre seus próprios produtos, não apenas no

2020.

5 Dois dias antes, uma controvérsia semelhante se iniciava, envolvendo a NBA e o Houston Rockets, graças a comentários pró-Hong Kong feitos pelo presidente do time. A Apple também sofreu críticas recentes, devido a um envio de dados à China.

6 Uma das aplicações desta política pela Blizzard pode ser vista em <https://bit.ly/2CA8pUx>. Acesso em: 09 mar. 2020.

7 Disponível em <https://bit.ly/2K8NP1K>. Acesso em: 09 mar. 2020.

8 No original: “*Engaging in any act that, in Blizzard’s sole discretion, brings you into public disrepute, offends a portion or group of the public, or otherwise damage’s Blizzard image will result in removal from Grandmasters and reduction of the player’s prize total to \$0 USD, in addition to other remedies which may be provided for under the Handbook and Blizzard’s Website Terms*”

sentido em que determina suas orientações de um ponto de vista simbólico – ao gerenciar sua marca, por exemplo –, mas principalmente de forma material, conformando-se a parceiros quando não há escolha, principalmente por conta de relações pré-estabelecidas de poder. A empresa poderia certamente projetar uma plataforma de transmissões própria e se tornar independente do Twitch⁹, mas há aqui uma relação de competitividade intra-plataformas (SRNIECK, 2016) que torna uma decisão como essa improvável. É o que Srnieck (2016) chama de *network effect*: boa parte do poder político-social-econômico de uma plataforma advém da sua capacidade de monopolização e expansão agressiva em determinados mercados. As plataformas atraem usuários umas para as outras, numa retroalimentação que intensifica a capacidade de governança de ambas, resultando em cenários de monopolização.

A monopolização é sempre o objetivo final das plataformas, tendo em vista que se traduz diretamente na capacidade de modulação e mediação do comportamento dos atores envolvidos. Isso fica evidente no caso da Blizzard, tendo em vista que a empresa possui a capacidade de exercer poder sobre os jogadores, apresentadores, sobre a estrutura do campeonato, arquitetura do jogo (tanto em seu *metagame*¹⁰ quanto em suas condições materiais), entre outros. A capacidade de governança e a monopolização da plataforma impõem considerações importantes, já que que competir em Hearthstone torna-se sinônimo de se submeter aos interesses da Blizzard.

Após o banimento de Blitzchung e dos narradores tornar-se um fato público, rapidamente se estruturou um forte movimento de rejeição à postura adotada pela Blizzard. Majoritariamente organizado a partir de fóruns e sites de redes sociais – Twitter e Reddit, principalmente –, o movimento conhecido como #BoycottBlizzard ganhou fôlego, mobilizando jogadores amadores e profissionais, *streamers*, *casters*, veículos de comunicação e políticos norte-americanos. Retornaremos ao imbróglgio à frente.

Capitalismo de Plataforma e a Plataformização da Sociedade

O que significa quando se fala da plataformização da sociedade? O fenômeno é descrito por Van Djick *et al.* (2018) a partir do crescente poder de mediação que as plataformas digitais – enquanto agentes do capital – passam a exercer na constituição dos fenômenos sociais, políticos, econômicos e culturais. As plataformas atuam majoritariamente como organizadoras dos modelos de produção e consumo presentes nos objetos digitais contemporâneos, buscando desapropriar e colonizar aspectos da vida social antes intocados pelas mídias digitais. Em que medida, por exemplo, confunde-se a sociabilidade com a interação através de plataformas como Facebook, Twitter e Instagram? Em que medida é possível separar, hoje, a experiência urbana de plataformas como Google Maps e Waze?

Enquanto as plataformas que dominam a Internet, no geral, se apresentam como intermediárias responsáveis por conectar os públicos envolvidos, pesquisadores e críticos buscam evidenciar de que forma estas produzem mediações *específicas* ao conectar sujeitos, instituições e sistemas algorítmicos para a realização de tarefas. Morozov (2013) qualifica o discurso publicitário do Vale do Silício como solucionista, no sentido em que este promove a sensação de que as mídias digitais são capazes de oferecer soluções práticas e inovadoras para os problemas da vida social contemporânea.

Este fenômeno se manifesta de diferentes formas na indústria dos *games*, uma vez que se percebe uma crescente plataformização da experiência atual dos jogos. O fenômeno do *streaming* (TAYLOR, 2018), por exemplo, impulsionou plataformas como Twitch, YouTube e Mixer a se tornarem agentes relevantes no campo dos *games*, uma vez que estas organizam o relacionamento entre *streamers*, audiências, desenvolvedores e patrocinadores, se consolidando como essenciais para a manutenção do espetáculo

9 Portal de vídeos semelhante ao Youtube, mas com foco em transmissões ao vivo (*streaming*).

10 Em jogos de estratégia, o *metagame* é um amplo conjunto de decisões e respostas tomadas pelos diversos jogadores em um cenário específico. Engloba uma compreensão multidirecional das estratégias viáveis, designando vantagens e desvantagens nas táticas adotadas pelas partes.

dos *eSports*. Esses últimos passam a desenvolver jogos cada vez mais adequados para o *stream*, implicando em um processo de *game design* orientado à plataformação.

Conforme discutiremos à frente, esse jogo de poderes e relações entre atores envolvidos na cultura *gamer* contemporânea também incide sobre a natureza do trabalho. A plataformação busca produzir discursos qualificados que justificam a emergência dessas formas de mediação. Estes podem ser percebidos em termos e expressões que possuem o intuito de suavizar retoricamente o avanço do mercado, designando esse novo momento econômico enquanto processo puramente benéfico: quarta revolução industrial, economia do compartilhamento, *gig economy*, *attention economy*, *app economy*, entre outras nomenclaturas. Embora possam variar, todas se referem ao mesmo fenômeno: capitalismo baseado em plataformas digitais. De acordo com Couldry e Mejias (2018), a vida social passa a precisar ser configurada de modo a prescrever (LATOURET, 1992) nos sujeitos a condição de produção constante do principal recurso para o capitalismo de plataforma: dados provenientes de atividades e interações sociais, inclusive aquelas das atividades de jogo – *play activities*.

Podemos descrever esse fenômeno a partir das empreitadas do capital que dependem cada vez mais das tecnologias digitais e dos dados para a implementação de seu modelo de negócio (SRNICEK, 2017). Essa retórica parece buscar a legitimação das práticas capitalistas contemporâneas, como aponta Morozov (2013), de forma a produzir entendimentos sobre a realidade que, embora pareçam atuais e inovadores, reforçam ideais capitalistas clássicos:

A economia digital está se tornando um modelo hegemônico: as cidades devem se tornar inteligentes, as empresas devem ser disruptivas, os trabalhadores devem se tornar flexíveis e os governos devem ser enxutos e inteligentes. Nesse ambiente, quem trabalha muito pode aproveitar as mudanças e vencer. Ou assim nos dizem (SRNICEK, 2017, p. 219, tradução nossa¹¹).

O argumento central de Srnicek (2017) se concentra na (a) centralidade dos dados e no (b) processo de plataformação enquanto características centrais do que chama de capitalismo de plataforma. Processos de extração, tratamento e análise de informações pessoais rapidamente se tornaram a grande força impulsionadora dos conglomerados contemporâneos de mídia. Se o dado é a nova matéria-prima que move o capitalismo contemporâneo, a plataforma é o grande aparato que cria as condições para sua coleta, processamento e extração de valor. É nesse ponto que se torna necessário observar o processo de plataformação das atividades de jogo, tendo em vista a contínua colonização do lúdico pelo capital.

Srnicek (2017) trata as plataformas enquanto a realização plena do modelo capitalista de atuação sistêmica que viabiliza um processo ininterrupto de produção-coleta-análise de dados em busca da hegemonia de mercado. Plataformas como Google, Facebook, Amazon, Uber, AirBnB e outras, portanto, são projetadas com o intuito de articular relações de monopolização e dependência, impondo formas de acúmulo de capital e a reestruturação do mercado de trabalho, do emprego e das estruturas organizacionais das empresas.

Entendemos como plataformação, portanto, a crescente mediação de diversos setores e atividades sociais, econômicas e políticas por plataformas digitais. Essas plataformas digitais, por sua vez, passam a atuar em prol da organização e gerenciamento das interações culturais, políticas e socioeconômicas em busca de agendas específicas. As plataformas digitais são, portanto, dispositivos algorítmicos (CHENEY-LIPPOLD, 2017; DANAHAR, 2016) desenvolvidos no sentido de organizar as experiências de usuários, produtores de conteúdo, instituições e mediadores. Seu funcionamento depende

11 No original: "The digital economy is becoming a hegemonic model: cities are to become smart, businesses must be disruptive, workers are to become flexible, and governments must be lean and intelligent. In this environment those who work hard can take advantage of the changes and win out. Or so we are told".

de um amplo e sistemático processo de extração, processamento, análise e monetização de atividades dos usuários. Observada em um contexto mais amplo da cultura digital, o processo de plataformação integra o que Lemos (2020) caracteriza como PDPA: Plataformação, Dataficação e Performatividade Algorítmica.

Agindo, portanto, no âmbito da PDPA, as plataformas empregam estratégias de dataficação, comodificação dos dados gerados e da seleção/personalização das interações, buscando ir além da facilitação de determinadas relações sociais para cada vez mais moldar as formas como se organizam diferentes setores sociais. Como apontam Van Dijck *et al.* (2018), as plataformas não devem ser entendidas somente enquanto infraestruturas que possibilitam a realização de interações sociais, mas sim como entidades performativas que orientam interações a partir de propósitos específicos previamente deliberados. A percepção desta característica, para além de nos conduzir a uma compreensão da performatividade desses contextos-atores, nos oferece também a consciência de que sob a égide do capitalismo de plataforma cada atividade que faz uso de sua infraestrutura será, por conseguinte, sujeita às suas condições de funcionamento. A consideração aponta, sobretudo, para a forma a partir da qual a indústria dos vídeo games tem se organizado nos últimos anos, a partir de uma ética que subverte os princípios da atividade lúdica, coloniza a experiência dos *games* ao dialogar com dinâmicas da mídiatização em vários níveis distintos e, finalmente, cerceia espaços de fuga e resistência, transformando-os em espaços à disposição de políticas específicas de certos modelos de negócio.

Interlúdio, ou, “Relações Perigosas”

Uma forma interessante de nos aproximarmos do conflito entre a Blizzard, China e Blitzchung é, certamente, tentar estabelecer algumas narrativas particularmente proveitosas na interpretação deste evento. Estas, para fins de nossa análise, dizem respeito às relações estabelecidas entre empresa, atores individuais e índices de repercussão nas redes sociais. Nosso intuito aqui não é o de compor uma Análise de Redes Sociais ou mesmo de empreender uma coleta em grande escala¹², mas sim de problematizar as questões levantadas anteriormente, produzindo uma narrativa em algumas etapas que, por sua vez, revele nuances desse relacionamento.

Subsiste um contexto amplo, no qual esta situação em específico se posiciona e diz respeito a um esforço de observação longitudinal empreendido pelos autores que identifica e documenta controvérsias acerca de questões relacionadas à experiência dos *eSports* em meio às condições da contemporaneidade. Este esforço de observação se calca não em uma percepção positivista que registra de forma ampla as movimentações na rede, aplicando-lhe métricas e extraindo percepções genéricas, mas sim a uma tentativa de construir sentidos particulares e de ilustrar contradições e empreender uma leitura crítica dos fatos que constroem, dia após dia, o cotidiano do contexto dos *eSports*. Esta percepção se inspira em diversos pensadores que fazem uso de estratégias de observação, e busca compreender esse âmbito social a partir desta articulação metodológica que combina um rigor observacional a comentários centrais para a compreensão de um problema.

Para a composição dessa narrativa foi realizada uma coleta de *tweets* a partir da ferramenta ATLAS.ti, *software* comumente utilizado para desenvolvimento de análises qualitativas de conteúdo diverso. Desde sua última versão (8), o ATLAS.ti oferece uma coleta automática de *tweets* utilizando indexadores como *hashtags* e outros termos. Embora se configure enquanto um excelente ponto de partida para o mapeamento de controvérsias, é importante considerar que o ATLAS.ti não é propriamente uma ferramenta de mineração de dados e, dessa forma, não temos como nos apoiar em validade estatística para as interpretações que seguem. A coleta foi realizada durante o período em que se desenrolou a

12 O *dataset*, que tem cerca de 1300 citações da *hashtag* #BoycottBlizzard, está disponível abertamente em <http://bit.ly/2Q8InQn>. Nele, pode-se perceber que a seleção que fizemos aqui, ainda que algo arbitrária, é fiel ao espírito das falas. Acesso em: 09 mar. 2020.

controvérsia (08/10/2019 a 04/11/2019), contabilizando cerca de 1300 *tweets*. Após a construção do *dataset* inicial, nos debruçamos sobre o corpus na tentativa de verificar correlações e aproximações entre as narrativas apresentadas pelos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, destacaremos nesse texto alguns excertos de *tweets* que, a partir da nossa interpretação, melhor representam as diferentes linhas discursivas que emergiram durante a progressão da controvérsia.

Retomando a apresentação das narrativas, a primeira dessas (i) diz respeito ao súbito reconhecimento da Blizzard enquanto organização necessariamente capitalista. Muitos usuários no Twitter parecem, apenas a partir deste episódio, começar a reconhecer que a Blizzard possui objetivos que se encontram em dimensões particularmente orientadas à capitalização das suas ações, e não em uma salvaguarda dos direitos dos jogadores:

Vawus @badbuddah – 08/10/19 13:03
@GodsUnchained @Blizzard_Ent @blitzchungHS A Blizzard é covarde por isso. Ela teria feito a mesma coisa se existisse na década de 1940, teria deixado os judeus serem executados se isso significasse que poderiam ganhar uns dólares extras. Que vergonha, Blizzard. #boycottblizzard (tradução nossa¹³)

Count👁Storpula @Storple – 08/10/19 11:21
Tudo isso me fere muito mais por eu ter crescido durante a linhagem original da Blizzard, mas eu acho que uma corporação é uma corporação, independentemente de ser parte integrante da sua infância. #BoycottBlizzard (tradução nossa¹⁴)

Naturalmente, estas falas, mais do que a natureza capitalista da Blizzard, revelam uma dimensão afetiva respectivamente machucada: claramente, a relação entre alguns usuários e a plataforma é mediada por símbolos que não dizem respeito apenas ao uso instrumental desta, mas atestam uma vida de afeto. Noções similares foram percebidas por Yee (2007), por exemplo, quando discutindo o uso de mundos virtuais, ou mesmo pelas ideias de Castronova (2006) acerca de uma migração para ambientes comodificados.

Esta mágoa rapidamente se transforma na percepção da (ii) traição: são muitos os relatos que apontam para um investimento de tempo, dinheiro e afeto em diversos anos. Esse tipo de declaração de amor/ódio e desapontamento normalmente vêm acompanhada de imagens e *screenshots* que ilustram a fala do jogador.

13 No original: “*Blizzard are cowards for this. They would have done the same thing if they existed in the 1940’s, letting Jews be gassed if it meant t’hey could make an extra buck. Shame on you blizzard. #boycottblizzard*”.

14 No original: “*This whole thing stings so much more having grown up on Blizzard’s original line up, but I guess corporation is a corporation regardless if they are formative part of your childhood. #BoycottBlizzard*”.

Figura 1 – Um movimento de cancelamento das contas de usuários



Sengames @mrdudecal - 08/10/19 12:52

Eu fui fã da blizzard por boa parte da minha vida. Eu não posso e não vou apoiar uma empresa que se curva tão rapidamente. #BoycottBlizzard (tradução nossa¹⁵)

Evan King @Evan_Doo - 08/10/19 12:43

Acredite ou não, uma parte de mim estava pensando em comprar @PlayOverwatch para o Nintendo Switch para que eu pudesse jogar um dos meus jogos favoritos em um pOrTáTiL, mas agora parece que eu não vou mais jogar um dos meus jogos favoritos. #BoycottBlizzard (tradução nossa¹⁶)

Matthijs Gillot @MMaRs - 08/10/19 12:16

@DaftLimmy Eu sei que você adora Overwatch... Eu também adorava. Na verdade, eu adoro os jogos da #blizzard desde que eu joguei WC2 quando era uma criança pequena em meu computador. Espero que você pare de apoiar essa empresa lixo que obviamente não tem respeito aos direitos humanos básicos e à democracia. #BoycottBlizzard (tradução nossa¹⁷)

Fonte: Coleta de dados/Dataset dos autores

15 No original: "I've been a fan of blizzard for much of my life. I can not and will not support a company that bows down so quickly. #BoycottBlizzard".

16 No original: "Believe it or not, a part of me was considering buying @PlayOverwatch for the Nintendo Switch so I could play one of my favorite games oN tHe Go but now it looks like I won't be playing one of my favorite games very much at all anymore. #BoycottBlizzard".

17 No original: "I know you love Overwatch. I did as well. In fact I've loved #blizzard games since I played WC2 as a small child on a personal computer. I hope you stop supporting this trash company who obviously has no respect for basic human rights and democracy. #BoycottBlizzard".

Neste momento, emerge uma dimensão que não está apenas associada à dimensão afetiva contemplada pela relação entre usuários e a marca Blizzard, mas entrecruza-se com um contexto mais amplo – como se a membrana interacional (GOFFMAN, 1961) fosse perfurada, deixando adentrar, em uma dimensão da experiência do videogame, questões de cunho sociocultural mais amplas. Sublinhe-se a tensão experimentada na relação entre EUA e China (iii), que implica em um sentimento de patriotismo misturado à decepção do testemunho de uma empresa norte-americana demonstrando simpatia pelo governo chinês¹⁸. Dado esse contexto, uma das linhas interpretativas dos usuários está na posição de submissão da Blizzard aos interesses do governo chinês, contra o qual protestam os habitantes de Hong Kong. A atitude da Blizzard também passa a ser interpretada dentro de um contexto maior, no qual outras empresas e instituições norte-americanas sofrem mais fortemente com a pressão do governo chinês. Em muitos momentos, inclusive, o sentimento de amor pela nação e patriotismo do americano se confunde com a repulsa e ódio pela China:

Figura 2 – Logo da Blizzard/Bandeira da China



Bree @BrizzleMcFizzl– - 08/10/19 12:06
Hora de #BoycottBlizzard (tradução nossa¹⁹)

omega @donekapu– - 08/10/19 11:19
@Neleimour @LifeatBlizzard @Blizzard_Ent @Blizzard_Ent optou por se juntar à Ditadura Socialista Chinesa ao invés da América. @Blizzard_Ent não dá valor à liberdade, justiça ou aos direitos dados pelo nosso Deus. Eles apoiam o comunismo. Portanto, eu não mais apoio a Blizzard #BoycottBlizzard (tradução nossa²⁰)

Fonte: Coleta de dados/Dataset dos autores

Muitos jogadores caracterizam a Blizzard como hipócrita, ressaltando uma suposta discrepância moral entre a representação da marca em seus produtos e serviços, narrativa dos jogos, representatividade LGBT e outras minorias no *design* dos personagens entre outros. Este é o quarto ponto (iv). A Blizzard, historicamente, busca associar sua marca a pautas progressistas, o que se materializa, por exemplo, na construção de personagens representativos de minorias sociais:

18 É importante salientar que 5% da Activision-Blizzard pertence à Tencent, o maior conglomerado de tecnologia e games da China. Além disso, a China é um dos mercados mais representativos – se não o maior – da Blizzard fora dos EUA.

19 No original: “Time to #BoycottBlizzard”.

20 No original: “@Neleimour @LifeatBlizzard @Blizzard_Ent has chosen to side with The Socialist Chinese Dictatorship over America. @Blizzard_Ent has no value of Freedom, Justice nor Our God Given Rights. They support Communism. Therefore I no longer Support Blizzard. #BoycottBlizzard”

Figura 3 – Título

Irish Ninjah @IrishNinja – 08/10/19 08:38
@Blizzard_Ent @Activision @PlayHearthstone A Blizzard desfilará todas as bandeiras do orgulho no mundo, e todo o seu ativismo corporativo testado. Mas quando o mercado chinês é ameaçado, suas verdadeiras cores vêm à tona. E essa cor é o verde. #blitzchung #BoycottBlizzard (tradução nossa²¹)

Fonte: Coleta de dados/Dataset dos autores

Os protestos e manifestações se intensificaram entre 8 e 10 de outubro, quando estratégias alternativas de protesto emergiram. Uma delas é a tentativa de associação da personagem Mei, do jogo Overwatch, também administrado pela Blizzard, aos manifestantes honcongueses, na tentativa de fazer a China banir o jogo do país. Um banimento dessa natureza seria significativo para a Blizzard, tendo em vista a proporção do mercado chinês e a rentabilidade do jogo com micro transações. No Reddit surgiram estratégias de *GDPR-doxxing*²², de forma a forçar a Blizzard a mobilizar uma grande quantidade de tempo e recursos para atender as diretrizes legais. Na plataforma online Twitch, começaram a surgir estratégias de *spamming* protestando contra as decisões da Blizzard²³.

Essas últimas formas de protesto apontam para a amplitude da rede de governança da Blizzard. São formas de resistência ao controle infraestrutural da plataforma. No primeiro caso (personagem Mei), o objetivo é fazer com que a China proíba a operação de Overwatch na China, ou seja, impedir materialmente que a Blizzard tenha acesso a um de seus mais significativos mercados consumidores. A segunda (*GDPR-doxxing*) ataca a Blizzard a partir de um *framework* jurídico, pois toda empresa é obrigada a atender pedidos de usuários sobre os Regulamentos Gerais sobre a Proteção de Dados (GDPR)²⁴, embora se trate de um processo demorado e custoso, e o não-atendimento dos pedidos pode gerar multas rigorosas para as empresas. O terceiro caso (*spamming*) utiliza a estrutura de uma segunda plataforma – Twitch – como forma de causar desconforto nas transmissões oficiais da Blizzard, principalmente nas subsequentes transmissões do campeonato.

As narrativas, embora, no seu sentido mais óbvio, objetivando apenas confrontar o posicionamento oficial da Blizzard, produzem mais do que se imagina. Elas tornam visíveis um aglomerado de ferramentas que regulam discursos, símbolos e narrativas, impedindo que esses ameacem a estabilidade do funcionamento da plataforma. Em momentos de crise, entram em ação para apaziguar a tempestade – mas em condições normais, funcionam com intensidade equivalente, modulando práticas de jogo e ultrapassando as fronteiras do que se costuma pensar como lúdico.

Refletindo sobre Trabalho nos *Game Studies*

Como os exemplos demonstram, as fronteiras aparentemente óbvias entre trabalho e lazer e

21 No original: “Blizzard will parade all the pride flags in the world, and all that corporate focus tested activism. But when the Chinese market is threatened, their real colors come to the front. And that color is green. #BoycottBlizzard”.

22 Mais detalhes em https://www.reddit.com/r/hearthstone/comments/df0zx5/upset_about_blightards_hk_ruling_heres_what_to_do/. Acesso em: 09 mar. 2020.

23 Mais detalhes em <https://www.theverge.com/2019/10/18/20921301/blizzard-bans-hearthstone-twitch-chat-pro-hong-kong>. Acesso em: 09 mar. 2020.

24 Em vigor desde 2018, trata-se da mais representativa legislação internacional sobre privacidade, internet e dados pessoais em atual vigência. Embora a GDPR seja um marco legal específico da União Europeia, sua influência é sentida ao redor do globo graças à globalização dos fluxos de dados pessoais e da influência do seu texto na composição de outras legislações semelhantes fora da Europa, como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, no Brasil, e a California Consumer Privacy Act, nos Estados Unidos.

entre diversão e esforço, se tornam cada vez mais nebulosas nos *game studies*. Já no seminal Cybertext, de Espen Aarseth (1997), esconde-se a ideia de esforço (*εργον*) na própria essência da definição de cibertexto e de literatura ergódica – o jogo como o texto que exige esforço não trivial para ser explorado, uma espécie de trabalho recompensado pela máquina com novos desafios, novas expressões simbólicas.

Essa relação, que não é extrapolada por Aarseth ao mundo do trabalho formal – bem como do trabalho informal/afetivo da plataforma da Blizzard –, aproxima-se gradativamente da inevitável constatação de que a fronteira entre jogar e trabalhar pode, dadas as condições certas, desaparecer. O progressivo acúmulo de capital por parte da Blizzard, por exemplo, depende não só de suporte econômico e laboral formal, mas é permeado pelo investimento afetivo e lúdico de diversos tipos de jogadores envolvidos na rede. Como exemplificado anteriormente, uma parcela significativa de jogadores sentiu-se traída, no sentido de que seu investimento – de tempo, capital econômico, capital social e afeto – não foi honrado pela decisão da empresa. Situações como essa evidenciam a nebulosidade crescente da fronteira jogar/trabalhar à medida em que, a partir do crescimento da plataforma e do capitalismo de plataforma, o ato de jogar passa a produzir cada vez mais valor (dados, comportamentos, interações) para o capital.

Para além do caso da Blizzard, as relações entre jogo e trabalho são múltiplas e diversas. Um exemplo extremo pode ser verificado no trabalho dos *gold farmers*, jogadores que dedicam múltiplas horas diárias – por vezes configurando jornadas de até 12 horas diárias (TOSCANO, 2007) – performando atividades repetitivas em jogos *online*. O propósito da repetição é executar ações dentro do jogo que resultem no ganho de itens valiosos dentro da economia interna do jogo.

A palavra *gold* refere-se a moedas de ouro, enquanto *farmling* é a atividade de dedicar tempo e esforço a uma tarefa que não apresenta desafios ou prazer lúdico, mas que é fundamental para o progresso, afinal, o ouro compra novos equipamentos e itens diversos. Em medidas moderadas, qualquer jogador de jogos como World of Warcraft e outros jogos *multiplayer* massivos já se engajou na atividade de *farmling*. Essa é muitas vezes uma condição prescrita no jogo, à medida em que o jogador requer necessita de determinados bens para progredir, ou, no cenário dos eSports, tornar-se bem sucedido em competições²⁵. A diferença aqui, é o surgimento de uma classe de trabalhadores digitais dedicada exclusivamente à produção de moeda virtual, posteriormente vendida – transformada em capital econômico (BOURDIEU, 1983) – em canais não regulados pela Blizzard. Embora a empresa adote a política de banir os casos confirmados de *gold farming*, o mecanismo é relativamente pouco usado, mesmo que a atividade esteja longe de ser invisível.

Embora a situação precária dos *gold farmers* tenha sido estudada com alguma profundidade (DIBBELL, 2016), é necessário salientar a subordinação deste tipo de trabalho ao funcionamento da plataforma na qual o jogo se enraíza. Depende efetivamente e materialmente da arquitetura da plataforma disponibilizada e sobre a qual a Blizzard possui governança. Parece haver, no contexto dos *game studies*, uma espécie e fascínio ingênuo com a emergência de comunidades autônomas e autorreguladas²⁶. Não

25 O processo de aquisição e negociação de bens virtuais é um ponto relevante, mas que não será explorado nesse artigo. Em Falcão e Maques (2017) é possível verificar como funciona a circulação de bens virtuais em Hearthstone, bem como o impacto dessa economia projetada nas aspirações competitivas de jogadores, fenômeno chamado popularmente de *pay-to-win*.

26 Cabe considerar, entretanto, que tal fascínio não é uma característica exclusiva dos *game studies* enquanto campo, mas se apresenta também em diferentes momentos dos estudos de mídia e, mais particularmente, mídias digitais. Embora não seja nosso objetivo reanimar uma discussão entre apocalípticos e integrados, cabe apontar que teóricos influentes dos estudos em cibercultura – como Pierre Levy, Manuel Castells e Henry Jenkins – em certa medida apontavam para um desenrolar democrático e participativo para o ciberespaço que, na prática, não tomou forma. No caso dos *game studies*, particularmente, os estudos críticos têm historicamente se debruçado em problemas da ordem do consumo, seja a partir de pesquisadores que buscam associar *games* a violência ou mesmo trabalhos que demonstrem comportamentos tóxicos e misoginia em ambientes de jogo. Nossa inserção, portanto, endereça o contexto maior – do capitalismo tardio, neoliberalismo e governança de plataforma – em que essas relações de interação e consumo se desenrolam. Não é nosso objetivo diminuir as capacidades

que elas não existam, mas tal espontaneidade pode esconder estratégias de controle e governança a princípio invisíveis²⁷. A ameaça de desequilíbrio trazida pelos *gold farmers* (inflação dentro do jogo) é combatida de forma eficiente por estratégias para modular a economia do jogo (DIBBELL, 2016).

A Blizzard, portanto, combate a prática apenas na medida em que o confronto não interfira na estabilidade da dinâmica de World of Warcraft. A produção de moedas virtuais segue firme o bastante, inclusive, para ter atraído trabalhadores venezuelanos – encorajados pelo alto valor do dinheiro virtual do jogo em comparação com a moeda hiperinflacionária do seu país²⁸. Trata-se de um mercado suficientemente estável para ser utilizado como trabalho punitivo em prisões chinesas, contribuindo para a racialização da prática e para os consequentes atritos entre, por exemplo, norte-americanos e asiáticos no jogo (NAKAMURA, 2009). Esses casos extremos, em última análise, dependem de um enquadramento da atividade lúdica dentro da lógica de trabalho que atinge inclusive os jogadores convencionais:

No entanto, há outro tipo de trabalho menos reconhecível escondido sob a sombra do *gold farming*: a mesma atividade feita sem compensação monetária, que compreende o maior volume de *gold farming* em MMOs. Convencionou-se chamar esse esforço não remunerado de “jogo”, mas, dadas as suas semelhanças gritantes com o que os *gold farmers* fazem o dia todo, vale a pena perguntar exatamente por que não é um emprego. E se essa pergunta é pertinente, o mesmo acontece com outra: por que não chamar o que os *gold farmers* fazem de “jogo”? (DIBBELL, 2016, p. 422, tradução nossa²⁹).

Trata-se, portanto, de uma estrutura que depende tanto do trabalho digital remunerado e precarizado quanto do que Tiziana Terranova chama de *free labor* (TERRANOVA, 2000). Nesse sentido, o vínculo entre a Blizzard e um segundo ator – o Twitch – é crucial. Analisaremos alguns desses tipos de trabalho e o modo como amplificam o poder da plataforma Blizzard – e como exigem dela novos métodos de governança e controle.

Na primeira página do Twitch, uma rede de algoritmos realiza uma varredura de produtores de conteúdo, exibindo aqueles que julga mais relevantes. Essa seleção leva em conta não apenas o histórico de consumo do usuário, mas também os interesses da plataforma: alguns jogos e *streamers* são mais priorizados em detrimento de outros. São milhares de produtores transmitindo sessões de jogos simultâneas. Grandes *streamers*, como Summit1g e shroud, arrastam respectivamente 4 e 6,5 milhões de seguidores na plataforma, em média com 15 a 20 mil espectadores simultâneos por transmissão³⁰.

Embora não haja estimativas precisas da remuneração destes *streamers*, é razoável pressupor que seus rendimentos cheguem a centenas de milhares de dólares mensais cada, o que não inclui os ganhos da

agenciais dos sujeitos envolvidos nesses fenômenos, mas melhor compreender os agenciamentos e mediações promovidos pelas plataformas que estruturam experiências lúdicas contemporâneas.

27 É o que se nota no estudo do jogo EvE Online (2004), mundo persistente virtual povoado por, em média, 400 mil jogadores ativos, que se organizam em corporações rivais, travando guerras tanto econômicas quanto bélicas. A aparência emergente e autônoma da economia do jogo, no entanto, é constantemente temperada com ações precisas da CCP, empresa responsável pelo desenvolvimento e manutenção do jogo – por exemplo, com a criação da moeda virtual PLEX em 2012, uma tentativa de fazer jogadores pagarem um pouco mais para conseguirem recursos e itens (como naves espaciais e armas) mais rapidamente. Assim, a empresa nivelou o campo para jogadores iniciantes, desde que estes estivessem dispostos a pagar dinheiro extra.

28 Ver mais em: <https://www.polygon.com/2017/9/10/16283926/venezuelan-gold-farming-runescape-targets>. Acesso em: 09 mar 2020.

29 No original: “Yet, there is another, less-recognizable sort of labor hidden in gold farming’s shadow: farming completed for no monetary compensation at all, which comprises the majority of farming in MMOs. Convention requires that we call this unpaid effort ‘play’, but given its stark similarities to what gold farmers do all day, it is worth asking exactly why it is not a job. And if that question bears asking, then so does another: why not call what the gold farmers do a ‘game?’”

30 Mais informações em: <https://twitchstats.net/>. Acesso em: 09 mar 2020.

própria plataforma Twitch com publicidade, patrocínios e assinaturas de jogadores – um modelo no qual o usuário paga mensalmente para obter acesso a funcionalidades (emojis, permissões especiais de chat, entre outros) em transmissões de streamers específicos³¹.

No entanto, sob a camada superior dos mega *streamers* há uma multidão de aspirantes, trabalhando em longas jornadas e recebendo pouca ou nenhuma remuneração. Além disso, como aponta Taylor (2018), muitas outras camadas de trabalho afetivo se desenvolvem aí: moderadores dos canais que normalmente trabalham gratuitamente; *designers* e desenvolvedores dedicados a produzir *plugins* e *addons* para amplificar a experiência de espectralidade no *stream*; *fandoms* de determinados *streamers* que se engajam na produção de *fan-art*, *fanfics* e outros bens provenientes do seu objeto de culto; entre outros. Argumentamos aqui que, historicamente, os *game studies* ignoraram o papel das plataformas que organizam essas mediações enquanto atores importantes, especialmente no contexto do capitalismo de plataforma e das relações de trabalho que daí emergem. Não se trata aqui de denunciar uma negligência em ambientes específicos, mas sim da compreensão de um espírito e de estratégias de utilização destes ambientes frente a uma filosofia de organização e habilitação de comportamentos sócio técnicos. Cabe destacar, assim, que o crescente processo de plataformização (enquanto macro fenômeno social) não passa despercebido pelos *games studies*. À medida que plataformas como Twitch, Steam e YouTube crescem em popularidade, bem como a partir do momento em que desenvolvedores passam a atuar – e monetizar esta atuação – de forma plataformizada, pesquisadores do campo passam, também, a observar as plataformas³². Entretanto, normalmente se coloca sob os holofotes os jogadores – profissionais ou não – e sua agência como definidores do sucesso ou não de um jogo. Como já dito, as práticas de consumo (no sentido amplo do termo) que emergem nas, e a partir das, plataformas certamente são devedoras das capacidades agências e criativas dos usuários, mas não somente. A emergência do modelo de negócio da plataforma torna mais visível o entrelaçamento entre o ato de jogar e o esforço empreendido para produzir capital, trabalho.

Os pesquisadores Mark Johnson e Jamie Woodcock, por meio de entrevistas com 39 *streamers* de baixa popularidade, puderam demonstrar o tipo de trabalho envolvido na construção de carreiras no website Twitch. O processo envolve a busca pela “parceria” (*partnership*) com o Twitch, quando o *streamer* alcança um nível de popularidade suficiente para que a empresa repasse parte dos rendimentos com publicidade para o produtor de conteúdo. Este alcance, embora eleve o produtor a um nível de trabalho razoavelmente estável, ao mesmo tempo gera a precariedade do trabalho que, nas amostragens desta pesquisa específica, chegam a 70 ou até 90 horas de trabalho semanais (JOHNSON; WOODCOCK, 2017). Some-se a isso o trabalho igualmente árduo no qual *streamers* não parceiros engajam para obter a parceria:

Entendendo que as recompensas são distribuídas de forma extremamente concentrada no topo, os *streamers* tanto aspiravam a atingir tais alturas quanto refletiam, com diferentes graus de crítica, sobre o esforço necessário para obter essas metas. [...]. Há, portanto, também uma clara subjetividade neoliberal apresentada nas entrevistas, através da qual os *streamers* argumentam que o trabalho árduo, na área, é automaticamente recompensado (JOHNSON; WOODCOCK, 2017, p. 16, tradução nossa³³).

31 Ainda segundo o site <https://twitchstats.net/>, os maiores *streamers* chegam a possuir até 30 mil assinantes em seus canais que podem pagar de aproximadamente 5 a 25 dólares por mês; dinheiro que é dividido igualmente entre o produtor de conteúdo e o Twitch. Acesso em: 09 mar 2020.

32 Considere-se, a título de ilustração, o trabalho de Švelch (2019) sobre o processo de midiatização.

33 No original: “*Understanding that rewards are distributed in an extremely top-heavy fashion, streamers were both aspiring to reach those heights and reflecting back with varying degrees of criticality upon what they thought it would take in order to obtain those goals. [...] There was, therefore, also clear neoliberal subjectivity presented in the interviews, through which streamers argued that hard work, in streaming, is automatically rewarded*”.

Um processo semelhante acontece no ecossistema de *eSports*, em que o topo da pirâmide é ocupado por um pequeno grupo de atletas bem-sucedidos, com contratos milionários, tratados como estrelas. Embora sejam o rosto do mercado, escondem um exército de aspirantes, organizadores de torneios, produtores de conteúdo, entre outros. Este ecossistema está fortemente associado ao Twitch, já que tanto os atletas da camada superior quanto os aspirantes, recorrem a transmissões diárias para transformar o jogo competitivo em sua fonte de renda principal. A forte exposição do topo da pirâmide e das carreiras de sucesso de times patrocinados por empresas como Cloud9, G2 Sports e Team Liquid, “invisibilizam um trabalho aspiracional extremamente precário e retribuído de modo desigual” (JENSON e CASTELL, 2018, p. 14, tradução nossa³⁴). Não é surpresa, portanto, que esses jogadores figurem constantemente na página inicial do Twitch, bem como em exibições de campeonatos espetaculares e outros conteúdos que demonstrem o potencial da plataforma em facilitar a jornada de sucesso do jogador aspirante.

A emergência do *stream* enquanto fenômeno cultural contemporâneo e o processo de plataformação, portanto, reconfiguram a linha historicamente tênue entre jogar e trabalhar. O que parece emergir é a consolidação de um modelo de negócio – uma plataformação do jogo – em que plataformas chave (como Blizzard e Twitch) estimulam os usuários/consumidores a produzir uma grande e variada quantidade de capital – afetivo, econômico, social, cultural, entre outros. Essa produção pressupõe a precarização do trabalho e o surgimento de novas atividades laborais envolvendo jogos digitais e uma ampla negociação entre múltiplos *stakeholders*: Blizzard, Twitch, *streamers* profissionais, moderadores, algoritmos, audiência, aspirantes a *streamers*, fãs, entre outros. Diminuir a capacidade agencial das plataformas nesse cenário – cumprindo a narrativa de que essas são somente intermediárias – pressupõe o apagamento de relações de governança e poder, diretrizes que prescrevem a precarização do trabalho nesse campo e regulam a forma como o capital é extraído e rentabilizado por essas empresas.

Status Quo: Rumo a uma Reorganização

Uma semana após o crescimento dos protestos, no dia 12 de outubro, a Blizzard emitiu um novo pronunciamento alterando a penalidade contra Blitzchung na tentativa de aplacar a comunidade³⁵. São centrais aqui as ideias de afeto pelo jogo e do espaço do jogo enquanto espaço de entretenimento. Não é coincidência que os termos *gaming* e *entertainment* apareçam de forma recorrente e correlata ao longo do depoimento. Tratando especificamente sobre a atitude de Blitzchung, a Blizzard afirma que: “(...) a transmissão oficial precisa ser sobre o torneio e ser um lugar onde todos são bem-vindos. Em apoio a isso, queremos manter os canais oficiais **focados no jogo**.” (REGARDING, 2019, p. 1, tradução nossa, destaques no original). Esse ponto é reforçado em um terceiro momento na mensagem: “Temos essas regras para manter o foco no jogo e no torneio em benefício de um público global, e essa foi a única consideração nas ações que tomamos” (REGARDING, 2019, p. 1, tradução nossa, destaques no original).

Após a Blizzard vir a público alterando as penalidades, Blitzchung também se manifestou oficialmente sobre o caso³⁶. Sua fala, de forma geral, demonstra gratidão à Blizzard por reduzir suas penalidades, bem como reconhecendo o espaço da transmissão como “dedicado ao jogo”.

As pessoas da Blizzard me explicaram isso através de um telefonema e eu

34 No original: “renders invisible hugely precarious, unequally rewarded aspirational labor”.

35 O argumento central desse novo pronunciamento se assemelha ao discurso de Kibler, Kripparian e da Riot: o espaço do broadcast precisa estar focado no jogo e somente no jogo. O pronunciamento completo pode ser lido em <https://bit.ly/36UIYlf>. Acesso em: 09 mar 2020.

36 Este texto pode ser lido em https://www.twitlonger.com/show/n_1sr1jn4. Acesso em: 09 mar 2020

realmente aprecio isso, e aceito a decisão delas sobre essa parte. (...) Vou aproveitar este tempo para relaxar e decidir se vou ou não ficar no cenário competitivo do Hearthstone. O Hearthstone mudou a minha maneira de viver; eu realmente amo esta comunidade. Bençãos a todos os jogadores por aí e bênção à Blizzard³⁷. (MCGREGOR, 2019, p. 1, tradução nossa, destaques no original).

A resignação de Blitzchung parece apontar para alguns caminhos: reforça a governança e colonização da Blizzard sobre as atividades em seus jogos, ao reconhecer que as penalidades são justas e que o foco do campeonato é o jogo, além de expor o papel confuso que os *pro-players* ocupam nas comunidades que envolvem *eSports*. É inegável o poder desses jogadores como influenciadores na cena, mas questionamos a extensão e o alcance desse poder. Por fim, a postura de Chung demonstra o aparato de controle da Blizzard sobre suas *play activities*, de forma que poucos atores alcançam condições de escapar dessa estrutura de poder.

Após os últimos posicionamentos da Blizzard e Blitzchung a controvérsia perde força, ao mesmo tempo em que a comunidade espera as repercussões da BlizzCon 2019, convenção particular da corporação, tal qual outras que figuram na cultura pop/nerd. Embora o movimento #BoycottBlizzard tenha sido poderoso e representativo, questiona-se qual será o legado das manifestações. Não parece haver desdobramentos em termos da postura da Blizzard ou da sua estrutura de governança. Isso aponta para tamanho desequilíbrio de poder entre usuários e plataformas que, mesmo frente a tamanha demonstração de arbitrariedade, a plataforma permanece em total controle sobre os usuários.

Considerações (Algo) Finais

Poucos dias após a controvérsia desenrolar-se, surge um post no Reddit em que um jogador, arrependido de ter deletado sua conta da Blizzard, pergunta se é possível recuperá-la³⁸. O argumento central: o desejo de jogar Overwatch com os amigos. O problema: a pressão social exercida pelo movimento #BoycottBlizzard o levou a cancelar sua conta. Esse curioso caso expõe quão poderosa é a estrutura de governança proporcionada pela plataforma. Duas plataformas entram em cena, o Reddit, ao servir de articulador para a organização do movimento, insuflando a atitude reacionária dos jogadores através da sua arquitetura de organização de conteúdo; e a própria Blizzard, a qual o jogador precisa se submeter caso deseje engajar-se com parte significativa da cultura *gamer* contemporânea.

Nesse sentido, procuramos através deste trabalho expor as dinâmicas internas da manutenção social empreendida pela plataforma Blizzard e o modo como esta organiza vetores de dominação em torno das práticas de diversão que afirma priorizar. Esse conjunto de ferramentas abrange tanto a guerrilha discursiva, travada contra os usuários (des)organizados no Twitter e contra a imprensa formal, quanto o vínculo patronal entre a empresa e o jogador profissional, disciplinado por sua opinião desconfortável.

Tal vínculo esconde uma miríade de fios que ligam modos de esforço e trabalho disfarçados de jogo, que produzem valor para a empresa – este utilizado para intensificar e aperfeiçoar suas formas sutis de influência sobre o comportamento dos usuários. Assim, constitui-se um ciclo de *feedback* positivo, que acrescenta mais e mais valor a mecanismos de plataforma mais e mais eficientes, que geram mais capital num ciclo de (re)produção constante. Como reforçam Couldry e Mejias (2018, p. 3): “(...) a plataforma produz o social para o capital, uma forma de social que está pronta para a apropriação e exploração pelo

37 No original: “People from Blizzard had explained this to me through a phone call and I really appreciate that, and I accept their decision on this part. (...) I will take this time to relax myself to decide if I am staying in competitive hearthstone scene or not. Hearthstone changed the way I live; I really love this community. Blessing to all the players out there and blessing to Blizzard”

38 Disponível em: https://twitter.com/tha_rami/status/1191264893141282816?s=12. Acesso em: 09 mar 2020.

valor como dado”³⁹.

Os momentos de distúrbio desta lógica, como no caso Blitzchung, tendem a atormentar a estabilidade do sistema de uma plataforma como a Blizzard. No entanto, por mais que alimentem discórdia e façam circular narrativas dissidentes, essas são rapidamente apagadas pela massiva interferência da plataforma – tendo em vista o esvaziamento da polêmica após o anúncio dos jogos Diablo 4 e Overwatch 2 por parte da Blizzard, no dia primeiro de novembro de 2019⁴⁰. O estudo da plataformização das práticas de jogo deve expor não apenas as forças dos conglomerados e seu poder de regulação, mas deve, também, demonstrar as fraquezas das estratégias de resistência, para que novos métodos, mais eficientes, possam emergir. A indústria do entretenimento, assim, parece acompanhar o modelo de expansão agressiva das outras plataformas comumente analisadas por críticos e pesquisadores, como Uber, AirBnB, Facebook e Amazon. As plataformas como a Blizzard, contudo, encontram um terreno particularmente fértil: a colonização do lúdico pelo capital.

Referências

AARSETH, Espen. **Cybertext: Perspectives on Ergodic Literature**. London/Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1997.

CAILLOIS, Roger. **Man, play and games**. Chicago: University of Illinois Press, 2001.

CHENEY-LIPPOLD, John. **We are data**. Algorithms and the making of our digital selves. New York: NYU Press, 2017.

CONSALVO, Mia. **Cheating: Gaining Advantage in Videogames**. Cambridge, Mass: MIT Press, 2007.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. Data Colonialism: Rethinking Big Data’s Relation to the Contemporary Subject. **Television and New Media**, v. 20, n. 4, p. 1-14, 2018.

DANAHER, John. The Threat of Algocracy: Reality, Resistance and Accommodation. **Philosophy and Technology**, v. 29, n. 3, p. 245–268, 2016.

DIBBELL, Julian. Invisible Labor, Invisible Play: Online Gold Farming and the Boundary Between Jobs and Games. **Vanderbilt Journal of Entertainment & Technology Law**, v. 18, n. 3, p. 419-465, spring, 2016. Disponível em: http://www.jetlaw.org/wp-content/uploads/2016/05/Dibbell_SPE_5-FINAL.pdf. Acesso em: 09 mar. 2020.

DYER-WITHEFORD, Nick; PEUTER, Greid de. **Games of Empire: Global Capitalism and Video Games**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

FALCÃO, Thiago; MARQUES, Daniel. PAGANDO PARA VENCER: Cultura, agência e bens virtuais em video games. **Contracampo, Niterói**, v. 36, n. 02, pp. 133-156, ago. 2017/out. 2017.

GOFFMAN, Erving. **Encounters: two studies in the sociology of interaction**. Indianapolis: Bobbs–Merrill, 1961.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

HJAVARD, Stig. **The Mediatization of Culture and Society**. London/ New York: Routledge, 2013.

39 No original: “*The platform, we argue, produces the social for capital, that is, a form of ‘social’ that is ready for appropriation and exploitation for value as data, when combined with other data similarly appropriated*”.

40 Disponível em: <https://www.techradar.com/news/diablo-4-news-release-date-trailers-rumors>. Acesso em: 09 mar 2020.

JENSON, Jennifer; CASTELL, Suzanne de. The Entrepreneurial Gamer: Regendering the Order of Play. **Games and Culture**, v. 13, n. 7, p. 1-19, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1555412018755913>. Acesso em: 09 mar 2020.

JAMESON, Frederic: **Postmodernism or, The Cultural Logic of Late Capitalism**. Durham: Duke University Press, 1991.

JOHNSON, Mark; WOODCOCK, Jamie. 'It's like the gold rush': the lives and careers of professional video game streamers on Twitch.tv. **Information, Communication and Society**, v. 22, n. 3, p. 336-351, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1369118X.2017.1386229>. Acesso em: 09 mar 2020.

LATOUR, Bruno. 'Where Are the Missing Masses?' The Sociology of a Few Mundane Artifacts. In: WIEBE, E. Bijker; LAW, John (Eds.). **Shaping Technology/Building Society: Studies in Sociotechnical Change**. Cambridge, Mass: MIT Press, 1992. p. 225-258.

LEMONS, André. Epistemologia da comunicação, neomaterialismo e cultura digital. **Galáxia (São Paulo)**, v. 404, n. 43, p. 54-66, abr. 2020.

MACEY, Josphe; HAMARI, Juho. eSports, skins and loot boxes: Participants, practices and problematic behaviour associated with emergent forms of gambling. **New Media & Society**, v. 21, n.1, p. 20-41, jul. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1461444818786216>. Acesso em: 09 mar 2020.

MALABY, Thomas. Parlaying Value: Capital in and Beyond Virtual Worlds. **Games and Culture**, v. 1, n. 2, p. 141-162, apr. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1555412006286688>. Acesso em: 09 mar 2020.

MCGREGOR, Jody. Suspended Hearthstone Grandmaster Blitzchung responds to Blizzard's statement. **PC Gamer**, Nova Iorque, EUA, 13 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2yS9Zmb>. Acesso em: 09 mar. 2020.

MACEDO, Tarcízio; FALCÃO, Thiago. E-Sports, herdeiros de uma tradição. *Intexto*, v. n/c, n. 45, maio/ago. 2019, p. 246-267. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/83818/0>. Acesso em: 09 mar 2020.

MITCHELL, Liam. **Ludopolitics: Videogames Against Control**. Zero Books, 2018.

MOROZOV, Evgeny. **To Save Everything, Click Here: The Folly of Technological Solutionism**. Nova Iorque, EUA: PublicAffairs, 2013.

NAKAMURA, Lisa. Don't Hate the Player, Hate the Game: The Racialization of Labor in World of Warcraft. **Critical Studies in Media Communication**, v. 26, n. 2, p. 128-144, jun. 2009. Disponível em: <https://lnakamur.files.wordpress.com/2012/03/donthatetheplayer.pdf>. Acesso em: 09 mar 2020.

NIEBORG, David B.; POELL, Thomas. The platformization of cultural production: Theorizing the contingent cultural commodity. **New Media & Society**, v. 20, n. 11, p. 4275-4292, nov. 2018.

REGARDING last weekend's Hearthstone Grandmasters Tournament. **Blizzard News**, Irvine (California), 12 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2wAIE8w>. Acesso em: 09 mar. 2020.

SICART, Miguel. **The ethics of computer games**. Cambridge: The MIT Press, 2009.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. [s.l.]: John Wiley & Sons, 2017.

ŠVELCH, Jan. Mediatization of a card game: Magic: The Gathering, sports, and streaming. **Media, Culture & Society**, Online First, n. n/c, p. 1-19, out. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0163443719876536>. Acesso em: 09 mar. 2020.

TAYLOR, T. L. **Watch me play: Twitch and the Rise of Game Live Streaming**. Princeton: Princeton University Press, 2018.

TERRANOVA, Tiziana. Free Labor: Producing Culture for the Digital Economy. **Social Text**, v. 18, n. 2, p. 33-58, 2000. Disponível em: <http://web.mit.edu/schock/www/docs/18.2terrano.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2020.

TOSCANO, Alberto. From Pin Factories to Gold Farmers: Editorial Introduction to a Research Stream on Cognitive Capitalism, Immaterial Labour, and the General Intellect. **Historical Materialism**, v. 15, n. 1, p. 3-11, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1163/156920607X173742>. Acesso em: 09 mar. 2020.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martjin. **The Platform Society**. v. 1. Oxford: Oxford University Press, 2018.

ZUBOFF, Shoshana. Big other: Surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. **Journal of Information Technology**, v. 30, n. 1, p. 75-89, 2015.

Thiago Falcão é professor do Departamento de Mídias Digitais e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba. Neste artigo, contribuiu com a edição dos dados coletados; estruturação do problema de pesquisa e posicionamento diante do campo; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Daniel Marques é professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, sendo também doutorando na Universidade Federal da Bahia e pesquisador no Lab404/UFBA. Neste artigo, contribuiu com a coleta e seleção de dados; revisão bibliográfica e pesquisa sobre trabalho de plataforma; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Ivan Mussa é professor assistente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e vice-coordenador do GP Games da Intercom. Neste artigo, contribuiu com a edição dos dados coletados; revisão bibliográfica e pesquisa sobre trabalho digital no contexto dos jogos digitais; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Edição v. 39
número 2 / 2020

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 39 (2)
ago/2020-nov/2020

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

Organização coletiva dos trabalhadores no capitalismo de plataforma

Collective organization of workers in platform capitalism

RENAN BERNARDI KALIL

Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, São Paulo, Brasil.
E-mail: renankalil@usp.br. ORCID: 0000-0001-7883-8151.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

KALIL, Renan Bernardi. ORGANIZAÇÃO COLETIVA DOS TRABALHADORES NO CAPITALISMO DE PLATAFORMA. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 2, p. 79-93, ago./nov. 2020.

Submissão em: 11/11/2019. Revisor A: 31/12/2019; Revisor B: 13/01/2020; Revisor A: 27/01/2020; Revisor B: 04/02/2020. Aceite em: 08/03/2020

DOI – <http://doi.org/10.22409/contracampo.v39i2.38570>

Resumo

Este artigo realiza uma revisão de literatura para analisar e descrever as possibilidades de organização e de ação coletiva dos trabalhadores no capitalismo de plataforma. As características do trabalho sob demanda por meio de aplicativos e do *crowdwork* criam dificuldades para os trabalhadores expressarem a sua voz e para organizarem mobilizações, negociações e greves. Por um lado, existem iniciativas de ação coletiva por meio de estruturas tradicionais, como sindicatos e cooperativas. Por outro, diversas articulações ocorrem por meio de outros instrumentos, como fóruns online, redes sociais e canais de comunicação instantânea. Trata-se de um estudo exploratório, em que se pretende sistematizar possibilidades relevantes para contribuir com agenda de pesquisa futura sobre este tema.

Palavras-chave

Organização coletiva; Capitalismo de plataforma; Trabalhadores.

Abstract

This article conducts a literature review to analyze and describe the possibilities of organization and collective action of workers in platform capitalism. The characteristics of on-demand work via apps and crowdwork create difficulties for workers to express their voice and to organize mobilizations, negotiations and strikes. On the one hand, there are collective action initiatives through traditional structures such as trade unions and cooperatives. On the other, a variety of articulations occur through other instruments, such as online forums, social networks and instant communication channels. This is an exploratory study intended to systematize relevant possibilities to contribute to future research agenda on this subject.

Keywords

Collective organization; Platform capitalism; Workers.

Introdução

A organização e a atuação coletivas dos trabalhadores foram instrumentos fundamentais na defesa de seus interesses, especialmente a partir do século XIX. Os sindicatos ocuparam posição central na formação e afirmação do Direito do Trabalho, cuja ação foi essencial para o reconhecimento da desigualdade econômica característica da relação de trabalho e da necessidade de dar um tratamento jurídico à questão em favor dos trabalhadores. As cooperativas ofereceram a possibilidade de os trabalhadores constituírem uma entidade para se auxiliarem mutuamente com fins econômicos.

Em geral, os trabalhadores no capitalismo de plataforma raramente são reconhecidos como sujeitos de direitos trabalhistas e vivenciam condições precárias. A tecnologia da informação e comunicação permite o acesso à mão de obra em escala, com custos reduzidos e gerenciáveis pelo tempo necessário para a execução dos serviços requisitados, além de permitir o pagamento dos trabalhadores a cada atividade realizada. Contudo, as empresas conseguem promover a terceirização de suas atividades sem abandonar o gerenciamento do que é essencial para o negócio, tanto pela dependência econômica do trabalhador, como pelo sistema de reputação, presente em grande escala nas plataformas. A expansão desse cenário acelera a desregulação do mercado do trabalho, rebaixando o padrão de proteção trabalhista e tornando a renda dos trabalhadores pouco previsível e, conseqüentemente, incerta (CHERRY, 2016, p. 657-663).

Esse cenário de poucos avanços em relação às condições de trabalho e socioeconômicas dos trabalhadores no capitalismo de plataforma sugere que uma das maneiras mais eficazes para se modificar esse quadro seria por meio da organização e ação coletiva. Contudo, existem grandes dificuldades. Do ponto de vista da representação e defesa de interesses trabalhistas, identificam-se legislações que inibem ou desestimulam a ação sindical, a complexidade em se construir laços de solidariedade entre trabalhadores que não realizam as suas atividades no mesmo espaço e de forma simultânea, a disseminação de um viés individualista do trabalho que desenvolvem a partir da construção da imagem de empreendedores e a recusa das plataformas em tratar das demandas dos trabalhadores por uma perspectiva coletiva. Do ponto de vista da melhoria e do desenvolvimento econômico do trabalhador, nota-se a falta de apoio técnico e financeiro para os trabalhadores constituírem cooperativas, legislações que não atendem às demandas de quem atua no capitalismo de plataforma e as dificuldades em atuar em determinados setores econômicos nos quais poucas plataformas dominam o mercado.

Em razão das peculiaridades do trabalho sob demanda por meio de aplicativos e do *crowdwork* e dos desafios para se organizarem e atuarem coletivamente por meio de sindicatos e cooperativas, os trabalhadores passaram a fazê-los de maneira alternativa, usando espaços virtuais, como fóruns online, redes sociais e aplicativos de comunicação instantânea.

O objetivo deste artigo é analisar e descrever o estágio da organização coletiva dos trabalhadores em plataformas, levando em conta os impactos provocados pelas novas formas de trabalho. Trata-se de um estudo exploratório, em que se pretende sistematizar possibilidades relevantes para contribuir com agenda de pesquisa futura sobre o tema. Para tanto, decidiu-se analisar três possibilidades: os sindicatos, as cooperativas e os espaços virtuais. Os primeiros, por serem a forma de organização coletiva que mais se desenvolveu entre os trabalhadores para a conquista e o reconhecimento de direitos. As segundas, por permitirem o desenvolvimento econômico dos trabalhadores coletivamente em um cenário no qual assumem o papel principal de dirigir a atividade econômica. Os terceiros, por serem o mecanismo imediato que facilita o contato entre os trabalhadores que realizam tarefas nas plataformas e enfrentam os desafios mencionados.

Adotamos o método analítico-descritivo, em que abordamos as principais experiências em cada uma das referidas vertentes. Para tanto, fizemos uma revisão de literatura, a partir de busca nos sistemas Dedalus, da Universidade de São Paulo, e Hollis, da Universidade de Harvard, e na Biblioteca Digital da LTr, no primeiro semestre de 2018, procurando os seguintes termos: “trabalhadores”, “plataformas” e

“sindicatos”; “workers”, “platforms” e “trade unions”; “trabalhadores”, “plataformas” e “cooperativas”; “workers”, “platforms” e “cooperatives”; “trabalhadores”, “plataformas” e “fóruns online”; “workers”, “platforms” e “online forums”.

Além disso, para acompanhar o desenvolvimento da organização coletiva dos trabalhadores em plataformas, realizou-se leitura semanal das notícias sobre o tema em 2019, a partir dos maiores meios de comunicação que cobrem a matéria no Brasil, Reino Unido (país europeu em que há esforços significativos na ação sindical desses trabalhadores) e Califórnia (o Estado norte-americano em que há maior progresso na ação coletiva laboral).

O artigo se estrutura em duas partes principais. A primeira é caracterização dos trabalhadores em plataformas, conceituando o capitalismo de plataforma e delineando as novas formas de trabalho, que são o trabalho sob demanda por meio de aplicativos e o *crowdwork*. A segunda é a análise e descrição da organização e ação coletiva desses trabalhadores em sindicatos, cooperativas e espaços virtuais. Conclui-se que a organização coletiva, independentemente da forma, é fundamental para que os trabalhadores possam expressar a sua voz no debate sobre a regulação do trabalho no capitalismo de plataforma e seus anseios sejam levados em consideração.

Trabalhadores no capitalismo de plataforma

Uma das expressões mais visíveis das inovações tecnológicas no mundo digital é o desenvolvimento de atividades econômicas em que aplicativos ou plataformas ocupam papel central para viabilizá-las e facilitam trocas de diversos produtos e serviços entre pessoas ou entre pessoas e empresas.

Paul Langley e Andrew Leyshon (2017, p. 14-17) colocam que as plataformas se caracterizam por serem um ambiente genérico capaz de relacionar potenciais consumidores a qualquer coisa e qualquer um, desde outros indivíduos até empresas multinacionais, em que todos podem se tornar fornecedores de produtos e serviços por meio da internet. A nota mais marcante das plataformas é a lógica da intermediação, em que os problemas de coordenação nas transações de mercado são resolvidos por meio do encurtamento das distâncias e da facilitação do contato entre oferta e demanda. O sucesso na promoção da intermediação fez com que as plataformas atingissem distintos domínios de circulação, como os mercados de trocas online, as mídias sociais, a *crowdsourcing* e *crowdfunding*.

Em que pese as plataformas serem divulgadas como meios abertos, neutros, igualitários e progressistas, Paul Langley e Andrew Leyshon (2017, p. 19-26) apontam características em sentido contrário, não sendo apenas canais pelos quais há circulação econômica. Os autores afirmam que, por meio de algoritmos (que processam a relação de informações), protocolos (que descrevem interações) e classificações (por meio de estatísticas e metadata), as plataformas induzem, produzem e programam a circulação na economia digital. Todo esse cenário faz parte de um processo de capitalização e valorização, com o estímulo da participação dos usuários das plataformas, que geram dados e informações componentes da infraestrutura desses meios para potencializar os retornos econômicos das empresas.

Nick Srnicek (2017, p. 4-6) define o novo estágio da economia como capitalismo de plataforma. O autor afirma que na economia digital se destacam os negócios que envolvem o uso da tecnologia da informação, dados e internet. É um setor transversal, com aplicação em diversas áreas, como a indústria, serviços, mineração e telecomunicações, tornando-se essencial para toda a economia. A sua importância reside em três aspectos: (i) trata-se do setor mais dinâmico da economia contemporânea; (ii) está se tornando sistematicamente relevante na medida em que amplia os seus espaços como infraestrutura que viabiliza o desenvolvimento econômico; (iii) graças ao seu dinamismo, apresenta-se como um ideal e legitima o capitalismo de maneira ampla. A economia digital está se transformando em um modelo hegemônico, com forte influência na conformação das cidades, dos negócios, das condições de trabalho e dos governos.

Uma das principais matérias primas do capitalismo no século XXI são os dados. A plataforma é o instrumento utilizado para organizar os negócios de forma a permitir a monopolização desses dados e, conseqüentemente, extração, análise e uso. As inovações tecnológicas no século XXI tornou o registro de dados mais barato, simples e possível de ocorrer em grandes quantidades. Nesse sentido, novos setores surgem para extrair esses dados e utilizá-los para otimizar o processo produtivo, acessar preferências dos consumidores, controlar trabalhadores, oferecer novas mercadorias e serviços e vender produtos para anunciantes. Dessa forma, o uso de dados passa a ser um recurso central para os negócios e desempenha diversas funções, como o treinamento e aprimoramento de algoritmos, a coordenação da terceirização de trabalhadores e a viabilização da otimização e do processo produtivo (SRNICEK, 2017, p. 39-42).

O capitalismo de plataforma é a potencialização de movimentos concomitantes que tiveram início na década de 1970: produção enxuta, cadeias produtivas *just-in-time* e terceirização. As tecnologias digitais permitem que as plataformas despontem como instrumentos de liderar e controlar setores da economia, tendo proeminência diante da manufatura, logística e design, uma vez que provê os meios que permitem o desenvolvimento das empresas. O modo de operar dos negócios nesse contexto privilegia a concentração da propriedade, em que as maiores plataformas criam grandes infraestruturas e gastam quantias significativas na compra de outras empresas e no investimento da expansão de suas capacidades. As plataformas estão se tornando proprietárias da infraestrutura da sociedade, em que há fortes tendências à monopolização de setores econômicos (SRNICEK, 2017, p. 90-92).

As novas tecnologias da informação e comunicação, que impulsionam o capitalismo de plataforma, moldam e dão novos contornos às relações de trabalho. Esses instrumentos potencializam quantitativamente as atividades desempenhadas pelos trabalhadores, que passam a ser demandados em qualquer horário e em qualquer lugar. O trabalho torna-se mais central e intenso no cotidiano das pessoas, em um contexto no qual os trabalhadores em contratos precários devem ficar online por muito tempo para conseguirem ter acesso às tarefas ofertadas nas plataformas, dentre outras situações que a tecnologia altera a dinâmica das relações de trabalho em que a internet é um elemento essencial (FRAYSSÉ e O'NEIL, 2015, p. 3-4).

As perspectivas sobre como se configuram as relações de trabalho influenciadas pela tecnologia da informação e comunicação variam conforme o critério utilizado pelos pesquisadores. Há uma diversidade de classificações que organizam essas formas de trabalho. Determinados estudiosos levam em consideração somente os trabalhos desenvolvidos no espaço virtual, enquanto outros também analisam plataformas em que as atividades ocorrem nos ambientes virtual e real (CHERRY, 2016, p. 599; CODAGNONE et al., 2016, p. 5; SCHOLZ, 2017, p. 15-94).

Valerio De Stefano (2016, p. 473-475) aponta o trabalho sob demanda por meio de aplicativos e o *crowdwork* como as dimensões do trabalho no capitalismo de plataforma. O núcleo do trabalho sob demanda por meio de aplicativos é a relação de trabalho em que a plataforma viabiliza a combinação entre oferta e demanda de mão de obra por meio do *software* para a execução de uma atividade nas proximidades ou no próprio local em que está situado fisicamente o tomador de serviços. Em regra, o aplicativo, um *software* que coordena o processamento de informações e dados para os seus usuários, é utilizado principalmente em telefone celulares e não é o meio principal para a realização da atividade.

O *crowdwork* é uma forma de trabalho desempenhada remotamente em plataformas digitais, geralmente utilizada por empresas cujo modelo de negócios é vinculado à internet e que demandam o acesso a uma multidão de trabalhadores em escala global e de maneira pontual e esporádica (DE STEFANO, 2016, p. 473-474). É adotado no contexto da *crowdsourcing* de atividades comerciais, expressão criada por Jeff Howe (2006) para explicar novos modelos de negócios relacionados com a internet e que estavam surgindo na segunda metade da década de 2000. De acordo com o autor, "*crowdsourcing* representa o ato de uma empresa ou instituição pegar uma função antes feita por empregados e terceirizar para uma

indefinida (e geralmente grande) rede de pessoas na forma de uma chamada aberta”.¹

Valerio De Stefano (2016, p. 473-475) reconhece diferenças significativas entre ambos, sendo que a mais relevante é o fato de as atividades no *crowdwork* serem realizadas online, permitindo que a sua execução ocorra em qualquer lugar do mundo, enquanto no trabalho sob demanda por meio de aplicativos, somente a combinação de oferta e demanda da força de trabalho ocorre online, sendo as atividades realizadas localmente. Ainda, mesmo essas categorias não são coesas ou homogêneas. No *crowdwork*, as plataformas que operam nessa categoria têm distintas maneiras de distribuir tarefas, fixar o valor dos trabalhos, pagar os trabalhadores, assim como a natureza e a complexidade das atividades podem variar consideravelmente. No trabalho sob demanda por meio de aplicativos, a principal distinção ocorre entre as plataformas que oferecem diversos serviços daquelas especializadas em somente uma atividade.

Apesar dessas diferenças, o autor menciona que existem características em comum entre essas formas de trabalho que apontam para a adequação de tratá-las conjuntamente. Primeiramente, ambas são viabilizadas pelo uso da tecnologia da informação e comunicação e utilizam a internet para combinar oferta e demanda de trabalho rapidamente. Há minimização dos custos de transação e redução da fricção dos mercados. A velocidade da combinação da oferta e demanda da força de trabalho e a disseminação de plataformas e aplicativos entre os trabalhadores permite que os contratantes tenham à disposição elevados grupos de pessoas para executar atividades instantaneamente. Ou seja, as empresas que adotam essas formas de trabalho compartilham as premissas de um modelo de negócio. Por fim, o acesso em escala à mão de obra indica que essas plataformas abrem espaço para rediscussão das fronteiras das empresas, redefinição do conceito de empregador e reanálise da noção de hierarquia, em um contexto de potencialização e maximização da terceirização e da fragmentação do trabalho propiciadas pelas inovações tecnológicas (DE STEFANO, 2016, p. 475-476).

Adotamos a classificação proposta por Valerio De Stefano. Corroboramos os seus argumentos que justificam a categorização das novas formas de trabalho a partir do uso de tecnologia da informação e comunicação em trabalho sob demanda por meio de aplicativos e *crowdwork*. Ademais, destacamos a centralidade que as plataformas ocupam em ambas as formas de trabalho, sendo a infraestrutura que permite o desenvolvimento de ambas e proporciona a aglutinação de todas as características comuns apontadas pelo autor.

O trabalho sob demanda por meio de aplicativos e o *crowdwork* são utilizados para a execução de atividades em diversos setores: elaboração de conteúdo de *marketing* e de logomarcas, tradução, apoio administrativo, atendimento aos consumidores, tarefas criativas e de design, desenvolvimento de *software*, criação de websites, execução de tarefas domésticas, entrega de produtos, classificação de objetos, transcrições de áudios, revisão de conteúdo, edição de texto, resposta de pesquisas, comentários sobre websites, identificação de imagens, análise de dados brutos, limpeza, transporte, dentre outras (CODAGNONE et al., 2016).

Organização e ação coletivas dos trabalhadores

A organização e a ação coletivas dos trabalhadores no capitalismo de plataforma é de difícil operacionalização. Em primeiro lugar, os trabalhadores serem considerados como autônomos pelas empresas dificulta o reconhecimento de sua identidade como tal e a percepção de vivência das mesmas condições de trabalho, além de demandar a superação de entender os demais como concorrentes e da individualização laboral. A inexistência de compartilhamento de um mesmo espaço fabril físico

1 Tradução nossa de: “*crowdsourcing represents the act of a company or institution taking a function once performed by employees and outsourcing it to an undefined (and generally large) network of people in the form of an open call*”.

contribui para o isolamento dos trabalhadores e dificulta a construção de solidariedade entre eles. Ainda, a vinculação do trabalhador à figura do autônomo coloca obstáculos em reconhecer a empresa como responsável pelas condições laborais (MODA, 2019).

Outro aspecto que dificulta a ação coletiva é a heterogeneidade dos trabalhadores, uma vez que há os que são economicamente dependentes do trabalho para obterem renda para sobreviverem e existem outros que realizam essas atividades como fonte adicional de renda (MODA, 2019).

Ruth Berins Collier, Veena Dubal e Christopher Carter (2017, p. 15-17), ao analisarem os movimentos dos motoristas da Uber nos Estados Unidos, identificam duas formas de protesto. A primeira é a manifestação de rua, em que os trabalhadores fecham avenidas ou ruas para expressarem as suas insatisfações e cobrarem melhorias. A segunda é a tentativa de coordenar o desligamento do aplicativo por um grande número de trabalhadores em momentos de elevada demanda. Geralmente, esses protestos ocorreram por mudanças unilaterais promovidas pela plataforma e que os trabalhadores entenderam ser prejudiciais, como a redução do preço da tarifa. A maior parte das tentativas de ações realizadas até o momento não trouxeram resultados positivos, em razão da dificuldade em reunir uma quantidade expressiva de motoristas, em conseguir difundir informações sobre os protestos e em convencer os trabalhadores a participarem.

Contudo, há iniciativas de trabalhadores que obtiveram sucesso em realizar ações coletivas, seja para defender medidas legislativas, seja para responder mudanças unilaterais promovidas pelas plataformas que pioraram suas condições de trabalho. Em agosto de 2019, motoristas de aplicativos na Califórnia organizaram manifestações para pressionar senadores e demonstrar apoio ao projeto de lei AB5, que ampliava a possibilidade de classificação de trabalhadores como empregados. (EPSTEIN, 2019). No mês seguinte, a lei foi aprovada e há expectativa que os motoristas passem a ter direitos trabalhistas (MYERS et al., 2019). Em setembro de 2019, ciclistas da Deliveroo conseguiram promover greves em 16 cidades no Reino Unido, em decorrência do desligamento de trabalhadores, redução das tarifas e mudanças das regras para receber trabalho (CANT, 2019).

Natália das Chagas Moura e Márcio Toledo Gonçalves (2017, p. 309-311) identificam ações sindicais realizadas por motoristas da Uber nos Estados Unidos, na Índia e França e questionam o fato de o Brasil ser um dos maiores mercados da plataforma, mas não ter iniciativas para sindicalizar os trabalhadores. A hipótese mencionada, a partir de entrevistas com trabalhadores e relatos apresentados em jornais, é que o receio de retaliação pela Uber afasta os motoristas das entidades sindicais.

Em 2019, ocorreram duas grandes mobilizações de trabalhadores sob demanda por meio de aplicativos em São Paulo. Em maio, aderindo ao movimento iniciado nos Estados Unidos que se espalhou para diversos países, incluindo o Brasil, motoristas da Uber organizaram uma paralisação no dia em que a empresa abriu capital na bolsa de valores de Nova Iorque, com o objetivo de reivindicar melhorias nas condições de trabalho. A manifestação brasileira centrou atenção no preço da tarifa e em melhorias na segurança dos motoristas (OLIVEIRA, 2019; MODA e GONÇALVES, 2019). Em setembro, foi realizada uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no intuito de debater a segurança dos motoristas, como resultado das manifestações de maio. Na ocasião, os trabalhadores apresentaram 13 propostas e também participaram políticos, representantes das empresas e membros de órgãos públicos (MODA, 2019).

Entidades sindicais

As entidades sindicais promovem a organização coletiva dos trabalhadores com dois principais objetivos: representação e negociação. Os trabalhadores no capitalismo de plataforma que optarem por atuar a partir de um sindicato terão uma entidade que será a sua voz na conformação das novas formas de trabalho no mercado e a intérprete de suas demandas diante de outros atores sociais, além de tratarem

de condições de trabalho e outros temas que entenderem pertinentes com as plataformas e o Poder Público.

A Organização Internacional do Trabalho lançou no início de 2019 o relatório *Trabalhar para um futuro melhor*. Um dos eixos para realizar o contrato social e ter uma agenda centrada no ser humano é aumentar o investimento nas instituições do trabalho, sendo que uma das medidas apontadas é a revitalização da representação coletiva. O documento aponta que os trabalhadores devem instituir técnicas inovadoras de organização e utilizar a tecnologia digital para alcançar a sua base de representação e para traçar estratégias de ação mais efetivas (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2019).

Hannah Johnston e Chris Land-Kazlauskas afirmam que as entidades sindicais que organizam os trabalhadores no capitalismo de plataforma ao redor do mundo adotam cinco estratégias principais. A primeira é a legal, em que se investe no litígio judicial para fazer as empresas enquadrarem os trabalhadores como empregados ou nas categorias intermediárias nos países que as adotam em seus ordenamentos jurídicos. A segunda é o trabalho conjunto com outras organizações associativas, como guildas. Essas entidades existiram na Europa pré-Revolução Industrial e reapareceram em alguns países do Atlântico Norte com o avanço do trabalho atípico. Em Nova Iorque, a Guilda dos Motoristas Independentes (*Independent Drivers Guild*), afiliada à Associação Internacional dos Trabalhadores Aeroespaciais e Maquinistas (*International Association of Machinists and Aerospace Workers*), representa 50.000 motoristas de táxi e de plataformas de transporte e conseguiu estabelecer um canal de diálogo com a gerência local da Uber (JOHNSTON e LAND-KAZLAUSKAS, 2018, p. 5-7).

A terceira envolve a busca por nova legislação que melhore as condições de trabalho, como ocorreu em Seattle, nos EUA, com a aprovação de lei que autoriza os motoristas das plataformas de transporte a se organizarem e negociarem coletivamente. A quarta é o reconhecimento pelo movimento sindical tradicional da necessidade de atuar junto aos trabalhadores atípicos e subrepresentados e de alterar o modelo padrão de ação sindical, que lida como regra geral somente com trabalhador com contrato por tempo indeterminado. Por fim, a quinta é a criação de entidades sindicais com enfoque para representarem trabalhadores em contratos atípicos, como os do capitalismo de plataforma, na linha do que ocorreu com o Sindicato de Trabalhadores Independentes do Reino Unido (*Independent Workers Union of Great Britain*), que atua intensamente com os motoristas da Uber e os entregadores da Deliveroo (JOHNSTON e LAND-KAZLAUSKAS, 2018, p. 7-12).

Valerio De Stefano, Antonio Aloisi e Six Silberman (2018) afirmam que as entidades sindicais constituídas devem apoiar o surgimento de novas organizações que queiram atuar somente com os trabalhadores do capitalismo de plataforma. Os autores afirmam que a tentativa de impor uma pauta externa para esse grupo tende a fragmentar a organização sindical, o que é negativo por enfraquecer a representação sob um ponto de vista mais amplo e por não permitir a transmissão de experiências adquiridas com o saber prático. Um dos exemplos apontados para ilustrar casos em que o movimento sindical tradicional pode apoiar essas novas entidades é na disseminação de informações sobre como utilizar os instrumentos sobre direitos de codeterminação, informação e consulta quando empresas terceirizarem parte de suas atividades por meio do *crowdwork* (DE STEFANO, 2016, p. 502).

Existem no Brasil algumas iniciativas para organizar os motoristas de plataformas de transporte, como se nota em São Paulo, com a criação do Sindicato dos Trabalhadores com Aplicativos de Transporte Terrestre Intermunicipal do Estado de São Paulo, em Pernambuco, com o Sindicato dos Motoristas de Transporte Privado Individual de Passageiros por Aplicativos de Pernambuco, no Distrito Federal, com o Sindicato dos Motoristas Autônomos de Transporte Privado Individual por Aplicativos, e no Rio de Janeiro, com o Sindicato dos Motoristas em Transporte Terrestre Individual Privado de Passageiros por Aplicativo do Rio de Janeiro.

Em relação à negociação coletiva, Hannah Johnston e Chris Land-Kazlauskas (2018, p. 23-24) afirmam que os desafios colocados para o desenvolvimento desse instrumento ocorrem pelo fato

de o capitalismo de plataforma estar em estágio incipiente, o número de trabalhadores ainda não ser expressivo, algumas plataformas oferecerem resistência a dialogar de forma coletiva, a fixação coletiva de condições de trabalho para trabalhadores autônomos implicar violação da legislação antitruste em alguns países e a relação de trabalho ser triangular, o que torna complexa a atribuição de responsabilidades em tratativas dessa natureza.

Em que pesem esses obstáculos, Valerio De Stefano (2018, p. 21-24) entende que a negociação coletiva tem potencial para desempenhar papel funcional no capitalismo de plataforma, especialmente em três campos: (i) na qualificação dos trabalhadores, prevendo capacitações de longo prazo, para que a introdução de novas máquinas nas empresas não enfrente dificuldades em sua implementação e para manter os empregados atualizados profissionalmente; (ii) na regulação do uso de novas tecnologias no local de trabalho, como a inteligência artificial, o *big data* e o monitoramento eletrônico da performance dos trabalhadores, com enfoque na vedação de coleta de informações que extrapolem os limites da relação de trabalho; (iii) na adaptação das condições de trabalho, uma vez que a negociação coletiva é o modo mais rápido e flexível para se dar respostas às mudanças que ocorrem no mundo do trabalho, visto que não aguarda medidas legislativas que podem demorar para serem aprovadas e as soluções são determinadas pelas partes diretamente envolvidas. Em razão disso, o autor defende “negociar o algoritmo” como meio de promoção do diálogo social e beneficiar trabalhadores e empregadores com os aspectos positivos que a tecnologia pode proporcionar.

Existem exemplos de acordos coletivos celebrados para abranger trabalhadores no capitalismo de plataforma. Em 2017, uma plataforma de transporte sueca chamada Bzzzt aderiu ao instrumento coletivo que regula o contrato de trabalho dos motoristas e firmou acordo com o Sindicato de Trabalhadores do Transporte Sueco (JOHNSTON e LAND-KAZLAUSKAS, 2018, p. 30).

Em 2018, a Federação Unida dos Trabalhadores Dinamarqueses (*United Federation of Danish Workers*) celebrou acordo coletivo com a plataforma de serviços domésticos Hilfr.dk, em que se previu o ingresso dos trabalhadores na plataforma como autônomos. Contudo, aqueles que trabalharem mais de 100 horas no período de um ano serão automaticamente reclassificados como empregados e passam a receber todos os direitos previstos na legislação e no instrumento coletivo. Se o trabalhador quiser se manter como autônomo, há necessidade de manifestação expressa perante a plataforma. Enquanto o autônomo recebe aproximadamente 15,50 euros por hora, o empregado recebe 19 euros por hora, pagamento de férias e em caso de doença, além de ter de ser notificado e de receber justificativa razoável caso a plataforma decida excluí-lo do aplicativo. Ainda, o acordo coletivo trata da proteção de dados, em que a plataforma deve ter o consentimento expresso dos trabalhadores para divulgar suas informações e é possível solicitar a remoção de conteúdo falso e ofensivo aos trabalhadores (HALE, 2018; DE STEFANO, 2018).

Hannah Johnston e Chris Land-Kazlauskas (2018, p. 30) apontam que o modelo de relações coletivas de trabalho na Suécia – e acrescento também o dinamarquês -, com fortes parceiros sociais, elevado grau de sindicalização e de cobertura coletiva dos contratos de trabalho e compromisso de longo prazo para o diálogo social contribui para que as iniciativas inovadoras em negociação coletiva ocorram nesses países.

Há iniciativas sendo desenvolvidas para que entidades sindicais utilizem algoritmos para aprimorar suas atividades de representação e de negociação. Por meio do cruzamento de informações recebidas dos trabalhadores, das formas pelas quais empresas atuaram no passado e de dados sobre o mercado de trabalho, os algoritmos podem auxiliar os sindicatos a adotarem as melhores estratégias de atuação. Por exemplo, identificar no momento adequado o fato de uma empresa obter resultados positivos permite às entidades sindicais iniciarem mobilizações com o objetivo de negociar contratos coletivos mais benéficos. Por outro lado, identificar previamente setores econômicos com resultados negativos possibilita aos sindicatos prever os postos de trabalhos que serão mais afetados e, dessa forma, atuar para minimizar

prejuízos aos trabalhadores (MAXWELL, 2018).

Finalmente, destaca-se que inexistem muitos exemplos de países que regulamentaram a organização sindical dos trabalhadores no capitalismo de plataforma. Apesar do caso de Seattle ser recorrentemente mencionado, o Poder Judiciário suspendeu a aplicação da lei em maio de 2018, o que inviabilizou a organização sindical dos motoristas na cidade (WHEELER, 2018). Em 2016, a França modificou seu Código do Trabalho e previu, no art. L7342-6, o direito de organização sindical dos trabalhadores em plataformas e estabeleceu, no art. L7342-5, que a coordenação de ações coletivas para defender suas demandas não implica responsabilidade contratual ou motivo para a exclusão da plataforma ou a aplicação de penalidades.

Em junho de 2019, a OIT adotou a Declaração do centenário para o futuro do trabalho (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2019). No documento, colocou-se que devem ser levadas em consideração as profundas transformações no mundo do trabalho e, para o desenvolvimento de sua abordagem centrada no ser humano para o futuro do trabalho, a OIT deve direcionar os seus esforços para promover os direitos dos trabalhadores, com ênfase na liberdade sindical e na negociação coletiva (item II. A, vi). Além disso, estabeleceu que a cooperação efetiva no local de trabalho deve respeitar a negociação coletiva e não enfraquecer o papel dos sindicatos (item II, C).

Cooperativismo de plataforma

A criação de cooperativas para organizar atividades econômicas no capitalismo de plataforma é apontada como meio de superar o debate sobre a classificação dos trabalhadores como empregados ou autônomos e colocá-los como atores principais na construção de uma empresa cujo principal objetivo seria promover o desenvolvimento econômico de seus membros.

Hannah Johnston e Chris Land-Kazlauskas (2018, p. 18) afirmam que as cooperativas dão voz e controle aos trabalhadores na medida em que são proprietários e operadores dessas organizações. Existem dois modelos que foram adotados no capitalismo de plataforma: cooperativas criadas para dividirem recursos e melhorarem o acesso a serviços e benefícios, sendo mais próxima de uma cooperativa de serviços, e o cooperativismo de plataforma, em que os trabalhadores constituem empresas para atuarem no mercado, assemelhando-se a uma cooperativa de trabalho.

As cooperativas de serviços são criadas para oferecerem melhores condições de trabalho e de vida para trabalhadores, geralmente contratados como autônomos pelas plataformas. Os autores mencionam, como exemplo, a cooperativa belga que atua em toda a Europa, a SMart. Inicialmente criada para auxiliar artistas, a entidade aceita a filiação de trabalhadores de plataforma e negociou com a plataforma de entregas Deliveroo o conteúdo dos termos e condições de uso e o pagamento de tarifas com base no salário mínimo belga (JOHNSTON e LAND-KAZLAUSKAS, 2018, p. 18).

Em relação ao cooperativismo de plataforma, Trebor Scholz (2017, p. 174-175) é um dos precursores da ideia. Segundo o autor, o conceito é dividido em três partes. Em primeiro lugar, trata-se de mudar o enfoque do capitalismo de plataforma, mantendo-se o destaque ocupado pela tecnologia no desenvolvimento econômico, mas utilizando-a em um modelo de propriedade distinto e ligado a valores democráticos. O segundo aborda a solidariedade, em que as plataformas são de propriedade e administradas por grupos de pessoas vinculadas pelo objetivo de trabalharem pelo bem comum dos integrantes da organização. O terceiro se relaciona com a reestruturação das noções de inovação e eficiência, que não devem ser utilizadas para beneficiar poucos empresários que auferem lucros elevados, mas todos os trabalhadores que contribuem com a plataforma.

Trebor Scholz (2017, p. 175-179) propõe uma tipologia para as cooperativas de plataforma a partir de experiências concretas e de ideias para o desenvolvimento dessas entidades, alertando que não se trata de uma lista exaustiva ou que desconsidera o potencial surgimento dessas organizações em outros

setores. O autor identifica: (i) cooperativas proprietárias de plataformas de intermediação de trabalho sob demanda por meio de aplicativos e de mercados online, como a Fairmondo, da Alemanha, que se coloca como uma alternativa à Amazon, e a Coopify, de Nova Iorque, que atua para colocar trabalhadores de baixa renda no mercado digital, eliminando intermediários e oferecendo apoio, como sistemas de referência para trabalho e declaração de impostos; (ii) cooperativas proprietárias de plataformas controladas por cidades, como a proposta da Allbnb, que operaria nos moldes do Airbnb, mas distribuiria o dividendo dos seus lucros para os moradores da cidade em que funcionasse; (iii) cooperativas de plataformas de “produsuários”, em que produtores de conteúdo artístico, como filmes e fotografias, seriam proprietários de suas próprias plataformas para divulgar e comercializar suas criações com outros artistas e admiradores desses trabalhos, como a Stocksy, que atua na área da fotografia; (iv) cooperativas de plataformas apoiadas por entidades sindicais, como a Union Taxi, criada com auxílio do CWA local 7777 da cidade de Denver, nos Estados Unidos; (v) cooperativas como resultado da legislação antitruste, em que os trabalhadores criariam uma plataforma a partir da infraestrutura de uma outra já existente; (vi) plataforma como protocolo, em que o modelo de negócios é baseado em facilitar trocas comerciais descentralizadas, como ocorre com a La Zooz, um aplicativo de caronas de Israel que opera dessa maneira.

Trebor Scholz (2017, p. 180-183) ainda destaca dez princípios do cooperativismo de plataforma, elaborados com o objetivo de fazer com que os trabalhadores se comprometam com os valores dessa forma de organização. Os princípios versam sobre: (i) propriedade, que deve ser compartilhada entre os cooperados, permitindo que os resultados obtidos pela plataforma sejam destinados àqueles que mais contribuem para o seu desenvolvimento; (ii) pagamento decente e segurança de renda, garantido patamares mínimos aos membros das cooperativas; (iii) transparência e portabilidade de informações e dados, tanto para os trabalhadores como para os consumidores; (iv) apreciação e reconhecimento, em que há canal direto de comunicação entre consumidores e trabalhadores e há necessidade de apresentação de justificativas quando algumas das regras não são cumpridas, como pontualidade no pagamento; (v) trabalho codeterminado, em que o envolvimento dos trabalhadores deve ocorrer desde a concepção da plataforma; (vi) estrutura legal protetiva, removendo todas as barreiras existentes na legislação para o surgimento e consolidação de cooperativas; (vii) benefícios e proteção trabalhistas portáteis, em que a mudança de atividade não afeta os direitos dos trabalhadores; (viii) proteção contra comportamentos arbitrários, como a vedação de desligamento automático da plataforma; (ix) rejeição da vigilância excessiva no local de trabalho, como forma de preservar a dignidade e a privacidade dos trabalhadores; e (x) o direito à desconexão, em que se respeitam intervalos e descansos dos cooperados.

Yochai Benkler (2016, p. 91-94) reconhece que o cooperativismo não teve um papel transformador desde que surgiu nos idos do século XIX. Contudo, identifica uma conjuntura propícia e quatro fatores que favorecem o desenvolvimento do cooperativismo de plataforma. O primeiro é a disrupção, em que a incipiência do capitalismo de plataforma permite o surgimento de empresas com potencial para impactar e redefinir os parâmetros do mercado. O segundo é a existência de um momento que favorece a cooperação, como a disseminação de *softwares* gratuitos e abertos, a construção da Wikipedia e o jornalismo cidadão, com as pessoas envolvendo-se em atividades sem finalidades lucrativas. O terceiro são as experiências que a produção colaborativa baseada em recursos comuns pode oferecer para a organização de cooperativas de plataforma. Finalmente, o funcionamento a partir de redes pode colocar a atividade econômica desenvolvida pelas plataformas em vantagem diante das empresas tradicionais.

Em que pese o cenário favorável para a emergência do cooperativismo de plataforma, o autor é cauteloso (2016, p. 95):

Em nenhum momento nos dois séculos desde que o cooperativismo surgiu como um modelo alternativo consciente para a organização moderna da produção, ele foi tão viável. Que é viável, entretanto, não o torna inevitável. Como movimento, o cooperativismo somente terá sucesso se movimentando rápida e decisivamente,

aprendendo do passado recente e dividindo os nossos experimentos e conhecimento de forma rápida e repetidamente em uma rede de cooperativas.²

Espaços virtuais

Uma alternativa às tradicionais formas de organização coletiva dos trabalhadores, como os sindicatos e as cooperativas, é o uso de espaços virtuais para, em um primeiro momento, viabilizar a aproximação e a troca de informações daqueles que atuam em plataformas. Trata-se de uma forma de atuação conveniente para trabalhadores que passam grande parte dos seus dias conectados à internet e não desempenham suas atividades no mesmo espaço físico de outros colegas de trabalho.

Os fóruns online são instrumentos muito difundidos entre os trabalhadores sob demanda por meio de aplicativos e *crowdworkers*. Em relação ao primeiro grupo, ao analisarem o comportamento dos motoristas da Uber que utilizavam fóruns online, Alex Rosenblat e Luke Stark traçaram o seguinte perfil dos usuários: têm dificuldades para encontrarem informação ou operarem determinada funcionalidade do aplicativo; têm maiores tendências a expressarem as suas opiniões em espaços públicos; têm a renda do trabalho com a plataforma como fonte principal de ganhos e têm maior dependência econômica da atividade (ROSENBLAT e STARK, 2016, p. 3706).

Além disso, os trabalhadores sob demanda por meio de aplicativo também utilizam com frequência as redes sociais para trocarem informações a respeito de alterações promovidas pela plataforma, locais em que há maior demanda por serviços, melhores práticas para obterem resultados mais rentáveis, comercialização de produtos que auxiliam na execução das tarefas e problemas que enfrentaram com clientes.

No Brasil, os trabalhadores passaram a utilizar plataformas para se organizarem. A mobilização de motoristas de aplicativos para a paralisação de maio e para a audiência pública de setembro envolveram reuniões presenciais, mas a maior parte da articulação foi feita por meio de grupos no WhatsApp e no Facebook, assim como por vídeos no YouTube. Esses instrumentos viabilizaram a articulação de trabalhadores que, em razão das características do trabalho, ficam atomizados e encontram dificuldades para interagir nos moldes tradicionais da ação sindical (MODA, 2019).

No tocante aos *crowdworkers*, é possível apontar que os fóruns online são o principal mecanismo de comunicação e mobilização entre os trabalhadores. O mais famoso é o Turkopticon, desenvolvido por Lilly Irani e Six Silberman (2016, p. 525-529), que é focado na Amazon Mechanical Turk e é constituído por um aplicativo de base de dados e uma extensão de navegador. O primeiro permite que os trabalhadores avaliem os tomadores de serviço, o que ganha importância na medida que determinadas plataformas, como a AMT, não permitem que isso seja feito em seu sistema. A extensão do navegador permite que se acrescentem informações nas avaliações dos tomadores e, em seguida, sejam colocadas na lista de discussão dos trabalhadores que participam do fórum. Os tomadores de serviço são avaliados em 4 aspectos: comunicabilidade, generosidade, honestidade e agilidade, em uma escala de 0 a 5. Em janeiro de 2016 existiam aproximadamente 56.000 usuários cadastrados no Turkopticon e desde o seu lançamento, no início de 2009, mais de 290.000 avaliações foram realizadas.

O maior mérito do Turkopticon é reduzir a assimetria de poder existente entre a plataforma e seus clientes e os trabalhadores, na medida em que abre espaço para a troca de informações sobre os tomadores de serviço em um cenário no qual inexistia essa possibilidade na AMT. Desta forma, os

2 Tradução nossa de: "At no time in the two centuries since cooperativism first appeared as a conscious alternative model to modern organization of production has it been more feasible. That is feasible, however, does not make it inevitable. As a movement, cooperativism will only succeed by moving fast and decisively, learning from the near past, and sharing our experiments and knowledge quickly and repeatedly in a network of cooperatives".

trabalhadores reúnem mais elementos para decidirem se executarão ou não determinada atividade disponível na Amazon Mechanical Turk (SILBERMAN; IRANI, 2016, p. 539).

Alex Felstiner (2011, p. 160) identifica essas iniciativas de organização online, como o Turkopticon, de forma positiva, pois podem ser um embrião para a constituição futura de uma entidade, como sindicato ou associação, que defenda os interesses dos trabalhadores, procure benefícios que sejam revertidos a todos os filiados, dissemine informações sobre os direitos dos trabalhadores e seja um centro de coordenação e estratégia de ação coletiva.

Considerações finais

A criação de um ramo jurídico com o objetivo de tratar das relações de trabalho e o surgimento de legislações especiais que reconheceram a situação particular dos trabalhadores no contrato de trabalho e estabeleceram direitos específicos foi obra direta da organização e da ação coletiva dos trabalhadores. Avanços que determinados grupos obtiveram a partir de mobilizações, negociações e greves foram posteriormente disseminados e estendidos a todos os trabalhadores. Nesse sentido, pode-se apontar que o Direito Coletivo do Trabalho é anterior e foi fundamental para o desenvolvimento do Direito Individual do Trabalho.

Parte expressiva do debate existente sobre os parâmetros de proteção que devem ser reconhecidos no capitalismo de plataforma está centrado na classificação dos trabalhadores como empregados ou como autônomos, tendo em vista que os modelos de tutela laboral dependem do reconhecimento do vínculo empregatício. Trata-se de um tema importante, especialmente pelo fato de ser o principal e, em muitas vezes, o único meio de oferecer algum grau de proteção aos trabalhadores.

Contudo, é essencial que os trabalhadores diretamente interessados nessa discussão passem a ser sujeitos ativos desse processo. A organização e a ação coletiva desses trabalhadores são instrumentos essenciais para que suas demandas sejam colocadas na agenda do debate e para que sejam reconhecidas, tanto por meio de negociação coletiva com as plataformas, como por meio de inovações legislativas.

Ainda, a discussão sobre o enquadramento jurídico dos trabalhadores é insuficiente. As legislações trabalhistas não foram concebidas a partir do modelo de relações de trabalho que predomina no capitalismo de plataforma e uma série de aspectos centrais no desenvolvimento das atividades laborais carece de regulação adequada. A título ilustrativo, menciona-se o caso dos sistemas de avaliações, que geralmente ocupam papel relevante na capacidade de os trabalhadores obterem trabalho e cujas regras são fixadas unilateralmente pelas empresas num cenário em que não há parâmetro legal sobre o tema.

Portanto, deve-se viabilizar a participação dos trabalhadores no capitalismo de plataforma de forma coletiva, seja por meio de sindicatos, cooperativas, associações ou outras formas organizativas que entenderem mais adequada. Garantir a expressão da voz dos atores mais importantes dessa discussão é imprescindível para se ir além das tecnicidades jurídicas e levar em consideração os anseios daqueles que atualmente não contam com qualquer proteção social.

Referências

BENKLER, Yochai. The realism of cooperativism. *In*: SCHOLZ, Trebor; SCHNEIDER, Nathan (Eds.). **Ours to hack and to own: the rise of platform cooperativism, a new vision for the future of work and a fairer internet**. New York: OR Books, 2016.

CANT, Callum. Deliveroo workers launch new strike wave. **Notes from below**, London, 28 set. 2019. Disponível em: <https://notesfrombelow.org/article/deliveroo-workers-launch-new-strike-wave>. Acesso em: 10 nov. 2019.

CHERRY, Miriam. Beyond Misclassification: The Digital Transformation of Work. **Comparative Labor Law & Policy Journal**, v. 37, n. 3, p. 577-602, 2016.

CODAGNONE, Cristiano; ABADIE, Fabienne; BIAGI, Federico. **The future of work in the sharing economy: Market efficiency and equitable opportunities or unfair precarisation?** JCR Science for policy report. Seville: Institute for Prospective Technological Studies, 2016.

DE STEFANO, Valerio. **"Negotiating the algorithm"**: automation, artificial intelligence and labour protection. Geneva: International Labour Organization, 2018.

DE STEFANO, Valerio. Collective bargaining of platform workers: domestic work leads the way. **Regulating for globalization**, 10 dez. 2018. Disponível em: <http://regulatingforglobalization.com/2018/12/10/collective-bargaining-of-platform-workers-domestic-work-leads-the-way>. Acesso em: 12 dez. 2018.

DE STEFANO, Valerio. The rise of the "just-in-time workforce": on-demand work, crowdwork, and labor protection in the "gig-economy". **Comparative Labor Law & Policy Journal**, v. 37, n. 3, p. 471-503, 2016.

DE STEFANO, Valerio; ALOISI, Antonio; SILBERMAN, Six. A manifesto to reform the gig economy. **Pagina 99**, 29 maio 2017. Disponível em: <http://www.pagina99.it/2017/05/29/a-manifesto-to-reform-the-gig-economy>. Acesso em: 20 out. 2017.

EPSTEIN, Greg. Hundreds of Uber and Lyft drivers to launch a protest caravan across California. **Tech Crunch**, Bay Area, 22 ago. 2019. Disponível em: <https://techcrunch.com/2019/08/22/hundreds-of-uber-and-lyft-drivers-to-launch-a-protest-caravan-across-california>. Acesso em: 22 ago. 2019.

FELSTINER, Alek. Working the Crowd: Employment and Labor Law in the Crowdsourcing Industry. **Berkeley Journal of Employment and Labor Law**, v. 32, n. 1, p. 143-203, 2011.

FRAYSSÉ, Olivier; O'NEIL, Mathieu. Hacked in the USA: Prosumption and digital labour. *In*: FRAYSSÉ, Olivier; O'NEIL, Mathieu (Eds.). **Digital labour and prosumer capitalism: The US matrix**. New York: Palgrave and Macmillan, 2015.

HALE, Julian. In Demark, a historic collective agreement is turning the "bogus self-employed" into "workers with rights". **Equal Times**, Brussels, 04 jul. 2018. Disponível em: <https://www.equaltimes.org/in-denmark-a-historic-collective?lang=en#W-2SBehKiM8>. Acesso em: 03 set. 2018.

HOWE, Jeff. The rise of crowdsourcing. jun. 2006. Disponível em: <https://www.wired.com/2006/06/crowds>. Acesso em: 06 jun. 2017.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. ILO century declaration for the future of work. **108th Session of the International Labor Organization**, Geneva, 21 de junho de 2019. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_norm/@relconf/documents/meetingdocument/wcms_711674.pdf. Acesso em: 25 jun. 2019.

JOHNSTON, Hannah; LAND-KAZLAUSKAS, Chris. **Organizing on-demand: Representation, voice, and collective bargaining in the gig economy**. Geneva: International Labour Organization, 2018.

LANGLEY, Paul; LEYSHON, Andrew. Platform capitalism: The intermediation and capitalisation of digital economic circulation. **Finance and Society**, v. 3, n. 1, p. 11-31, 2017.

MAXWELL, Jamie. How a labor union is using an algorithm to predict when to organize. **Vice News**, New York, 13 dez. 2018. Disponível em: https://www.vice.com/en_us/article/nep5wb/how-a-labor-union-is-using-an-algorithm-to-predict-when-to-organize. Acesso em: 10 nov. 2019.

MODA, Felipe. Os uberizados brasileiros voltam à luta. **Outras palavras**, São Paulo, 30 set. 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/os-uberizados-brasileiros-voltam-a-luta/>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MOURA, Natália das Chagas; GONÇALVES, Márcio Toledo. Atuação sindical transnacional: as redes sindicais internacionais e os acordos macro globais. *In*: LEME, Ana Carolina Paes; RODRIGUES, Bruno Alves; CHAVES JÚNIOR, José Eduardo de Resende (Coords.). **Tecnologias disruptivas e a exploração do trabalho humano**: a intermediação de mão de obra a partir das plataformas eletrônicas e seus efeitos jurídicos e sociais. São Paulo: LTr, 2017.

MYERS, John; BHUIYAN, Johana; ROOSEVELT, Margot. Newsom signs bill rewriting California employment law, limiting use of independent contractors. **Los Angeles Times**, Los Angeles, 18 set. 2019. Disponível em: <https://www.latimes.com/california/story/2019-09-18/gavin-newsom-signs-ab5-employees-independent-contractors-california>. Acesso em: 18 set. 2019.

OLIVEIRA, Filipe. Alta da gasolina faz motorista de Uber no Brasil aderir a greve global. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 maio 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/05/alta-de-combustivel-e-preco-da-corrída-levam-motoristas-de-aplicativos-a-programar-paralisacao.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha. Acesso em: 07 maio 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalhar para um futuro melhor**. Lisboa: Bureau Internacional do Trabalho, 2019.

ROSENBLAT, Alex; STARK, Luke. Algorithmic labor and information asymmetries: a case study of Uber's Drivers. **International Journal of Communication**, v. 10, n. 1, p. 3758-3784, 2016.

SCHOLZ, Trebor. **Uberworked and underpaid**: how workers are disrupting the digital economy. Malden: Polity Press, 2017.

SILBERMAN, M. Six; IRANI, Lilly. Operating an Employer Reputation System: Lessons from Turkopticon, 2008-2015. **Comparative Labor Law & Policy Journal**, v. 37, n. 3, p. 505-541, 2016.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity, 2017.

WHEELER, Ryan. Ninth circuit puts the brakes on Uber unionization. **OnLabor**, Cambridge, 23 maio 2018. Disponível em: <https://onlabor.org/ninth-circuit-puts-the-brakes-on-uber-unionization>. Acesso em: 01 jun. 2018.

Edição v. 39
número 2 / 2020

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 39 (2)
ago/2020-nov/2020

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

No Brasil, trabalho de plataforma como sinônimo de precarização é discurso de classe

Platform work in Brazil as a synonym for precariousness is classist discourse

MARCELO SANTOS

Faculdade Cásper Líbero (FCL) – Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: masmoraes@casperlibero.edu.br. ORCID: 0000-0003-4599-9885.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SANTOS, Marcelo. No Brasil, trabalho de plataforma como sinônimo de precarização é discurso de classe. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 2, p. 94-115, ago./nov. 2020.

Submissão em: 11/11/2019. Revisor A: 24/01/2020; Revisor B: 16/02/2020; Revisor B: 26/03/2020. Aceite em: 31/03/2020

DOI – <http://doi.org/10.22409/contracampo.v39i2.38574>

Resumo

Este artigo parte da hipótese de que, no Brasil, classificar trabalho de plataforma como precarização é um discurso de classe presente entre os cientistas nacionais por um duplo problema: de um lado, a incorporação de modo acrítico da produção acadêmica sobre mundo do trabalho desenvolvida no Norte Global; do outro lado, a falta de escuta dos trabalhadores de plataforma. Num primeiro momento, faz-se uma revisão de literatura que explora o ideário predominante sobre trabalho informal e trabalho digital no Brasil, revelando-se como tal ideário não se assenta em fatos do Sul Global e conceitos para ele pensados. Na sequência, alguns dados e construções teóricas sobre pesquisas com trabalhadores de plataforma do Sul Global são apresentados e problematizados, para, então, se buscar costuras com a comunicação. Estas são apresentadas a partir da literatura criada para refletir a respeito das plataformas, arquiteturas programadas para organizar interações entre usuários e aqui enquadradas como mediações de forças produtivas e relações de produção. Ao final do estudo, apresentam-se dados coletados por meio de pesquisa exploratória realizada em São Paulo com nove trabalhadores de plataforma, cujos resultados sugerem uma heterogenia de sentidos e significados sociais atribuídos a este tipo de ocupação. Os próprios trabalhadores de plataforma não se enxergam, necessariamente, como precários. E talvez não o sejam, quando se coteja a percepção indicada com realidades por vezes inimagináveis no contexto do Norte Global, em que se viveu a plenitude do emprego durante o século XX.

Palavras-chave

Trabalho de plataforma; Sul Global; Epistemologia da Comunicação; Estudos de recepção.

Abstract

This article starts from the assertion that in Brazil, classifying platform work as necessarily precarious is part of a classist discourse that is prevalent among national scientists for two reasons: the uncritical incorporation of academic research on the world of work developed in the Global North and the lack of attention paid to the voices of platform workers themselves. First, a literature review is conducted to explore the prevailing ideology about informal work and digital work in Brazil, showing how this ideology is not based in facts or concepts specific to the Global South. Next, data and theoretical constructions from research with platform workers from Brazil are presented and problematized. These platforms are programmed architectures that organize interactions between users; in this text, platforms are characterized as mediations of productive forces and production relations. We then present data collected through exploratory research conducted in São Paulo with nine platform workers, the results of which suggest a heterogeneity of meanings and social meanings attributed to this type of occupation. Platform workers do not necessarily see themselves as engaged in precarious work. It is worth considering that their work may not indeed be precarious when their context is compared with realities that are sometimes unimaginable in the Global North, in which the fullness of employment was experienced during the 20th century.

Keywords

Platform work; Global South; Epistemology of Communication; Reception studies.

Introdução

A questão endereçada por este dossiê, a recordar, “Quais as contribuições da pesquisa em comunicação para compreensão do trabalho de plataforma/digital ou plataformização do trabalho?” é oportuna para se refletir sobre a base epistemológica construída no Brasil a respeito do problema enunciado. Diz-se base, no singular, porque há apenas uma: a escola criada – ou em criação (FÍGARO, 2008, p. 2-3) – a partir dos esforços de Roseli Fígaro, única pesquisadora da Comunicação indexada na Scielo a falar sobre o binômio comunicação/trabalho, curiosamente numa revista que não é, *stricto sensu*, da área de comunicação (FÍGARO, 2008). Fígaro, é de se comentar, defendeu doutorado (1999) e livre docência (2012) sobre o assunto e, desde 2009, forma pesquisadores na Universidade de São Paulo cujas dissertações e teses se ocupam, em algum grau, com o atravessamento do mundo do trabalho pela comunicação, ou com o entendimento do mundo do trabalho como mediação entre receptores e meios.

Esta escola iniciada por Fígaro organiza-se em torno do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT), fundado em 2003. Este tem suas bases fincadas nas ciências sociais, sobremaneira na costura entre Sociologia, Análise do Discurso e Filosofia, e também na abordagem ergológica, cunhada por Yves Schwartz (2010, p. 37) como “um projeto de melhor conhecer e, sobretudo, de melhor intervir sobre as situações de trabalho para transformá-las”, cujo alicerce é a escuta do trabalhador e o entendimento que este tem sobre a sua atividade laboral. De modo que, na perspectiva da única escola do Brasil a problematizar sistematicamente trabalho/comunicação, os estudos de recepção são elementos fundantes, e norteiam as produções do grupo de Fígaro, inclusive as últimas publicações realizadas por tal grupo (FÍGARO, 2018; GROHMANN et al., 2019; LIMA, 2018).

Quando, portanto, esta edição da Contracampo questiona: *Quais as contribuições da pesquisa em comunicação para compreensão do trabalho de plataforma/digital ou plataformização do trabalho?*, o ponto introdutório a ser indicado é que a área da comunicação no Brasil entende a necessidade de, em tal reflexão, dar espaço à voz, aos valores e aos afetos dos trabalhadores envolvidos no cenário da plataformização. E não apenas às conjecturas de gabinete, o conforto intelectual antítese da ergologia, que tensiona o saber formal ao saber não formalizado do trabalhador, com o objetivo de se preencher as lacunas do conhecimento acadêmico, sempre deficitário (SCHWARTZ, DI FANTI e BARBOSA, 2016, p. 223-224).

É preciso, logo, voltando-se de modo direto ao problema do dossiê, ter contato com os trabalhadores digitais para se escrever a respeito deles. Mais que isto, é necessário problematizar com tais trabalhadores uma recepção construída socialmente “a partir do cotidiano do mundo do trabalho, para demonstrar como as mediações que essa realidade apresenta compõem o universo de recepção dos trabalhadores, atuando sobre os sentidos e as maneiras de ver e entender o processo comunicacional do qual fazem parte” (FÍGARO, 2000, p. 38-39).

Tudo dito, a pergunta de pesquisa trazida por esta edição pareceu oportuna ao autor para o teste da seguinte hipótese: no Brasil, a partir das discussões feitas no campo da comunicação, baseadas em pressupostos ergológicos, trabalho mediado por plataforma como sinônimo de precarização das relações laborais pode ser interpretado como discurso de classe. Classe é um conceito movediço, “que acompanha o movimento dialético da história” (GROHMANN, 2017, p. 96), e está aqui simplificado pela seguinte nota de Haddad (1997, p. 98): “rigorosamente falando, o conceito de classe social em sentido pleno é definido, dentro do discurso de Marx, pelas relações de distribuição que são expressão imediata das relações de produção”. Produção diz respeito à criação de bens de consumo que correspondem às necessidades humanas; distribuição ao seu partilhamento segundo as leis sociais (MARX, 1983, p. 207).

Pode-se conceber, então, seguindo as definições acima esboçadas, que o termo discurso de classe aponte para o modo pelo qual grupos organizados através dos distintos lugares sociais criados pelas relações de produção constroem sistemas de representação para definir, conceber e explicar o mundo, por

meio da linguagem, dos conceitos, da elaboração de categorias e de imagens de pensamento (HALL, 2003, p. 267). Tais discursos produzem para os seus sujeitos, aqui localizados a partir das suas classes sociais, posições identitárias e de conhecimento que lhes permitam expressar verdades como se fossem seus genuínos autores (LARRAIN, 1996, p. 49), algo que, para além de um *estrato*, denota uma categoria inscrita dentro dos processos comunicacionais (GROHMANN, 2018). Esta perspectiva foi colocada em segundo plano nos estudos de comunicação do Brasil, substituída nas pesquisas de recepção pelas identidades culturais, notadamente a partir da década de 1990 (GROHMANN, 2018, p. 231-232). Neste artigo, porém, a sustentação da hipótese de trabalho parte, precisamente, da seguinte premissa: falar em trabalho de plataforma como trabalho precário é um discurso ligado à classe dos trabalhadores registrados que é, conforme se discutirá em algumas linhas, bastante restrita quando se pensa nas relações de produção e distribuição do Sul Global, distantes da universalização do trabalho formal pela qual passou o Norte Global.

Deste modo, o aludido possível discurso de classe, que equipara trabalho digital a algo necessariamente precário, revela, seguindo a hipótese aqui lançada, a incorporação de modo acrítico, ou mesmo *preguiçoso*, por alguns autores das ciências humanas (e.g. FONTES, 2017; VENCO, 2019) da literatura mundial sobre a matéria, largamente derivada dos trabalhos seminais de autores ocidentais como Friedmann (1972), Hardt e Negri (2002; 2005), Gorz (2005) ou, mais recentemente, Srnicek (2016), literatura esta deslocada da realidade brasileira. A associação direta entre trabalho digital ao trabalho precário aponta, ainda, para a necessidade de se escutar, como sugere a epistemologia desenvolvida por Fígaro e seu grupo, brasileiros apartados do conceito ocidental de trabalhador/empregado, pessoas que já foram contratadas no regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) com baixos salários e em condições precárias, a despeito da legislação, ou desde sempre enquadradas na informalidade, e para as quais, talvez, mediação do trabalho por plataformas digitais signifique melhoria de vida ou, ao menos, equiparação social da sua falta de direitos civis e econômicos, que deixa de ser a mazela dos excluídos para ser a realidade de todos. Sobre isto, neste artigo se trará dados primários obtidos por entrevistas exploratórias semiestruturadas, coletadas entre setembro e outubro de 2019 na cidade de São Paulo com nove trabalhadores de plataforma. Antes e a seguir, algumas discussões gerais sobre trabalho de plataforma no Sul Global.

Trabalho precário e discurso (acrítico) de classe

No excelente *Trabalhadores digitais: as novas ocupações no trabalho informacional* (LIMA e OLIVEIRA, 2016, p. 119-120), lê-se uma premissa sem a qual qualquer discussão a respeito de trabalho digital no cenário brasileiro – ou latino-americano – perde sentido:

Se sairmos do restrito clube de países onde vigorou/vigora o Estado de bem-estar social, verificamos que grande parte dos trabalhadores nunca teve acesso aos direitos sociais ou, quando teve, estes se restringiam aos trabalhadores mais qualificados, ou com maior capacidade de organização, vinculados aos setores econômicos dinâmicos. A América Latina é emblemática dessa situação. Os trabalhadores formais raramente ultrapassaram os 50% dos trabalhadores ocupados, com a maioria envolvida em ‘empregos’ informais, na ‘zona cinzenta’ de um assalariamento intermitente, de ‘viração’ na informalidade; sendo que muitos deles jamais entraram no mercado de trabalho formal (LIMA e OLIVEIRA, 2016, p. 119-120).

Muitos deles, desde sempre, passaram longe daquilo conceituado pela Organização Internacional do Trabalho, a OIT (1999), como trabalho decente, no qual há o respeito aos direitos no trabalho, à promoção do emprego produtivo e de qualidade, à ampliação da proteção social e ao fortalecimento do diálogo social. Isto é, apesar de o trabalho decente ser pauta e objeto de compromissos de papel assumidos

pelos países do Mercosul – incluindo-se o Brasil, neste último caso em acordo firmado diretamente entre ex-presidente Lula e o diretor geral da OIT, em junho de 2003, para promover ações como gerar mais e melhores empregos ou erradicar o trabalho escravo (SILVA e MANDALAZZO, 2013, p. 125-128) – pouco foi feito. Mesmo reconhecendo alguma equalização das desigualdades sociais organizadas em torno do trabalho formal ocorridas no início deste século no Estado brasileiro, exatamente nos tempos do *lulismo* (cf. LEITE e SALAS, 2014), trabalho decente, aqui, ainda tem cortes de gênero, geografia, raça e, sobretudo, de classe (cf. ARAUJO e LOMBARDI, 2013; SOUSA e GUEDES, 2016; MADEIRA e GOMES, 2018; SILVA e FREITAS, 2016)

Logo, quando Rifkin (1996, p. 8-9) disserta extensamente sobre uma sociedade ameaçada pelo desemprego tecnológico, tomando por objeto de estudo relatórios da Federação Internacional das Metalúrgicas de Genebra, ele está falando a respeito dos países capitalistas avançados que, após anos de bem-estar social democratizado, derivado do trabalho formal, começaram a experienciar em meados da década de 1970, e sobretudo a partir da década de 1980, o progressivo aumento do desemprego. Tal cenário, pelo óbvio, é distante do vivenciado no Sul Global (ROGAN et al., 2017), por vezes mais próximo do capitalismo europeu desregulado do Século XIX. Ao se falar de trabalho, portanto, cumpre rememorar uma pluralidade de sentidos atribuídos ao vocábulo, nem sempre sinonímicos de estabilidade ou de direitos sociais:

Sacrifício, privacidade, progresso, objetividade, estranhamento, racionalização e emancipação. Elas constituem visões antagônicas, mas conciliáveis somente na práxis do trabalho. Por sua vez, a sociedade capitalista deixou tais visões ausentes por considerando o trabalho apenas como trabalho assalariado. Portanto, uma das primeiras conclusões é de que a sociologia do trabalho deve perceber e desvelar as relações que perpassam o trabalho assalariado, definindo as relações estruturais, valorativas e simbólicas, que relacionam diretamente as classes sociais e as respectivas estratificações (COSTA e ALMADA, 2018, p. 171).

Em contextos como o brasileiro, o próprio trabalho formal assalariado, regulado, decente, confunde-se com uma estratificação por classe. Aqui, é fundamental diferenciar trabalho e emprego. O último configura o modelo pelo qual o capitalismo do Norte Global passou a remunerar o trabalho, convertendo-o em elemento de socialização, ou de acesso à esfera pública, à cidadania (ibid). Nos países capitalistas avançados, onde o emprego foi universalizado, correlacionar trabalho a emprego, e, por consequência, diminuição do emprego à perda de direitos sociais, faz todo sentido. Em geografias como o Brasil, esta articulação é problemática e classista. Muitos trabalhadores nunca foram empregados. Empregados, na maior parte dos casos, pertenceram e pertencem à elite. O fim do emprego, ao invés de apontar para o esvaziamento do poder social e de vantagens materiais na sociedade, representa a dissolução de uma diferença de classe que não se dá pelo acesso ao bem-estar derivado do trabalho formal, artigo em extinção mesmo no capitalismo avançado, mas pelo seu contrário: a universalização da insegurança social oriunda do trabalho desregulado, única realidade conhecida por uma parcela considerável dos habitantes do Sul Global durante o século XX, enquanto trabalhadores europeus ou norte-americanos desfrutavam do seu mundo paralelo pequeno burguês/proletário de bem-estar.

Vários estudiosos sugerem que o foco da maioria das discussões sobre trabalho precário na Europa e nos Estados Unidos nos leva a perder a natureza global desse fenômeno e suas variações nas regiões do mundo. Por exemplo, Ronaldo Munck sugere que o foco na relação padrão de emprego como algo que deve ser recuperado por meio de ação política emana da experiência europeia, mas pode não ser aplicável a sociedades pós-coloniais em que o emprego 'padrão' não era a norma na era pós-guerra. No Sul Global, pode ser historicamente impreciso exigir um 'retorno' às relações de trabalho padrão que não prevaleciam no passado (MOSOETSA et al., 2016, p. 11).

A não ser para as elites. Pode-se pensar, logo, não apenas que a “construção de um modelo de classe baseado na estrutura do emprego fornece uma delimitação realística, socialmente identificável e de bom alcance das fontes de poder social e vantagens materiais existentes” (SANTOS e RIBEIRO, 2016, p. 90), mas que a própria divisa estrutural emprego/trabalho revela uma bifurcação de classe importante, assinalada pelo modo como o mercado de trabalho nacional se modernizou por meio da ampliação do “seu caráter excludente e concentrador, bem ao estilo do capitalismo subdesenvolvido e dependente; além de qualitativamente diverso das sociedades salariais dos países desenvolvidos, onde se logrou instaurar um estatuto coletivo do trabalho, ao menos até 1980” (BARBOSA, 2016, p. 26). Deste modo, o capitalismo de plataforma ou digital parece representar o fim do emprego e não o fim do trabalho, que precede o emprego e sobre o qual repousa a extração da mais-valia (FONTES, 2017, p. 63).

Nunca houve, em nenhuma sociedade capitalista, direito ao trabalho e, se havia alguma ilusão, ela foi derrotada em 1848. Há, sim, obrigação de vender força de trabalho e essa obrigação sequer precisa ser legal, pois se assenta na ‘natureza das coisas’ para essa sociedade expropriatória. Manuais de economia chamam de ‘pleno-emprego’, em sociedades capitalistas, situações em que as taxas de desemprego estão abaixo de 5% da população! No assim chamado pleno emprego dos anos ‘dourados’ (1945-1975) para os países centrais, os dados estavam truncados, pois não entravam na conta nem os trabalhadores sem direitos (imigrantes), que viviam nesses países, nem os camponeses de outros países que estavam sendo expropriados pelo avanço imperialista dos capitais dessas metrópoles, nem as precárias condições de trabalho que as empresas imperialistas impunham no chamado ‘3º Mundo’ (FONTES, 2017, p. 52).

Causa estranheza, portanto, que acadêmicos do Sul Global incorporem com alguma frequência o discurso que enlaça trabalho terceirizado ou flexível, inclusive o trabalho digital, à precarização, especialmente se for levado em conta o seguinte fato: trabalhadores informais de lugares como África do Sul, México, China, Brasil ou Índia conseguiram historicamente subverter a falta de direitos da informalidade e se organizar coletivamente para pressionar o Estado e as empresas, inclusive no que se reporta ao capitalismo digital (BRAGA, 2019; MOSOETSA et al., 2016). Isto dito, examinando apenas a Scielo, identificou-se em novembro de 2019 um total de 22 artigos dedicados à precarização do trabalho, através de busca feita pelos termos indicados na ferramenta interna da data-base. Entre os resultados encontrados, dá-se destaque, na sequência, àqueles cujo discurso está em consonância da hipótese de trabalho deste texto, segundo a qual talvez exista uma leitura acrítica do mundo do trabalho no Sul Global em geral, e no Brasil em particular.

Mello et al. (2009, p. 320-321) usam dois franceses, Robert Castel e Jean-François Chanlat, para falar sobre as consequências do excesso da tecnologia dentro das empresas e de uma precarização gerada não mais por jornadas extenuantes ou pelo esforço repetitivo, mas derivadas do subemprego, da informalidade que cobra metas do trabalhador. Druck et al. (2019) problematizam a aprovação recente da Reforma Trabalhista no Brasil, convocando o geógrafo britânico David Harvey e outros europeus, como os pensadores franceses Pierre Dardot e Christian Laval, para dissertar sobre uma agenda neoliberal de acumulação flexível global na qual se insere a reformulação da CLT, expressão do capital contra a classe trabalhadora, que converte a terceirização em regra, ao contestar “o paradigma protetivo dos trabalhadores, desenvolvido em razão de sua condição de hipossuficiência, de modo a colocar em risco a feição ontológica do Direito do Trabalho” (DRUCK et al., 2019, p. 294). Oras, fim da CLT não é contra os trabalhadores. O ataque é à classe dos empregados. Franco (2011, p. 180), em artigo do começo da década, informa que a maioria das análises e estudos empíricos da sociologia do trabalho

tem demonstrado que a terceirização foi adotada como política de gestão flexível do trabalho, dentre outras, o que tem levado à precarização social. Trata-se de um processo multidimensional que atinge o trabalhador – como indivíduo, família, coletivo de trabalho e cidadão –, esgarçando o tecido social ao fragilizar ou degradar: (i) os vínculos de trabalho e relações contratuais; (ii) a organização e condições de trabalho; (iii) a saúde e segurança no trabalho; (iv) o reconhecimento e valorização simbólica na construção de identidade individual e coletiva; (v) a representação e organização coletiva, fragilizando os trabalhadores como atores sociais Franco (2011, p. 180).

Estas perspectivas, erigidas num diálogo espantosamente naturalista com pensadores europeus e americanos, cujas falas têm validade para o Norte Global e necessitam ser ressignificadas no contexto brasileiro, se repetem em Araújo (2013) e Lima (2003). No tocante especificamente aos trabalhadores digitais, destaca-se agora não mais via busca exclusivamente feita na Scielo, os textos de Ricardo Antunes (2009), em interlocução com autores a exemplo de Ursula Huws, professora inglesa convocada para se falar de um *cyberproletariado* exacerbador da precarização, que rompe com o modelo dominante ao longo do século XX, de matriz taylorista-fordista (ANTUNES, 2011, p. 406). Certamente, este modelo dominante ao qual Antunes (ibid) se refere expressou, no Sul Global, a realidade das classes dominantes, e não da maior parte da população.

A longa produção de Antunes da última década, comprometida em larga medida com a agenda da precarização do trabalho, por vezes correlacionada ao trabalho digital, foi recentemente sintetizada no livro *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital* (2018). Este volume é aberto com elogiosas *cover letters* escritas na União Europeia: encontram-se palavras de exaltação a Antunes grafadas por Michael Löwy, que nasceu no Brasil, filho de judeus austríacos, mas fez carreira na França, onde chegou a dirigir o prestigioso Centre national de la recherche scientifique (CNRS); a já indicada pesquisadora britânica Ursula Huws; e, por fim, uma nota de Pietro Basso, professor da Universidade Ca'Foscari, de Veneza. O empolgado prelúdio dos três pesquisadores europeus deixa antever que o robusto livro de Antunes (ibid.) talvez dialogue profundamente com os países capitalistas avançados e as elites brasileiras que, paródia irresistível, viveram o privilégio do emprego. Mas a interlocução com o Sul Global, com os mais de 50% da população latina – rememore-se a fala que abre esta seção, “envolvida em ‘empregos’ informais, na ‘zona cinzenta’ de um assalariamento intermitente, de ‘viração’ na informalidade” (LIMA e OLIVEIRA, 2016, p. 119-120), número que atinge 80% dos trabalhadores na Índia (ANEJA et al., 2019) –, é um diálogo inadequado. Mais do que isto, é um discurso de classe.

Fala-se de uma perspectiva marcadamente alinhada à saudade dos bons tempos do trabalho decente (ANTUNES, 2018), em que o emprego era a realidade de alguns. Fala-se com ironia de um trabalho digital que levaria a humanidade ao paraíso, descrito ao modo de mito eurocêntrico, dilacerado pela incerta verdade do trabalho de plataforma. Trabalho este que pode, sim, representar melhoria de vida para quem nunca teve emprego e enfrenta barreiras para entrar no mercado formal por questões como raça, gênero ou escolaridade, e agora experiência, em regiões como a da Cidade do México, ganhos até 11 vezes maiores que o salário mínimo diário médio de outras ocupações, ganhos estes conquistados por possibilidades trazidas pela Uber, aplicativo de transporte (EISENMEIER, 2018 p. 12-13). Dizer, como Scholz (2016), que o trabalho de Uber ou a economia do compartilhamento como um todo é subremunerada depende da régua utilizada para se definir trabalho mal pago. Conforme admite Ursula Huws,

Seria simplista demais sugerir uma única tendência universal – uma corrida global para o fundo sem mediação de nenhuma tendência contrária. Tais contradições podem ser encontradas no trabalho em muitos níveis: entre estados-nação, entre empresas, entre estados e empresas, entre empresas e trabalhadores, e dentro de cada um desses constituintes (HUWS, 2014, p. 24).

Huws (2014), porém, deixa de fora a contradição historicamente construída no Sul Global entre empregados e trabalhadores, contradição de classe sem qual discutir trabalho digital fora do espectro dos países de capitalismo avançado torna-se impossível, pois envolve mais que a estratificação social delimitada por ocupação (HUWS, 2014, p. 47-48), indicando aquela oriunda da divisão trabalho decente, fonte de direitos e voz na esfera pública, em oposição ao trabalho precário. Voltando ao livro de Antunes (2018), um outro problema encontrado, este mais relevante para a comunicação e assim para este dossiê, é aquele observado por Grohmann (2018, p. 155): "Do modo como está no livro, o digital, embora importante ao longo da explanação, aparece somente como um apêndice no sentido teórico." Quando deve ser a viga-mestre. Aliás, é de se comentar que o último livro publicado pelo grupo de pesquisa de Antunes (2019), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil v. IV*, promete dissertar sobre "trabalho digital, autogestão e expropriação da vida", subtítulo do volume, para, na contramão, abordar fenômenos absolutamente deslocados desta proposta, como o setor portuário e a agroindústria canavieira, ou ainda generalismos, como autogestão em cooperativas. Nada, de fato, que problematize a sério o atravessamento das plataformas e assim da comunicação no mundo do trabalho, o que seria necessário segundo o próprio Antunes (2019, posição 246), segundo o qual "é decisivo que se ofereça uma inteligência atualizada acerca do papel do trabalho nos serviços para a criação de mais-valor".

Feita esta breve dissertação geral sobre a hipótese lançada neste artigo, no tocante à existência de um possível discurso de classe quando se equipara trabalho de plataforma a trabalho precário no Brasil, a seguir, aprofunda-se a problematização a respeito das particularidade do trabalho de plataforma no Sul Global.

Plataformização do trabalho no Sul Global

As plataformas podem ser entendidas como arquiteturas programáveis projetadas para organizar interações entre usuários (VAN DIJCK et al., 2018). O trabalho digital, hoje, acontece prioritariamente neste tipo de ambiente (FUCHS e SEVIGNANI, 2013, p. 255; WOODCOC e GRAHAM, 2019, p. 1), sendo comum nomeá-lo como trabalho de plataforma. Esta diferença semântica aponta para a troca da internet, e por consequência do trabalho mediado através da rede, privatizada na década de 1990, pelo trabalho mediado por meio dos jardins murados de empresas como Google e Facebook (DANTAS, 2014).

A disseminação da computação [através das plataformas] na maioria dos setores da economia, combinada ao uso quase universal das telecomunicações, significa que poucas atividades econômicas não envolvem algum elemento do trabalho digital, seja em fazendas, fábricas, armazéns, escritórios, lojas, residências ou veículos em movimento (HUWS, 2014, p. 164).

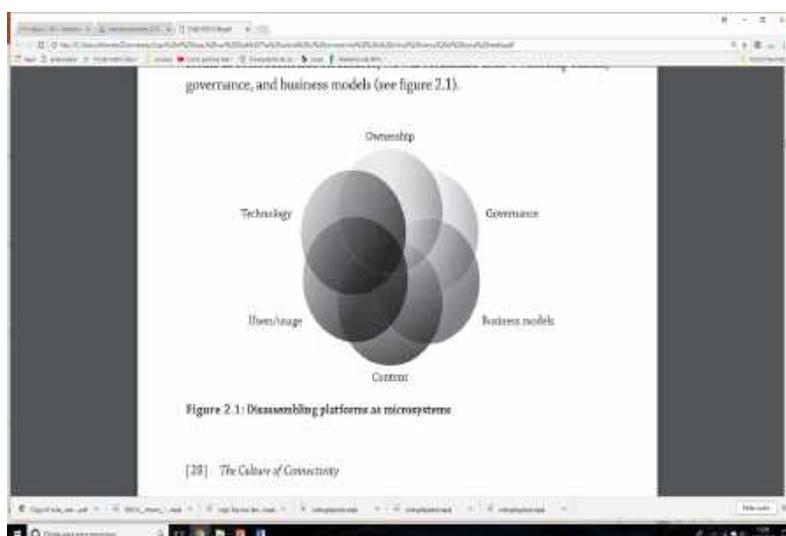
De modo que, entender o mundo do trabalho contemporâneo, significa obrigatoriamente avaliar o trabalho digital plataformizado, no qual já há mais de 50 milhões de pessoas diretamente envolvidas globalmente (KUEK et al., 2015). As consequências desse modelo podem começar a serem delineadas pela ideia de que os meios de comunicação são social e materialmente produzidos, constituindo elementos indispensáveis das forças produtivas e das relações de produção (WILLIAMS, 2011, p. 69-74). Inclusive, porque o capitalismo de plataforma tem bases tangíveis:

A crescente visibilidade do trabalho aparentemente desmaterializado, dependente das tecnologias da informação e comunicação, às vezes serviu para obscurecer a realidade de que essa atividade 'virtual' depende de uma base altamente material de infraestrutura física e commodities manufaturadas, majoritariamente produzida longe da visão de observadores nas economias desenvolvidas, nas minas da África e na América Latina, nas fábricas da China e em outros lugares do mundo em desenvolvimento.

Sem a geração de energia, cabos, satélites, computadores, comutadores, telefones celulares e milhares de outros produtos materiais, a extração das matérias-primas que compõem essas mercadorias, o lançamento de satélites no espaço para transmitir seus sinais, a construção de os edifícios em que foram projetados e montados e a partir dos quais são comercializados, e a fabricação e operação dos veículos em que são distribuídos, a Internet não pôde ser acessada por ninguém (HUWS, 2014, p. 157).

As forças produtivas e relações de produção materiais/digitais, no caso das plataformas, são assim sintetizadas por Van Dijck (2013): 1) Tecnologia: a plataforma, um modelo computacional de arquitetura; 2) Usuários e uso: os atores humanos; 3) Conteúdo: É produzido na plataforma? É apenas compartilhado?; 4) Propriedade: denota um modelo de Sistema de produção; 5) Governança: De que maneira a troca de dados é gerenciada – por quem e com quais propósitos?; 6) Modelos de negócio: Medeiam determinados tipos de interação, e buscam lucro por meio de distintos métodos, tais como anúncios, coleta de dados etc.

Gráfico 1 – Divisão das plataformas como microssistemas



Fonte: Extraído de Van Djick (2013, p. 28)

Van Dijck (2013, p. 26) sugere que este modelo geral, não pensado exclusivamente para o mundo do trabalho, mas a ele aplicável, seja sustentado por duas perspectivas conceituais: a teoria do ator-rede, pela qual se percebe a coevolução das pessoas e tecnologias, ou dos agentes humanos e não-humanos, e a economia política, com a qual se consegue colocar ênfase na infraestrutura econômica e governança político-legal como condições para a evolução dos sites de redes sociais digitais e plataformas. A proposta parece exitosa em vários sentidos. Primeiro, traz à baila o enlace proposto por Willians (2011, p. 69) – há pouco referido –, entre meios de comunicação e forças produtivas/relações de produção, ligadas a um momento histórico específico, ao considerar propriedade, governança de dados e modelos de negócio. Segundo, ajuda a entender os seis problemas principais que necessitam ser articulados para uma discussão que ao invés de deformar os processos de comunicação mediados por plataformas com de teorias inapropriadas, pensadas para a massa, discuta estes processos nos seus próprios termos. Terceiro, o diagrama acima introduzido permite a visualização de quais problemas estão prioritariamente relacionados entre si, ainda que todos se tangenciem. Por exemplo, *conteúdo* está diretamente ligado aos *usuários* e *modelos de negócio*. Sobre este último tópico, há importantes discussões sendo feitas no campo da comunicação desde o começo da década, empregando-se conceitos como mais-valia 2.0 (DANTAS,

2014) ou economia do curtir (PRIMO, 2014). Esta produção debate o trabalho gratuito dos usuários de plataforma, os quais são agenciados por modelos de negócio desenhados para persuadir atores humanos a ficarem o máximo de tempo possível em lugares como Facebook, YouTube ou Instagram, consumindo e criando conteúdo supostamente de modo gratuito, concretamente, de modo não remunerado.

Não são destes trabalhadores, contudo, que se pretende falar neste artigo. O objeto aqui enquadrado são os usuários que buscam trabalho remunerado nas plataformas, usuários estes, conforme indicado na seção anterior, por vezes confundidos com trabalhadores precários no Norte Global. O que, seguindo o terceiro eixo da hipótese lançada, talvez não valha de premissa para o Sul Global, Brasil incluso. Como aponta Casilli (2018, p. 29), o “panorama da economia de plataformas é irregular, polarizado, com núcleos discerníveis especializados na compra e venda de mão-de-obra. Essas relações geográficas replicam padrões políticos e históricos de dominação que afetam os usuários de diferentes maneiras, dependendo de sua localização”. Nações como Nigéria, Malásia e Filipinas, e grandes organizações como o Banco Mundial, percebem no trabalho de plataforma um mecanismo para ajudar alguns dos países mais pobres a escapar das restritas oportunidades de crescimento econômico em seus contextos locais (GRAHAM et al., 2019), contrariando a premissa de Pasquale (2016, p. 311) em que “as plataformas fortalecem desigualdades e promovem precariedade reduzindo o poder de barganha dos trabalhadores e a estabilidade do emprego”.

É necessário, ao se analisar a economia do Sul Global, recordar que uma parcela considerável da sua força de trabalho concentra-se há séculos na informalidade. Assim, sem negligenciar potenciais riscos como a priorização das necessidades da plataforma e do cliente sobre as necessidades do trabalhador, cabe considerar que “a economia de plataforma pode contribuir para a formalização do trabalho; permitir o acesso a novos mercados; e criar oportunidades de trabalho flexível, o que é particularmente relevante para as mulheres” (ANEJA et al., 2019, p. 2). Qiu (2009, p. 5) chega a identificar na China um processo de formação de classe baseado na progressiva mediação social operada por tecnologias da comunicação e informação.

Argumenta-se que comunidades pobres e marginalizadas, como algumas existentes no Sul Global, perpetuam sua pobreza através de redes fechadas e baixos níveis de confiança em laços sociais fracos, que limitam a capacidade das pessoas de negociar, formar novas conexões comerciais e acessar mercados úteis em formação. No entanto, o uso cada vez maior da internet, associado às economias liberalizantes, tem sido visto como uma maneira de as pessoas participarem de redes relevantes para o emprego que seriam inacessíveis através das redes tradicionais (MANN, 2014, p. 293).

Em um estudo que cruzou 152 entrevistas, uma pesquisa com 456 trabalhadores de plataforma do Sul Global e dados de uma das maiores plataformas de trabalho online do mundo, Graham et al. (2018) encontraram os seguintes resultados:

- i) 68% dos participantes da pesquisa descreveram as plataformas como importantes ou muito importantes para a renda da família, observando o trabalho digital como uma de suas principais fontes de renda em mercados de trabalho locais que ofertam apenas empregos com baixos salários ou nenhum emprego;
- ii) 53% dos entrevistados concordaram firmemente que seu trabalho envolvia resolução de tarefas complexas;
- iii) Muitos trabalhadores de plataforma experimentam insegurança no trabalho, com 43% dos entrevistados se sentindo facilmente substituíveis;
- iv) Alguns funcionários acham que têm poucas oportunidades de interagir: 74% dos entrevistados para o estudo disseram que raramente ou nunca se comunicavam face-a-face com outros trabalhadores da plataforma.

Como é possível perceber, mesmo no Sul Global há o reconhecimento por parte dos trabalhadores de plataforma de problemas oriundos da sua condição laboral. Eles não são alienados ou conformados. Ao

mesmo tempo, é impossível deixar de negar as possibilidades de renda e de algum empoderamento social abertas por essa mesma condição, conforme revela o depoimento dado por um nigeriano a Graham et al. (2018, p. 8): “Você tem a liberdade de escolha. Com quem você deseja trabalhar, quando deseja trabalhar e como deseja trabalhar.” Esta última fala parece ser endossada por uma pesquisa etnográfica robusta, conduzida pelas cientistas sociais indianas Surie e Koduganti (2016, p. 3) na cidade de Bengaluru, realizada com 45 motoristas dos aplicativos Uber e Ola, os quais já exerciam a função antes de aderirem ao trabalho digital. Elas concluíram que estes trabalhadores de plataforma não compartilham facilmente as mesmas experiências de precariedade, risco e insegurança observada em uma ampla gama de outros trabalhadores do setor informal na Índia urbana, cujas “paisagens de insegurança e precariedade se baseiam em termos não familiares à imaginação das economias desenvolvidas” (ibid, p. 29).

Um dos entrevistados para o estudo declarou que “Com a Uber, se você trabalha, recebe dinheiro. Há muita liberdade nisso” (SURIE e KODUGANTI, 2016, p. 20). Outro afirmou o seguinte: “[Na Uber] eu sei que posso ir para casa e dormir um dia se estiver doente, me sentirei melhor no dia seguinte e no dia seguinte haverá serviço. Posso descansar porque sei que, quando acordar, terei trabalho” (ibid, p. 21), dando a entender que antes do trabalho plataformizado, descansar por conta de uma enfermidade representava o risco de ficar sem serviço. Alguns trabalhadores compararam o sistema de pagamento das plataformas com o que vivenciaram anteriormente:

O dinheiro aqui é bom porque se você trabalha de segunda a domingo, terça-feira receberá dinheiro em sua conta, não se preocupe. Se você trabalhar duro, receberá um bom dinheiro (...). Eu trabalhei com uma grande corporação aqui em Bengaluru. Eu dirigia 7 dias por semana para eles. O departamento financeiro deles só liberava dinheiro para pessoas como eu a cada três meses. E mesmo assim tínhamos que preencher as faturas, perdíamos dois dias de trabalho apenas fazendo isso, percorrendo seus escritórios. Como posso sobreviver com um salário apenas algumas vezes por ano? (SURIE e KODUGANTI, 2016, p. 25).

Apesar de motoristas também terem relatado às cientistas indianas coisas como “Não há futuro aqui. Eu não gosto disso. Não há crescimento pessoal” (ibid, p. 28), fica claro que muitos sujeitos entrevistados perceberam vantagens no trabalho de plataforma. Transparece, voltando ao início deste artigo, a relevância da proposta epistemológica do grupo de Fígaro, de base ergológica, segundo a qual deve-se escutar os trabalhadores, para que “propostas de intervenção façam sentido para os usuários [trabalhadores de plataforma], atendendo às suas necessidades e desejos” (MANN, 2014, p. 297).

Estes dados sobre a realidade dos trabalhadores de plataforma no Sul Global, ao serem tensionados com o gráfico de Van Dijck (2013), permitem entender a posição central dos meios de comunicação social para a subversão de alguns aspectos históricos marcadamente degradantes ligados ao trabalho em regiões como América Latina, África e Ásia, anteriores à chegada da internet. O trabalhador, usuário da plataforma, adota uma tecnologia cuja propriedade por vezes é de grandes conglomerados globais. Estes costumam ignorar as relações de classe estabelecidas em contextos locais, usualmente impeditivas de mobilidade social. Então, o usuário/trabalhador de plataforma do Sul Global pode conseguir entregar o seu trabalho com alguma autonomia e dignidade, quando se faz uma comparação com aquilo chamado há algumas linhas de “paisagens de insegurança e precariedade [que] se baseiam em termos não familiares à imaginação das economias desenvolvidas” (SURIE e KODUGANTI, 2016, p. 29). As plataformas, novas forças produtivas, criam, logo, novas relações de produção, distantes do fordismo, mas não obrigatoriamente sinônimas de precárias ou necessariamente impossíveis de serem aprimoradas para fomentar o trabalho digno.

Decerto, estas arquiteturas digitais não vão solucionar por si só problemas como baixa escolaridade, racismo, misoginia, homofobia ou mesmo baixa renda; tampouco produzirão necessariamente relações de trabalho melhores. No entanto, as plataformas, como toda tecnologia, são uma cesta de valores

(FEENBERG, 2013), e ao invés de apressadamente indexá-las como a sétima trombeta do apocalipse neoliberal, parece ajuizado refletir sobre quais princípios que regulam a programação dessas mídias poderiam ser removidos, prezando pelo bem-estar social, e quais normativas devem ser incorporadas para se potencializar o trabalho digno e empoderar socialmente os trabalhadores de plataforma.

Neste sentido, é oportuno referenciar o volume *Digital labour platforms and the future of work towards decent work in the online world* (2018, p. 105-109), editado pela Organização Internacional do Trabalho, no qual encontra-se um capítulo nomeado *Por um trabalho decente no mundo online*, onde podem ser lidas 18 propostas, como: “Os trabalhadores não devem ser erroneamente classificados como trabalhadores autônomos, se forem empregados na prática”, ou ainda, “Os trabalhadores devem ter direitos juridicamente garantidos de fazer ouvir suas necessidades e desejos aos operadores de plataforma, por meio de instrumentos como associações sindicais e negociações coletivas” (ibid). As ideias lançadas pela OIT vão de encontro com cinco pontos levantados por GRAHAM et al. (2018, p. 11):

1. Onde devemos regular trabalho *online*? A maior demanda por trabalho *online* é gerada por um punhado de países de alta renda. Existe alguma razão para que um empregador dos EUA contrate um trabalhador queniano e evite aderir às leis trabalhistas locais nos dois países? A imposição de padrões mínimos no local da compra do trabalho *freelancer* pode ser uma maneira eficaz de melhorar as condições de trabalho para trabalhadores em países de baixa renda.
2. Podemos limitar os monopólios do trabalho plataformizado *freelancer online*? As plataformas de trabalho *online* se beneficiam dos efeitos positivos da rede, em que cada usuário adicional aumenta o valor da plataforma para todos. Isso cria uma oportunidade de monopólio já que novas plataformas não podem competir com as já estabelecidas. Os trabalhadores podem ficar presos em plataformas específicas, mas permitir que eles transportem seu capital reputacional permitiria o movimento entre plataformas, desencorajando o comportamento monopolista.
3. Os trabalhadores de plataforma receberão contratos formais de emprego? As pessoas definidas como trabalhadores autônomos são normalmente entendidas como partes iguais àquelas com quem firmam contratos (inversamente, os empregados são vistos como necessitados de proteções especiais, como salário mínimo, período de aviso prévio e pagamento de doença). Se os trabalhadores são falsamente classificados como contratados, isso pode deixá-los em uma posição precária. Uma maneira de corrigir isso seria as plataformas desenvolverem uma variedade de tipos de contrato para atender a diferentes categorias de trabalhadores, ajudando os clientes a classifica-los corretamente.
4. Podemos incentivar os trabalhadores a expressar seus problemas? Os trabalhadores *online* têm mais probabilidade de competir do que de colaborar, mas terão mais poder de barganha contra plataformas ou clientes exploradores se cooperarem.
5. Podemos criar plataformas para fiscalizar as más condições de trabalho? Organizações a exemplo da Fairtrade Foundation inspecionam lugares de produção de commodities como chocolate, café e chá. No mesmo modelo, uma Fundação *Fairwork* poderia pressionar as plataformas para garantir condições de trabalho decentes e assumir a responsabilidade por suas cadeias de produção *online*. Plataformas que fornecem aos trabalhadores condições acima do mínimo existente no mercado podem se beneficiar de um selo de aprovação, ajudando os clientes a escolher plataformas que ofertem condições de trabalho justas.

O trabalho digital não acontece apenas *online*. Ele tem sempre uma contraparte física, locais específicos e pessoas envolvidas em contextos culturais particulares que podem ser fonte de uma gama de respostas e soluções (GRAHAM et al., 2018, p. 11). Aliás, este é o entendimento da ergologia, aqui

tomada mais como epistemologia do que, propriamente, como método, sobre o que se falará em algumas linhas. A seguir, as problematizações endereçadas neste artigo serão acionadas para a análise de pesquisa exploratória desenvolvida em São Paulo, entre setembro e outubro de 2019, com nove trabalhadores de plataforma, sendo três deles da Uber, três do iFood e três do Rappi.

Uma contribuição da comunicação à compreensão do mundo do trabalho: a mediação via plataforma pela voz de nove trabalhadores

Na introdução deste artigo, explicou-se que a comunicação considera a necessidade da recepção para construir um entendimento da função mediadora das mídias no mundo do trabalho. O grupo de Fígaro, o qual foi referenciado, está apoiado, conforme explicado, na ergologia, ciência dotada de um método específico, o Dispositivo Dinâmico de Três Polos (DD3P). Este não fornece protocolos rígidos para guiar o encontro entre pesquisadores e sujeitos de pesquisa, mas indica que tal encontro deve ser dialógico, cabendo ao cientista reconhecer nos participantes da sua empiria vozes equivalentes em importância, ainda que distintas da sua, para a construção do conhecimento (BESSA e FRANZOI, 2017, p. 127). Este texto não se assenta exatamente no DD3P ou em noções ergológicas como dupla antecipação, mas procura preservar a lente epistêmica de uma escuta não autoritária com os sujeitos de pesquisa.

Neste sentido, optou-se por recorrer a ideias desenvolvidas em um trabalho anterior (SANTOS et al., 2016), quando foi discutido como o potencial semiótico de palavras, imagens, vídeos, músicas e demais linguagens é afetado pelo contexto sócio cultural de pessoas ou públicos. Foi a partir deste trabalho anterior que se assumiu o ponto de partida que para a construção da hipótese de que provavelmente, no Brasil, exista um hiato semiótico entre os significados atribuídos a trabalho de plataforma por cientistas, atravessados pelo lugar social do emprego, pelo conforto – ou fetiche – das literaturas do Norte Global, e aquilo elaborado por trabalhadores de plataforma, cujas identidades no Sul Global talvez sempre tenham estado apartadas do lugar social do empregado.

O pesquisador decidiu, então, que coletaria de modo exploratório falas de trabalhadores de três plataformas através de entrevistas semiestruturadas: Uber, iFood e Rappi. No caso das duas últimas, a decisão foi motivada por uma observação cotidiana anterior: a presença maciça de homens negros ou pardos carregando mochilas com as marcas das citadas plataformas em *shoppings*, restaurantes e lojas de alto-padrão de São Paulo. Pensou-se como estes trabalhadores de plataforma estavam, talvez pela primeira vez, ocupando estes espaços. No caso da Uber, a escolha se deveu ao fato de, em 2017, a prefeitura de São Paulo ter declarado que havia no município, a partir daquele momento, mais motoristas de aplicativo do que de táxi, com liderança da plataforma de transporte citada (DIÓGENES, 2017) – o que denota a sua importância social e impacto no cotidiano na cidade e nos seus habitantes, seja como consumidores, seja como trabalhadores. Durante a redação final do artigo, tanto para respeitar número de caracteres permitido pela da revista quanto para se adequar ao prazo do dossiê, optou-se por trazer prioritariamente os dados oriundos dos trabalhadores da Uber. Os dados dos trabalhadores da Rappi e do iFood não foram integralmente transcritos a tempo, mas alguns aprendizados gerais são apresentados ao final da seção. Isto comentado, fale-se da Uber.

Segundo o seu site oficial¹, a plataforma é uma empresa de tecnologia criada em 2010 que conecta motoristas parceiros, lendo-se motoristas profissionais autônomos, e consumidores, através de um aplicativo desenhado para mídias móveis. A companhia está presente em mais de 700 cidades no mundo², tem 20 mil empregados e espantosos três milhões de condutores registrados, dos quais aproximadamente 600 mil atuam no Brasil. Apesar de não se definir como empresa de transporte, mas

2 Dados globais atualizados em maio de 2019; dados do Brasil, em setembro de 2018.

de tecnologia, certamente para evitar processos legais dos *parceiros* e se eximir da responsabilidade pelo serviço por estes prestados, a Uber exige dos motoristas carteira de habilitação com autorização para exercer atividade remunerada (EAR). Os preços não são negociados diretamente entre passageiros e condutores, mas determinados através de uma combinação de preço base, instituído pelo tempo e distância da viagem, a diferença entre oferta e demanda de carros e algo chamado custo fixo, definido como “uma taxa fixa pode ser adicionada a cada viagem para ajudar nos custos operacionais, regulatórios e de segurança” (UBER, 2019, *online*). Como é possível perceber, não há muita clareza sobre a propriedade e a governança de dados da Uber. O modelo de negócio, contudo, pode ser entendido sem grandes esforços pelo que segue: uma empresa de transporte que se anuncia como uma empresa de tecnologia e usa critérios opacos para motoristas e passageiros no momento de definir o valor das corridas.

Não há dúvidas de que este tipo de mediação tecnológica indica precarização quando comparada com o emprego. No entanto, será que ela significa piora de condições de trabalho ao ser confrontada com outros tipos de informalidade, em especial aquelas organizadas por mediações que antecedem o trabalho digital? A resposta talvez possa ser formulada a partir de falas colhidas com motoristas da Uber. Para este artigo, três deles foram entrevistados, a partir de roteiro semiestruturado assim organizado:

Quadro 1 – Roteiro de perguntas para motoristas da Uber

EIXOS DO DIAGRAMA DE VAN DIJCK, 2013, p. 28	PERGUNTA
USUÁRIOS/USO	Você gosta de trabalhar na Uber?
PROPRIEDADE	Quem é o seu patrão?
PROPRIEDADE	Você sabe ou já procurou saber quem é o proprietário da Uber?
GOVERNANÇA	O que você acha que a plataforma faz com os dados que ela coleta de você e dos passageiros?
MODELO DE NEGÓCIO	Como você avalia o modelo de negócio da Uber, em que ela intermedeia o contato entre você e clientes? É um modelo claro? É um modelo vantajoso para você? Você se sente bem remunerado pelo trabalho que faz?
USUÁRIOS/USO	Foi fácil se cadastrar para começar a rodar na plataforma? A plataforma funciona bem? Você acredita que a plataforma deveria remover algumas funcionalidades? A plataforma deveria adicionar funcionalidades que não existem?
CONTEÚDO	Descreva como é dirigir para a Uber?

Fonte: Elaborado pelo autor

Os sujeitos com os quais o pesquisador teve contato possuíam o seguinte perfil: 1) Mulher casada, 37 anos, com financiamento imobiliário ativo, dois filhos e cujo marido também é motorista da Uber. 2) Engenheiro de produção desempregado, 61 anos, pai de dois filhos adultos que moram fora do Brasil, divorciado que divide um apartamento próprio com sua namorada. 3) Jovem universitário de 19 anos, estudante do curso de educação física numa universidade privada de São Paulo, mora com os pais e tem uma namorada. Reproduzo aqui os aprendizados mais importantes oriundos das conversas realizadas com os sujeitos, primeiro trazendo os dados que se repetiram em todos os casos:

- i. Foi fácil virar trabalhador da plataforma, ainda que um dos entrevistados não considere o que

- faz na Uber um trabalho, mas sim um *bico*, como pode ser visto abaixo;
- ii. Ninguém sabia ou parecia querer saber quem era o proprietário da empresa, mas todos tinham ciência que se tratava de uma companhia norte-americana de atuação global e não viam qualquer problema nisto;
 - iii. Todos os entrevistados se achavam adequadamente remunerados pelo tipo de trabalho executado;
 - iv. Os três entrevistados relataram sentir algum grau de controle e autonomia sobre a sua jornada.

A única mulher entrevistada, nomeada Informante A, contou que ela e o marido dividem o mesmo carro. Ela roda no período da manhã e ele no período da tarde. Às vezes ele também dirige à noite. Os dois conquistam uma renda média, despesas descontadas, de R\$7.000, segundo auto declaração. Essa renda é suficiente “para viver bem. Dá até para viajar para praia de vez em quando. Até porque se quiser roda lá [na praia]” (INFORMANTE A em entrevista concedida, 2019). A Uber entrou na vida do casal quando a entrevistada foi demitida ao voltar da segunda licença maternidade, em 2017. Ela tem segundo grau completo e era recepcionista em um laboratório de exames clínicos. Cinco meses depois, o marido, técnico em administração, também foi demitido do cargo de auxiliar de escritório. Ela conta que a renda da Uber é maior que a que eles tinham antes, algo em torno de R\$3.500 no total, sem contar benefícios como cesta básica, férias e décimo terceiro salário. O carro usado para trabalhar é alugado pelo valor de R\$ 1.400.

Na percepção da entrevistada, ela e o marido são “donos do próprio negócio” (INFORMANTE A em entrevista concedida, 2019). Ela diz que se eles precisam de mais dinheiro, é só rodar mais. Quando um fica doente, permanece em casa com as crianças e o outro trabalha dobrado. Perguntei se ela ou o marido não pensavam em voltar ao mercado formal. Ela respondeu que não compensava porque os salários são baixos e “você tem que aguentar muita humilhação. Então [a Uber] é melhor” (INFORMANTE A em entrevista concedida, 2019). Ela conta que sentia muito medo de dirigir para “certos bairros de São Paulo e lugares da região metropolitana, como Diadema” (INFORMANTE A em entrevista concedida, 2019), mas que agora a Uber “avisa ao motorista a região para onde o passageiro vai, e ela pode escolher se pega a corrida ou não” (INFORMANTE A em entrevista concedida, 2019). Isso faz a entrevistada se sentir empoderada, menos insegura num país com altos índices de criminalidade e feminicídio, sem que ela problematize qualquer preconceito oriundo do fato de escolher passageiros, dividindo-os entre regiões nobres e regiões periféricas da cidade.

O segundo entrevistado, engenheiro de produção, nomeado informante B, me contou que além de rodar pela Uber, usou por um tempo um aplicativo nacional concorrente, chamado 99, vendido em 2018 para a chinesa Didi Chuxing, maior plataforma de transporte da China. Segundo o sujeito ouvido, ele deixou a 99 porque “lá se o passageiro dá calote, o problema é meu. A Uber não. A Uber cobre o passageiro caloteiro. A gente recebe e ela cobra do passageiro” (INFORMANTE B em entrevista concedida, 2019). Ele contou que ficou desempregado no início do ano de 2019 e começou a rodar. Teve duas propostas de trabalho como “PJ, sem direitos, sem carteira [de trabalho], para trabalhar 10 horas, longe de casa, e ganhar R\$5.000,00. Não compensa. Aqui tiro isto ou mais” (INFORMANTE B em entrevista concedida, 2019). Este entrevistado disse acreditar que a Uber é péssima quando comparada à sua experiência de “12 anos em multinacional” (INFORMANTE B em entrevista concedida, 2019). Relembrou com saudades das férias, da participação nos lucros e das risadas com os colegas de trabalho, “gente de qualidade” (INFORMANTE B em entrevista concedida, 2019).

Os passageiros entram e saem. Muitos mal-educados. Sujam o carro, falam palavrão, querem que a gente faça milagre no trânsito da Marginal [conjunto de avenidas e rodovia considerado via expressa da cidade de São Paulo]. É muita gente sem noção. Eu não gosto tanto deste contato. Você nunca sabe quem está entrando (INFORMANTE B em entrevista concedida, 2019).

Um ponto interessante problematizado nesta entrevista foi o seguinte: “Isto não é profissão. Isto é um bico. Para bico, está ótimo. Pago as contas sem tanta dor de cabeça. Mas aqui não tem futuro... A pessoa querer viver disto a longo prazo... Dá para sobreviver, não para vier” (INFORMANTE B em entrevista concedida, 2019).

Curioso notar não apenas a percepção diversa apresentada pela entrevistada anterior – que teve um emprego formal precário do qual não sente falta –, quanto problematizar a escolha de ficar na Uber ao invés de voltar a trabalhar como engenheiro, se for para ter os mesmos rendimentos obtidos na plataforma. Pode-se então dizer que para este entrevistado o trabalho de plataforma não só representa alguma precarização, afinal, é um *bico*, mas paradoxalmente é um trabalho que indica uma saída menos indigna, ou complexa, que aceitar o exercício profissional como pessoa jurídica por um valor considerado baixo. Outra vez, assim como no relato anterior, apareceu a vulnerabilidade de se conduzir um carro em São Paulo, cidade que registra 10,9 homicídios por grupos de 100 mil habitantes, segundo o Atlas da Violência de 2018: “Não tem segurança nenhuma. A segurança que eu tenho é este terço amarrado no espelho retrovisor. Mas aí não é a Uber. É viver neste país. Estou pensando em vender meu apartamento ir morar com os meus filhos no Canadá. Lá tem segurança” (INFORMANTE B em entrevista concedida, 2019).

O terceiro entrevistado, universitário de 19 anos, nomeado Informante C, reportou que ele, o pai e o irmão dividem o carro da família, “que está sempre rodando” (INFORMANTE C em entrevista concedida, 2019), para trabalhar pelo aplicativo. Perguntou-se se isto não prejudicava o convívio familiar. O rapaz respondeu que “domingo ninguém trabalha. É dia de churrasco, de cerveja, de falar merda” (INFORMANTE C em entrevista concedida, 2019). Esta foi a primeira entrevista em que se abordou alguma consciência de classe. O entrevistado contou que ele, o pai e o irmão participam “de vários grupos de WhatsApp só de quem é Uber” (INFORMANTE C em entrevista concedida, 2019). Nestes grupos, se discutem coisas como “paralisações, lugares para evitar que dá B.O. [lugares perigosos], blitz da polícia, onde é bom comer com preço OK, reajuste das corridas, melhores horários para dinâmico [quando o valor da corrida aumenta]” (INFORMANTE C em entrevista concedida, 2019). Ele contou que há postos de gasolina onde motoristas se concentram para conversas, assim como alguns restaurantes com preços populares onde se fala “de tudo. De besteira e dos ‘macetes’ para tirar mais [dinheiro] rodando” (INFORMANTE C em entrevista concedida, 2019). Perguntou-se que macetes são esses, mas o entrevistado desconversou, ainda que ele tenha deixado subentendido que há estratégias coletivas, e não apenas competitivas, para melhorar os ganhos dos motoristas. Este entrevistado também não quis revelar quanto ele, ou a família como um todo, faturam. Ao ser perguntado sobre quem era o patrão dele, do pai e do irmão, o jovem respondeu o seguinte: “Nós mesmos. Se quer trabalhar, trabalha. Se não quer, não trabalha”. Questionou-se, então, se ele não se sente sem controle sobre o próprio trabalho, já que os preços das corridas e os passageiros são definidos pela Uber:

Mais ou menos. Veja bem, muitas vezes a gente pega o telefone, o zap [WhatsApp] do passageiro e faz sem o aplicativo. Por exemplo, tem uma senhora de Alphaville [condomínio de casas de alto padrão] que eu deixei agora e ficou nossa cliente. Ela é diretora de empresa e o marido tem uma construtora que faz obra no Nordeste. A casa deles vale R\$ 12 milhões. Nós temos autorização para pegar os filhos dela na escola [abre o porta-luvas e me mostra o papel dentro de uma pasta transparente]. Os meninos adoram meu pai e eu. Até na casa dela eu já entrei. Ela convidou. Tem corrida que daria R\$50,00 e ela dá R\$100,00, e manda a gente guardar o troco (INFORMANTE C em entrevista concedida, 2019).

Esta fala revela como às vezes os trabalhadores da plataforma burlam a mediação imposta pelo aplicativo. A Uber serve para um contato inicial e formal, marcado por todas as vantagens e desvantagens inerentes à arquitetura digital em questão, mas que pode depois ser subvertido através da criação de práticas de consumo (re)mediadas, que saem do modelo de negócio imposto pelo jardim murado da empresa para um mais vantajoso para os motoristas, em que não se paga comissão à plataforma e

negocia-se livremente preços e horários de trabalhos com os clientes. Aqui, vem para primeiro plano uma ação desenvolvida fora das instâncias regulatórias formais, portanto difícil de ser medida na classe como um todo, e talvez profundamente ligada ao passado desde sempre desregulado das economias do Sul Global. Será que em locais como Estados Unidos, França ou Alemanha arranjos similares são criados?

Com relação aos funcionários da Rappi e do iFood, algumas breves notas. A primeira é uma *startup* colombiana fundada em 2015, com atuação na própria Colômbia, Argentina, Brasil, Chile, Equador, México, Peru e Uruguai. A Rappi é um aplicativo que conecta entregadores a clientes que desejam receber, basicamente, qualquer coisa – de refeições e compras feitas remotamente em supermercados a brinquedos, artigos eróticos ou cerveja no meio da madrugada. O iFood é uma empresa brasileira fundada em 2011, líder latino-americana do mercado entrega de comida em domicílio através de aplicativo. Os roteiros das conversas realizadas com os três trabalhadores de cada plataforma seguiram a lógica daquele elaborado para falar com os motoristas da Uber, isto é, foram pensadas tendo por base o diagrama de Van Dijk (2013). Abaixo, sumariza-se os achados que pareceram mais relevantes para as discussões feitas neste artigo:

- i. Todos os entrevistados eram homens. Cinco deles negros ou pardos. Eles trabalham usando motocicleta ou bicicleta, veículos que ofertam pouca proteção física. Talvez por isto as mulheres, constantemente violadas na sociedade brasileira, não se sintam seguras em trabalhar nas plataformas agora tratadas.
- ii. Dois dos entrevistados do iFood e um dos entrevistados da Rappi falaram que através do trabalho mediado pelos aplicativos, pela primeira vez, entraram “em lugar de gente rica”, “em lojas chiques”, “nos shoppings do centro da cidade” (INFORMANTES em entrevista concedida, 2019). Um dos entregadores do iFood falou que nunca tinha ido à Avenida Paulista, cartão postal de São Paulo, antes do trabalho, “porque lá não era lugar para mim. Eu achava muito longe. Distante. Não sei...” (INFORMANTE em entrevista concedida, 2019). Todos contaram como se sentiam autorizados a circular pela cidade sem despertar olhares de reprovação. “Eu tou trabalhando. As pessoas sabem. Ninguém vem falar nada, que ali eu não posso estar. Estou conhecendo a cidade” (INFORMANTE em entrevista concedida, 2019), reportou um entrevistado que trabalha para a Rappi.
- iii. Nenhum dos entrevistados, entre os seis trabalhadores, achou que eram sub-remunerado para o tipo de atividade que faziam, mas todos contaram que precisam ter jornadas exaustivas para o trabalho valer a pena – algo já comum na vida de cinco dos entrevistados antes do trabalho de plataforma. Três deles trabalhavam com construção civil e dois com serviços gerais.
- iv. Apenas um dos entrevistados se recusou a falar sobre ganhos. A remuneração dos outros cinco varia de R\$1.200 à R\$4.000 por mês.
- v. Todos os seis entrevistados contaram que gostariam de fazer outra coisa, como Uber (três respondentes), ter um pequeno negócio (três respondentes), uma franquía (um respondente). Dois destes entrevistados, que já tinham sido trabalhadores formais, contaram desejar voltar ao trabalho registrado, regulado pelo Estado.

Nota-se que o trabalho na Rappi e no iFood, segundo a percepção dos próprios trabalhadores, parece ser mais precário que o da Uber, pois esta chegou a ser apontada como desejo ou meta. Transpareceu também a ideia que vem sendo desenvolvida neste artigo desde o seu início: quem já vivenciou o emprego por vezes almeja regressar a ele e percebe o trabalho digital como pior, ainda que essa não seja uma regra (recordando a fala da motorista de Uber). Foi interessante notar, também, como o trabalho de plataforma deu a alguns dos entrevistados uma identidade social, marcada pela questão da classe, a partir da qual eles se sentiram habilitados a andar na cidade sem medo. Aparentemente, mesmo uma identidade de

trabalho desregulado é uma identidade importante, mediação da qual não apenas se obtém visibilidade, como também, na percepção dos trabalhadores entrevistados, alguma espécie de segurança.

Algumas notas finais – ou iniciais.

Este artigo percorreu muitas questões complexas, sendo a empiria desenvolvida, certamente, uma carta de intenções para um projeto de fôlego. Contudo, pareceu inadequado apresentar dados de campo sem problematizar as articulações realizadas entre as particularidades do Sul Global quando se enquadra o trabalho de plataforma. Especialmente por se perceber que algumas deficiências epistemológicas e teóricas identificadas são produto do seguinte binômio: discurso de classe por parte dos cientistas, cuja perspectiva é a do empregado, somada à falta de escuta das pessoas envolvidas em trabalho de plataforma nas geografias do Sul Global.

A pesquisa exploratória, ainda que qualitativa e preliminar, sugeriu vida para a hipótese lançada. Através do levantamento bibliográfico realizado e dos dados coletados, notou-se uma polissemia de significados possíveis para trabalho mediado por empresas como Uber, Rappi ou iFood, cujos sentidos só se atualizam por aquilo que cada intérprete oferta a partir da sua experiência de vida: liberdade, *bico*, exaustão, segurança, identidade e precariedade.

No Sul Global, onde várias realidades distintas e por vezes antagônicas coexistem, múltiplos sentidos precisam, obrigatoriamente, ser considerados ao se abordar a temática. Neste contexto, precarização como correlato de trabalho digital ou de plataforma, por vezes, parece ser um discurso oriundo de um corte de classe bem definido: o das (poucas) pessoas que vivenciaram o trabalho regulado no século XX e início do século XXI, ocupando como força produtiva o lugar do trabalhador com direitos sociais atrelados à formalização laboral regulada pelo Estado.

O cenário, contudo, é muito mais complexo do que esta concepção ou discurso de classe consegue explicar. Origina-se da superposição de forças produtivas diversas que ocuparam, e ocupam, concomitantemente, o mesmo espaço do Sul Global: o trabalho desde sempre desregulado, o emprego introduzido para alguns no século XX e, recentemente, o trabalho de plataforma. Tais forças produtivas e seus arranjos criam relações de produção complexas, que escapam às explicações dualistas e simplistas como trabalho precário *versus* trabalho digno, sem posicionar essas categorias temporalmente e geograficamente, trazendo para primeiro plano os arranjos produtivos e os respectivos lugares de classe que as envolvem.

Desse modo, o entendimento do trabalhador de plataforma do Sul Global como explorado e refém das gigantes do neoliberalismo, deve ser colocado em suspenso enquanto categoria universal. As plataformas, tecnologias da comunicação embebidas de valores assentados em modelos de negócio, mediam um trabalho que não se materializa de modo uniforme pelo mundo e que no Sul Global precisa ser entendido em seus próprios termos e contradições e em suas subversões – como no citado caso do trabalhador de Uber que usa a plataforma para conseguir clientes e, depois, negociar diretamente com eles. Em outro sentido, vale o alerta de Casilli (2018, p. 33-34) sobre os riscos de se interpretar apressadamente o trabalho de plataforma como um tipo de colonialismo, pois “o mundo ocidental não tem o monopólio do trabalho imaterial dentro do trabalho digital, e os países do mundo em desenvolvimento não se limitam a fornecer insumos materiais e produtos semiacabados”.

Referências

ANEJA, Urvashi; KRISH, Chetty; RAMIRO, Albrieu; MARTIN, Rapetti. How to Promote Worker Wellbeing in the Platform Economy in the Global South. The future of work and education for the digital age. **Anais do**

T20 Summit, Toranomon Hills, Tokyo, 26 a 27 de maio de 2019.

ANTUNES, Ricardo. O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. **Revista Theomai (Online)**, v. 1, n. 1, 2009. p. 32-37.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serv. Soc. Soc.**, v. 20, n. 107, jul./set. 2011. p. 405-419.

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. 4. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

ARAÚJO, Angela Maria; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho Informal, Gênero e Raça no Brasil do início do século XXI. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 1, 2013. p. 452-477.

ARAUJO, Silvia Maria de. Da precarização do trabalhador portuário avulso a uma teoria da precariedade do trabalho. **Sociedade e Estado**, v. 28, n. 3, dez. 2013. p. 565-586. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922013000300006>. Acesso em: 08 nov. 2019.

BESSA, Dante Diniz; FRANZOI, Naira Lisboa. O preceito metodológico da ergologia e a análise de processos de identificação profissional. **Ergologia**, v. 18, n. 1, 2017. p. 127-145.

BRAGA, Ruy. A Return of Class Struggle Without Class? Moral Economy and Popular Resistance In Brasil, South Africa And Portugal. **Sociologia & Antropologia**, v. 9, n. 2, mai./ago. 2019. p. 469-493. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752019v9n2>. Acesso em: 08 nov. 2019.

CASILLI, Antonio. **Trabajo, conocimiento y vigilancia**: 5 ensayos sobre tecnologia. AGETIC – Agencia de Gobierno Electrónico y Tecnologías de la Información y Comunicación (Coord.). La Paz: 2018. Disponível em: <https://agetic.gob.bo/pdf/estadotic/AGETIC-Trabajo-conocimiento-vigilancia.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2020.

COSTA, Elizardo Scarpati; ALMADA, Pablo. Mundo do trabalho e pluralidade epistemológica: uma contribuição para o estudo da precariedade. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 35, n. 1, 2018. p. 161-179.

DANTAS, Marcos. Mais-valia 2.0: produção e apropriação de valor nas redes do capital. **Eptic**, v. 16, n. 2, 2014. p. 85-108.

DIÓGENES, Juliana. Total de carros da Uber e outros aplicativos supera número de taxista em São Paulo, diz Dória. **O Estado de S. Paulo**, 04 fev. 2017. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,total-de-carros-da-uber-e-outros-aplicativos-supera-numero-de-taxistas-em-sp-diz-doria,70001653256>. Acesso em: 11 nov. 2019.

DRUCK, Graça; DUTRA, Renata; SILVA, Selma Cristina. A contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra. **Cad. CRH**, v. 32, n. 86, ago. 2019. p. 289-306. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v32i86.30518>. Acesso em: 08 nov. 2019.

EISENMEIER, Sigfried. Ride-sharing platforms in developing countries: effects and implications in Mexico City. **Pathways for Prosperity Commission Background Paper Series**; no. 3. Oxford: Publising House, 2018. Oxford, 20 ago. 2018. Disponível em: https://pathwayscommission.bsg.ox.ac.uk/sites/default/files/2019-09/ride-sharing_platforms_in_developing_countries.pdf. Acesso em: 09 set. 2019.

EQUIPE Uber. Dados e fatos sobre a Uber. **Uber Newsroom**, 18 fev. 2020. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/fatos-e-dados-sobre-uber/>. Acesso em: 02 fev. 2020.

FEENBERG, Andrew. A tecnologia pode incorporar valores? A resposta de Marcuse para a questão da época. In: NEDER, R. T. (Org.) **A teoria crítica de Andrew Feenberg**: racionalização democrática, poder e tecnologia. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/CDS, 2013.

FIGARO, Roseli. **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em**

arranjos econômicos alternativos às corporações de mídias. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, 2018.

FIGARO, Roseli. Estudo de Recepção: o mundo do trabalho como mediação da comunicação. **Novos Olhares**, ano 3, n. 6, 2002. p. 38-51.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o Marxismo**, v. 5, n. 8, 2017. p. 45-67.

FRIEDMANN, Georges. **O trabalho em migalhas.** São Paulo: Perspectiva, 1972.

FUCHS, Christian; SEVIGNANI, Sebastian. What is Digital Labour? What is Digital Work? What's their Difference? And why do these Questions Matter for Understanding Social Media? **tripleC**, v. 11, n. 2, 2013. p. 237-293.

GORZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital.** São Paulo: Annablume, 2005.

GRAHAM, Mark; HJORTH, Isis; LEHDONVIRTA, Vili. Digital Labor and Development: Impacts of Global Digital Labor Platforms and the Gig Economy on Worker Livelihoods. *In*: GRAHAM, M (Ed.). **Digital Economies at Global Margins.** Cambridge, MA: MIT Press, 2019. p. 269-294.

GRAHAM, Mark; LEHDONVIRTA, Vili; WOOD, Alex; BARNARD, Helena; HJORTH, Isis. Could Online Gig Work Drive Development in Lower-income Countries? *In*: GALPERIN, H; ALARCON, A (Eds.). **The Future of Work in the Global South.** Ottawa: IDRC, 2018. p. 8-11.

GROHMANN, Rafael; ROXO, Michelle; MARQUES, Ana Flávia. F. Lugares de Enunciação e Disputas de Sentido em Relação ao Trabalho Jornalístico em Arranjos Alternativos às Corporações de Mídia. **Brazilian Journalism Research (Online)**, v. 15, n. 1, 2019. p. 200-221.

HADDAD, Fernando. Trabalho e classes sociais. **Tempo Social**, v. 9, n. 2, out. 1997. p. 97-123.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império.** 2. ed. Rio de Janeiro: Record. 2002.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão.** Rio de Janeiro: Record. 2005.

HUWS, Ursula. **Labor in the global digital eco-nomy.** New York: Monthly Review Press, 2014.

KALLEBERG, Arne L. Job Quality and Precarious Work: Clarifications, Controversies, and Challenges. **Work and Occupations**, v. 39, n. 4, nov. 2012. p. 427-448.

KUEK, Siou Chew; PARADI-GUILFORD, Cecilia Maria; FAYOMI, Toks; IMAIZUMI, Saori; IPEIROTIS, Panos. **The global opportunity in online outsourcing.** Washington D.C.: World Bank, 2015.

LARRAIN, Jorge. Stuart Hall and the Marxist Concept of Ideology. *In*: MORLEY, David; CHEN, Kuan-Hsing. **Stuart Hall: Critical Dialogues.** London/New York: Routledge, 1996.

LEITE, Marcia de Paula; SALAS, Carlos. Trabalho e desigualdades sob um novo modelo de desenvolvimento. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 87-100, jan./jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 nov. 2019.

LIMA, Cláudia Nonato. Da redação aos blogs: a busca por novos arranjos econômicos e alternativas ao trabalho jornalístico. **Famecos (Online)**, v. 25, n. 1, 2018. p. 1-21.

LIMA, Sandra Mara Maciel de. Tecnologia versus qualificação: impactos no setor de saúde. **RAE Eletrônica**, v. 2, n. 2, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1676-56482003000200011>. Acesso em: 08 nov. 2019.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 133, 2018. p. 463-479.

MANN, L. The digital divide and employment. The case of the Sudanese labor market. *In*: GRAHAM, M; DUTTON, W. H. (Eds.). **Society and the Internet: How Networks of Information and Communication are Changing our Lives**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MELLO, Sérgio Carvalho Benício de; MARCAL, Maria Christianni Coutinho; FONSECA, Francisco Ricardo Bezerra. Os sentidos do trabalho precarizado na metrópole: fato e ficção! **Organizações & Sociedade**, v. 16, n. 49, abr./jun. 2009. p. 307-323. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-92302009000200006>. Acesso em: 08 nov. 2019.

MOSOETSA, Sarah; STILLERMAN, Joel; TILLY, Chris. Precarious Labor, South and North: An Introduction. **International Labor and Working-Class History**, v. 89, n. 1, 2016. p. 5-19.

OIT. Digital labour platforms and the future of work: Towards decent work in the online world. **International Labour Office**, Geneva, 20 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 26 out. 2019.

PASQUALE, Frank A. Two Narratives of Platform Capitalism. **35 Yale Law & Policy Review 309**, Yale, 2016. Disponível em: [lpr.yale.edu/sites/default/files/YLPR/pasquale.final_.2.pdf](http://pr.yale.edu/sites/default/files/YLPR/pasquale.final_.2.pdf). Acesso em: 08 out. 2019.

PRIMO, Alex. Industrialização da amizade e a economia do curtir: estratégias de monetização em sites de redes sociais. *In*: OLIVEIRA, Lídia; BALDI, Vania (Orgs.). **A insustentável leveza da web: retóricas, dissonâncias e práticas na sociedade em rede**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 109-130.

QIU, Jack Linchuan. **Working-Class Network Society: Communication Technology and the Information Have-Less in Urban China**. Cambridge, MA: MIT Press, 2009.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**. São Paulo: M. Books, 1996.

ROGAN, Michael; ROEVER, Sally; ALTER CHEN, Martha; CARRÉ, Françoise. Informal Employment in the Global South: Globalization, Production Relations, and Precarity. *In*: KALLEBERG, A; VALLAS, S (Eds.) **Precarious Work: Research in the Sociology of Work**, Vol. 31. City: Emerald Publishing Limited, 2017. p. 307-333.

SANTOS, Marcelo; CHIACHIRI FILHO, Antonio Roberto; PERSICHETTI, Simonetta. Semiótica peirceana e recepção: algumas bases conceituais e metodológicas a partir do conceito de experiência colateral. **Líbero**, v. 19, n. 10, 2016. p. 81-90.

SANTOS, José Alcides Figueiredo; RIBEIRO, Luiz Vicente Fonseca. Emprego, estratificação e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, mai./ago. 2016. p. 89-102. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870006>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SCHOLZ, Trebor. **Überworked and underpaid**. London: Polity Press, 2016.

SCHWARTZ, Yves; DI FANTI, Maria da Glória Correa; BARBOSA, Vanessa Fonseca. Uma entrevista com Yves Schwartz. **Letrônica**, v. 9, n. esp. (supl.), nov. 2016. p. 222-233.

SCHWARTZ, Yves; DUC, Marcelle; DURRIVE, Louis. Trabalho e Ergologia. *In*: SCHWARTZ, Y; DURRIVE, L (Orgs.). **Trabalho & Ergologia: conversas sobre a atividade humana**. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2010.

SILVA, André Luis; FREITAS, Maria Ester de. Para além dos critérios econômicos do trabalho de baixa renda no Brasil. **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 76, jan./mar. 2016. p. 37-56. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-9230762>. Acesso em: 08 nov. 2019.

SILVA, Lenir Aparecida; MANDALOZZO, Silvana Souza. A agenda do trabalho decente no contexto do

Mercosul. In: COSTA, L. C; NOGUEIRA, V. M. R; SILVA, V. R (Orgs.). **A política social na América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI** (*online*). Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/rfv9p/epub/costa-9788577982318.epub>. Acesso em: 08 nov. 2019.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, mai./ago. 2016. p. 123-139. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>. Acesso em: 15 nov. 2018.

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Cambridge/Malden: Polity Press, 2016.

SURIE, Aditi; KODUGANTI, Jyothi. The emerging nature of work in platform economy companies in Bengaluru, India: Case of Uber and Ola cab drivers. **E-Journal of International and Comparative Labour Studies**, v. 5, n. 3, 2016. p. 1-30.

UBER. Quanto custa uma viagem com a Uber? **Uber FAQ** (*online*), 2019. Disponível em <https://www.uber.com/br/pt-br/price-estimate/>. Acesso em 02 fev. 2020.

VENCO, Selma. Uberização do trabalho: um fenômeno de tipo novo entre os docentes de São Paulo, Brasil? **CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA**, v. 35, 2019. p. 592-610.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Edição v. 39
número 2 / 2020

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 39 (2)
ago/2020-nov/2020

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

Implicações da e-participação para a democracia na América Latina e Caribe

E-participation and its implications for democracy in Latin America and the Caribbean

CHRISTINA SOARES DE FREITAS

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD) – Brasília, DF, Brasil.
E-mail: freitas.christiana@gmail.com. ORCID: 0000-0003-0923-843X.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

FREITAS, Christiana Soares de. Implicações da e-participação para a democracia na América Latina e Caribe. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n.2, p. 116-131, ago./nov. 2020.

Submissão em: 17/07/2019. Revisor A: 08/08/2019; Revisor B: 15/08/2019; Revisor C: 29/08/2019. Aceite em: 01/09/2019

DOI – <http://doi.org/10.22409/contracampo.v39i2.29422>

Resumo

O artigo visa analisar as repercussões políticas das inovações democráticas digitais em países da América Latina e Caribe. A questão central indaga em que medida as redes constituídas para o ativismo político na internet de fato contribuem para o desenvolvimento e a legitimidade de práticas democráticas. Para responder a essa inquietação foi realizada pesquisa para mapear e analisar quinhentas e vinte e seis (526) iniciativas de e-participação na região. Tais inovações tendem a consolidar e a reforçar práticas democráticas participativas; ampliar canais de comunicação entre cidadãos e governos; aprimorar as possibilidades de representação cidadã e fortalecer os mecanismos políticos e legais para controle social. Ainda assim, observa-se número reduzido de iniciativas com resultados efetivos. Quanto maior a penetrabilidade das demandas cidadãs em processos políticos formais, maiores as chances de as iniciativas transformarem-se, de fato, em instrumentos de consolidação e legitimação de práticas e processos democráticos participativos.

Palavras-chaves

Inovação Democrática Digital; Legitimidade Democrática; Políticas Públicas.

Abstract

The article aims at analyzing the implications of digital democratic innovations in Latin America and the Caribbean countries. The central issue is whether networks developed for political activism on the internet really contribute to the development and legitimacy of democratic practices. To answer this question a research was carried out with the goal of mapping and analyzing five hundred and twenty-six (526) e-participation initiatives. The initiatives tend to consolidate and reinforce democratic practices; increase communication channels between government and citizens; enhance citizens' representation possibilities and strengthen legal and political mechanisms for social control. Nevertheless, there is still a small number of initiatives that show effective and verifiable results. The higher the penetrability of the initiatives in formal political processes the greater are the chances that they become means of consolidating and legitimizing democratic processes and practices.

Keywords

Digital Democratic Innovation; Democratic Legitimacy; Public Policies.

Introdução

Ainda que seja notória a progressiva formação de concepções e princípios democráticos que hoje moldam práticas específicas de atuação política como resultado da sociedade em rede, ainda existe pouca comprovação de que as várias iniciativas desenvolvidas com o intuito de fortalecer a democracia estejam, de fato, agindo nesse sentido. Cidadãos organizam-se em redes utilizando a internet como aliada em estratégias para gerar mais alcance e penetrabilidade de suas demandas e reivindicações. Resultados de pesquisas recentes apontam a internet como instrumento que pode viabilizar práticas e projetos que tendem a oferecer mais possibilidades de mobilização e reivindicação política aos cidadãos. Mas pode, de fato, a internet fortalecer a democracia?¹

O artigo visa analisar as repercussões efetivas das inovações democráticas de e-participação na América Latina e Caribe. Inovações democráticas são normalmente definidas como instituições desenhadas para aumentar a participação cidadã². São consideradas instrumentos para aperfeiçoar mecanismos políticos e legais com o intuito de estimular a atuação política, colaborando, com isso, para a formulação de programas governamentais, políticas públicas, leis e ações diversas no campo político (POGREBINSCHI, 2016).

Ao longo das últimas três décadas, várias estratégias governamentais foram adotadas com o intuito de estimular a participação em processos políticos por meio da internet. Pesquisas revelam, entretanto, que tais estratégias governamentais, sem uma considerável participação cidadã, tendem a ter alcance limitado, garantindo mais estabilidade institucional e legitimidade às organizações que nelas investem do que realmente fomentando processos democráticos que viabilizem a incorporação das demandas cidadãs a processos políticos formais (FREITAS e EWERTON, 2018).³

As iniciativas de e-participação⁴ – governamentais ou não – têm sido um dos meios mais usados para elaborar estratégias para o desenvolvimento de práticas democráticas em países da América Latina e Caribe. Atores governamentais e de organizações privadas, internacionais e da sociedade civil reconhecem a importância das tecnologias da informação e comunicação (TICs) para o aperfeiçoamento e aprofundamento de processos democráticos. Entretanto, observa-se, constantemente, a necessidade de avanços em relação as suas implicações em processos de tomada de decisão.

Os diferentes formatos de mídia existentes colaboram para o aumento das possibilidades de interação e o desenvolvimento de inovações voltadas a práticas democráticas participativas. A comunicação interativa e dialógica é facilitada, oferecendo mais espaços para troca de opiniões e para a construção de iniciativas que podem vir a mediar as relações entre cidadãos e atores governamentais.

1 Essa pergunta foi título de livro de Coleman em 2017.

2 De acordo com essa perspectiva, é o objetivo específico de promover a participação cidadã que qualifica um novo desenho institucional como inovação democrática. Parte-se do pressuposto de que a participação cidadã não é apenas um fim, mas principalmente o meio das inovações democráticas. O propósito ou fim das inovações democráticas são as muitas dimensões da qualidade da democracia, como accountability, responsividade, inclusão política, igualdade social e Estado de direito. A participação cidadã é um meio para se atingir estes fins e assume diferentes formas, tais como o voto direto, a participação digital, a deliberação e a representação cidadã. Diferentes meios e fins são combinados de diferentes maneiras, e tal experimentação é característica da democracia na América Latina, onde a participação cidadã evolui dentro do sistema representativo e sem competir com ele (POGREBINSCHI, 2017).

3 Por processos políticos formais entende-se aqui o conjunto de mecanismos responsáveis pelos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas em sentido mais abrangente. Responsáveis por esses mecanismos são os atores representantes dos poderes executivo, legislativo e judiciário: legisladores, executores, administradores e juizes (VIANA, 1996, p. 15).

4 Por e-participação entende-se “todas as formas de participação que envolvem tecnologia da informação e comunicação (TIC). Estes incluem, além de computadores conectados à internet, dispositivos móveis digitais (apps) ou analógicos (SMS). A participação digital requer algum tipo de engajamento por parte do cidadão (muitas vezes combinados com formas de deliberação ou voto direto), e não apenas o acesso a dados abertos ou outras informações” (POGREBINSCHI, 2017, p. 14).

Como resultado, formas específicas de colaboração, discurso e organização – de pensamento, conteúdo e ação – vêm sendo progressivamente adotadas e implementadas por indivíduos, redes e organizações. Os *commons*, ou bens comuns, são resultados de algumas das formas de produção colaborativa de conteúdo na contemporaneidade (FREITAS e ARANHA, 2017; SILVEIRA, 2017).

Os movimentos políticos, atualmente, são constituídos por redes com estrutura policêntrica. As plataformas digitais tendem a ser utilizadas sem que haja uma coordenação hierárquica previamente estabelecida. Os atores responsáveis pelas ações organizadas em ambientes digitais focam em “organizar sem organizações”, por vezes independentes de lideranças tradicionais. Tal contexto sugere novas formas de se pensar o significado de estar ou ser politicamente engajado gerando, também, lógicas distintas de ação – tanto econômicas quanto políticas, culturais, sociais e simbólicas (BENNETT e SEGERBERG, 2013; COLEMAN, 2017).

Nesse sentido, cabe indagar em que medida as redes constituídas para o ativismo político na internet (ou ciberativismo) de fato contribuem para o desenvolvimento e legitimidade de práticas democráticas. Para responder a essa inquietação foi realizada pesquisa com o objetivo de mapear e analisar as iniciativas de inovação democrática que utilizam, como meio para o alcance de seus fins, as ferramentas de e-participação nos países da América Latina e Caribe. A pesquisa analisou 526 iniciativas de e-participação na região, extraídas da base de dados do projeto Latinno⁵ (POGREBINSCHI, 2017).

Os objetivos específicos da análise foram identificar as implicações das iniciativas e seus resultados efetivos; analisar as repercussões das iniciativas quanto a seus meios e fins; analisar, comparativamente, os resultados das inovações com base em diversas características, como o grau de formalização e a influência em processos de formação da agenda, formulação, tomada de decisão, implementação e avaliação de políticas. Também foi interesse analisar os resultados não-intencionais das iniciativas.

Algumas hipóteses nortearam a pesquisa. O objetivo da primeira hipótese foi verificar a afirmação de que as inovações formalizadas – aquelas já inseridas em mecanismos formais, como a constituição de um país, suas leis, programas e políticas – tendem a ter mais resultados efetivos do que aquelas sem apoio. Também foi verificada a hipótese de que as iniciativas que combinam meios e fins, aqueles definidos pela metodologia do Projeto Latinno, produzem mais resultados do que aqueles com um meio desenvolvido para o alcance de uma finalidade apenas.

A questão central da pesquisa diz respeito às implicações das ferramentas de e-participação no sentido de transformarem – com efeitos verificáveis – instituições, processos políticos e governamentais. Seria possível afirmar que as ferramentas de e-participação são fundamentais para a consolidação e o aprofundamento de práticas democráticas participativas na América Latina e no Caribe? O objetivo central da pesquisa, portanto, foi analisar a repercussão efetiva das iniciativas de e-participação em processos políticos formais, garantindo – ou não – legitimidade democrática às práticas impulsionadas pelas inovações estudadas.

Referencial teórico-metodológico

As ações políticas de movimentos contemporâneos – por alguns autores consideradas como ações conectivas (BENNETT e SEGERBERG, 2013; COLEMAN, 2017) – apresentam uma tensão fundamental. Por um lado, têm penetração significativa em movimentos sociais e coletivos, atraindo a população pela sua versatilidade, agilidade e independência em relação a organizações tradicionais. Possuem a capacidade de estimular formas de ação política baseadas na coordenação de energia dispersa de indivíduos e movimentos descentralizados sob a forma de redes policêntricas (COLEMAN, 2017, p. 20). Por outro, a

⁵ Os dados coletados, aqui analisados, correspondem à base de dados existente até 31 de maio de 2018. A plataforma está sendo sempre atualizada e, portanto, depois desse período, é possível que novas iniciativas sejam inseridas.

sustentação, a continuidade e a penetrabilidade dessas ações em processos políticos representam um desafio. Esse desafio é observado tanto nas estratégias de mobilização a curto prazo quanto nas de formulação de políticas a longo prazo.

Esperava-se que a internet viesse a colaborar para garantir a sustentabilidade de inovações voltadas à expansão e consolidação da democracia, tendo como base dessa visão ideias utópicas que começam com o próprio início da internet. Desde os ciberlibertários – com a ideia de que nenhum governo seria capaz de ter controle sobre o ciberespaço (BARLOW, 1996) – até os entusiastas contemporâneos da democracia digital, a ideia da internet como um instrumento de transformação, aprofundamento e consolidação da democracia – especialmente a participativa – sempre esteve presente, não só na produção acadêmica do campo de internet e política, mas também em discursos governamentais e da sociedade civil. Para verificar essa perspectiva foi analisado o trajeto que percorrem demandas cidadãs até gerarem algum tipo de interferência verificável em processos governamentais, concretizando-se como um artefato legal ou político.

As demandas dos cidadãos por ações, programas e políticas públicas, seja a curto ou a longo prazo, podem vir a gerar resultados ou interferências no campo político. Essas demandas são, geralmente, fluidas, às vezes pontuais e fragmentadas, facilmente disponibilizadas e acessadas em ambientes digitais. A qualidade democrática desses produtos ou resultados pode ser avaliada em termos de sua extensão e conteúdo, ou seja, aonde chegam, como chegam e com que tipo de apoio e legitimidade. Significa dizer que as demandas apresentarão legitimidade democrática caso produzam resultados efetivos – aqui considerados como *outputs e outcomes* – em sistemas e processos políticos formais. Vale destacar que essa noção de resultados efetivos (*outputs e outcomes*) não se refere apenas a aqueles associados diretamente a políticas públicas, mas abrangem, também, ações governamentais diversas, focalizadas ou não, processos institucionais, leis e mecanismos relacionados a processos de formulação de políticas e projetos em sentido abrangente.

De acordo com essa concepção, a legitimidade democrática é estabelecida quando um sistema político não apenas estimula os *inputs* dos cidadãos, mas também inclui essas demandas nos processos de elaboração de políticas e leis. Se isso não acontece, verifica-se ausência de legitimidade democrática (COLEMAN, 2017). Castells afirma, ainda, a necessidade tanto das instituições políticas serem permeáveis às demandas (*inputs*), quanto a dos próprios movimentos sociais, também, quererem negociar. Algumas redes não apresentam essa disposição, dificultando a legitimação de suas ações e práticas a longo prazo (CASTELLS, 2013).

O desenho das práticas comunicacionais é um dos meios que delineiam as formas possíveis de exercício de poder numa dada sociedade. Os vários modos de comunicação e manifestação política – viabilizados pelos tipos de ambientes digitais – promovem diferentes possibilidades de engajamento cidadão, oferecendo meios para a criação e sistematização de demandas (*inputs*). Tais meios, contudo, variam significativamente, sendo mais ou menos próximos de oferecer possibilidades de transformar efetivamente essas demandas cidadãs em mecanismos de ação (como recomendações, propostas e políticas) que passam a ser formalmente considerados.

O tipo de ambiente digital desenhado viabiliza, de forma mais ou menos intensa, essa transformação. Enquanto alguns recursos tecnológico-informacionais contribuem para a formação de espaços para denúncias, avaliação e monitoramento, outros apresentam projetos estruturados a longo prazo para engajamento cidadão em discussões ou propostas concretas para implementação de políticas públicas, leis ou ações governamentais específicas. Entretanto, a existência e o desenho desses variados tipos de recursos não irão garantir, necessariamente, o sucesso das iniciativas. Nesse sentido, Chadwick afirma que os programas de e-democracia bem-sucedidos requerem uma pluralidade de diferentes valores e mecanismos sociotécnicos (CHADWICK, 2009, p. 12). Necessário considerar, ainda, que democracia e tecnologia estão dialeticamente entrelaçadas. A democracia não é adotada e depois mediada pela

tecnologia, mas sim realizada por atos de mediação (COLEMAN, 2017).

Algumas pré-condições são essenciais para garantir a existência de atos democráticos. Deve existir, antes de mais nada, a capacidade de reconhecimento social comum, uma compreensão das inúmeras formas de conexão da vida de um indivíduo com os demais. Essa característica gera reflexividade, vista como a capacidade dos indivíduos de “gerenciarem sua própria auto-apresentação e não ter sua identidade esculpida por outros. Há uma batalha incessante por olhos e ouvidos (economia da atenção), determinando quem terá visibilidade política e cultural. Nesse contexto, ser notado ou notório é uma forma de poder social; a atenção se torna uma moeda valiosa” (COLEMAN, 2017, p. 65).

Além disso, faz-se necessária a circulação de experiências intercambiáveis. A cultura comum gerada é o produto de experiências compartilhadas, desde momentos nacionais e globais a eventos do cotidiano e ritmos de interações sociais. A proliferação de diferentes narrativas online gera implicações para o conceito de notícia e para a constituição dessa cultura comum que passa a ter efeitos diretos e indiretos na agenda política. Políticos, atores governamentais, tomadores de decisão e outros atores interessados estão atentos ao que circula na internet como temas de interesse dos cidadãos – sejam esses conteúdos mensagens, manifestos ou pegadas digitais deixadas no ciberespaço como, por exemplo, em mecanismos de busca.

Outra pré-condição para atos verdadeiramente democráticos está na capacidade dos indivíduos de

[...] reunirem informações confiáveis para que possam ter, ao menos, alguma ideia dos muitos desafios pelos quais passa a sociedade contemporânea, das visões em conflito e das suas escolhas como *voters*. Para tanto é fundamental existir *fontes plurais de informação* para que os indivíduos possam fazer sentido do mundo com sua própria visão/perspectiva (COLEMAN, 2017, p. 66).

As demais pré-condições incluem a existência de hábitos e mecanismos discursivos que viabilizem processos democráticos deliberativos – como uma linguagem reconhecida de discordância pública –, a coordenação social como capacidade de fazer aprimoramentos sociais e erradicar injustiças sociais, de agir coletivamente em resposta a situações e experiências suscetíveis ao controle humano. Coleman, nesse sentido, enfatiza a importância de considerar o acesso a recursos comunicacionais como um direito civil indispensável (COLEMAN, 2017). Por fim, o autor também aponta como pré-condição para a existência de atos democráticos a confiança em centros de autoridade, sejam eles políticos, corporativos ou civis e a capacidade dos indivíduos de examinar e avaliar políticas implementadas.⁶

Portanto, para que as inovações gerem os efeitos desejados, no sentido de ampliarem e consolidarem práticas democráticas, é imprescindível que tais pré-condições estejam presentes como características da cultura política dos países analisados. Tais características, ou elementos estruturantes de uma sociedade, condicionam as possibilidades de repercussões efetivas das demandas cidadãs em processos políticos governamentais.

De acordo com a metodologia aplicada, a iniciativa democrática terá obtido resultados efetivos quando for possível observar mudanças em processos políticos formais ou instituições a partir da sua implementação. Nesse caso, a iniciativa terá gerado resultado como *output* ou *outcome*. Se houve proposta de resultado, como recomendações e diretrizes para políticas específicas, projetos de lei, mas não necessariamente a lei implementada, *outputs* são identificados⁷. Um projeto de lei é exemplo

6 Para Coleman, “a sustentabilidade da democracia depende da existência de modelos robustos de avaliação pública que monitorem resultados democráticos, definindo a importância das questões e a reestruturação de políticas subsequentes. Isso faz emergir a necessidade de tecnologias para transparência e *accountability*” (COLEMAN, 2017, p. 64).

7 Vale salientar que os *outputs* considerados por Coleman são, aqui nesse recorte metodológico, apenas os *outcomes* ou resultados efetivos.

de *output*. Se for sancionado e publicado, tornando-se lei, torna-se *outcome*. Os *outcomes*, portanto, referem-se às “decisões e ações de autoridades políticas: são as políticas implementadas e os seus efeitos sociais” (COLEMAN, 2017, p. 21). O mesmo pode ser verificado em processos de implementação de ações e políticas. Se recomendações – consideradas *outputs* – para determinadas políticas ou ações foram levadas em consideração pelo poder público e foram implementadas, houve *outcome* daquela inovação democrática em análise.

Tanto os *outputs* quanto os *outcomes* fazem parte de um conjunto de variáveis de impacto aplicadas às inovações democráticas mapeadas na América Latina e Caribe pelo projeto Latinno (POGREBINSCHI, 2017). As 526 iniciativas de e-participação identificadas pela plataforma foram analisadas com base nessas duas variáveis: *outputs* e *outcomes*. A implementação e o cumprimento da finalidade também são variáveis de impacto consideradas pela metodologia⁸.

As inovações democráticas de e-participação foram analisadas também com referência às etapas de formação da agenda, formulação, tomada de decisão, implementação e avaliação de políticas públicas, com o intuito de avaliar a possibilidade de associação entre resultados efetivos das iniciativas de e-participação e determinadas etapas do processo de construção de políticas públicas. Haveria mais iniciativas com resultados verificáveis associadas a uma fase específica de desenvolvimento das políticas? Até que ponto a sua efetividade estaria ligada a uma dessas etapas? Iniciativas voltadas para a formação da agenda tendem a gerar mais resultados efetivos do que aquelas destinadas à avaliação de programas e políticas? Ou a associação a uma ou outra etapa não influenciaria os resultados?

Foram consideradas cinco formas possíveis de interferência em processos políticos no que tange a políticas públicas, especificamente. Em um primeiro momento, a inovação pode ter sido desenvolvida como forma de apresentar temas possíveis para inclusão na agenda. Com isso, problemas e demandas cidadãos podem vir a chamar a atenção de atores governamentais. Fazer parte do processo de formação da agenda é compreendido aqui em sentido amplo. Uma plataforma que disponibiliza demandas e conteúdos para construção colaborativa de leis, contribuindo para o surgimento de novos temas a pautar o cenário político, pode ser uma iniciativa associada a essa fase. O e-Democracia, por exemplo – plataforma da Câmara dos Deputados que tem como intenção principal criar ambientes digitais colaborativos para produção de projetos de lei – interfere em processos políticos associados tanto à definição da agenda quanto à formulação e tomada de decisão (FREITAS et al., 2015).

Uma inovação que colabora para a formulação de políticas pode envolver processos como a formulação de programas, projetos e leis. A formulação refere-se “ao modo como as propostas de política são elaboradas e formuladas no âmbito governamental” (HOWLETT et al., 2013, p. 15). Já a tomada de decisão refere-se ao processo pelo qual os governos adotam ações e inações. Vale reiterar que essas etapas são consideradas aqui como modelos típico-ideais, já que a realidade envolve cenário complexo aonde tal separação revela-se inviável. Abrucio e Loureiro, ao tratarem do papel dos burocratas nas sociedades democráticas contemporâneas, afirmam que

[...] as políticas públicas são aprovadas pelo Poder Legislativo de forma muito genérica e vaga, o que acaba exigindo a intervenção dos burocratas para seu detalhamento e sua especificação. Assim, parte importante das decisões relativas a uma política governamental faz-se no momento de sua implementação, e não apenas no de sua formulação e aprovação pelos parlamentares. O envolvimento dos burocratas com a tomada de decisão é visto, na verdade, como processo inevitável no mundo contemporâneo e, em certo sentido, até desejável (ABRUCIO e LOUREIRO, 2018, p. 35).

8 A implementação refere-se ao fato de ter sido a iniciativa de fato posta em prática ou não. O cumprimento da finalidade existe quando objetivos específicos da iniciativa foram alcançados sem gerar, necessariamente, resultados. Tais variáveis não serão tratadas aqui por não se referirem a resultados efetivos – interesse central da pesquisa aqui apresentada.

A fase de tomada de decisão, portanto, perpassa todo o processo de construção de políticas públicas. A fase de implementação refere-se ao momento de execução da política, quando os governos encaminham as decisões para concretização. Tais decisões são, muitas vezes, abrangentes, nada específicas, gerando a necessidade de intervenção e formulação de ações específicas durante o processo de implementação de uma política pública. A fase de avaliação e monitoramento refere-se “aos processos pelos quais tanto os atores estatais quanto os sociais monitoram os resultados das políticas” (HOWLETT et al., 2013, p. 15). Uma plataforma de denúncia de uso indevido de recursos públicos realiza atividades de monitoramento que podem vir a gerar uma ressignificação dos problemas, demandas e soluções.

Ressalta-se, aqui, que essa divisão em fases foi aplicada apenas para fins analíticos e não significa afinidade com perspectivas teóricas que analisam o processo de forma linear. Autores como Surel e Muller sugerem abordagem distinta, indicando que essa perspectiva tradicional pode mascarar fenômenos não necessariamente associados a cada etapa e ignorar dinâmicas nem sempre lineares de constituição das políticas públicas (SUREL e MULLER, 2002; LINDBLOM, 1980). Isso porque o processo não é sequencial como o ciclo tradicionalmente considerado pela literatura do campo sugere.

Surel e Muller (2002) apresentam, também, o que é posteriormente elaborado pelos estudos de ciência e tecnologia: a premissa de que a análise da realidade social e política passa pela compreensão dos mecanismos não institucionalizados, das práticas e micropráticas, nem sempre identificadas como formais, sendo estes elementos também responsáveis pela caracterização de determinada realidade (EPSTEIN et al., 2016). Além disso, o referencial teórico-metodológico aqui adotado oferece instrumento analítico mais abrangente do que a análise tão somente de políticas públicas. Interessa, nesse sentido, a análise de iniciativas voltadas à produção colaborativa de leis e outros resultados na esfera política que não sejam, necessariamente, associados a políticas públicas

Repercussões das inovações democráticas digitais

Os resultados revelam o quanto as iniciativas pesquisadas promovem – ou não – práticas democráticas legítimas, no sentido de viabilizarem a transformação de conteúdo e demandas, gerados pela participação cidadã nas iniciativas de e-participação em ações, programas, políticas ou leis, levando-se em consideração que a legitimidade de processos democráticos está na relação que se estabelece, mais ou menos direta, entre insumos – sob a forma de demandas ou *inputs* – e produtos (*outputs* e *outcomes*).

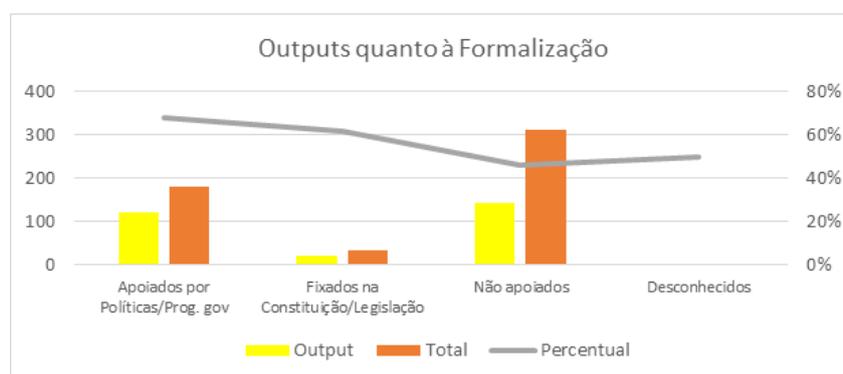
Os primeiros dados a destacar referem-se à quantidade de inovações que produziram resultados. Das 526 iniciativas analisadas, 286 geraram *outputs* (ou 54,3% do total) e apenas 112 (21,3%) produziram *outcomes*. Esses dados já indicam que a quantidade de iniciativas que alcançam, de fato, seus objetivos, é bem menor do que a quantidade total proposta, colocando em xeque a legitimidade dessas iniciativas de e-participação como práticas legitimamente democráticas.

Repercussões quanto à formalização das iniciativas

Ao analisar os resultados relativos à formalização das iniciativas, interessou confirmar ou refutar a hipótese de que as inovações formalizadas – ou seja, aquelas já inseridas em mecanismos formais, como a constituição de um país, suas leis, programas e políticas públicas – tendem a ter mais *outputs* e *outcomes* do que aquelas ainda não apoiadas por tais mecanismos. A análise revela que, dentre as 286 iniciativas que alcançaram *outputs*, os percentuais maiores de resultados efetivos estão, de fato, nas inovações que possuem algum apoio formal, seja por meio de ações, programas ou políticas específicas, seja por previsão constitucional e legal.

A análise da figura a seguir permite a constatação de que o apoio a uma inovação democrática pode vir a ser fator determinante para o seu sucesso como instrumento democrático.

Gráfico 1 – Quantidade e percentual de *outputs* quanto à formalização



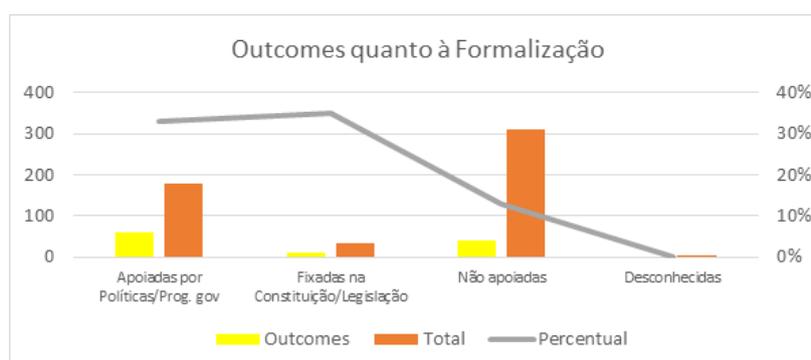
Fonte: A autora, 2018

Das inovações sem qualquer tipo de apoio, 46% geraram *outputs*. Já no universo das inovações formalmente apoiadas por políticas ou programas governamentais, 68% geraram *outputs*. Nas inovações fixadas ou previstas em constituição ou em outras leis, 62% geraram *outputs*.⁹

Apesar da existência de mais inovações sem qualquer forma de apoio institucional ou legal em termos quantitativos, o percentual de *outputs* destas é bem menor do que aquele relacionado às inovações com alguma forma de previsão legal ou política. Ou seja, as iniciativas que apresentam respaldo político ou legal tendem a gerar mais resultados.

Ao analisar os *outcomes* em relação ao grau de formalização, resultados ainda mais claros no sentido de confirmar a hipótese são observados. De acordo com a figura a seguir, observa-se que apenas 13% das inovações sem qualquer tipo de apoio geraram *outcomes*. Em contrapartida, 33% das inovações com apoio político e governamental geraram consequências efetivas. A forma mais eficaz de garantir *outcomes* parece mesmo ser quando existe previsão legal de atendimento à determinada demanda. Das 34 inovações com essas características, 12 geraram *outcomes* – ou 35% do total, como pode ser observado na figura a seguir.

Gráfico 2 – Quantidade e percentual de *outcomes* quanto à formalização



Fonte: A autora, 2018

Portanto, as inovações formalizadas a partir de programas governamentais, políticas públicas e, especialmente, aquelas já previstas na Constituição, tendem a gerar mais resultados do que aquelas sem apoio claro e legítimo. Logo, a falta de institucionalização tende a dificultar a legitimidade de práticas

democráticas participativas.

Repercussões quanto aos meios

De acordo com a metodologia aqui adotada, são quatro os meios possíveis de desenvolvimento de uma inovação democrática: participação digital, deliberação, voto direto e representação cidadã (POGREBINSCHI, 2016).

A participação digital refere-se a

[...] todas as formas de participação que envolvem tecnologia da informação e comunicação (TIC). Estas incluem computadores conectados à internet e dispositivos móveis – digitais (apps) ou analógicos (SMS). A participação digital requer algum tipo de engajamento por parte do cidadão (muitas vezes combinados com formas de deliberação ou voto direto), e não apenas o acesso a dados abertos ou outras informações (POGREBINSCHI, 2017, p. 27).

A deliberação diz respeito às formas de interação mútua nas quais os participantes têm a oportunidade de expressar suas opiniões e ouvir a perspectiva dos demais em um processo constante de troca comunicativa. Já o voto direto representa os instrumentos de democracia direta. São exemplos o referendo, o plebiscito, a consulta pública, a revogação de mandato e todas as demais opções de votação direta existentes. Por fim, a representação cidadã é o meio que abarca todas as formas de engajamento cidadão ou de organizações da sociedade civil¹⁰.

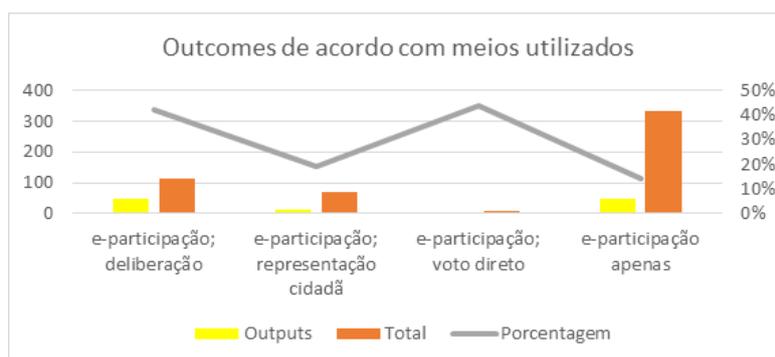
Foi verificada a hipótese inicial de que as iniciativas que combinam meios produzem mais resultados. As iniciativas que têm como meio para seu desenvolvimento a e-participação combinada com voto direto, deliberação ou representação cidadã apresentam mais resultados efetivos, ou mais *outputs* e *outcomes*.

Em relação aos *outputs*, a combinação entre e-participação e voto direto foi o conjunto de meios que mais se mostrou eficiente, sendo que, do total de 9 inovações, 8 geraram *outputs* – ou 89% do total. As que menos alcançaram *outputs* foram aquelas que utilizam como meio apenas a e-participação. Do total de 333 iniciativas com essa característica, 143 (ou 43%) geraram *outputs*.

Em relação aos *outcomes*, a mesma tendência é observada, sendo as iniciativas que combinam e-participação com deliberação e com o voto direto aquelas que mais geraram resultados, como pode ser observado na figura a seguir.

Gráfico 3 – Quantidade e percentual de *outcomes* de acordo com meios

10 Os cidadãos podem: a) ter assento em uma instância do governo ou ser a eles atribuído um papel no processo político (que pode ou não envolver a tomada de decisão); ou podem b) ser escolhidos ou automeados (em vez de eleitos) para agir em nome de outros cidadãos ou organizações, ou para representar interesses específicos (por exemplo, ambientais), grupos (por exemplo, minorias) ou localidades (por exemplo, bairros). Estes incluem uma ampla gama de formas não-eleitorais de representação, nas quais cidadãos ou organizações de sociedade civil atuam ou falam em nome dos demais, independentemente de terem sido autorizados para isso. Inovações democráticas que envolvem formas de representação cidadã também podem reproduzir internamente meios tradicionais de representação (eleições, delegação, voto) (POGREBINSCHI, 2017).



Fonte: A autora, 2018

Repercussões quanto aos fins

As iniciativas podem ser compreendidas também a partir dos seus fins. Na metodologia adotada são cinco as finalidades possíveis de uma inovação democrática: *accountability*; responsividade; estado de direito; inclusão política e igualdade social¹¹. Interessou aqui verificar a hipótese de que as iniciativas que combinam vários fins têm mais resultados efetivos.

Das iniciativas estudadas, 267 (50,7% do total) vêm sendo desenvolvidas para promover *accountability* nos países da América Latina e Caribe. *Accountability* abrange

[...] todas as formas não eleitorais em que governos, instituições, administradores eleitos e representantes são obrigados a prestar contas de seus atos, ou seja, responder por suas ações e omissões. As inovações democráticas destinadas a melhorar *accountability* promovem atividades tão diversas quanto monitoramento de desempenho institucional, divulgação de informações públicas, sanção de funcionários públicos e fiscalização da prestação de serviços públicos” (POGREBINSCHI, 2017, p. 34).

A responsividade, caracterizada como as “formas de expressão das preferências políticas dos cidadãos e sua correspondente consideração pelos governos” (POGREBINSCHI, 2017, s/p), está presente em 250 das 526 iniciativas. Os demais fins estão presentes nas iniciativas também de forma significativa. São 87 com a finalidade de igualdade social; 140 voltadas à inclusão política e 118 associadas ao Estado de direito ou *Rule of Law*¹².

As iniciativas que mais produziram *outcomes* são aquelas que combinam dois ou três fins. Das 526 iniciativas, 354 iniciativas (ou 67% do total) foram desenvolvidas para atender a mais de um fim. Das 172 desenvolvidas para o alcance de um só fim, apenas 16% geraram *outcomes*. Em relação ao percentual das iniciativas que apresentam mais de um fim, observa-se que foram 24% das iniciativas com fins combinados a gerar *outcomes*. Portanto, resultados efetivos são observados com maior frequência nas iniciativas que combinam fins, como sugeria a hipótese inicial.

Implicações para Políticas Públicas

Foi realizada análise da relação entre os resultados efetivos das iniciativas de e-participação e as etapas possíveis para direcionamento das demandas. As iniciativas de e-participação estão distribuídas de forma relativamente homogênea entre as etapas associadas à construção de políticas públicas. Vale ressaltar, também, que as inovações não tendem a estar associadas a apenas uma das fases.

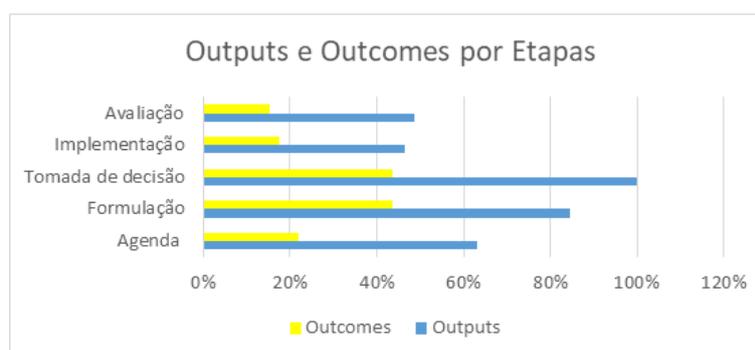
Do total de 526 iniciativas analisadas, 165 (ou 31,4% do total) têm como intuito criar mecanismos

para incluir temas em processos de formação da agenda; 27% focam sua atenção na etapa da formulação de políticas e de outros mecanismos políticos e legais, sempre atuando de forma combinada com outra fase; 27% são inovações que colaboram para o processo de tomada de decisão; 36% das iniciativas são voltadas à implementação de políticas e 37,6% tem como seu maior objetivo influenciar processos de avaliação e monitoramento de ações, programas, leis e políticas públicas.

Do total de 165 inovações dedicadas à formação da agenda, 104 (ou 63% delas) produziram *outputs*. Quando se trata de resultados efetivos (ou *outcomes*), o percentual cai para 22%. Ou seja, apenas 36 iniciativas geraram *outcomes* de fato. O mesmo pode ser observado nas demais etapas. Das 142 iniciativas voltadas à formulação de políticas, 120 (84,5%) geraram *outputs* e apenas 62 delas (ou 43,66%) geraram resultados concretos sob a forma de *outcomes*. Na fase da tomada de decisão, todas as 142 iniciativas produziram *outputs*, mas apenas 62 (ou 43,6%) geraram *outcomes*.

Ao analisar a etapa da implementação, vê-se que das 189 iniciativas mapeadas, 88 (ou 46,5%) alcançaram *outputs* e apenas 33 (ou 17,5%) produziram *outcomes*. A análise da etapa de avaliação e monitoramento, por sua vez, revela que das 198 iniciativas, 96 geraram *outputs*, ou 48,5% delas. O percentual de *outcomes* nessa etapa é também baixo – 15,15% das iniciativas, ou apenas 30 delas, repercutiram de forma efetiva para alguma transformação, como ilustra a figura a seguir.

Gráfico 4 – *Outputs* e *Outcomes* por etapas



Fonte: A autora, 2018

Apesar de haver uma quantidade maior de iniciativas para implementação e avaliação, observa-se que o maior percentual de iniciativas bem-sucedidas, com resultados efetivos (*outcomes*) está na etapa de formulação de políticas.

Do total de 526 iniciativas, 327 (ou 62%) desenvolvem projetos associados a apenas uma etapa. Ou seja, a construção de um ambiente sociotécnico digital gera possibilidades diversas, combinadas e multifacetadas de ação política. Esse dado expressa também a não linearidade presente no processo de construção de políticas públicas e de outros mecanismos políticos e legais. Uma iniciativa para avaliação e monitoramento pode gerar dados que levem a um novo tema na agenda governamental, ao mesmo tempo em que pode vir a interferir, de forma quase simultânea e não sequencial, no processo de formulação de políticas públicas.

Resultados não-intencionais

Os resultados das iniciativas podem ser utilizados para fins outros que não aqueles previamente estabelecidos, vindo a gerar resultados não-intencionais ou externalidades, positivas ou não. Isso porque

não apresentam, em seu desenho inicial, o intuito deliberado de produção de *outputs* ou *outcomes*.

Por um lado, as iniciativas podem vir a gerar efeitos como maior fiscalização das contas públicas, publicização de um problema ou desenvolvimento de meios de conscientização dos cidadãos como, por exemplo, capacitação para a compreensão e interpretação de dados abertos. Por outro, os dados produzidos podem também ser usados para fins não previstos e não necessariamente voltados à expansão democrática. Aplicativos como *Onde fui roubado*, em que um mapa georreferenciado das zonas urbanas é disponibilizado e os cidadãos informam onde foram assaltados, roubados, podem tanto colaborar para ações governamentais no sentido de mitigar a situação como servir de informações úteis para o crime organizado.

Um exemplo de iniciativa que gerou resultados – a princípio não-intencionais – foi a plataforma digital *Chega de Fiu Fiu*. A iniciativa da Fundação Olga colhe depoimentos e dados diversos sobre assédio sexual contra mulheres no Brasil. Após um tempo de funcionamento, o Ministério Público de São Paulo estabeleceu parceria com a organização não governamental para a elaboração de cartilhas e campanhas de conscientização da população (*outcomes*).

Mesmo não tendo qualquer intenção de gerar resultados efetivos em seu início que não o da denúncia de situações intoleráveis, a rede responsável pela iniciativa gerou repercussões objetivas – *outcomes* – para a solução do problema. Tem-se aqui o retrato de uma iniciativa que passa a gerar subsídios, seja para uma nova agenda ou para a formulação de ações, programas e políticas. É exemplo de iniciativa que teve sua demanda transformada em ações propositivas concretas junto ao poder público, ainda que não tivesse sido um objetivo declarado nem construído *a priori*.

Portanto, iniciativas que não foram criadas para produzir *outputs* ou *outcomes* podem acabar gerando-os de forma involuntária e com efeitos imprevistos, colaborando para a constituição de novas práticas políticas e composição de capital simbólico específico (BOURDIEU, 2011).

As concepções e práticas dos atores envolvidos na criação e continuidade das redes analisadas apontam para tendência à expansão e diversificação das formas de atuação política, desenvolvidas em contexto caracterizado pela pulverização dos processos de tomada de decisão, pela não centralidade de instituições políticas tradicionais e, também, pela reconfiguração e reestruturação das formas de controle democrático (BROUSSEAU et al., 2012).

Conclusão

As iniciativas estudadas são expressão clara de período histórico vivido durante algumas poucas décadas na região, em que a democracia participativa foi encorajada e estimulada em uma grande parte dos países. Houve, com isso, avanços no desenho das inovações com foco em práticas democráticas participativas. Ainda que não sejam todas as inovações voltadas diretamente para a viabilização de um efetivo engajamento cidadão, a existência de algumas redes já sustentáveis revela tendência à ampliação e consolidação dessas arenas políticas de deliberação.

A ausência de algumas pré-condições necessárias para a existência de atos democráticos em países da América Latina e Caribe pode ser um fator a explicar o número reduzido de resultados efetivos, identificáveis, das iniciativas de e-participação. Como visto, os recursos tecnológico-informacionais disponíveis não garantem a participação cidadã nem a existência de instâncias pluriparticipativas para expandir e aprofundar práticas democráticas.

A partir dos resultados analisados foram observadas tendências ao aumento do controle social, especialmente sobre as práticas do poder legislativo e à progressiva institucionalização de cultura política com foco na transparência e em práticas de participação política digital capazes de interferir, de forma mais ou menos significativa, no processo de construção de mecanismos políticos e legais que reforcem a democracia.

Foi observado que a formalização das iniciativas é fator fundamental para seu sucesso e sustentabilidade. As inovações formalizadas, sob a forma de programas governamentais, políticas públicas ou mecanismos legais tendem a gerar mais resultados. A característica híbrida da iniciativa, combinando vários meios e fins, também tende a gerar iniciativas sustentáveis e com mais resultados significativos.

Em relação às repercussões das iniciativas para políticas públicas, foi observada uma quantidade maior de iniciativas voltadas à implementação e avaliação. Contudo, o maior percentual de iniciativas bem-sucedidas, com resultados efetivos (*outcomes*) está nas etapas de tomada de decisão e formulação de políticas. Pesquisas futuras serão desenvolvidas com o intuito de aprofundar as análises para compreensão das causas e efeitos dessas constatações.

As características híbridas que conformam as inovações associadas aos processos de construção de políticas deixam claro que o ambiente sociotécnico digital construído gera possibilidades diversas de ação política e revelam também a não linearidade presente no processo de construção de políticas públicas e de outros mecanismos políticos e legais.

Uma das descobertas mais interessantes está relacionada aos efeitos imprevistos ou não-intencionais das iniciativas, podendo vir a incrementar processos democráticos. Iniciativas que não foram criadas, necessariamente, para produzir *outputs* ou *outcomes* podem vir a gerá-los. Portanto, as redes que não nasceram já com o intuito de interferir em processos políticos governamentais podem vir a interferir, mais ou menos diretamente, a curto ou a longo prazo. Colaboram para um processo mais subjetivo de conscientização política e empoderamento cidadão, podendo vir a oferecer subsídios para a elaboração de políticas públicas e outras ações governamentais.

As iniciativas estudadas podem vir a fortalecer o exercício da cidadania e os processos democráticos ao viabilizarem a participação política de forma mais direta, por meio de espaços que reconfiguram e ressignificam processos de controle social, político e simbólico. Com isso, maior transparência das ações passa a ser possível. Além disso, podem vir a promover o aumento da diversidade de atores na discussão pública e nas instâncias de decisão política, aumentando instrumentos, meios e oportunidades para que minorias estejam representadas em processos políticos formais.

Essas possibilidades, contudo, dependem das orientações políticas de cada momento histórico. Como dito, a expansão dessas redes – bem como a consolidação de outros mecanismos de participação política democrática – foi resultado de algumas poucas décadas ininterruptas de democracia em quase todos os países da América Latina e Caribe, ainda que com práticas antidemocráticas sendo ocasionalmente observadas¹³. A continuidade do estímulo a esses mecanismos vai depender da conjuntura política que irá estabelecer e orientar as estratégias adotadas. Outro fator fundamental para garantir essa continuidade será a consolidação de práticas políticas baseadas na participação e no controle social dos processos políticos, hoje potencializadas por meio dos recursos tecnológico-informacionais existentes.

Portanto, as redes para o ciberativismo, expressas sob a forma de inovações democráticas que utilizam estratégias de e-participação, tendem a consolidar e a reforçar práticas democráticas participativas, podendo estimular a participação mais efetiva dos cidadãos em processos políticos; ampliar os canais de comunicação entre cidadãos e governos; aperfeiçoar as possibilidades de representação cidadã e fortalecer os mecanismos políticos e legais para controle social. Quanto maior a penetrabilidade

13 A metodologia do Índice da Democracia aplica 60 indicadores que atribuem a 167 países um *score* numa escala de 0 a 10. O grupo menos democrático é classificado como um conjunto de países com “regime autoritário”; a seguir, países com “regimes híbridos”. Em seguida, tem-se o conjunto de países com “democracia com falhas” e, finalmente, os países com “democracia plena” (aqueles que alcançam o *score* de 8,01). O Índice da Democracia revela que a maioria dos países na América Latina e Caribe não apresentam características de países com “democracia plena”. Apenas o Uruguai obteve *score* suficiente (8,12) para ser considerado “democracia plena”. Apenas outros três obtiveram o *score* acima de 7 (Chile, Costa Rica e Panamá). Os demais países ficaram entre 4 e 7, posições que apontam para regimes democráticos com falhas ou regimes híbridos, com exceção da Venezuela que obteve *score* 3,87 – o equivalente a um regime autoritário.

das demandas cidadãs em processos políticos formais, maiores as chances de os resultados das iniciativas se transformarem, de fato, em instrumentos de consolidação e legitimação de processos democráticos participativos.

Essas redes são, portanto, iniciativas fundamentais para o alcance das pré-condições necessárias para a existência de atos democráticos. São meios para o alcance de sociedades mais democráticas. A questão central a ser respondida a seguir é como tornar as iniciativas sustentáveis e com mais resultados efetivos, capazes de gerar, de fato, transformações políticas.

Referências

ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Rita. Burocracia e Ordem Democrática: desafios contemporâneos e experiência brasileira. In: PIRES, Valdemir; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vitor (Orgs.). **Burocracia e Políticas Públicas no Brasil**: interseções analíticas. Brasília: IPEA, 2018.

BARLOW, Perry. **A Declaration of the Independence of Cyberspace**. Davos: Eletronic Frontier Foundation, 1996. Disponível em: <https://www.eff.org/cyberspace-independence>. Acesso em: out. 2019.

BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. **The logic of Connective Action**: Digital Media and the Personalization of Contentious Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, p. 193-216, jan./jul. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008>. Acesso em: 17 nov. 2018.

BROUSSEAU, Eric; MARZOUKI, Meryem; MÉADEL, Cécile. (Orgs.). **Governance, regulations, and powers on the Internet**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança**: movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHADWICK, A. **Web 2.0**: New Challenges for the Study of E-Democracy in an Era of Informational Exuberance. I/S: A Journal of Law and Policy for the Informational Society, 2009.

COLEMAN, Stephen. **Can the Internet Strengthen Democracy?** Cambridge: Polity Press, 2017.

EPSTEIN, Dmitry; KATZENBACH, Christian; MUSIANI, Francesca. Editorial – Doing internet governance: how science and technology studies inform the study of internet governance. **Internet Policy Review – Journal on Internet Regulation**, 5(3), 2016. DOI: 10.14763/2016.3.435. 14 Pages. Acesso em: 10 out. 2019.

FREITAS, Christiana Soares; ARANHA, Marcio Iorio. Commons como Motor de Inovação nas Sociedades Contemporâneas. **Communication Policy Research Latin America**, v. 11, 455p, 2017. ISSN 2177-3858 (Printed version). Acesso em: 14 nov. 2018.

FREITAS, Christiana Soares; EWERTON, Isabela. Networks for Cyberactivism and their Implications for Policymaking in Brazil. In: ALCAIDE-MUÑOZ, Laura; ALCARAZ-QUILES, José (Eds.). **Optimizing E-Participation Initiatives through Social Media**. Pennsylvania: IGI Global Disseminator of Knowledge, 2018.

FREITAS, Christiana Soares; FIUZA, Fernanda; QUEIROZ, Fernanda. Os Desafios ao Desenvolvimento de um Ambiente para Participação Política Digital: o Caso de uma Comunidade Virtual Legislativa do Projeto e-Democracia no Brasil. **Organizações & Sociedade (Online)**, v. 22, p. 639-657, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-92302015000400639&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 17 out. 2019.

HOWLETT, Michael; RAMESH, Matt; PERL, Anthony. **Política Pública**: seus ciclos e subsistemas. São Paulo: Elsevier Editora, 2013.

LINDBLOM, Charles. **The policy making process**. New Jersey: Prentice-Hall Foundations of Modern Political Science Series, 1980.

um Ambiente para Participação Política Digital: o Caso de uma Comunidade Virtual Legislativa do Projeto e-Democracia no Brasil. **Organizações & Sociedade (Online)**, v. 22, p. 639-657, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-92302015000400639&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 17 out. 2019.

HOWLETT, Michael; RAMESH, Matt; PERL, Anthony. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas**. São Paulo: Elsevier Editora, 2013.

LINDBLOM, Charles. **The policy making process**. New Jersey: Prentice-Hall Foundations of Modern Political Science Series, 1980.

MUSIANI, Francesca. **Nais sans géants: architecture décentralisée et services Internet**, 2 ed. Paris: Presses des Mines, 2015.

POGREBINSCHI, Thamy. The Means and Ends of Participation: Democratic Innovations in Latin America. **Conferência ECPR**, Praga, 7 a 10 de setembro de 2016.

POGREBINSCHI, Thamy. **LATINNO Dataset**. Berlin: WZB, 2017.

SILVEIRA, Sergio Amadeu. **Tudo sobre tod@s. Redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais**. São Paulo: ePub, 2017.

SUREL, Pierre; MULLER, Yves. **A Análise das Políticas Públicas**. Pelotas: Editora da Universidade Católica de Pelotas, 2002.

VIANA, Ana Luíza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 30, n. 2, p. 5-43, 1996.

Christina Soares de Freitas é pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD), sendo professora associada no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Instituição. Pós-doutora em Políticas Públicas e Democracia Digital pelo GovLab, New York University (NYU). Líder do Grupo de Pesquisa em Estado, Regulação, Internet e Sociedade (GERIS). Pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD).

Edição v. 39
número 2 / 2020

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 39 (2)
ago/2020-nov/2020

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

Experiência algorítmica: ação e prática de dado na plataforma *Instagram*

Algorithmic experience: action and data practice on Instagram platform

ANDRÉ LEMOS

Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Salvador, Bahia, Brasil.
E-mail: almlemos@gmail.com. ORCID: 0000-0001-9291-6494.

LEONARDO PASTOR

Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Salvador, Bahia, Brasil.
E-mail: leopbr@gmail.com. ORCID: 0000-0002-6250-4285.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LEMOS, André; PASTOR, Leonardo. Experiência algorítmica: ação e prática de dado na plataforma Instagram. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 2, p. 132-146, ago./nov. 2020.

Submissão em: 22/01/2020. Revisor A: 30/04/2020; Revisor B: 03/06/2020. Aceite em: 03/06/2020

DOI – <http://doi.org/10.22409/contracampo.v39i2.40472>

Resumo

O objetivo deste artigo é investigar a relação entre a prática de dado e as ações algorítmicas em plataformas digitais. Para isso, fazemos uma análise descritiva dos documentos do Instagram que são dirigidos aos seus usuários, identificando o que sugere ação e consequência prática das materialidades digitais em termos de produção, compartilhamento e coleta. Através deles, observamos a centralidade da experiência nesse tipo de construção informacional, desenvolvida na relação com processos de dataficação – a qual chamamos de experiência algorítmica. A partir de uma perspectiva pragmatista e neomaterialista, sugerimos segui-la buscando perceber as diferenças práticas produzidas no uso de plataformas digitais e identificando interações relevantes em práticas situadas.

Palavras-chave

Experiência; Algoritmos; Instagram.

Abstract

The aim of this paper is to investigate the relationship between data practice and algorithmic actions on digital platforms. For this purpose, we do a descriptive analysis of Instagram documents that are addressed to its users, identifying what suggests action and practical consequence of digital materialities in terms of production, sharing and collection. Through them we identify the centrality of experience in this kind of informational construct developed in relation to datafication processes – which we call algorithmic experience. From a pragmatist and neomaterialist perspective, we suggest following this experience to understand the practical differences produced in the use of digital platforms and identifying relevant interactions in situated practices.

Keywords

Experience; Algorithms; Instagram.

Introdução: *Welcome to Instagram!*

*What really exists is not things made
but things in the making*

(JAMES, 1987, p. 751).¹

Em pesquisas realizadas anteriormente, buscamos compreender aspectos da sociabilidade envolvendo a prática de fotografia na plataforma Instagram (LEMOS e PASTOR, 2018a) e descrever, a partir de uma perspectiva não antropocêntrica, experiências fotográficas envolvendo ações algorítmicas em ambientes comunicacionais (LEMOS e PASTOR, 2018b).² Tomando como ponto de partida as discussões já desenvolvidas sobre a prática conversacional de dados – experiências fotográficas, em ambientes digitais, que se configuram enquanto produção constante de dados –, propomos aqui seguir a experiência construída na relação com diferentes ações algorítmicas em meio a uma produção dinâmica de dados no Instagram. Para tanto, nesse momento, tomamos como corpus empírico os documentos disponibilizados pela plataforma para seus usuários: Política de dados do Instagram; Termos de Uso; Diretrizes da Comunidade e Sobre cookies.

O trabalho aqui desenvolvido dialoga com perspectivas comumente chamadas de neomaterialistas (ALLDRED e FOX, 2017; LEMOS, 2020a) que, ao reivindicarem uma virada material, rejeitam uma bifurcação entre natureza e cultura, preocupam-se com os efeitos materiais e ampliam a capacidade de agência também para entidades não humanas. Nossa postura de investigação sustenta que pesquisas sobre os meios digitais devem buscar compreender a experiência enquanto processo (JAMES, 1912, 2000a). Uma experiência algorítmica é sempre constituída por entrelaçamentos materiais e discursivos (BARAD, 2007). Tomando como ponto de partida esse conjunto de pesquisas neomaterialistas, e relacionando-as aos estudos de plataformas digitais (D'ANDRÉA, 2018; GILLESPIE, 2010; DIJCK e POELL, 2016; WAAL, 2018), propomos uma postura pragmática que se baseia nas experiências em curso.

Apresentamos e testamos uma maneira de seguir a experiência compartilhada entre usuários e algoritmos no decorrer da produção cotidiana fotográfica, tomando como guia a ação de produção de dados digitais indicada nos documentos do Instagram. Identificamos³ nestes textos os detalhes referentes àquilo que sugere ação e consequência prática das materialidades dos dados em termos de produção, coleta e compartilhamento. Com isso, podemos perceber as relações de usos e as práticas projetadas por meio dessas construções algorítmicas.

Como sugerem Bucher (2018) e Introna (2016), não buscamos identificar uma “essência do algoritmo”, mas investigá-lo a partir de eventos localizados, ou seja, das “diferentes formas nas quais os algoritmos tornam-se relevantes [*come to matter*] em situações específicas”⁴ (BUCHER, 2018, p. 63, tradução nossa).⁵ A análise dos documentos, funcionando como uma etapa inicial desse processo, ajudamos a compreender certas especificidades das conformações algorítmicas baseadas na experiência. Esta análise é uma forma de perscrutar as ações dos algoritmos, pois os documentos são as cartas de intenções que balizam as suas performances concretas. Como explica Bucher (2018, p. 60), “já que nós não podemos

1 Tradução nossa: “O que realmente existe não são coisas feitas, mas coisas em processo de serem feitas”.

2 Outros trabalhos realizados no Laboratório de Pesquisa em Mídia Digital, Redes e Espaço (Lab404) apontam para essa mesma perspectiva de investigação. Ver: <http://www.lab404.ufba.br/>.

3 Toda a análise foi realizada tendo o suporte do *software* de análise qualitativa Atlas.ti. Tomamos como base os documentos em sua versão original, em inglês; no entanto, para as traduções aqui transcritas, utilizamos as versões em português do Brasil.

4 No original: “(...) *the different ways in which algorithms come to matter in specific situations*”.

5 No decorrer de todo o artigo, as citações diretas em língua estrangeira possuem tradução realizada pelos autores, com os trechos originais inseridos em notas de rodapé.

questionar o algoritmo da mesma forma através da qual questionamos humanos sobre suas crenças e valores, nós podemos na verdade tentar encontrar outras maneiras de fazê-lo «falar».⁶

Em meio a uma prática fotográfica de produção constante de dados digitais, esta é uma das maneiras que encontramos para “fazer falar” os algoritmos que auxiliam a conformar essa prática. Buscamos, portanto, seguir essa experiência algorítmica. Para tanto, nossa atenção se volta para os documentos produzidos pela plataforma. Isso faz parte de uma etapa de pesquisas mais amplas que devem levar em consideração outras materialidades e descrições (interface, legendas, *hashtags* entrevistas). Os documentos analisados aqui indicam como a plataforma constrói um conjunto de parâmetros que, ao mesmo tempo, baseia-se na experiência do usuário e busca guiar as práticas fotográficas cotidianas para que elas se tornem algorítmicamente rastreáveis. Chamamos essa interação com performatividades maquínicas, atuando na plataforma modelada por algoritmos, de *experiência algorítmica*. Ela indica momentos e práticas relevantes na construção do uso do Instagram.⁷

O que entendemos quando estamos falando de experiência?

O conceito de experiência é utilizado aqui para enfatizar as maneiras sempre processuais e situadas nas quais as práticas se desenvolvem. Trata-se de uma das dimensões da abordagem neomaterialista (ALLDRED e FOX, 2017), afirmando a necessidade de analisar a experiência local, material, não antropocêntrica e pragmática (LEMOS, 2020a). Para entendermos a experiência algorítmica no Instagram (ou em qualquer tipo de plataforma digital), devemos investigar as maneiras através das quais a materialidade da plataforma (cujo motor é a performatividade algorítmica) se revela.

Quando falamos de experiência, não estamos nos referindo a uma única forma de experiência definida por percepções ou consciências humanas, mas como o que se apresenta “em todas as formas de interações possíveis”⁸ (DEBAISE, 2007, p. X). Também não nos referimos a experiência como a maneira através da qual os algoritmos determinam experiências humanas. Por estarmos analisando uma experiência comunicacional, entender a construção do humano nesse processo é fundamental, pois o “modo COM” o coloca como uma passagem obrigatória (LEMOS 2020b).⁹ Investigar a performatividade algorítmica é necessário para entender a composição do humano nesse processo. Como aponta Latour (2018, p. 85), sobre a política: “obviamente não há política sem humanos, e em benefício. Isso nunca esteve em questão. A questão sempre foi sobre a forma de composição desse humano”.¹⁰ Entendemos, portanto, a experiência como aquilo que é construído de maneira partilhada em um ambiente de humanos e não humanos *como um processo* (JAMES, 2000b).

Abordar assim a experiência algorítmica nos ajuda a revelar diferentes materialidades sem cairmos em uma perspectiva antropocêntrica que inibiria a visibilidade de outras agências. A performatividade algorítmica (LEMOS, 2016; LEMOS; BITENCOURT, 2017) em plataformas digitais provoca consequências práticas que irão guiar, no nosso exemplo, a prática cotidiana de fotografia. A ideia de experiência

6 No original: “While we cannot ask the algorithm in the same way we may ask humans about their beliefs and values, we may indeed attempt to find other ways of making it ‘speak’”.

7 Essa tese pode ser testada na análise de qualquer outra plataforma digital.

8 No original: “L’expérience se dit à présent de toutes les formes d’interaction possibles”.

9 O que Lemos (2020b) propõe como “modo COM” é um modo de existência que caracteriza os modernos e que tem como ponto de passagem obrigatória o humano. A comunicação se dá em um processo de “mediação radical” (entre humanos e não humanos), que pressupõe o uso de artefatos, a circulação da palavra e a construção intersubjetiva. O modo COM convoca, então, modos de existência específicos que Latour (2012) chama de Técnica (TEC), Política (POL) e Metamorfose (MET). A análise da experiência algorítmica do Instagram como um processo comunicacional significa colocá-la sob a égide do modo COM, não excluindo o humano do processo.

10 ⁹ No original: “Obviously there is no politics other than that of humans, and for the benefit! This has never been in question. The question has Always been about the form and the composition of this human”.

aqui sustentada implica reconfigurar o olhar para perceber as articulações no mundo (LATOIR, 2012) – incluindo, além dos humanos, a infraestrutura das plataformas, os algoritmos, as imagens, os bancos de dados, os documentos, as patentes, os procedimentos, códigos e diversas materialidades em suas consequências práticas. São justamente essas articulações que formam a experiência. Como afirma Savransky (2016, p. 16), a experiência deve “incluir não apenas fatos isolados ou coisas, mas também relações experienciadas entre elas; não apenas experiências humanas e subjetivas, mas também experiências outras-que-humanas”.¹¹ Ela é, assim, o que emerge de uma gênese conectiva, pautada pelas relações, por um empirismo radical. Como explica James:

Para ser radical, um empirismo não deve admitir em suas construções nenhum elemento que não seja diretamente experienciado, ou excluir deles qualquer elemento que seja diretamente experienciado. Para essa filosofia, as relações que conectam experiências devem ser elas mesmas relações experienciadas, e qualquer tipo de relação experienciada deve ser contabilizada como “real” assim como qualquer outra coisa no sistema (JAMES, 1912, p. 28, destaque no original, tradução nossa).¹²

A experiência algorítmica não é unicamente construída pelo usuário, mas na relação com um conjunto de performatividades algorítmicas e outras materialidades que, ao mesmo tempo, auxiliam a moldar e aprendem com a prática fotográfica desenvolvida. Dessa forma, elas mostram-se relevantes na construção da própria prática. Como apontamos acima, tratar assim a experiência algorítmica significa vinculá-la a um sentido pragmatista, abandonando a busca pelo que seria a “essência” da agência algorítmica. Nesse sentido, mantemos uma “experimentação permanente” (SAVRANSKY, 2019), evitando preposições essencialistas (o que é o algoritmo?) ou determinantes (qual o impacto do algoritmo?) para pensar em termos de multiplicidade e diferença¹³. Assim, buscamos não exatamente o que é o algoritmo, ou saber quais seus códigos e instruções exatas, mas perceber as diferenças produzidas na prática, tomando os documentos oficiais da plataforma como ponto de partida.

Parafraseando¹⁴ William James, poderíamos dizer que o que existe não é o algoritmo, mas o algoritmo *in the making*. Não há um algoritmo estabilizado que controla os modos de acesso e uso da plataforma *Instagram*, mas sim algoritmos que produzem e se ativam na prática.¹⁵ Buscamos uma forma de olhar para os fenômenos comunicacionais que seja atenta às conexões, operando não por princípios fechados, mas pela constituição de mundo nas experiências. Essa é a opção que tomamos para entender as práticas comunicacionais no Instagram: rastrear as conexões que se formam na experiência de uso do Instagram, investigando não o que é o algoritmo, mas a qualidade do que chamamos de experiência algorítmica.

Resolvemos seguir essa experiência a partir da análise de documentos da plataforma, percebendo as ações projetadas, as práticas de dado (dataficação) (MAYER-SCHÖNBERGER e CUKIER,

11 No original: “(...) to include not just isolated facts or things but also the experienced relations between them; not only human or subjective experiences, but also other-than-human experiences (...)”.

12 No original: “To be radical, an empiricism must neither admit into its constructions any elements that is not directly experienced, nor exclude from them any element that is directly experienced. For such a philosophy, the relations that connect experiences must themselves be experienced relations, and any kind of relation experienced must be accounted as ‘real’ as anything else in the system.”

13 De forma semelhante, Annemarie Mol (2002) fala de um corpo múltiplo a partir da investigação de uma doença como parte daquilo que se produz na prática, evitando perspectivas essencialistas do corpo.

14 No original: “What really exists is not things made but things in the making” (JAMES, 1987, p. 751).

15 Segundo David Lapoujade (2007, p. 11), na filosofia de James “o termo ‘prática’ não se refere necessariamente ao domínio da ação, em oposição ao campo da reflexão teórica; ele designa antes de tudo um ponto de vista: ‘prática’ significa que consideramos a realidade, o pensamento, o conhecimento (e também a ação) no momento em que eles se produzem”. No original: “(...) le terme « pratique » ne renvoie pas nécessairement au domaine de l’action, par opposition au champ de la réflexion théorique ; il désigne avant tout un point de vue : « pratique » signifie que l’on considère la réalité, la pensée, la connaissance (et aussi l’action) en tant qu’elles se font”.

2013) organizadas pelo sistema e as formas como cada tipo de ação se torna relevante para manter uma experiência de produção e interação com base em imagens. Aqui nos referimos à dataficação como um processo de captura de rastros de qualquer forma de ação (intencional ou não), transformado em dados digitais quantificáveis, qualificados e operacionalizáveis por tecnologias e processos (plataformas digitais, *machine learning, Big Data*). Um livro em papel transformado em livro digital refere-se ao processo de digitalização. As marcas dos leitores, os dados sobre tempo de leitura, sobre em que capítulo as leituras são abandonadas, as palavras mais usadas em determinados contexto etc. são processos de dataficação.

Para a análise descritiva aqui desenvolvida, selecionamos todos os documentos¹⁶ disponibilizados pelo Instagram dirigidos aos seus usuários que demonstram aspectos dos processos de dataficação: *Data policy, Terms of Use, Community Guidelines* e *About cookies*. Utilizamos nessa investigação, portanto, os documentos – percebidos como cartas de ação – que se relacionam com as práticas desenvolvidas pelos usuários. Certamente, isso nos revela apenas uma parte da experiência no Instagram, mas pode ajudar a produzir (com outras pesquisas nessa direção) uma maior compreensão do funcionamento de certos aspectos dessa e de outras plataformas.¹⁷

We must process information about you

Para começar a mapear as formas através das quais a experiência algorítmica é produzida e opera em meio a um sistema digital de compartilhamento e interações envolvendo imagens e textos, como é o caso do Instagram, optamos por tomar como base para análise o documento Política de dados do Instagram, apresentado na central de ajuda da plataforma (POLÍTICA, 2018a). Ele descreve a política de coleta, processamento e gerenciamento de dados envolvendo todo o conjunto de plataformas da empresa Facebook – exatamente porque todas operam conjuntamente na inteligência desses dados. É importante analisar o Instagram não apenas como uma rede social digital, mas como uma *plataforma* dentro de uma megaplataforma que agrega diferentes serviços, em uma economia desenvolvida e guiada por dados e através da organização algorítmica da experiência (BITENCOURT, 2019; D’ANDRÉA, 2018; VAN DIJCK et al., 2018; GILLESPIE, 2010, 2015; LEMOS, 2020a, 2020b; MONTARDO, 2019; DIJCK e POELL, 2016; WAAL, 2016).

Nessa etapa inicial, a investigação sobre quais dados e procedimentos a plataforma diz realizar tendo como base a própria experiência do usuário ajuda a compreender alguns dos aspectos das ações algorítmicas envolvidas no uso cotidiano do Instagram. O documento alerta que: “precisamos processar informações sobre você”, explicitando a ampla coleta e processamento de dados. Indica, também, que as informações são produzidas, necessariamente, a partir do uso, ou seja, da experiência que envolve pessoas, imagens e algoritmos, o documento do Facebook (POLÍTICA, 2018) explicita que “os tipos de informações que coletamos dependem de como você usa nossos Produtos”.

Imagem 1 – Gerada a partir de trechos extraídos do documento Data Policy, que indica dados coletados nas plataformas do Facebook

communications; share; content; message; communicate; metadata; location; date; what you see; camera; people; Pages; accounts; hashtags; groups; **how you interact**; people; groups; contact; information; address book; call log; SMS log; how you use; types of content; features; **actions**; people; accounts; time; **frequency**; duration; posts; videos; **content you view**; **how you use**; camera; financial transactions; purchase in a game; donation; payment information; credit or debit card; number; account and authentication information; billing, shipping and contact details; **share or comment**; send a message; contact information; computers; phones; TVs; web-connected devices; phone; laptop; tablet; operating system; hardware and software versions; battery level; signal strength; available storage space; browser type; app and file names and types; plugins; **operations and behaviors performed on the device**; **mouse movements**; device IDs; unique identifiers; games, apps or accounts **you use**; Family Device IDs; Bluetooth signals; nearby Wi-Fi access points; beacons; cell towers; GPS location; camera; photos; language; time zone; mobile phone number; IP address; connection speed; information about other devices that are nearby or on your network; data from cookies stored on your device; cookie IDs and settings; device; websites you visit; **purchases you make**; **ads you see**; purchase you made; **games you play**; **online and offline actions** and purchases; people; places; things; phone number; location-related information; current location; where you live; **places you like to go**; precise device location; IP addresses; face recognition; interests; **actions**; connections; **websites you visit**; ads you see; **actions**; Instagram username; **information you share**; **content you share**; comment; active status; whether you are active on our; Products; post or share; **activities** in the game; name; Instagram username and bio; profile photo; email address; Pages, videos and other content; general demographic and interest information; shipping; contact details; information about you across the Facebook Companies; search; reliability of your account; financial transaction data; content, **communications**; create or share content; content and communications; **how you use features**

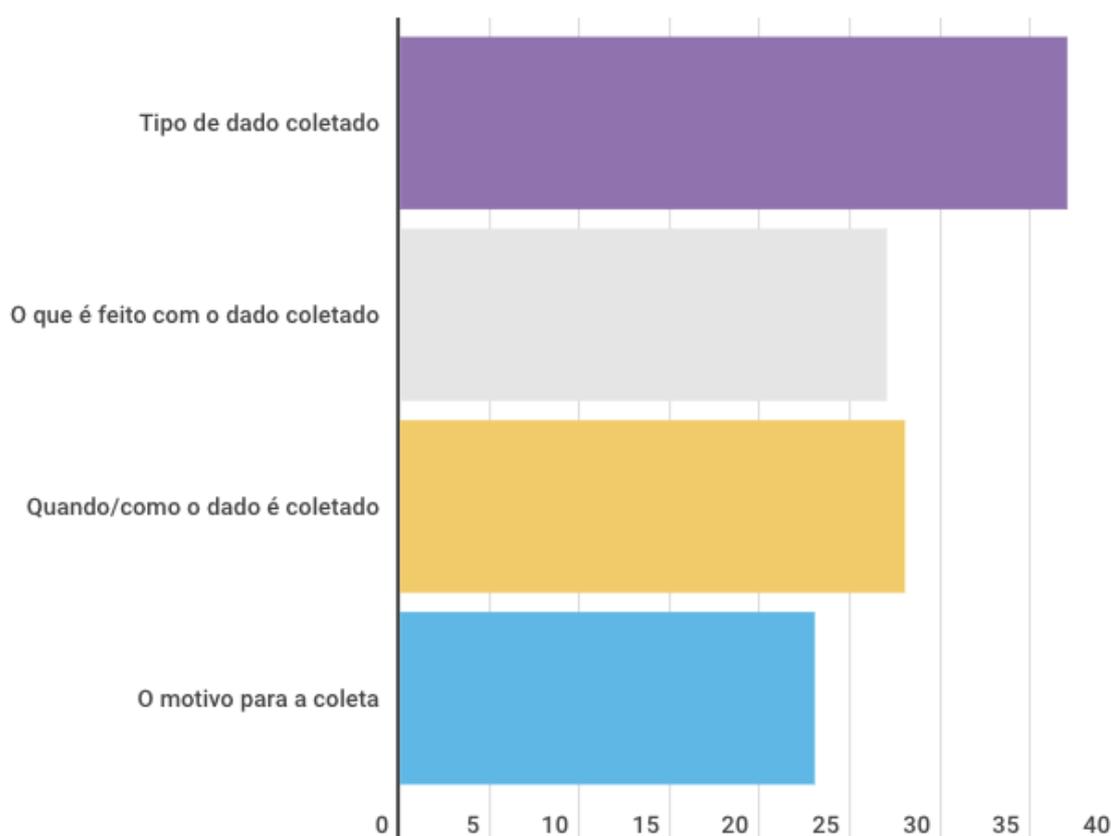
Fonte: Produzido pelos autores

O documento Política de dados do Instagram esclarece que qualquer tipo de informação produzida pelo usuário, de maneira direta ou indireta, é passível de coleta e processamento pela plataforma. Na imagem 1, apresentamos uma relação de todos os dados que, no decorrer do documento, o Facebook diz coletar em qualquer um de seus serviços, incluindo o Instagram. Como se tratam de plataformas que funcionam de maneira agregada, qualquer informação processada em uma delas pode transformar a experiência de uso em outra – como, por exemplo, fotos visualizadas no Instagram gerando publicidade específica no *feed* do Facebook. Em geral, coletam-se dados diversos, desde a frequência de uso, os conteúdos compartilhados, os movimentos do mouse, as mensagens escritas, o endereço de IP, a localização, os dispositivos conectados, o nível de bateria ou o sistema operacional. Tudo que é operado diretamente pelo usuário é também produzido ou revelado automaticamente pela rede ou dispositivo. Na imagem 1, chamamos atenção, em negrito, para os dados coletados pautados pela ação, ou seja, tudo aquilo que *você faz* dentro e fora¹⁸ das plataformas da empresa, estando algorítmicamente atrelado a elas: *actions, how you use, content you share, websites you visit* etc.

Para esta primeira análise, foram identificadas as seguintes ações em relação ao dado coletado: a) seu tipo; b) o que é feito com ele; c) quando/como é coletado; d) o motivo para a coleta. Essas variáveis, construídas a partir da leitura do próprio documento, nos auxiliam a perceber como a empresa apresenta aos usuários aquilo que é coletado com base nas suas ações; quando, de que forma e o que é produzido a partir dessas informações; além dos objetivos ou o retorno esperado para o usuário pela coleta e processamento de cada ação vinculada ao uso específico das plataformas.

Gráfico 1 – Variáveis analisadas na relação com o total de citações identificadas que tratam diretamente

sobre algum processo de dataficação¹⁹



Fonte: Produzido pelos autores

A ênfase do documento está no relato e na orientação sobre o tipo de dado que pode vir a ser coletado no uso de alguma plataforma da empresa. Os principais tópicos dividem-se em termos de extração, uso e compartilhamento de dados, a saber: “Quais tipos de informações coletamos?”, “Como usamos essas informações?” e “Como essas informações são compartilhadas?”. Tendo como parâmetro os parágrafos nos quais há alguma explicação sobre coleta ou processamento dos dados, identificamos uma prioridade de descrição do tipo de dado coletado, mas menos recorrências de informações sobre o destino, a forma e o objetivo dessa coleta (Gráfico 1).

No trecho abaixo, é possível perceber que há detalhes sobre o tipo de dado coletado, mas não sobre o uso que se faz dele – como o compartilhamento de conteúdo, a comunicação com outras pessoas, metadados, localização de arquivos etc. Há informações sobre o tipo de dado conjuntamente com uma finalidade específica – como a visualização na câmera e a sugestão de máscaras e filtros. Em outros momentos, a exemplo das informações sobre espaço geográfico – localização atual, moradia, lugares frequentados e pessoas ou empresas na proximidade –, a informação sobre o uso desses dados torna-se menos específica.

19 O parâmetro para a contagem baseia-se no total de parágrafos (48) do documento, nos quais há referência a algum processo de dataficação. Dentre essas citações, 37 apresentam o “tipo de dado coletado”, 27 “o que é feito com o dado”, 28 “quando/como o dado é coletado” e 23 “o motivo para coleta”. As variáveis podem coincidir em um mesmo parágrafo.

Coletamos o conteúdo, comunicações e outras informações que você fornece quando usa nossos Produtos, inclusive quando você se cadastra para criar uma conta, cria ou compartilha conteúdo, envia mensagens ou se comunica com outras pessoas. Isso pode incluir informações presentes ou sobre o conteúdo que você fornece (como metadados), como a localização de uma foto ou a data em que um arquivo foi criado. Isso pode incluir também o que você vê por meio dos recursos que fornecemos, como nossa câmera, de modo que possamos realizar ações como sugerir máscaras e filtros de que você pode gostar, ou dar dicas sobre o uso de formatos da câmera (POLÍTICA, 2018a, sem paginação).

Há, muitas vezes, ênfase na ação do usuário que irá servir de maneira positiva para alimentar e aprimorar o próprio sistema e, portanto, transformá-lo de forma a se adequar cada vez mais a esse mesmo usuário. Em termo amplos, é possível perceber como há uma dataficação de todas as ações produzidas nas plataformas, de maneira a torná-las dinâmicas e personalizadas para cada pessoa:

Usamos as informações que temos para oferecer nossos Produtos, inclusive para personalizar recursos e conteúdo (como seu Feed de Notícias, Feed do Instagram, Instagram Stories e anúncios) e fazer sugestões a você (como grupos ou eventos pelos quais você possa se interessar ou tópicos que você talvez queira seguir) dentro e fora de nossos Produtos. Para criar Produtos personalizados que sejam únicos e relevantes para você, usamos suas conexões, preferências, atividades e seus interesses com base nos dados que coletamos e dos quais tomamos conhecimento por seu intermédio e de outras pessoas (inclusive dados com proteções especiais que você opte por fornecer); como você usa e interage com nossos Produtos; e as pessoas, as coisas ou os lugares com os quais você esteja conectado e nos quais tenha interesse, dentro e fora dos nossos Produtos (POLÍTICA, 2018a, sem paginação).

Como demonstra o documento, há uma importância direcionada ao funcionamento das redes em termos de plataformas que cruzam informações, desenvolvem-se e personalizam-se a partir da relação de dados de diferentes dispositivos, produtos e ações. “Por exemplo, podemos sugerir que você participe de um grupo no Facebook que inclui pessoas que você segue no Instagram ou com as quais você se comunica usando o Messenger”, explica a empresa. Além disso, é apresentada a necessidade de coletar dados para manter a rede segura (“realizar e apoiar pesquisas e inovação sobre tópicos relacionados a bem-estar social geral, avanço tecnológico, interesse público, saúde e bem-estar”), ou para produzir análises detalhadas de comportamento para serem disponibilizadas a anunciantes e/ou parceiros comerciais, incluindo a possibilidade de “selecionar e personalizar anúncios, ofertas e outros conteúdos patrocinados que exibimos para você”. De forma semelhante, a política de uso de *cookies*, para permitir um rastreamento da navegação para além dos próprios serviços do Facebook, é justificada pela lógica de aprimorar a experiência no Instagram: “Usamos cookies, pixels, armazenamento local e tecnologias semelhantes para mostrar conteúdo relevante para você, melhorar sua experiência e ajudar a proteger o Instagram e nossos usuários” (SOBRE, 2019a).

Apesar dessa forte dataficação das ações dos usuários (personalização), a empresa diz não compartilhar com terceiros informações de identificação pessoal, limitando-se a um conjunto de dados gerados em formato de perfil. Mesmo assim, além dos próprios serviços geridos pelo Facebook, baseados e reorganizados sempre a partir de ações transformadas em dados, há um intenso compartilhamento de informações com parceiros comerciais. Para funcionar efetivamente, produzir informação e compartilhá-la, o Instagram, por exemplo, precisa que os dados sejam coletados constantemente (sejam metadados de uma foto, imagens visualizadas, interações com outras pessoas, ou um *story* temporário publicado). A dataficação é, portanto, pensada enquanto uma necessidade primordial da plataforma: “*We must process information about you*” (nós temos que processar informação sobre você).

People and things you love

Além de informar os tipos de dados que são extraídos e algumas formas de processá-los ou compartilhá-los dentro da prática de dado das plataformas, o Facebook tem dois documentos específicos para os usuários do Instagram: Termos de Uso e Diretrizes da Comunidade (TERMOS, 2018b; DIRETRIZES, 2019b). Nestes, a ênfase está nos comportamentos esperados, nas ações possíveis ou proibidas e no que é aceito pelo usuário ao utilizar a plataforma, incluindo a concordância com o que segue: “Fornecer nosso Serviço exige a coleta e o uso de suas informações”, detalhadas no documento de política de dados apresentado no tópico anterior. Ao concordar com os termos de uso, isto é, com a dataficação de suas ações na plataforma, a empresa se compromete com o que ela chama de “missão do Instagram”, a saber: “fortalecer seus relacionamentos com as pessoas e com as coisas que você adora” (TERMOS, 2018b). O discurso é de oferecimento de “oportunidades” de compartilhamento, de criação e de comunicação. Podemos ler:

As pessoas são diferentes. Queremos fortalecer seus relacionamentos por meio de experiências compartilhadas realmente importantes para você. Por isso, desenvolvemos sistemas que tentam entender com quem e com o que você e as outras pessoas se importam, e usamos essas informações para ajudá-lo a criar, encontrar, compartilhar e participar de experiências importantes para você. Parte do que fazemos é destacar conteúdo, recursos, ofertas e contas que possam ser de seu interesse e oferecer formas para você experimentar o Instagram, com base no que você e as outras pessoas fazem dentro e fora do Instagram (TERMOS, 2018b, sem paginação).

O acordo com o usuário é, conseqüentemente, vinculado às diferentes ações desenvolvidas por cada pessoa (comunicações, imagens ou textos) no aglomerado de informação já produzidas automaticamente pelos dispositivos com o funcionamento de inteligência de dados que irá pautar a experiência. A ideia de “oferecer formas para você experimentar o Instagram com base no que você e as outras pessoas fazem dentro e fora do Instagram” cria essa experiência algorítmica de ver, compartilhar e comentar fotografias. Isso é ainda acoplado à visualização de “anúncios, ofertas e outros conteúdos patrocinados que acreditamos ser significativos para você”. A experiência algorítmica é produzida com a utilização de “tecnologias como inteligência artificial e aprendizado de máquina”, permitindo “ampliar processos complexos em nosso Serviço”.

Para manter um bom funcionamento do serviço baseado nessa dataficação, o Instagram necessita não apenas incentivar uma imersão na plataforma, como também planejar e guiar diferentes ações, construindo a experiência. Ela é pensada, projetada e interpretada pela ação conjunta dos usuários e da plataforma em um ambiente digital de extração e performance algorítmica dos dados. Por isso, a plataforma sugere o compartilhamento somente de “fotos e vídeos feitos por você ou que você tem o direito de compartilhar” (DIRETRIZES, 2019b), modelando-se à experiência com a produção de conteúdo novo, pessoal, autoral.

Todo conteúdo produzido nessa experiência, apesar de se manter inicialmente como propriedade daquele que o publica, ao ser incorporado à plataforma torna-se licenciado para extração, modificação e distribuição. Mantém-se, portanto, a lógica de ampla coleta e processamento de tudo realizado no ambiente da empresa, como visto na política de dados.

Nada muda com relação aos seus direitos sobre seu conteúdo. Não reivindicamos a propriedade do conteúdo que você publica no Serviço ou por meio dele. Em vez disso, quando compartilha, publica ou carrega conteúdo protegido por direitos de propriedade intelectual (como fotos ou vídeos) em nosso Serviço ou em conexão com ele, você nos concede uma licença não exclusiva, gratuita, transferível, sublicenciável e válida mundialmente para hospedar, usar, distribuir, modificar, veicular, copiar, exibir ou executar publicamente, traduzir e criar trabalhos derivados de seu conteúdo (de

modo consistente com suas configurações de privacidade e do aplicativo) (TERMOS, 2018b).

Assim como na produção de conteúdo imagético, espera-se que o usuário “promova interações sinceras e significativas”. Elas são importantes justamente para manter uma inteligência de dados mais eficiente, evitando coletar “curtidas, seguidores ou compartilhamentos artificialmente”. Por isso, inclusive, a ênfase na necessidade de autenticidade para criar um ambiente capaz de funcionar como um local propício para o desenvolvimento de experiências passíveis de serem dataficadas: “Nós queremos que o Instagram continue sendo um lugar autêntico e seguro para inspiração e expressão”, escreve a empresa no documento Diretrizes da Comunidade. As regras em relação ao que pode ou não ser realizado, incluindo, por exemplo, o compartilhamento daquilo que a plataforma considera como nudez²⁰, sugerem de que modos a empresa projeta a ação para conseguir sustentar uma coleta de dados produzida algorítmicamente.

Considerações finais

A experiência algorítmica induzida nos documentos e concretizada materialmente na plataforma é fruto da lógica procedimental (DOURISH, 2016; GILLESPIE, 2014), englobando um conjunto diverso de instruções algorítmicas que irão processar, analisar e aprender a partir da própria experiência de uso do Instagram. Ela é um conjunto de regras para coleta de dados que preveem ações, aprendem a distingui-las, classificá-las, e são constantemente reestruturadas a partir das experiências desenvolvidas na plataforma. A maneira como a política de dados é apresentada e a indução das ações projetadas pela plataforma atestam a criação do que chamamos de experiência algorítmica, no caso específico de uma prática de dados no Instagram. Podemos ver nessa experiência aquilo que Dourish (2017, p. 11) chama de “arranjos materiais da informação”²¹, materialidades específicas do digital que agenciam ações, comportamentos, extração de dado, em suma, a dataficação da experiência nas plataformas digitais.

Como anunciam repetidamente os documentos analisados, a forma como *você usa* o Instagram, informações que *você compartilha*, imagens que *você produz*; enfim, todas *suas ações* compõem essa experiência. Como aponta Bitencourt (2019, p. 288), em estudo sobre *wearables*, “nesses ecossistemas algorítmicos, os serviços são tanto construídos em função dos padrões de comportamento quanto aplicados na qualidade de ferramentas de aprendizagem sobre os modos de consumir”. Formam-se experiências amplas agenciadas pela produção, compartilhamento e interação através de imagens, desenvolvidas conjuntamente com uma performatividade procedimental e algorítmica projetada a partir da própria prática de dados. Esse é o caso do Instagram, mas certamente podemos expandir para outras plataformas digitais.

Os documentos balizam as ações nas plataformas e apontam alguns mecanismos de indução da empresa na ação dos usuários. A experiência algorítmica é, assim, um constructo híbrido no qual os documentos atentam funções e indicam formas de comportamento adequadas à sensibilidade performativa (BITENCOURT, 2019; LEMOS, 2016; BITENCOURT, 2017) do aplicativo. Conseqüentemente, na posição neomaterialista e pragmática aqui adotada, os algoritmos não se mostram apenas como um conjunto de instruções lógicas organizado para resolver algum problema. Para entender a sua relevância

20 No documento Diretrizes da Comunidade, a empresa escreve o seguinte sobre o compartilhamento de nudez no Instagram: “Sabemos que há casos em que as pessoas talvez desejem publicar imagens de nudez de natureza artística ou criativa. No entanto, por vários motivos, não permitimos nudez no Instagram. Isso inclui fotos, vídeos e alguns conteúdos criados digitalmente que mostram relações sexuais, genitais e close-ups de nádegas totalmente expostas, além de algumas fotos de mamilos femininos. No entanto, fotos de cicatrizes causadas por mastectomia e de mulheres amamentando são permitidas. Nudez em imagens de pinturas e esculturas também é permitida” (DIRETRIZES, 2019b).

21 No original: “*material arrangements of information*”.

pública (GILLESPIE, 2014) e as suas experiências, devemos buscar apreender os seus efeitos e reconhecê-los como parte importante na constituição da experiência nessa plataforma, como sugerem Introna, (2016) e Bucher (2018).

Apresentamos os resultados de nossa observação dos documentos direcionados aos usuários do Instagram para revelar a sua experiência algorítmica como uma lógica de dataficação própria da performatividade maquínica dessa plataforma. Como vimos, há projeção da ação e planejam-se comportamentos para viabilizar uma coleta de dados. Toda a lógica de plataforma funciona na construção informacional de interações e imagens, reorganizando e buscando novas projeções de ação a partir daquilo que é cotidianamente experienciado pelos usuários. A experiência algorítmica é exatamente isso: eventos nos quais a prática fotográfica se desenvolve a partir da construção informacional.

Dessa forma, nossa proposta para seguir as experiências algorítmicas implica investigar as suas *consequências práticas* e identificar de qual maneira e com qual intensidade *essa experiência* torna-se relevante em uma situação específica.²² Não há, certamente, um procedimento metodológico único para análises que envolvem plataformas e algoritmos. Situações e práticas específicas demandam arranjos metodológicos particulares. Escolhemos uma porta de entrada (os documentos como cartas de ação) para apontar as características da experiência criada na plataforma. Localizar a questão em termos de experiência algorítmica, perguntando-nos a cada momento quais diferenças práticas são produzidas no uso das plataformas, nos parece um caminho incontornável para compreender as plataformas digitais hoje.

A análise empírica dos documentos disponibilizados pelo Instagram foi uma maneira concreta de, digamos, entrar na rede e de começar a seguir essa experiência. Ela é o que Barad (2007) considera um fenômeno, com consequências práticas produzidas por um entrelaçamento de agenciamentos reais (documentos, usuários, estratégias empresariais, códigos e dados). Se não podemos saber exatamente como se configuram os códigos desses algoritmos, ou as estratégias secretas dessas empresas, podemos sondar seus documentos pragmaticamente para entender a experiência algorítmica proposta e em andamento no dispositivo em questão.

As possibilidades de generalização dos achados dessa pesquisa encontram-se exatamente na constatação de que se deve levar em conta os agenciamentos materiais na compreensão dos fenômenos atuais da cultura digital em meio a uma sociedade de plataformas (DIJCK e POELL; WAAL, 2018) e buscar maneiras de seguir a experiência a partir dos efeitos pragmáticos da performatividade algorítmica. No entanto, mostra-se importante também destacar os limites desta pesquisa específica: apesar de elucidarmos certas particularidades da experiência algorítmica no Instagram, observamos documentos que refletem escolhas da empresa sobre os modos de, textualmente, exemplificar alguns de seus processos de dataficação. Dessa forma, nos limitamos neste momento àquilo tornado visível pela plataforma por meio de textos dirigidos a seus usuários. Portanto, a análise documental é apenas uma parte da tarefa. Novas pesquisas devem ser feitas para continuar a seguir a experiência algorítmica investigando as interfaces, as impressões e estratégias dos usuários, as lógicas empresariais, o ambiente jurídico e político, entre outros aspectos.

Referências

ALLDRED, Pam; FOX, Nick J. **Sociology and the New Materialism: Theory, Research, Action**. London: SAGE Publications, 2017.

22 Aqui nos inspiramos em Savransky, a partir de sua discussão sobre relevância nas ciências sociais, na qual ele refuta critérios gerais de validação, assim como critica uma visão de relevância que estaria associada apenas à forma como a ciência divulga seus achados; relevância, portanto, não estaria confinada à mente, mas sim ao mundo. Nesse sentido, propõe um modo diferente de investigação, pautado pela experiência. No original: "*how, in what degree and in what manner, things come to matter within specific situations*" (SAVRANSKY, 2016, p. 35).

BARAD, Karen. **Meeting the universe halfway**: quantum physics and the entanglement of matter and meaning. Durham/London: Duke University Press, 2007.

BITENCOURT, Elias. **Smartbodies**. Corpo, tecnologias vestíveis e performatividade algorítmica: um estudo exploratório dos modos heurísticos de corporar na plataforma Fitbit. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, 2019.

BUCHER, Taina. Want to be on the top ? Algorithmic power and the threat of invisibility on Facebook. **New media & society**, v. 14, n. 7, p. 1164-1180, 2012.

BUCHER, Taina. **If... then**: Algorithmic power and politics. New York: Oxford University Press, 2018.

D'ANDRÉA, Carlos F. de B. Cartografando controvérsias com as plataformas digitais: apontamentos teórico-metodológicos. **Galáxia**, n. 38, p. 28-39, ago. 2018.

DEBAISE, Didier. Introduction. *In*: DEBAISE, Didier. (Ed.). **Vie et expérimentation**: Peirce, James, Dewey. Paris: Vrin, 2007. p. 7-15.

DIJCK, José Van; POELL, Thomas. Understanding the promises and premises of online health platforms. **Big Data & Society**, v. 3, n. 1, p. 1-11, jun. 2016.

DIRETRIZES da Comunidade. **Instagram**, sem data de publicação informada, 2019b. Disponível em: <https://help.instagram.com/477434105621119>. Acesso em: 12 ago. 2019.

DOURISH, Paul. Algorithms and their others: Algorithmic culture in context. **Big Data & Society**, v. 3, n. 2, p. 1-11, dez. 2016.

DOURISH, Paul. **The stuff of bits**: An essay on the materialities of information. Cambridge, MA: MIT Press, 2017.

GILLESPIE, Tarleton. The politics of 'platforms'. **New Media & Society**, v. 12, n. 3, p. 347-364, 2010.

GILLESPIE, Tarleton. The relevance of algorithms. *In*: GILLESPIE, Tarleton; BOCZKOWSKI, Pablo J.; FOOT, Kirsten A. (Eds.). **Media technologies**: Essays on communication, materiality, and society. Cambridge, MA: MIT Press, 2014.

GILLESPIE, Tarleton. Platforms Intervene. **Social Media + Society**, v. 1, n. 1, p. 1-2, abr. 2015.

INTRONA, Lucas. Algorithms, Governance, and Governmentality. **Science, Technology, & Human Values**, v. 41, n. 1, p. 17-49, jan. 2016.

JAMES, William. **Essays in Radical Empiricism**. New York/London: Longmans, Green, and Co, 1912.

JAMES, William. A pluralistic universe. *In*: JAMES, William. **William James Writings 1902-1910**. New York: The Library of America, 1987.

JAMES, William. Pragmatism (1907). *In*: JAMES, William (Ed.). **Pragmatism and Other Writings**. London: Penguin Books, 2000a.

JAMES, William. From The Meaning of Truth (1909). *In*: JAMES, William (Ed.). **Pragmatism and Other Writings**. London: Penguin Books, 2000b.

KITCHIN, Rob. Thinking critically about and researching algorithms. **Information Communication and Society**, v. 20, n. 1, p. 14-29, 2017.

LAPOUJADE, David. **William James Empirisme et pragmatisme**. Paris: Les Empêcheurs de penser en rond, 2007.

LATOUR, Bruno. **Enquête sur les modes d'existence**: une anthropologie des Modernes. Paris: Éditions La

Découverte, 2012.

LATOURE, Bruno. Biography of an inquiry: On a book about modes of existence. **Social Studies of Science**, v. 43, n. 2, p. 287-301, 2013.

LATOURE, Bruno. **Down to Earth: Politics in the New Climatic Regime**. Cambridge: Polity Press, 2018.

LEMOS, André. Sensibilités performatives. Les nouvelles sensibilités des objets dans les métropoles contemporaines. **Sociétés**, v. 132, n. 2, p. 75-87, 2016.

LEMOS, André. Epistemologia da comunicação, neomaterialismo e cultura digital. **Galáxia (Online)**, n. 43, p. 54-66, jan./abr. 2020a.

LEMOS, André. Comunicação, Mediação e Modo de Existência na Cibercultura. In: COUTINHO, Francisco; ALZAMORA, Geane; ZILLER, Joana (Orgs.). **Dossier Bruno Latour**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2020b. No prelo.

LEMOS, André. Plataformas, Dataficação e Performatividade Algorítmica (PDPA). Desafios atuais da cibercultura? Aprovado para o **Livro do GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente** (ainda sem título definido). São Paulo: Intercom, 2020c. No prelo.

LEMOS, André; BITENCOURT, Elias. I feel my wrist buzz. Smartbody and performative sensibility in Fitbit devices. **Galáxia (Online)**, v. 3, n. 36, p. 5-17, set./dez. 2017.

LEMOS, André; PASTOR, Leonardo. A Fotografia como Prática Conversacional de Dados: espacialização e sociabilidade digital no uso do Instagram em praças e parques na cidade de Salvador. **Comunicação Mídia e Consumo**, v. 15, n. 42, p. 10-33, 2018a.

LEMOS, André; PASTOR, Leonardo. Performatividade algorítmica e experiências fotográficas: uma perspectiva não-antropocêntrica sobre as práticas comunicacionais nos ambientes digitais. **Lumina**, v. 12, n. 3, p. 147-166, 2018b.

MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor; CUKIER, Kenneth. **Big data: A revolution that will transform how we live, work, and think**. New York: Eamon Dolan/Houghton Mifflin Harcourt, 2013.

MOL, Annemarie. **The body multiple: ontology in medical practice**. Durham & London: Duke University Press, 2002.

MONTARDO, Sandra Portella. Selfies no Instagram: implicações de uma plataforma na configuração de um objeto de pesquisa. **Galáxia (Online)**, v. 2, n. 41, p. 169-182, maio/ago. 2019.

POLÍTICA de dados do Instagram. **Instagram**, 19 abr. 2018a. Disponível em: <https://www.facebook.com/help/instagram/155833707900388>. Acesso em: 12 ago. 2019.

SAVRANSKY, Martin. **The adventure of relevance: an ethics of social inquiry**. London: Palgrave Macmillan, 2016.

SAVRANSKY, Martin. Pensar el pluriverso: elementos para una filosofía empírica. **Diferencias**, v. 5, n. 8, p. 62-71, 2019.

SOBRE cookies. **Instagram**, sem data de publicação informada, 2019a. Disponível em: <https://help.instagram.com/1896641480634370>. Acesso em: 12 ago. 2019.

TERMOS de Uso. **Instagram**, 19 abr. 2018b. Disponível em: <https://help.instagram.com/581066165581870>. Acesso em: 12 ago. 2019.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; WAAL, Martijn de. **The Platform Society**. New York: Oxford University Press, 2018.

André Lemos é professor titular da Facom/UFBA, pesquisador 1A do CNPq e diretor do Laboratório de Pesquisa em Mídia Digital, Redes e Espaço (Lab404), do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (Póscom/UFBA). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão do texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Leonardo Pastor é doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia, pesquisador do Laboratório de Pesquisa em Mídia Digital, Redes e Espaço (Lab404). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados e redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Edição v. 39
número 2 / 2020

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 39 (2)
ago/2020-nov/2020

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

Letramentos e mídias: sintonizando com corpo, tecnologia e afetos

Literacies and media: tuning in with body, technology and affects

FÁTIMA REGIS

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: fatimaregisoliveira@gmail.com. ORCID: 0000-0001-5126-2295.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

REGIS, Fátima. Letramentos e mídias: sintonizando com corpo, tecnologia e afetos. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 2, p. 147-163, ago./nov. 2020.

Submissão em: 31/01/2020. Revisor A: 12/04/2020; Revisor B: 15/04/2020. Aceite em: 17/04/2020

DOI – <http://doi.org/10.22409/contracampo.v39i2.40578>

Resumo

Estudos recentes (MURROCK et al., 2018; SANGALANG et al., 2019) demonstram que há primazia de afeto na interação com conteúdos de desinformação e discursos de ódio na mídia. Apesar disso, as pesquisas sobre letramento midiático privilegiam fatores conscientes, ignorando fatores materiais e afetivos. Este texto tem o objetivo de discutir como corpo, tecnologia e afetos atuam na interação com as mídias. Para isso está organizado em duas partes. A primeira problematiza abordagens sobre letramentos e mídias. A segunda traz pesquisas sobre mente corporificada e teoria do afeto para embasar como corpos, tecnologias e afetos participam da mediação distribuída (GRUSIN, 2010).

Palavras-chave

Letramentos; *New media literacies*; Mente corporificada; Tecnologias cognitivas; Teoria do afeto.

Abstract

Recent studies (MURROCK et al., 2018; SANGALANG et al., 2019) demonstrate that there is primacy of affection in engaging with content of disinformation and hate speech. Despite this, research on media literacy favors conscious factors in the interpretation of the world, ignoring material and affective factors. This text aims to discuss how the body, technology and affects act in the interaction with the media. For this, it is organized in two parts. The first problematizes approaches on literacies and media. The second brings research on embodied mind and theory of affection to support how bodies, technologies, and affections participate in distributed mediation (GRUSIN, 2010).

Keywords

Literacies; *New media literacies*; Embodied mind; Cognitive technologies; Affect theory.

Introdução

Desde seu *boom* em meados da década de 1990, as tecnologias digitais têm intensificado a presença das mídias e redes digitais na sociedade. A capilarização das mídias pelas esferas técnicas, culturais, estéticas, políticas e econômicas tem pontos positivos e negativos. Por exemplo, no campo da construção do conhecimento e da participação cidadã, se por um lado, as mídias e redes digitais favoreceram o acesso à informação, criação de conteúdo pelo cidadão comum e participação política, proporcionando uma certa democratização dos meios de comunicação; por outro, a mesma facilidade de produção de conteúdo tem gerado o cenário oposto. Mais recentemente, e mais especificamente as mídias sociais digitais, têm sido o *locus* de propagação de desinformação, discursos de ódio, medo e intolerância, disseminando valores extremistas dos fundamentalismos religiosos, dos conservadorismos políticos e das ideologias nacionalistas excludentes.

A proliferação das *fake news* e campanhas de desinformação tem incitado o surgimento de novos termos – *news literacy; news appreciation; news media literacies* (FLEMING, 2014) – e novas abordagens teórico-metodológicas sobre letramento midiático para investigar como as pessoas lidam com as notícias oriundas das diversas mídias (MURROCK et al., 2018; SANGALANG et al., 2019; WALTER e MURPHY, 2018). Os estudos supracitados têm demonstrado que há primazia de fatores como afeto/emoção, crenças e ideias preconcebidas (não referendadas por evidências claras e fontes fidedignas) no modo como as pessoas assimilam e se engajam com essas mídias e notícias em seu cotidiano. Os estudos constatam também que a produção de conteúdos (textuais, visuais e audiovisuais) desinformativos utiliza deliberadamente táticas de manipulação emocional para obter os efeitos de propaganda ideológica desejados nas opiniões e comportamentos do público-alvo. Por fim, os mesmos estudos buscam desenvolver estratégias de combate à desinformação também com base em retórica e narrativas que apelam ao emocional. O ponto de interesse do presente texto nos estudos supracitados é que, apesar de admitirem que os fatores afetivo/emocionais precedem os fatores de letramentos conscientes e racionais, esses estudos promovem ações de letramento midiático e combate à desinformação sem se engajar em uma discussão mais ampla e atualizada sobre os conceitos de afeto/emoção e os modos como se acoplam às interações midiáticas. Os estudos constroem suas estratégias de combate à desinformação com base em retórica, *storytelling* e planejamento de mídia (análise das características da mensagem e do design da informação; estruturas narrativas, conhecimento sobre as empresas de mídia; conhecimento do público-alvo e outros), ignorando achados recentes de pesquisas que discutem o modo de imbricação dos afetos nos sistemas midiáticos contemporâneos (MASSUMI, 1995; AHMED, 2004; GRUSIN, 2010).

O objetivo do presente texto é discutir como corpo, tecnologia e afetos atuam na interação com as mídias. Para isso, a argumentação se constrói em duas partes. Na primeira proponho realizar um breve mapeamento do conceito de letramento (*literacy*) e dos diversos conceitos e abordagens dele derivados a partir de sua ampliação para incluir os letramentos nas diversas mídias: *media literacy, new literacy studies, new media literacy, multiliteracies*. O objetivo desta primeira parte é problematizar os conceitos sobre letramentos nas interações com ambientes midiáticos, em suas diversas abordagens, demonstrando que eles dão primazia a fatores contedísticos e de interpretação sociolinguísticas (fatores conscientes), deixando de lado fatores corporais, afetivos e materiais que tem emergido como elementos fundamentais para se aprofundar essa questão. Como observam Ferrés e Piscitelli (2012), os estudos sobre letramentos midiáticos têm avançado na discussão sobre mudanças no panorama midiático, mas são insuficientes para entender a complexidade do indivíduo que emerge dos acoplamentos com o ambiente midiático.

Na segunda parte do texto recorro a estudos de teóricos das mídias, da cultura e do afeto que têm buscado nos achados de pesquisas experimentais das neurociências e psicologia cognitiva chaves de leitura para os modos como corpo, tecnologia e afetos (fatores não-conscientes) interferem nos processos mentais conscientes. Pesquisadores como Brian Massumi, Sara Ahmed, Richard Grusin ajudam

a compreender como corpos e afetos, individuais e coletivos, se acoplam aos ambientes midiáticos, atuando na proliferação de discursos de medo, ódio e intolerância e campanhas de desinformação, não podendo ser ignorados por estudos sobre letramentos e mídias.

Do Letramento às *New Media Literacies*

O surgimento da discussão sobre Letramento

Segundo Luciana Piccoli (2010, p. 259), “a palavra letramento, no Brasil, teve sua origem documentada no campo das ciências linguísticas e da educação a partir da segunda metade dos anos de 1980”. Essa cronologia demonstra que o surgimento do debate sobre letramento no Brasil é contemporâneo às discussões internacionais que convergiram em torno da ampliação do conceito do que é saber ler e escrever (alfabetização), originando o campo dos *New Literacy Studies* (NLS - Novos Estudos em Letramento, em língua portuguesa). Um dos precursores da ampliação do conceito de letramento foi o pesquisador britânico Brian Street que a partir de pesquisa de campo sobre os usos e os significados do letramento na vida cotidiana das pessoas, começou a questionar o conceito de letramento¹ (*literacy*, em língua inglesa). Street propôs que letramento – que até então era visto como uma atividade neutra, uma mera habilidade técnica – passasse “a ser considerado uma prática ideológica implicada em relações de poder e embasada em significados e práticas culturais específicas” (apud PICCOLI, 2010, p. 259).

O pesquisador americano James Paul Gee (2005) explica que as NLS entendem letramento como algo que as pessoas fazem não apenas no interior de suas cabeças, mas no seio da sociedade. O argumento da NLS é que letramento não é primeiramente um fenômeno mental, mas antes, um fenômeno sociocultural. Assim, letramento tem caráter eminentemente social, ou seja, é construído no campo social, por meio de práticas sociais. Na perspectiva das NLS, letramento se torna plural, letramentos, uma vez que as práticas sociais que propiciam o letramento são múltiplas, podem ser informais, fora do espaço escolar. Desse modo, explica Gee:

Existem muitas práticas sociais e culturais diferentes que incorporam letramentos, assim como muitos “letramentos” diferentes (letramento legal, letramento de jogadores, letramento de música *country*, letramento de vários tipos). As pessoas não apenas leem e escrevem em geral, elas leem e escrevem tipos específicos de “textos” de maneiras específicas e essas formas são determinadas pelos valores e práticas de diferentes grupos sociais e culturais (GEE, 2010, p. 4, todas as traduções neste artigo são da autora).²

Outra conquista importante das NLS é que, ao incluir diversas práticas sociais, e eventos, incluíram também as práticas de linguagem oral no conceito de letramento. As NLS problematizaram o divórcio entres sociedades orais e sociedades escritas, instituindo um debate profícuo sobre um continuum entre sociedades orais e escritas, com o grande mérito de desvelar o tom imperialista dos argumentos que sustentavam a superioridade das culturas baseadas na escrita (OLSON, 1997).

No Brasil, o alargamento da concepção de letramento veio junto com uma certa confusão conceitual, uma vez que *literacy* foi traduzido por termos distintos, com significados também distintos: alfabetização, alfabetismo, letramento, lecto-leitura, cultura letrada. Luciana Piccoli apresenta as tensões

1 Optei por traduzir os termos *literacy*, da língua inglesa, e *alfabetización*, da língua espanhola, por letramento.

2 No original: “There are many different social and cultural practices which incorporate literacy, so, too, many different “literacies” (legal literacy, gamer literacy, country music literacy, academic literacy of many different types). People don’t just read and write in general, they read and write specific sorts of “texts” in specific ways and these ways are determined by the values and practices of different social and cultural groups”.

e negociações brasileiras em torno do termo, explicando que as mesmas remetem às perspectivas teóricas e metodológicas que o fundamentam e que, essas perspectivas estão impregnadas do contexto histórico e cultural em que surgiram. A autora que segue a linha teórica da NLS define “alfabetização como o processo de aquisição da leitura e da escrita” e o termo letramento como “o que se refere às práticas sociais, culturais e históricas que advêm das múltiplas possibilidades de utilização de tais habilidades, mesmo que distantes da forma convencional” (2010, p. 266).

Já quanto ao precursor do conceito ampliado de letramento no Brasil, não há disputa: o grande educador Paulo Freire é reconhecido internacionalmente como pioneiro da ideia de letramento no Brasil e no mundo. Em obras como *O ato de ler*, Freire defende que o ato de ler não se restringe a leitura e decodificação pura da linguagem escrita, mas à compreensão do mundo.

A concepção de que o que se entende por letramento é um processo, imerso na vida social e que acompanha e ajuda nas transformações desta, ganhou adeptos no Brasil e no mundo. A pesquisadora Angela Kleiman explica que o processo de letramento não se reduz à mera assimilação de textos e obras eruditas, mas reflete o domínio sobre todo tipo de leis, protocolos, práticas socioculturais que nos permitem atuar como cidadãos, exercendo o direito de pensar e atuar sobre o cotidiano, a política e o mundo em que vivemos (KLEIMAN, 2005, p. 18). A concepção de que os processos de letramento não são exclusivos do ambiente escolar pavimentou o terreno para a inclusão de outras formas midiáticas nas discussões sobre letramento.

A partir de 1970, devido a percepção de que as mídias (impressas, orais e audiovisuais) estavam cada vez mais capilarizadas por todos os setores da sociedade, sendo, portanto, fortes mediadoras entre o indivíduo e a sociedade, fez emergir discussões sobre os modos de assimilação dos conteúdos midiáticos. Ignacio Aguaded (2011) explica que nessa época surgem termos como Educomunicação e Mídia Educação. Esclarece também que a Unesco é pioneira no debate sobre as interfaces entre educação e comunicação e na inclusão da discussão sobre mídia em programas escolares, na formação de professores, e mesmo na educação informal de famílias e trabalhadores desempregados.

As discussões sobre Mídia e Educação fazem emergir um novo termo para pensar os letramentos, o conceito de letramento midiático (*media literacy* na língua inglesa; *alfabetización mediática* em língua espanhola, *literacia midiática* em Portugal).

Letramento midiático (*media literacy*)

O conceito de letramento midiático é bastante difundido pelo mundo. Refere-se à ideia de que as competências para ler e escrever devem ser ampliadas para as diversas mídias (impressas, audiovisuais, digitais e outras). Há também uma convergência de que é mister desenvolver o senso crítico para a fruição dos produtos de mídia e de entretenimento.

Sendo assim, James Paul Gee afirma que:

Letramento midiático como campo preocupa-se com a forma como as pessoas dão significado e obtêm significado da mídia, ou seja, coisas como anúncios, jornais, televisão e cinema. (...) E dar e obter significado da mídia pode, é claro, envolver dar e obter significado de imagens, sons e “textos multimodais” (textos que misturam imagens e/ou sons com palavras) também (GEE, 2010, p. 10-11).³

Segundo a Associação Americana *National Association for Media Literacy Education*:

Letramento midiático é a capacidade de acessar, analisar, avaliar, criar e agir usando

³ No original: “*Media literacy as a field was concerned with how people give meaning to and get meaning from media, that is, things like advertisements, newspapers, television, and film. (...) And giving and getting meaning from media can, of course, involve giving and getting meaning from images, sounds, and “multimodal texts” (texts that mix images and/or sounds with words) as well.*”

todas as formas de comunicação. Em seus termos mais simples, o letramento midiático se baseia nos fundamentos do letramento tradicional e oferece novas formas de leitura e escrita. O letramento midiático capacita as pessoas a serem pensadores e criadores críticos, comunicadores eficazes e cidadãos ativos (MEDIA, 2010, sem paginação).⁴

As instituições de educação tem buscado sistematizar estratégias de educação para o letramento midiático. Existem diversas abordagens sobre como inserir os diversos produtos e linguagens midiáticas nas escolas. Renee Hobbs, David Buckingham e Douglas Kellner são alguns dos principais teóricos internacionais na área. Além de produzir sentido e ser crítico, Renee Hobbs (2010) e David Buckingham (2005) destacam que ser letrado implica leitura e escrita de mídia, ou seja, domínio sobre o consumo e a criação de conteúdos para todos os tipos de mídias.

No Brasil, contamos com duas grandes escolas Educomunicação (SOARES, 2014) e Mídia e Educação (FANTIN, 2011), que trazem competentes abordagens teórico-metodológicas e inspiram muitos projetos na área.

No âmbito da península Ibérica e América do Sul e Caribe, o texto *La Competencia Mediática: Propuesta articulada de dimensiones e indicadores*, dos pesquisadores Joan Ferrés e Alejandro Piscitelli (2012) foi amplamente adotado por pesquisadores de países de língua portuguesa e espanhola. O texto estabelece seis áreas de competências midiáticas que devem ser desenvolvidas para se obter as competências necessárias para atuar como cidadãos plenos no mundo e, sobretudo, na cultura das mídias. As seis competências devem ser desenvolvidas nos âmbitos: linguagens; tecnologia; processos de interação; processos de produção e difusão; ideologias e valores; e estética. Quero sublinhar na proposta de Ferrés e Piscitelli o destaque dado pelos os autores à necessária discussão sobre a revolução neurológica que atravessa o campo dos letramentos e tem obtido pouca atenção tanto dos pesquisadores da comunicação quanto da educação. Nas palavras dos educadores:

Entre os educadores, tende a haver muito mais predisposição a incorporar nos processos de ensino-aprendizagem as modificações produzidas pela revolução tecnológica do que assumir as contribuições da revolução neurobiológica.

A neurociência virou de cabeça para baixo muitas das convicções sobre o funcionamento da mente mantidas por séculos na cultura ocidental. Com base na neurociência somos instados a mudar para sempre a maneira de pensarmos sobre nós mesmos. Na práxis educacional, parecemos muito mais dispostos a mudar nossa maneira de pensar sobre os meios do que mudar nossa visão de nós mesmos como interlocutores desses meios.

As mudanças às quais a neurociência se refere têm a ver especialmente com a influência que os processos emocionais e os processos não-conscientes exercem sobre a mente consciente. Na práxis do letramento midiático apenas se dá atenção a esses processos. Resulta insuficiente, portanto, uma educação para a mídia que se concentra exclusivamente em processos conscientes, porque hoje sabemos que *a consciência só pode ser entendida se se estudarem os processos inconscientes que a tornam possível*, nas palavras do neurobiólogo LeDoux (1999, 32). (FERRÉS e PISCITELLI, 2012, p. 75, grifos nossos).⁵

4 No original: "Media literacy is the ability to access, analyze, evaluate, create, and act using all forms of communication. In its simplest terms, media literacy builds upon the foundation of traditional literacy and offers new forms of reading and writing. Media literacy empowers people to be critical thinkers and makers, effective communicators and active citizens".

5 No original: "Entre los educadores tiende a haber mucha más predisposición a incorporar en los procesos de enseñanza-aprendizaje las modificaciones producidas por la revolución tecnológica que a asumir las aportaciones hechas por la revolución neurobiológica. La neurociencia ha puesto patas arriba muchas de las convicciones mantenidas durante siglos en la cultura occidental sobre el funcionamiento de la mente. Desde la neurociencia se nos insta a que cambie para siempre la manera en que pensamos de nosotros mismos. En la praxis educativa, parecemos muy

Retornaremos a esta citação de Ferrés e Piscitelli adiante.

Letramentos digitais

Em meados da década de 1990, a discussão sobre ampliação do conceito de letramento inaugurada na década de 1970, ganhou novos matizes com o advento das mídias e redes digitais. Como essas ampliam as possibilidades de acesso, produção e distribuição de conteúdo e inauguram diversas plataformas de comunicação, revolucionando o panorama dos sistemas midiáticos, tornam-se necessárias novas discussões sobre os novos letramentos. Descreveremos brevemente três abordagens que emergem com as tecnologias digitais: *The New Literacies Studies*, *Multiliteracies* e *New Media Literacies Studies*.

The New Literacies Studies - TNLS

Segundo Paul Gee (2005), *The New Literacies Studies* apenas atualizam a ampliação do conceito de letramentos da cultura impressa para a cultura digital. Os pesquisadores dessa escola entendem mídias e equipamentos digitais como tecnologias para dar e apreender o sentido das coisas, permanecem no campo da linguagem e representação de signos, como processos conscientes. Gee chama atenção para a nova grafia que acrescenta o *The* e o *literacies*, no plural, para diferenciar da NLS. Como explica o autor:

Os NLS tratavam de estudar letramento de uma nova maneira. “The New Literacies Studies” trata de estudar novos tipos de letramentos além do letramento impresso, especialmente “letramentos digitais” e práticas de letramento incorporadas na cultura midiática (GEE, 2010, p. 9).⁶

Multiletramentos

Multiletramentos (*multiliteracies* em língua inglesa) é um termo que foi cunhado em meados da década de 1990 por um grupo de pesquisadores que ficou conhecido por *New London Group*. O grupo de pesquisadores se reuniu por 1 semana na cidade *New London* (Connecticut, USA) e redigiu o manifesto *A Pedagogy of Multiliteracies - Designing Social Futures* (1996). O Grupo é formado, em sua maioria, por professores e pesquisadores oriundos de países marcados por conflitos culturais e pela indiferença das autoridades quanto a essas questões na sala de aula, o que, segundo eles, ocasiona mais violência e falta de perspectiva para os jovens.

Com o termo multiletramentos, os autores querem destacar duas mudanças significantes no panorama mundial de globalização que remetem à multiplicidade do termo letramento. O primeiro *multi* remete ao *multiculturalismo* para a crescente diversidade cultural e linguística advinda da crescente migração transnacional, possibilitada pelo processo de globalização. O segundo *multi* remete às formas *multimodais* de expressão e representação linguística, que proliferaram das diversas plataformas de comunicação que emergiram, sobretudo, a partir das mídias e redes digitais.

No Brasil, o termo multiletramentos e sua aplicação nas escolas foi difundido por autores como

dispuestos a cambiar nuestra manera de pensar sobre los medios y muy poco a cambiar nuestra visión de nosotros mismos como interlocutores de estos medios.

Los cambios a los que se refiere la neurociencia tienen que ver sobre todo con la influencia que ejercen los procesos emotivos y los procesos inconscientes sobre la mente consciente. En la praxis de la educación mediática apenas si se presta atención a estos procesos. Resulta insuficiente, por tanto, una educación mediática que se concentre exclusivamente en los procesos conscientes, porque hoy sabemos que «la conciencia solo podrá ser comprendida si se estudian los procesos inconscientes que la hacen posible», en palabras del neurobiólogo LeDoux”.

6 No original: “The NLS was about studying literacy in a new way. “The New Literacies Studies” is about studying new types of literacy beyond print literacy, especially “digital literacies” and literacy practices embedded in popular culture”.

Monica Fantin (2008) e Roxane Rojo e Eduardo Moura (2012). Os educadores destacam que o trabalho é feito a partir da cultura e história de vida dos alunos e a partir dos produtos midiáticos e de expressões de linguagem conhecidas por eles, enfatizando a importância de processos informais de letramento na constituição da subjetividade desses jovens.

New Media Literacies Studies (digital e cultura da participação)

Os autores que propõem a terminologia *New Media Literacies Studies* (NMLS) eram associados ao campo do letramento midiático/media literacy nos EUA. Eles se apoiam nos achados da perspectiva de TNLS (digital literacies) somados ao advento da cultura participativa. Os *New Media Literacies* não são exatamente uma escola, mas alguns pesquisadores conhecidos no campo da cultura da mídia, como Henry Jenkins e Douglas Kellner adotaram essa nomenclatura.

James Gee explica que NMLS destacam quatro fatores que precisam ser aprofundados quando se trata do modo como as tecnologias digitais promovem grandes transformações na sociedade e na cultura da mídia:

Primeiro, as ferramentas digitais estão mudando o equilíbrio de produção e consumo na mídia. (...) Segundo, as ferramentas digitais estão mudando o equilíbrio entre participação e espectador. (...) Terceiro, as ferramentas digitais estão mudando a natureza dos grupos, formações sociais e poder. (...) Quarto, todas as tendências acima estão conduzindo ao fenômeno conhecido como "Pro-Ams". (...) Nós vivemos na era dos "Pro-Mas": amadores que se tornaram especialistas em todo assunto pelo qual se apaixonaram (GEE, 2010 p. 12-13).⁷

O autor destaca que a diferença dos *New Media Literacies Studies* para o letramento midiático é que a ênfase não está apenas em como as pessoas respondem às mensagens da mídia, mas também em como elas se envolvem pro-ativamente em um mundo da mídia onde a produção, a participação, a formação de grupos sociais e os altos níveis de experiência não profissional são predominantes (GEE, 2010, p. 13). Os *New Media Literacies Studies* se associam a estudos e pesquisas da cultura da participação e cultura digital.

Concluimos esta primeira parte do texto destacando os grandes avanços teóricos e metodológicos alcançados pelas abordagens supracitadas: a discussão sobre a não-neutralidade dos processos de alfabetização; a ampliação do conceito de letramento para incluir práticas e saberes sociais; a ampliação do conceito de letramento para incluir as práticas orais; a extensão das habilidades de letramento para abarcar as diversas expressões e ambientes midiáticos; as metodologias de inclusão de projetos de letramento midiático nas escolas, dentre inúmeras outras.

Não obstante todos esses avanços, observamos que nas diversas obras analisadas verificamos o privilégio às abordagens no campo da interpretação de conteúdos, e representação sociolinguística do mundo, baseada apenas nos aspectos conscientes e sociais desses processos.

Certamente, não se trata de minimizar a importância das discussões sobre formação de discernimento crítico e aprendizado sobre as técnicas de argumentação e retórica como mote de compreensão das negociações políticas, culturais e históricas do mundo. Queremos apenas apontar para os possíveis ganhos teóricos e metodológicos de se incluir outros fatores que favoreçam a compreensão

⁷ No original: "First, digital tools are changing the balance of production and consumption in media. (...) Second, digital tools are changing the balance of participation and spectatorship. (...) Third, digital tools are changing the nature of groups, social formations, and power. (...) Fourth, all the above trends are leading to the phenomenon known as "Pro-Ams". (...) We live in the age of "Pro-Ams": amateurs who have become experts at whatever they have developed a passion for".

da complexidade dos processos de letramento na contemporaneidade.

Como ponderam Murrock et al. (2018), vivemos um momento em que a proliferação das táticas de desinformação promete ameaçar as mídias de notícias e desestabilizar democracias. Como apresentei na Introdução deste texto, os mesmos estudos que obsevam a primazia de fatores não-conscientes (corpo, afeto, tecnologias) na assimilação de conteúdos falsos, propõem medidas de contra-desinformação que não consideram fatores não-conscientes e focam suas estratégias em fatores conscientes (conteúdo verdadeiro, retórica midiática, *storytelling*).

Retomamos a ponderação sagaz de Ferrés e Piscitelli para questionar se não “resulta insuficiente, portanto, uma educação para a mídia que se concentra exclusivamente em processos conscientes, porque hoje sabemos que a consciência só pode ser entendida se se estudarem os processos não-conscientes que a tornam possível” (2012, p. 75).

Sintonizando com Corpo, Tecnologias e Afetos

Uma boa via para iniciar a discussão de o porquê as abordagens sobre letramentos e mídias precisam expandir seus horizontes e abarcar fatores não-conscientes é um olhar mais atento ao termo multimodal. O termo torna-se mais presente a partir das tecnologias digitais como vimos acima. Os autores que o citam, James P. Gee e *New London College*, explicam o multimodal como “textos que combinam imagens, e/ou sons com palavras”, sendo esta uma característica das mídias em geral, intensificada pelas tecnologias digitais que potencializam remixagens. É preciso observar que o multimodal não está restrito apenas a textos e linguagens (sons, imagens, audiovisuais) ou formas conscientes de comunicação. Como já demonstrado por pesquisadores do campo da cibercultura, é preciso frizar que no panorama das tecnologias e mídias digitais, *multimodal* é, sobretudo, *multissensorial* (PEREIRA, 2012; REGIS, 2015). Aparatos digitais como celulares, videogames, ipads, consoles de realidade virtual incorporam não apenas o uso de imagens, sons, músicas, mas também habilidades táteis e proprioceptivas. As mídias e tecnologiis digitais, portanto, exploram diferentes sentidos sensoriais, tais como auditivo, visual e tátil e outros elementos perceptivos e atencionais de nosso rico *sensorium* corporal que não podem ser explicados somente por fatores conscientes. Com isso, as mídias digitais não apenas multiplicam os signos da mediação, como também acoplam aos processos de letramentos todo o corpo, com seus afetos, intensidades e *moods*. Como esclarece Brian Massumi, esses elementos não apenas são irredutíveis a interpretações linguísticas e/ou semióticas, como podem se opor a elas (MASSUMI, 1995).

Como já discutimos em outro lugar:

(...) essas práticas [da cibercultura] – exploração de ambientes, aprendizagem de linguagens e interações sociais – demandam a ação do corpo e de formas cognitivas, irredutíveis às habilidades intelectuais e representacionais pelas quais costuma-se julgar os produtos dos meios de comunicação. Além das habilidades relacionadas à inteligência, tais como lógica, capacidade associativa, resolução de problemas, análise e tomada de decisão, o sistema de mídia contemporâneo exige um repertório de habilidades que tradicionalmente não são consideradas cognitivas, tais como as habilidades sensorio-motoras, perceptivas e sociais (REGIS, 2011, p. 117).

Para contribuir com essa discussão, pretendo destacar que o que chamamos de processo cognitivo, os processos relacionados às habilidades superiores humanas como pensar, raciocinar, tomar decisões conscientes, estão inextricavelmente imbricados a fatores biológicos, materiais, afetivos e sociais, não podendo ser pensados separadamente. Dito de outro modo: o processo cognitivo opera a partir de acoplamentos inextricáveis entre corpo, meio material (tecnologias), social, e afeto. Ou seja, o processo cognitivo engloba o ambiente (incluídas aí as mídias), imbricando elementos conscientes e não-conscientes.

Não obstante seus vários avanços teóricos, as NLS, TNLS, Multiletramentos, NMLS não

problematizam os conceitos de mente, inteligência e processo cognitivo. Ignoram os avanços científicos das ciências cognitivas, neurociências e psicologia cognitiva sobre os conceitos e modos de operação mentais, que obviamente são basilares para qualquer estudo sobre letramento, ensino e aprendizagem.

Mente corporificada, tecnologias cognitivas e afeto

Nas décadas de 1970 e 1980, pesquisadores oriundos de vários campos das ciências cognitivas e, em particular da Psicologia Cognitiva, Biologia Evolutiva, Neurociências e Inteligência Artificial observaram que os computadores executavam com extrema facilidade tarefas que requerem inteligência tradicional (raciocínio lógico-matemático). No entanto, as atividades que o homem faz sem pensar – como andar, manusear objetos e reconhecer uma pessoa – eram extremamente difíceis de reproduzir por meios robóticos (automatizar). Esses achados abriram campo para o estudo das funções sensório-motoras e perceptivas no funcionamento da mente. Esses estudos demonstraram que o sistema sensório-motor ocupa a maior parte de nossos cérebros e é resultado de dois bilhões de anos de evolução (MORAVEC, 1988). Hans Paul Moravec explica que o processo que denominamos mente consciente (e inteligente) só é possível porque tem como suporte o saber mais antigo e mais potente dos mecanismos sensório-motores: “organismos que não possuem a habilidade de perceber e explorar seus ambientes – como as plantas – não parecem adquirir capacidade de desenvolver inteligência”, argumenta Moravec (1988, p. 16).

Essas pesquisas – que já contabilizam quase cinco décadas – demonstram que nossa mente é corporificada e se apoia em processos não conscientes, oriundos da rocha sólida que é nosso aparato sensório-motor. Assim, os processos que denominamos de razão e/ou mente englobam fatores conscientes e não-conscientes, como explicam George Lakoff e Mark Johnson:

A razão não é descorporificada (...) ela resulta da natureza de nossos cérebros, corpos e experiência corporal (...) a própria estrutura da razão advém dos detalhes de nossa corporificação. Os mesmos mecanismos neurais e cognitivos que nos permitem perceber o ambiente e nos mover também criaram nosso sistema conceitual e modos de razão (LAKOFF e JOHNSON, 1999, p. 4).⁸

O filósofo e cientista cognitivo Andy Clark toma por base pesquisas experimentais da Psicologia Cognitiva e Neurociências para explicar que para entender o que é singular na razão e no pensamento humano é preciso compreender que a cognição inclui não apenas o corpo, o cérebro, mas também o mundo material e social, destacando nesse meio sociotécnico o que denomina de *tecnologias cognitivas*: “os dispositivos e recursos, como canetas, papéis, PCs e instituições, com base nos quais nosso cérebro aprende, desenvolve-se e opera” (2001, p. 141)

Ao enfatizar a experiência concreta e o acoplamento com a tecnologia na produção cognitiva, os estudos sobre a mente corporificada produzem um acoplamento inextricável entre corpo (biopsíquico) e o meio material e cultural (sociotécnico) para os processos mentais. A mente não se reduz ao cérebro, ela opera como uma espécie de rede que integra corpo/cérebro e outros actantes humanos e não-humanos.

Andy Clark toma por base diversas pesquisas de neurociências e, resume assim os diversos fatores que compõem a complexidade da mente humana:

A ideia central de mente, ou melhor o tipo especial de mente associada com as relações de alto-nível, distintas da espécie humana, emerge a partir da colisão produtiva de múltiplos fatores e forças – alguns corporais, alguns neurais, alguns tecnológicos e

8 No original: “Reason is not disembodied (...) but arises from the nature of our brains, bodies, and bodily experience (...) the very structure of reason itself comes from the details of our embodiment. The same neural and cognitive mechanisms that allow us to perceive and move around also create our conceptual systems and modes of reason”.

alguns sociais e culturais (CLARK, 2001, p. 141).

A ideia de que as operações mentais não estão encapsuladas no cérebro, e que nossa inteligência atua de modo distribuído conjugando objetos técnicos, afetos e sociabilidades não é nova. Donald Norman (1993, p. 146) e Jerome Bruner (1991, p. 3) já utilizaram o termo inteligência distribuída. Edwin Hutchins cunhou o termo cognição distribuída (1995). Andy Clark explica que essa distribuição não é uma divisão linear de tarefas, mas um entrelaçamento inextricável, tornado possível pela incrível plasticidade de nossos cérebros que se modula no contato com a tecnologia e o ambiente. Tomando por base pesquisas experimentais do campo da Psicologia Cognitiva e neurociências, Clark (2003) explica como os dedos polegares de jovens com menos de 25 anos demonstraram ser mais musculosos e hábeis do que outros dedos, simplesmente como resultado do uso extensivo de controladores eletrônicos de jogos portáteis e mensagens de texto em telefones celulares. Clark argumenta que a partir dessas adaptações dos polegares, novas gerações de telefones serão projetadas em torno dessa maior agilidade, levando a mais mudanças na destreza manual e similares.

Clark explica essa integração inextricável entre cérebro/corpo e meio sociotécnico com o conceito de *feedback loops*:

Em todos os casos que examinamos, o que importa são os complexos laços de feedback que conectam comandos de ação, movimentos corporais, efeitos ambientais e dados perceptivos multissensoriais. É o fluxo bidirecional de influência entre cérebro, corpo e mundo que importa, e com base no qual construímos (e constantemente reconstruímos) nosso senso de self, potencial e presença (CLARK, 2003, p. 114).⁹

Como explica Clark, é por meio dos fluxos de influência (comandos de ação, movimentos corporais, dados perceptivos multissensoriais) entre cérebro, corpo e mundo que a mente/corpo se sintoniza/modula com o ambiente (meio material e social).

É com base nessas pesquisas, que autores do campo da comunicação, teoria da cultura, teoria literária e design, tais como Donna Haraway, Katherine Hayles, Bruce Mazlish, Andy Clark, Donald Norman defendem a ideia de que existe uma coevolução entre humanos e seu meio material e social e que as novas concepções de humano devem situar homens e tecnologia como co-extensivos, co-dependentes e definidos mutuamente.

Mediação distribuída: sintonizando corpo, tecnologia e afeto

Os estudos sobre afeto e emoção têm longa tradição nas humanidades. Ao longo dos séculos foram tratados por abordagens filosóficas, tendo Aristóteles, Baruch Spinoza, Gilles Deleuze e Félix Guattari como alguns de seus maiores expoentes. Mais recentemente, a psicologia cognitiva e as neurociências têm desenvolvido pesquisas experimentais lançando novas perspectivas para os estudos. Hoje, mesmo pesquisadores das humanidades, quando se debruçam sobre o tema, amparam-se em achados de pesquisas experimentais.

Desde pelo menos a década de 1990, neurocientistas como António Damásio e Joseph Ledoux têm defendido a inseparabilidade entre cognição e afeto/emoção, enfatizando a primazia e anterioridade do afeto e/ou emoção em relação aos aspectos do pensamento consciente.

Para iniciar a discussão é preciso diferenciar afeto de emoção. Diferente das emoções que seriam individuais, o afeto é relacional, isto é, moldado nas relações com outras pessoas e objetos materiais. Como explica Jonathan Flatley “a emoção sugere algo que acontece por dentro e tende à expressão externa, o

⁹ No original: “*In all the cases we have examined, what matters are the complex feedback loops that connect action-commands, bodily motions, environmental effects, and multisensory perceptual inputs. It is the two-way flow of influence between brain, body, and world that matters, and on the basis of which we construct (and constantly re-reconstruct) our sense of self, potential, and presence*”.

afeto indica algo relacional e transformador. Alguém *tem* emoções; Alguém é *afetado* por pessoas ou coisas” (FLATLEY, 2008, p. 12 , grifos nossos).¹⁰

Por ser relacional o afeto carrega o potencial de produzir humores (*mood*, em língua inglesa e *Stimmung*, em língua alemã)¹¹, isto é, uma espécie de atmosfera afetiva sob a qual as intenções são formadas, projetos desenhados e afetos particulares podem se anexar a objetos particulares. Se uma pessoa está ansiosa, por exemplo, coisas no mundo são mais prováveis de lhe parecerem amedrontadoras, se ela está curiosa, novos objetos podem lhe parecer interessantes.

Para termos a dimensão da importância do afeto para compreensão do panorama de proliferação de medo, ódio e *fake news* por meio das mídias sociais digitais, é útil a ponderação de Flatley de que “o humor fornece uma maneira de articular o efeito modelador e estruturador do contexto histórico em nossos apegos afetivos” (FLATLEY, 2008, p. 19).¹²

Nas últimas duas décadas teóricos da cultura, da literatura e da mídia têm se dedicado a estudar o afeto como componente do processo cognitivo no processo de interação com as mídias. Brian Massumi baseia-se em filósofos (Gilles Deleuze e Félix Guattari, William James, Henri Bergson) e neurocientistas como Hertha Sturm para elaborar sua teoria da autonomia do afeto e defender a primazia do afeto na interação com imagens de vídeo (Massumi, 1995). O interesse de Massumi na pesquisa desenvolvida por Sturm é mostrar que, não apenas o corpo é afetado pelas imagens, mas que também o significado de um conteúdo consciente é afetado por estados corporais e não-conscientes. Ambos os níveis, qualidade da imagem (o conteúdo da imagem; seu contexto intersubjetivo; sentido sociolinguístico dado pela cultura) e intensidade (força ou duração do efeito da imagem no corpo), são imediatamente corporificados. Dito de outro modo, o que a teoria da autonomia do afeto nos ensina é que a interpretação (consciente) que fazemos da imagem não coincide com os modos (não-conscientes) por meio dos quais a mesma imagem afeta nosso corpo.

Buscando compreender as relações entre afeto e mídias na sociedade contemporânea, sobretudo após 11 de setembro de 2001, o teórico das mídias Richard Grusin (2010) parte de pesquisadores como Andy Clark e Daniel Stern para propor sua concepção de uma medialidade distribuída a partir das concepções de mente distribuída e afeto distribuído.

Grusin observa que os *feedback loops* descritos por Clark (2003) operam do mesmo modo daquilo que o neuropsicólogo Daniel Stern chamou de sintonia afetiva, (*affective attunement*). Segundo Grusin, a partir de suas pesquisas inovadoras sobre psicologia infantil na década de 1980, Stern demonstrou que no mundo interpessoal da criança, o senso de *self surge* por meio de sensações ou experiências afetivas cross-modais, tanto com outras pessoas como com outras coisas. Stern sustenta que o senso de distinção da criança entre o eu e o outro, bem como a unidade da percepção e a conexão entre percepções e um mundo de pessoas e coisas, é criado e fundamentado em um nível muito precoce de desenvolvimento psicológico e experiência afetiva do bebê (STERN apud GRUSIN, 2010, p. 95).

Grusin se apoia nessa descrição de sintonia afetiva estudada por Stern para avaliar o impacto que esse modo de operação dos afetos pode ter nos ambientes de mídia. O teórico das mídias pondera:

Para perguntas sobre nossas relações afetivas com a mídia, o que é particularmente intrigante no relato de Stern é que ele considera que o padrão ou o mapeamento afetivo cross-modal é básico para nossas interações com o mundo desde a infância. Sob esse prisma, pode-se começar a entender como mídias audiovisuais, como filmes,

10 No original: “*emotion suggests something that happens inside and tends toward outward expression, affect indicates something relational and transformative. One has emotions; one is affected by people or things*”.

11 Os conceitos *mood* e *Stimmung* têm sido introduzidos nos campos de Teoria Literária e Teoria da Cultura para embasar discussões sobre estética. Ver Felinto (2012).

12 No original: “*Mood provides a way to articulate the shaping and structuring effect of historical context on our affective attachments*”.

televisão, telefones celulares, computadores e videogames, e a web trabalham para imitar, reforçar ou reproduzir a virtualidade de nossa experiência corpórea. Do ponto de vista da sintonização afetiva, o filme sonoro ou a TV se tornam formas cruciais de modulação do afeto, devido à maneira como acolhem padrões ou sensações visuais e auditivas, bem como à maneira como apresentam imagens audiovisuais dos estados afetivos de outras pessoas. De um modo ainda mais complexo, os videogames (e a mídia interativa em geral) parecem funcionar como modos de modulação afetiva e cognitiva transmodal ou multimodal, adicionando toque à visão e ao som; portanto, quando você move seu avatar num jogo, por exemplo, ou usa o mouse para mover o cursor na tela do seu PC ou manipular a tela sensível ao toque no seu iPhone, você está adicionando padrões cross-modais de toque aos acoplamentos de visão e som. Ou seja, o movimento tátil da mão no controlador, juntamente com outros movimentos corporais/musculares envolvidos, produz uma mudança no outro medial, tanto no avatar ou no cursor do usuário quanto nos demais atores humanos e não humanos na tela. Dessa maneira, nossa interatividade com a mídia fornece um tipo de intensificação ou reduplicação das relações interpessoais afetivas. (GRUSIN, 2010, p. 95-96, grifos nossos).¹³

Os estudos de mente corporificada (e cognição distribuída) assim como os de sintonia afetiva demonstram que o corpo/mente atua em sintonização/modelação constante com o ambiente material e social (tecnologias e pessoas), por meio dos fluxos e intensidades trocados. Como os dispositivos tecnológicos, no caso as mídias permeiam essas trocas, o sistema de mídias podem intensificar a proliferação dos afetos e *moods*.

Grusin pondera que a mídia contemporânea opera numa lógica de mediação distribuída, ou seja, ela produz conjuntos (*assemblages*) dinâmicos e heterogêneos, compostos de vários elementos técnicos, sociais, estéticos, econômicos e políticos que se fundem e se reagrupam em formações mutáveis, mas relativamente estáveis, distribuídas por toda a sociedade. Com o conceito de mediação distribuída, Grusin chama a atenção para uma distribuição de afeto entre atores humanos e não humanos: "(...) abordarei os ciclos de feedback afetivo que estruturam nossa 'mídia no cotidiano', os modos pelos quais interagimos com múltiplas mídias em quase todos os aspectos de nossa vida cotidiana" (GRUSIN, 2010, p. 90).

Para Grusin, pensar medialidade em termos de afeto:

(...) é pensar em nossas práticas de mídia não apenas em termos de suas estruturas de significação ou representação simbólica, mas mais crucialmente em termos das maneiras pelas quais a mídia funciona, por um lado, para disciplinar, controlar, conter, gerenciar, ou governam a afetividade humana e suas coisas afiliadas «de cima», ao mesmo tempo em que trabalham para permitir formas particulares de ação humana, expressões coletivas particulares ou formações de afetação humana «de baixo» (GRUSIN, 2010, p. 79).¹⁴

13 No original: "*For questions concerning our affective relations with media, what is particularly intriguing about Stern's account is that he takes cross-modal affective patterning or mapping to be basic to our interactions with the world from infancy. In this light one can begin to understand how such audio-visual media like film, television, mobile phones, computer and video games, and the web work to imitate, reinforce, or reproduce the virtuality of our embodied experience. From the perspective of affective attunement, sound film or TV become crucial forms of affect modulation because of the way in which they couple visual and auditory patterns or sensations, as well as the way in which they present audiovisual images of the affective states of other people. Even more complexly in some sense, video games (and interactive media generally) would seem to work as modes of trans-modal or cross-modal affective and cognitive modulation by adding touch to sight and sound, so when you move your avatar in a game, for example, or use your mouse to move the cursor on the screen of your PC, or manipulate the touch screen on your iPhone, you are adding cross-modal patterns of touch to the coupling of sight and sound. That is, the haptic movement of hand on controller, along with other bodily/muscular movements involved, produces a change in the medial other, in both the user's avatar or cursor and the other human and nonhuman actors on screen. In this way our media interactivity provides a kind of intensification or reduplication of affective interpersonal relations*".

14 No original: "(...) is to think of our media practices not only in terms of their structures of signification or symbolic representation but more crucially in terms of the ways in which media function on the one hand to discipline, control, contain, manage, or govern human affectivity and its affiliated things "from above," at the same time that they work to enable particular forms of human action, particular collective

A concepção de Grusin (2010, p. 96) sobre mediação distribuída a partir de mente e afetos distribuídos intensificando hábitos e comportamentos coletivos, ou seja, que “nossa interatividade com a mídia fornece um tipo de intensificação ou reduplicação das relações interpessoais afetivas”, converge com o estudo de Sara Ahmed (2004, p. 119) sobre a economia dos afetos. Ahmed defende que as emoções/afetos não são disposições psicológicas, nem residem em um sujeito ou objeto, elas circulam entre sujeitos e objetos, mediando relações entre o psíquico e o social, o individual e o coletivo, ampliando as intensidades desses afetos.

O que aprendemos com os conceitos de mente corporificada e teoria do afeto que interessa aos estudos de teoria da comunicação e da mídia, resumidamente é:

Mente/Cognição:

- A mente é corporificada e inextricavelmente associado ao ambiente. Ela engloba o cérebro, o corpo (intensidades, sensorialidades e percepções) e o ambiente material e social (pessoas e objetos).
- O processo cognitivo é situado e depende do contexto, da experiência e está em contínuo processo de sintonização/atualização com o ambiente. Isso significa que o processo cognitivo engloba fatores sensório-motores, não-conscientes e que, portanto, fatores como conteúdo da mensagem; seu contexto intersubjetivo; seu sentido sociolinguístico dado pela cultura não são suficientes para explicar os modos como aprendemos, comunicamos, socializamos.

Afeto:

- O afeto é corpóreo e relacional, opera por meio de sintonias/modulações afetivas com o ambiente material e social.
- O afeto engloba o ambiente; intensidades corporais se acoplam ao meio material e social e co-evoluem com ele (nele).
- O afeto atua na construção de sentido individual e coletivo. Ou seja, não é possível explicar tudo pela linguagem, contexto subjetivo ou intersubjetivo, e/ou sentido sociolinguístico dado pela cultura.

Cognição e Afeto:

- Desconstroem a ideia de humano como sujeito racional, consciente e dono de seu livre arbítrio.
- Sombream as fronteiras sujeito x objeto / natureza x cultura / razão x afeto / corpo x mente.

O que aprendemos com os estudos de mente e afeto distribuídos é que ao investigar os processos de letramentos em ambientes midiáticos precisamos considerar os fluxos multissensoriais, perceptivos, afetivos entre cérebro/corpo e mundo que permitem que nossa mente/corpo se sintonize/module com e no ambiente (meio material e técnico).

Essa perspectiva parece rentável para analisarmos a situação contemporânea e buscarmos

vias metodológicas que possibilitem investigar os fluxos e intensidades que circulam e são amplificados por meio de mediação distribuída, gerando *moods* de medo, ódio, insegurança, crença em fake news e desinformação e que não encontram explicações em análises estritamente sociolinguísticas, interpretacionais, semânticas e/ou conscientes.

Considerações finais

Iniciamos com a questão atual sobre a proliferação de campanhas de desinformação e discursos de ódio e medo e formulamos a pergunta de se essa questão pode ser respondida com base em abordagens que privilegiam o conteúdo da mensagem; seu contexto intersubjetivo; seu sentido sociolinguístico dado pela cultura no processo de letramentos midiáticos. Fizemos um breve mapeamento sobre os diversos termos que abordam os diferentes letramentos na mídia, mostrando como essas abordagens privilegiam os processos de interpretação e representação social, mesmo quando abordam termos como multimodal, que engloba processos sensoriais, não-conscientes.

Apresentamos algumas pesquisas das neurociências e psicologia cognitiva, campos que têm produzido pesquisas experimentais e revolucionado os conceitos e modos de habitar do homem no mundo. A partir desses achados emergem pesquisas que demonstram que os processos de produção de sentido e cognitivos não podem ser reduzidos a processos prioritariamente conscientes e/ou de significação sociolinguística e/ou intersubjetivas. Esses achados alteram não apenas nossas concepções sobre o papel da mídia na sociedade, mas também, e sobretudo nossas formas de interação conscientes e não-conscientes, sensoriais e afetivas com as mídias. Como ponderam Ferrés e Piscitelli (2012) essas mudanças não tem recebido a devida atenção de educadores e, podemos acrescentar, de estudiosos de mídia.

Há mais de meio século atrás, as incursões pioneiras de Paulo Freire e Brian Street partiram de formulações críticas e inovadoras, sustentando posições sobre o processo de alfabetização não ser neutro, nem meramente técnico, e sobre a importância de ampliar a alfabetização para incluir formas de letramento orais e sociais que ofendem a cultura das letras. Essa concepções que hoje podem parecer evidentes e até corriqueiras foram um salto quântico na década de 1970. Talvez hoje precisemos ampliar nossos conceitos e percepções sobre o homem, mente, dispositivos tecnológicos, afetos e dar mais um salto quântico no campo dos letramentos e das humanidades para encarar à altura os desafios à porta.

Referências

AGUADED, Ignacio. [Media education: an international unstoppable phenomenon UN, Europe and Spain support for edu-communication](#). *Comunicar*, v. 19, n. 37, p. 7-8, 2011.

AHMED, Sara. Affective Economies. *Social Text*, v. 22, n. 2, p. 117-139, summer, 2004.

BRUNER, Jerome. The narrative construction of reality. *Critical Inquiry*, v. 18, n. 1, p. 1-21, autumn, 1991.

BUCKINGHAM, David. *Media Education: literacy, learning and contemporary culture*. Cambridge: Polity Press, 2005.

CLARK, Andy. *Mindware: an introduction to the philosophy of cognitive science*. New York/Oxford: Oxford University Press, 2001.

CLARK, Andy. *Natural-Born Cyborgs: Minds, Technologies, and the Future of Human Intelligence* New York/London: Oxford University Press, 2003.

DAMÁSIO, António. *Looking for Spinoza: Joy, Sorrow, and the Feeling Brain*. New York: Harcourt, Brace & Company 2003.

- DAMÁSIO, António. **O erro de Descartes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- FANTIN, Monica. Os cenários culturais e as multiliteracias na escola. **Comunicação e Sociedade**, v. 13, n. 19, p. 69-85, 2008.
- FANTIN, Monica. Mídia-educação: aspectos históricos e teórico-metodológicos. **Olhar de professor**, v. 14, n. 1, p. 27-40, 2011.
- FELINTO, Erick. Delicado Horror: cinema de gênero e o incontrolável terror do feminino em *Grace, Teeth e Dans ma Peau*. In: REGIS, Fátima; ORTIZ, Anderson, AFFONSO, Luiz; TIMPONI, Raquel (Orgs.). **Tecnologias de Comunicação e Cognição**. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 163-179.
- FLATLEY, Jonathan. **Affective mapping**: melancholia and the politics of modernism. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2008.
- FERRÉS, José; PISCITELLI, Alejandro. La competencia mediática: Propuesta articulada de dimensiones e indicadores. **Revista Luciérnaga**, año 4, ed. 7, p. 72-79, 2012.
- FLEMING, Jennifer. Media literacy, news literacy, or news appreciation? A case study of the news literacy program at Stony Brook University. **Journalism & Mass Communication Educator**, v. 69, n. 2, p. 146-165, 2014.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1989.
- GEE, James Paul. A Situated Sociocultural Approach to Literacy and Technology. In: BAKER, Elizabeth. A; LEU, Donald. J (Eds). **The new literacies**: multiple perspectives on research and practice. New York: Guilford Press, 2010. p. 165-193.
- GRUSIN, Richard. **Premediation**: Affect and Mediality After 9/11. New York: Palgrave MacMillan, 2010.
- HARAWAY, Donna. Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Tendências e Impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- HAYLES, Katherine. **How we became posthuman**. Chicago/London: University of Chicago Press, 1999.
- HOBBS, Renee. **Digital and media literacy**: connecting culture and classroom. Thousand Oaks, CA: Corwin Press, 2011.
- HUTCHINS, Edwin. **Cognition in the wild**. Cambridge: MIT/Bradford Books, 1996.
- KLEIMAN, Angela. **Preciso “ensinar” letramento?**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Philosophy in the flesh**. New York: Basic Books, 1999.
- LEDOUX, Joseph. **The Emotional Brain**: The Mysterious Underpinnings of Emotional Life. New York: Simon & Schuster, 1996.
- MASSUMI, Brian. Fear. **Project Muse**, v. 13, n. 1, p. 31-48, 2005.
- MASSUMI, Brian. The Autonomy of Affect. **Cultural Critique**, n. 31, The Politics of Systems and Environments Part II, p. 83-109, autumn, 1995.
- MEDIA literacy defined. **National Association for Media Literacy Education**, New York, 06 abr. 2010. Disponível em: <https://namle.net/publications/media-literacy-definitions/>. Acesso em: 22 jan. 2020.
- MORAVEC, Hans Paul. **Mind Children**. Cambridge: Harvard University Press, 1988.
- MURROCK, Erin; AMULYA, Joy; DRUCKMAN, Mehri; LIUBYVA, Tetiana. Winning the War on State-Sponsored

Propaganda: Results from an Impact Study of a Ukrainian News Media and Information Literacy Program. **Journal of Media Literacy Education**, v. 10, n. 2, p. 53-85, 2018.

NORMAN, Donald. **Things that make us smart**. Cambridge: Perseus Books, 1993.

OLSON, David. **O Mundo no Papel**. São Paulo: Ática, 1997.

PEREIRA, Vinicius. Linguagens midiáticas, entretenimento e multissensorialidade na cultura digital. In: REGIS, Fátima; ORTIZ, Anderson, AFFONSO, Luiz; TIMPONI, Raquel (Orgs.). **Tecnologias de Comunicação e Cognição**. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 180-202.

PICCOLI, Luciana. Alfabetizações, alfabetismos e letramentos: trajetórias e conceituações. **Revista Educação Real**, v. 35, n. 3, p. 257-275, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8961>. Acesso em: 20 de jan. 2020.

REGIS, Fátima. Práticas de Comunicação e desenvolvimento cognitivo na cibercultura. Porto Alegre: UFRGS, **InTexto**, v.02, n.25, p. 115-129, dez. 2011.

REGIS, Fátima. Textos, texturas e intertextos: apontamentos sobre aprendizado e competência na comunicação digital. Porto Alegre: **InTexto (Online)**, v. 6 n. 33, p. 209, 2015.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012.

SANGALANG, Angeline; OPHIR, Yotam; CAPPELLA, Joseph N. The Potential for Narrative Correctives to Combat Misinformation. **Journal of Communication**, v. 69, n. 3, p. 298-319, jun. 2019. Disponível em: <https://academic.oup.com/joc/article-abstract/69/3/298/5481803>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação. **Comunicação e Educação**, v. 19, n. 2, p. 15-26, 2014.

STREET, Brian. **Social Literacies: critical approaches to literacy in development, ethnography and education**. London: Longman, 1995.

WALTER, Nathan; MURPHY, Sheila T. How to unring the bell: A meta-analytic approach to correction of misinformation, **Communication Monographs**, v. 85, n. 3, p. 423-441, may 2018. Disponível em: 10.1080/03637751.2018.1467564. Acesso em: 20 jan. 2020.

Fátima Regis é pós-doutora pelo Centro de Estudos do Século 21 (C21) da University of Wisconsin, Milwaukee, EUA, e doutora em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora da graduação e da pós-graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Pesquisadora da área de Comunicação e Cultura Digital. Pesquisadora do CNPq e Procientista da UERJ/Faperj. É coordenadora do grupo de pesquisa Comunicação, Lúdico e Cognição (CiberCog) e da Unidade de Desenvolvimento Tecnológico Laboratório de Mídias Digitais, ambos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Edição v. 39
número 2 / 2020

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 39 (2)
ago/2020-nov/2020

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

A Fábrica de Monstros: performances da masculinidade em entrevistas com Léo Stronda

The Factory of Monsters: the performances of masculinity in interviews with Léo Stronda

IGOR SACRAMENTO

Fundação Oswaldo Cruz/Universidade Federal do Rio de Janeiro (Fiocruz/UFRJ) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: igorsacramento@gmail.com. ORCID: 0000-0003-1509-4778.

DANIELLE RAMOS BRASILIENSE

Universidade Federal Fluminense (UFF) – Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: dabrasiliense@gmail.com. ORCID: 0000-0003-2772-639X

JULIO CESAR SANCHES

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: sanches.julius@gmail.com. ORCID: 0000-0001-8707-4966.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SACRAMENTO, Igor; BRASILIENSE, Danielle Ramos; SANCHES, Julio Cesar. A Fábrica de Monstros: performances da masculinidade em entrevistas com Léo Stronda. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 2, p. 164-177, ago./nov. 2020.

Submissão em: 04/11/2019. Revisor A: 24/03/2020; Revisor B: 31/03/2020. Aceite em: 10/04/2020

DOI – <http://doi.org/10.22409/contracampo.v39i2.38416>

Resumo

Nos últimos anos, percebemos o uso frequente de palavras como monstro e monstroão não só como qualificadores de corpos masculinos musculosos, mas também como vetores da identificação da virilidade como valor pelo *bodybuilding*. Neste texto, analisaremos esses discursos por meio de entrevistas com Léo Stronda, cujas performances da masculinidade consistem nos modos de afirmação de um projeto identitário centrado na reavaliação da monstruosidade. Nossa análise consistirá em duas etapas. Na primeira, abordaremos os modos como Léo Stronda se identifica como monstro, reelaborando seu passado e projetando um futuro, o que o permite afirmar uma autoridade por meio da conquista do corpo-monstro. Em seguida, tratamos dos comentários aos vídeos e do reconhecimento do *youtuber* como modelo e guru dos que desejam também serem chamados reconhecidos como monstros. Concluímos que a associação entre masculinidade e monstruosidade em um sentido positivo contribui para a construção da virilidade pela brutalidade e preocupação com a aparência, o que configura a forma corporal como parte de um estilo de vida.

Palavras-chave

Corpo; Identidade; Masculinidade.

Abstract

In recent years, we have been seeing words such as monster and big monster being more often used as qualifiers of muscular male bodies, but also as vectors of virility as value for bodybuilding. In this work, we will try to observe through interviews with Léo Stronda, whose performances of masculinity in the ways of affirming an identity project centered on a reevaluation of monstrosity. Our analysis will consist of two steps. In the first part, we will discuss the ways in which Léo Stronda identifies himself as a monster, re-elaborating his past and projecting a future, which allows him to seek to assert an authority through the conquest of the monster body. Next we look at the comments on the videos and the recognition of youtuber as the model and guru of "being a monster". We conclude that the association between masculinity and monstrosity in a positive sense contributes to the construction of virility by the brutality and by the concern with appearance, which shapes the body as part of a lifestyle.

Keywords

Body; Identit; Masculinity.

Introdução

“Virar monstro”, “vem, monstro”, “crescer”, “ficar grandão”, “monstrão”. Expressões como essas marcam os espaços das academias de ginástica no meio daqueles que se dedicam ao *bodybuilding*.¹ Esses termos, nos últimos anos, porém, tornaram-se populares na vida cotidiana, especialmente entre os homens que se preocupam tanto com as formas anatômicas do seu corpo, no que diz respeito à estética, quanto com seu caráter masculino. Desse modo, enfatizam, em uma nova relação com o corpo, uma transformação no sentido de monstruosidade. Positivado, o monstro não é necessariamente o outro da normalidade, o seu extremo oposto, radical, daquele que está marcado por uma transgressão dos limites naturais e das classificações. Ao longo do século XX, há um processo de objetificação da monstruosidade pela ciência, o que descolou a monstruosidade do âmbito da natureza para o do comportamento: “vemos que se esboça uma mudança, que é de certo modo a autonomização de uma monstruosidade moral, de uma monstruosidade de comportamento que transpõe a velha categoria do monstro, do domínio da alteração somática e natural para o domínio da criminalidade pura e simples” (FOUCAULT, 2010, p. 75).

Ao pensarmos nos corpos que sofrem, de que fala Judith Butler (2011), relacionando-os à monstruosidade como anormalidade, nos veio à memória a série televisiva, de sucesso nos anos 1980, no Brasil chamada *O Incrível Hulk*. O cientista David Banner, vivido pelo ator Bill Bixby, é vítima de um efeito radiativo após testes com uma bomba que acabaria com doenças. Sob esse efeito, David se transforma em determinados momentos em um monstro grande, verde e musculoso, cuja intensidade do aumento do seu corpo rasga a sua roupa pequena de homem franzino e comum. Lou Ferrigno, o ator que interpreta Hulk transformado, tinha 1,94m de altura e pesava 135 quilos. Forte, exótico e eficaz, Hulk faz as pessoas terem medo e admiração por ele. Mas ao passar o efeito da sua transformação, o personagem sofre, por vezes chora por ter que carregar para sempre com ele aquele monstro que surge sem que ele controle. Os finais dos episódios de *Incrível Hulk* são sempre iguais, com a mesma música triste que marca o momento de solidão daquele monstro disfarçado que jamais conseguirá conviver normalmente em sociedade.

O que nos chama a atenção é o deslocamento do sofrimento em ser monstro para uma valorização. Ao contrário do que vimos em Hulk, não se sofre mais para ser apresentado como monstro, especialmente no que diz respeito à performance do corpo escultural masculino. Sofre-se por não se ter o corpo grande e com musculatura hipertrofiada, pois este é o ideal. Busca-se ser monstro. A monstruosidade de Hulk não era de natureza má, apenas seu corpo grande e bruto era percebido como desproporcional aos outros. Embora isso gerasse na personagem incômodo, sensação de desajuste e desvio, fazia dele um homem mais forte, mais potente, que hipnotizava os outros pela sua diferença corporal. O que temos contemporaneamente é a possibilidade de corpo-monstro que não é mais uma razão de tristeza, mas tem o tom de felicidade e plenitude como performance de uma masculinidade normalizada.

Criado em 14 de abril de 2014, o canal do YouTube *Fábrica de Monstros* se dedica a reforçar que o corpo bastante musculoso deixa de ser o signo da anormalidade ou extraordinariedade para o da normalidade ou ordinariedade, configurando um tipo de masculinidade e de corpo masculino que exterioriza a virilidade, a força, e também o cuidado consigo mesmo. O primeiro vídeo faz parte da *playlist* Monstro na Cozinha, quadro do canal que dialoga com os programas de culinária da TV com algumas mudanças importantes na linguagem. O jovem apresentador dos vídeos, Léo Stronda, veste avental por cima do dorso desnudo, para mostrar o corpo musculoso, apenas prepara receitas que incentiva seus espectadores a se tornarem monstros e tampouco se importa com as formalidades e decoro comuns nesse formato na TV, geralmente endereçado a donas de casa.² Fala palavrões, ofende seus expectadores chamando-os de frangos ou franguetes.³

3 Frango e seus derivados são expressões geralmente associados em oposição a monstro. O frango é tanto o não praticante quanto o inicialmente na prática de musculação, não conhece métodos e técnicas suficientes.

Pensando sobre isso, vamos analisar neste trabalho a performance de Léo Stronda, que se assume positivamente como monstro e não sente culpa ou tristeza por fazê-lo, muito pelo contrário. Nosso *corpus* se concentra em um vídeo do canal do YouTube, *Fábrica de Monstros*, em que Léo Stronda entrevista a si mesmo, publicada em 30 de abril de 2015, e uma outra entrevista para o programa *The Noite com Danilo Gentili*, do SBT, exibida em 30 de dezembro de 2015, e publicada no canal do YouTube no mesmo dia.

Nossa análise considerará os discursos e entrevistas de Léo Stronda, nas quais ele valoriza o corpo-monstro e a si mesmo como autoridade na conquista de modelo corporal ideal. Assim, embora se recorde como um “frango”, é a produção dessa memória e de uma ruptura performática com seu próprio passado que o legitima no presente como monstro e faz seguir buscando meios para continuar sendo prestigiado como tal. Buscamos, como estratégia metodológica, a sincronia com o tempo da publicação dos vídeos para podermos analisar os modos de expressão da masculinidade-monstro, bem como a dinâmica de reconhecimento do “ser monstro” como projeto identitário de Léo Stronda e seus espectadores.

Dividimos este texto em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Primeiro apresentamos elementos teóricos básicos para a noção compreensão do processo de valoração da masculinidade-monstro como um projeto identitário. Depois, tratamos da análise do vídeo do canal *Fábrica de Monstros* e, na sequência, da entrevista para o programa.

O projeto de masculinidade-monstro

Com mais frequência, observamos processos de reavaliação do corpo musculoso na contemporaneidade. Nas formas de expressão utilizadas por Léo Stronda nos vídeos, ao se autoafirmar como monstro e como plenamente capacitado para instruir a seus seguidores sobre como se tornar monstro, vemos o processo de construção de identidade envolvendo valoração e reconhecimento. Nesse sentido, o reconhecimento da autoridade de Léo Stronda como modelo e guru da monstruosidade musculosa, por meio de comentários aos vídeos, permite observar o quanto o trabalho pessoal sobre o corpo se configura como uma forma de expertise. O corpo está, portanto, em um estado contínuo de “inacabamento”; o corpo é “visto como uma entidade que está em processo de transformação; um projeto que deve ser trabalhado e realizado como parte da autoidentidade de um indivíduo” (SHILLING, 1993, p. 5). Um modo de pensar a configuração contemporânea da cultura somática do desenvolvimento de “projetos corporais”. Projetos corporais são formas de construir identidades pessoais e coletivas por meio do corpo, particularmente da superfície do corpo.

Como observa Jurandir Freire Costa, “cultura do corpo, ou culto ao corpo, não é uma definição; é um recurso de ênfase. A designação imprecisa chama a atenção para o fato de o corpo ter-se tornado um referente privilegiado para a construção das identidades pessoais” (COSTA, 2004, p. 203). Ainda segundo Costa, condicionam a cultura somática contemporânea dois fenômenos: “o remapeamento cognitivo do corpo físico e a invasão da cultura pela moral do espetáculo” (COSTA, 2004, p. 204). O primeiro é o responsável por fornecer as justificativas racionais para reescrevermos o que somos. Já o segundo aspecto contribui para definir as normas morais do que devemos ser, observando o sistema cultural estruturado em torno da regulação dos corpos.

Há um conjunto diversificado de saberes, técnicas e produtos disponíveis no mercado de saúde contemporâneo, garantindo a possibilidade de instauração daquilo que Nikolas Rose (2014) chama de ética somática. Isto é, torna-se imperativo aos indivíduos a responsabilidade pelo gerenciamento dos riscos da doença e do envelhecimento, pela hipertrofia, pela diminuição do percentual de gordura, pelo melhoramento contínuo do corpo, pela longevidade e pela vitalidade a partir de escolhas e projeções que parecem definir o curso da vida. Na sociedade contemporânea, de fato, “temos os meios para exercer um grau sem precedentes de controle sobre os corpos, mas também estamos vivendo em uma era que colocou em dúvida radical o nosso conhecimento sobre o que são os corpos e como devemos controlá-

los” (SHILLING, 1993, p. 3). O corpo está se tornando “cada vez mais um fenômeno de opções e escolhas” (SHILLING, 1993, p. 3). Escolher um projeto de corpo depende do reconhecimento da falência de uma estrutura do passado para entrar em ação. Desse modo, não se pode ignorar que “a consistência do projeto corporal depende, fundamentalmente, da memória que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos” (VELHO, 1994, p. 101, grifos do original).

A possibilidade de associação da masculinidade à monstrosidade em um sentido positivo, como um *projeto corporal* legitimado e reconhecido amplamente, verifica-se por meio de processos de normalização. Processos como esses, esclarece Foucault (1988), se referem a como o poder é tanto totalizador, porque controla todos os aspectos da vida, criando pressão para se conformar às normas, e individualizante, porque aqueles que estão fora da norma são marcados como desviantes e direcionados a estratégias disciplinares projetadas para neutralizar seu desvio. Em nossa reflexão, a partir disso, na base da produção de masculinidades, está o processo de normalização de certas construções identitárias e, ao mesmo tempo, de determinação do lugar em que um indivíduo é posicionado no sistema hierárquico de masculinidades. No entanto, tal conformação não é alcançada por meio da coerção ou da força, mas sim pelo desejo. Ao construir concepções de normalidade e desvio, o poder faz as normas se tornarem morais, boas e corretas, e cria o desejo de se conformar e se ajustar a essas normas. O poder seria frágil se a sua única função fosse reprimir, se funcionasse apenas e unicamente como forma de censura, exclusão, bloqueio e repressão. Para Foucault (1988), o poder produz efeitos nos níveis do desejo e do conhecimento. Para nós, esses efeitos também se dão nos projetos identitário-corporais afirmados, defendidos e propagados por determinados indivíduos, como no caso da masculinidade-monstro.

Acreditamos que o corpo, como um local para a inscrição e repetição de determinadas práticas de masculinidade, é governado por normas que ditam a negociação de certas práticas significantes e psíquicas que informam a maioria dos homens de acordo com a prática regulatória da heterossexualidade compulsória. O sexo é “uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir – demarcar, fazer, circular, os corpos que ela controla” (BUTLER, 2011, p. 1). Trata-se, portanto, de “um ideal regulatório cuja materialização é imposta: essa materialização ocorre (ou deixa de ocorrer) através de certas práticas altamente reguladas” (BUTLER, 2011, p. 1). Em outras palavras, o que se chama de sexo é um construto ideal que é forçosamente materializado por meio de tempos e espaços. Tal formulação “tira a concepção do gênero do solo de um modelo substancial da identidade, deslocando-a para um outro que requer concebê-lo como uma temporalidade social constituída” (BUTLER, 2010, p. 243). Afinal, “ele não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o “sexo” e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas” (BUTLER, 2011, p. 1-2).

Para entender isso, a autora se vale de duas noções: performatividade e performance de gênero. Segundo Butler (2011, p. 34), a performatividade “não deve ser entendida como um ato singular e deliberado, mas como a prática reiterada e referencial mediante a qual o discurso produz os efeitos que nomeia [...] e, à medida que adquire a condição de ato no presente, oculta ou dissimula as convenções das quais é uma repetição”. Para poder materializar seus efeitos, o discurso deve ser entendido como um “conjunto de cadeias complexas e convergentes cujos efeitos são vetores de poder e cuja função tática não é uniforme nem estável” (BUTLER, 2011, p. 267). Se o poder que tem o discurso para produzir aquilo que nomeia está associado à questão da performatividade, logo a performatividade é “uma esfera na qual o poder atua como discurso” (BUTLER, 2011, p. 316). Já a performance é apenas parte do gênero. Por isso, Judith Butler (2011, p. 328) afirma que “seria um erro reduzir a performatividade à manifestação ou atuação do gênero”. Trata-se daquilo que perturba as associações binárias e aponta para o caráter imitativo de todo gênero. Performance, assim, aponta para uma “contingência radical” (BUTLER, 2010,

p. 196) em relação ao gênero e ao sexo, para uma desnaturalização e para o caráter de fabricação de toda identidade sexual. A dimensão contingente do gênero como performance sugere a necessidade de repetição que, ao mesmo tempo em que é a reencenação de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente, é também, a cada vez, uma nova experiência.

Diante dessa compreensão, a performatividade refere-se ao processo complexo da constituição não apenas do gênero, mas também do sexo, por meio da internalização de normas impositivas da heterossexualidade compulsória, que se materializam no corpo como sexo e que criam um efeito de gênero real e estável. Essas normas estabelecem os limites do que será considerado uma formação inteligível do sujeito dentro de determinado contexto histórico. Tal circunstância deve-se ao fato de que “não há criação de si (*poiesis*) fora de um modo de subjetivação e, portanto, não há criação de si fora das normas que orquestram as formas possíveis que o sujeito deve assumir” (BUTLER, 2010, p. 29).

O gênero, nessa perspectiva, não é constituído por um *eu* ou um *nós* preexistentes. Sujeito ao gênero e subjetivado pelo gênero, “o *eu* não está nem antes nem depois do processo dessa generalização, senão que somente emerge dentro (e como a matriz) das relações de gênero mesmo” (BUTLER, 2011, p. 25). Nesse sentido, é necessário pensar que “as masculinidades não são entidades fixas encarnadas nos corpos ou nos traços da personalidade dos sujeitos”, mas são “configurações normativas de práticas que são realizadas nas relações sociais” e que “podem se diferenciar e serem reformuladas de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular” (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013, p. 250). A construção de masculinidades envolve a eleição de características no conjunto de representações e práticas de gênero e sexualidade disponíveis em um espaço social em um determinado momento. Isso ocorre dentro de um processo de normalização que designa determinados corpos e condutas como normais, desejáveis e corretas em contraposição àquelas consideradas menos normais, mais anormais e menos anormais, e assim por diante.

É nessa perspectiva que observamos o processo de normalização e valoração da masculinidade-monstro a partir de Léo Stronda. Entendemos que tal processo atua no nível do desejo, incitando a ele e outros a se tornarem musculosos e machos o suficiente para serem considerados monstros. Há nisso não apenas o corpo. O corpo é insígnia de um poder internalizado como desejo que se externaliza como forma física. No caso de Léo Stronda, isso ocorre de modo considerado muito bem-sucedido. Ele dociliza o seu corpo a ponto de se adequar aos valores morais contemporâneos de masculinidade e às mutações da biopolítica contemporânea, que responsabiliza os indivíduos pelos próprios bem-estar, felicidade e saúde. Afinal, o poder de normalização opera por meio da produção de desejo de se conformar às normas que certo saber se estabelece. Assim, os indivíduos sentem-se compelidos a regular seus corpos para se conformarem às normas, mas também para falar sobre o que eles “deveriam” e “não deveriam” fazer e confessarem qualquer desvio dessas normas.

A entrevista de si em fábrica de monstro

Em 14 de abril de 2014, o canal do YouTube *Fábrica de Monstros* publica um vídeo convidando os internautas a se inscreverem naquilo que é classificado como “o maior canal *fitness* do Brasil”, na campanha de publicidade do próprio canal. Na apresentação, Léo Stronda narra os desafios que estão por vir, para ele e para os inscritos no canal. A narração de Stronda diz que “não há vitória sem sacrifícios”, entendimento comum aos praticantes de musculação, pois o repertório simbólico difundido na cultura *fitness* aponta, majoritariamente, para a noção de que sem dor não há ganho. Afinal, a noção de dor elaborada pelos praticantes do *bodybuilding*, como é o caso do narrador Stronda, é um dos principais elementos do processo de desenvolvimento da modelagem corporal por meio da musculação. No contexto do *bodybuilding*, a dor se positiva e se legitima, uma vez que está “diretamente associada à dedicação, aos exercícios, ao domínio estóico das ações e dos desejos” (SABINO e LUZ, 2014, p. 472). Assim, ao adquirir

um corpo musculoso, o aspirante a monstro passa a ser reconhecido pela capacidade de superar ou resistir à dor, o que o possibilita moldar em sua carne “o perfil musculoso do *status* diretamente radicado na forma e no saber como construí-la” (SABINO e LUZ, 2014, p. 473). Ocorre, então, que a superação, como projeto de vida, é acionada constantemente. Léo Stronda chega a declarar o seguinte: “Minha neurose é que nunca estou bom o suficiente. Estou diariamente atrás de algo melhor. Dizem que sou louco, um monstro. É, talvez estejam certos”.

O vídeo *teaser* do canal *Fábrica de Monstros* produziu diferentes reações nos internautas que se inscreveram no canal. A fala de Léo Stronda inicia um processo de construção de autoidentidade como monstro. Para ele, o apego a um conjunto de características procura dar sentido e coerência à identidade pessoal. Aqui ele busca fazer coincidir entre a promessa da manutenção de si pelo caráter: “Sou (...) um monstro”. O “quem” coincide com o “quê”. Assim, a construção dessa autoidentidade, cuja representação maior está em seu próprio corpo, torna-o responsável, como ele mesmo garante, pela fabricação de novos monstros. Ao dizer que “chegou a hora de você mudar sem desculpas”, o canal *Fábrica de Monstros* constrói uma negociação simbólica com os inscritos. Como podemos observar em alguns dos comentários a esse vídeo, o projeto de ser monstro organiza o relato do narrador quando ele fala de si e do grupo a que pertence e representa. O usuário Rodrigo Filho, por exemplo, em resposta ao vídeo nos diz: “Podemos confiar nele que ele vai ajudar a nos tornar um MONSTRO by Léo Schulz (sic.)”.

Nesse sentido, ser monstro torna-se um projeto, nos termos de Velho (1994). Afinal, um projeto confere sentido duplo à vida de um indivíduo: direção e significado. Ao mesmo tempo que estabelece aonde o indivíduo quer chegar, o projeto traz sentido à existência. Nesse caso, certamente, trata-se de uma passagem do *status* corporal identificado como o de frango ao de monstro. Mas esse tipo de configuração de autoridade pela incorporação da masculinidade normativa acarreta um conjunto de diferenciações. Afinal, é certo que estamos entendendo que as identidades são processadas na relação entre indivíduo e sociedade, especialmente a partir de lógicas hierarquizantes de classificação e valoração. A cultura somática está produzindo uma “ética somática das diferenças, pois em vez de submeter os indivíduos às normatividades tradicionais, ela busca criar pequenas normatividades adequadas à versatilidade do equipamento biológico” (COSTA, 2004, p. 239).

Ao mesmo tempo, há uma relação intensa entre a construção dessa identidade pessoal e a questão moral. Isto é, a valorização do outro e também de si mesmo é uma forma de produção e reprodução de práticas e valores sociais quando há o esforço de criar estigmas por enquadramentos de discursos asseguradas pelo senso comum a respeito dessa identidade corporal masculina. No nosso caso, estamos analisando tanto a revalorização da monstrosidade como a produção de processos de identificação a partir desse modelo hipertrofiado de corpo-monstro masculino.

Não podemos deixar de observar que a foto do perfil no YouTube do espectador nomeado como Rodrigo Filho é do presidente Jair Bolsonaro. Não é à toa essa identificação. Bolsonaro, em suas aparições e posicionamentos públicos, demonstra há mais de três décadas traços de homofobia, misoginia, racismo e autoritarismo, e foi sendo especialmente considerado nos últimos anos um ícone, ou “mito”, como o chamam seus seguidores, da chamada onda conservadora no Brasil (cf., por exemplo, MARANHÃO FILHO et al., 2018). Nesse sentido, a identificação de um seguidor de Bolsonaro com Stronda é completamente plausível e esperada. Stronda constrói a si mesmo como uma figura que desenvolve uma personalidade hiper-heterossexual e constrói uma imagem de si mesmo como um monstro. A imagem que procura construir para si mesmo interliga discursos sobre masculinidade, heteronormatividade, agressividade, individualismo e narcisismo.

Além disso, cabe ressaltar no comentário de Rodrigo Filho a confiança em Léo Stronda para fazê-lo se tornar um monstro. Como já dissemos, reconhecer o corpo como um projeto implica a aceitação de que seu tamanho, forma e aparência estão sujeitos a reconstrução de acordo com os projetos de seu proprietário. A cultura somática contemporânea requer a consciência do indivíduo sobre o gerenciamento

e a estética de seu corpo. Isso exige o reconhecimento do corpo como um recurso pessoal e social que projeta a identidade de uma pessoa. Portanto, os corpos tornam-se “objetos maleáveis que podem ser moldados pela vigilância e pelo trabalho árduo de seus donos” (SHILLING, 1993, p. 5).

A impressão de que Léo Stronda será capaz de transformar o corpo dos seguidores em monstros é corrente, como podemos ver no comentário do internauta Felipe Santos ao dizer “eu sou frango gordo mas curti pq vai mudar a minha vida!”.

Nessa postagem, está bastante evidente que há uma hierarquização entre o corpo-frango e o corpo-monstro associada a uma outra, entre o magro e o gordo. Na cultura *fitness*, ser frango gordo é muito mais pejorativo e subalternizado. No entanto, Felipe Santos afirma crer em Léo Stronda para mudar a sua vida. Mais uma vez, o corpo-monstro é projeto: dá direção e significado à vida.

A autoridade de Léo Stronda para poder “mudar a vida” está sobretudo inscrita em seu corpo. A titulação de Stronda não é acadêmica, mas é o seu próprio corpo, que atua como insígnia de um trabalho intenso de dedicação e modelação corporal por meio de dieta e exercícios físicos. Assim, o corpo, ele mesmo, se torna capital simbólico. Trata-se de um corpo distintivo, um corpo conquistado por meio de muito investimento financeiro, trabalho e sacrifício (GOLDENBERG e RAMOS, 2002). Tornar-se monstro é, portanto, um novo significante corporal de um modelo de masculinidade normativa. Isso faz com que determinados indivíduos estejam em posição de conselheiros e outros de aconselhados, ou ainda, mestres e aprendizes.

Assim, voltando a Bourdieu (1989), o que está em jogo nas lutas identitárias não é apenas “ser percebido que existe fundamentalmente pelo reconhecimento dos outros”, mas ser dotado da capacidade de “imposição de percepção e categorias de percepção” (BOURDIEU, 1989, p. 117). Acreditamos que, entre os seus seguidores, Léo Stronda adquire essa autoridade masculina para “fazer ver” e “fazer crer”, quando aconselha e conquista reconhecimento. Afinal, se o poder simbólico é o poder de “fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo” (BOURDIEU, 1989, p.14), é preciso, como analista, observar a “luta pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social” (BOURDIEU, 1989, p.174). Nesse sentido, Léo Stronda baseia a sua autoridade na experiência de ter conseguido ter um corpo-monstro, numa sociedade que valoriza a hipertrofia muscular como signo de masculinidade dominante.

O vídeo do quadro Convidado monstro, do canal *Fábrica de Monstros*, publicado no dia 20 de abril de 2015, é o exemplo de descrição do projeto desenvolvido pela figura de Léo Stronda que, de forma inusitada, se autoentrevista. Ao falar de si, anuncia o seguinte perfil:

Nós vamos entrevistar aqui a celebridade do mundo *fitness*, do mundo *bodybuilding*, do mundo do *hip-hop*, do mundo do *rap*. O cara é brabo (sic.) demais, e eu sou muito fã, tá? Ele que trouxe uma nova cara para o esporte nacional, ele que trouxe um novo Know-how para o *hip-hop* brasileiro, um cara assim sem palavras, eu nem vou gastar elogios aqui porque ele mesmo já se basta, tá bom? Estamos aqui e vamos entrevistar hoje o nosso querido Léo Stronda, o monstro dos monstros.

Ao se apresentar, Stronda se refere como um sujeito de sucesso, como uma figura que alcançou os objetivos de se tornar uma celebridade nacional, destacando primordialmente as conquistas realizadas em diferentes áreas das artes e do esporte.⁴ Este último, sobretudo, é a marca que constitui a imagem pública de Léo Stronda, o monstro com formas corporais exageradas e conhecedor de técnicas de

4 Léo Stronda não iniciou sua carreira como *youtuber*, mas como cantor. Juntamente com Diego Thug, MC Night e MC Cot, ele formou, em 2006, um grupo carioca de funk e hip-hop, o Bonde da Stronda. O grupo se popularizou entre os jovens por meio da Internet por suas músicas abordarem, de modo politicamente incorreto, as noitadas, as bebedeiras, os namoros, as relações sexuais, as mulheres, o cotidiano. Desde 2009, a banda se tornou uma dupla com a saída de MC Cot em 2007 e a de MC Night em 2008.

aperfeiçoamento corporal – sob a égide do *bodybuilding*. O esporte, nesse sentido, tornou-se o símbolo da conduta moral de Léo Stronda em governar a si mesmo, cujos resultados dos exercícios físicos são demonstrados na sua própria dimensão corporal.

O pensamento do sociólogo francês Alain Ehrenberg sobre o papel do esporte nas sociedades contemporâneas é imprescindível para a compreensão do fenômeno social do monstro Léo Stronda. Ehrenberg (2010) afirma que o esporte passou a agregar uma valoração social jamais vista, tornando-o uma catapulta para os discursos de autonomia do sujeito contemporâneo. Além disso, salienta Ehrenberg, o esporte se espalhou no cotidiano social e tornou-se um motor de práticas de governo de si. O autor considera que atualmente o esporte “é um *sistema de condutas de si* que consiste em implicar o indivíduo na formação de sua autonomia e de sua responsabilidade” (EHRENBURG, 2010, p. 18). Como sujeito autônomo, o monstro Léo Stronda explica que a presença da musculação em sua vida ocorreu pela via da insatisfação com o corpo. Em sua entrevista de si, quando perguntado pelo motivo que o levou para as práticas de musculação, ele afirma que “o problema é que eu, pessoalmente, não gostava de me sentir pequeno, eu queria ser grande”. Léo Stronda, remete à ideia de fragilidade, pequenez e fracasso, valores morais que estão em constante disputa nas sociedades contemporâneas, cujos projetos de vida estão associados a uma busca pelos ideais de alta performance, de desempenho avançado, de transposição de barreiras e obstáculos, de vitória, de sucesso e, sobretudo, de força. Além disso, destaca-se toda uma trajetória de busca por aperfeiçoamento e autorrealização. Isso ocorre, sobretudo, no desejo dos resultados advindos das práticas esportivas, o famoso treino. Perguntado se há uma fórmula para alcançar bons resultados (tornar-se monstro), Léo Stronda reitera que “não tem fórmula mágica para ficar monstro, muito menos em três meses. Isso não existe, tá? O que existe é dedicação, treino, dieta e descanso”.

O papel de aconselhamento produzido por Léo Stronda traduz aquilo que Nikolas Rose (2011) aponta como a dimensão da *expertise* contemporânea como técnica usada por diferentes sujeitos com o intuito de aconselhar os demais acerca do domínio de si:

[Assim], indivíduos contemporâneos são incitados a viver como se fossem *projetos*: eles devem *trabalhar* seu mundo emocional, seus arranjos domésticos e conjugais, suas relações com o emprego e suas técnicas de prazer sexual; devem desenvolver um “estilo” de vida que maximizará o valor de suas existências para eles mesmos (ROSE, 2011, p. 218, destaques no original).

Léo Stronda demonstra a sua *expertise* em relação às práticas esportivas da musculação e aconselha os inscritos no canal *Fábrica de Monstros*. Ela mais do que ajuda outros a encontrarem formas de conquistar o corpo-monstro, como também é experto. Segundo Rose (2011), a *expertise* tem o caráter de “atribuição de autoridade com relação à ‘condução da conduta’” (ROSE, 2011, p. 217). Nesse sentido, a competência da *expertise* em governar a si e aos outros é potente. Ela causa, sobretudo, um efeito de produção de sujeito, além do referendo à autoridade do conselheiro, cujo trabalho é desenvolver projetos de vida. É recorrente o pedido de ajuda solicitado pelos inscritos no canal, pois há um reconhecimento das qualidades de aconselhamento presente no discurso de Léo Stronda. No comentário a seguir, a narrativa de vida de Léo Stronda da época de frango na adolescência – tema abordado no vídeo – se desmembra em histórias pessoais. Em outras palavras, os internautas inscritos no canal buscam conselhos daquilo que foi vivido pelo *youtuber*, buscando trilhar o caminho colocado como certo para ser monstro também. Patrick Farias, por exemplo, diz que, assim como Léo Stronda, gosta de malhar e quer deixar de ser de ser frango desde adolescência. O internauta faz uma pergunta ao *youtuber*: “Léo, tenho 14 anos e gosto de malhar, nunca tomei nenhum suplemento. Sabe se suplementos, principalmente o whey, e treinos intensos prejudicam na minha altura?”

Patrick não recebe uma resposta do seu ídolo. Mas a pergunta é respondida por Stronda em outros vídeos do canal, em que ele recomenda o uso de Whey Protein. Diz, ainda, que fazia uso de suplementação desde quando começou a malhar, na adolescência. Há uma confiança generalizada em

Stronda por parte de seus espectadores. Com base nesses comentários, já temos alguns indicativos de que os processos de produção e apropriação dos recursos biomédicos com fins de aprimoramento têm talvez como finalidade muito menos ajudar a reinscrever as diferenças em termos corporais e bem mais acentuar e legitimar as características associadas a uma masculinidade esperada. Nesse contexto, Léo Stronda funciona tanto como modelo de corpo e performance masculina quanto como conselheiro sobre as formas de conquistar tal padrão.

Se seguirmos pensando sobre a relação entre expertise e identidade a partir de uma rede de agentes e agências sociais, com seus fluxos e interações, podemos perceber o estabelecimento de um projeto comum: tornar-se monstro. Esse projeto tem como referência alguns conselheiros, líderes ou *coaches*, que são reconhecidos pela capacidade de maximizar as chances de um determinado indivíduo conquistar certo objetivo corporal, e assim adquirir determinado reconhecimento ou, antes, a passagem e o pertencimento a um grupo superior ao dele, passando, no caso, de frango a monstro. Nesse sentido, Felipe Macêdo, ao comentar, se identifica com Léo Stronda e passa ter esperança, achando que é igual ao ídolo e que terá a mesma história de sucesso que ele teve. Felipe Macêdo diz: “Eu sou igual o Leo cara tenho 15 anos e 1,51 de altura, acho q vou percorrer na mesma historia dele tbm já fui no medico so q a medica falo nd de musculacao pq atrapalha no crescimento, ela falo pra fazer lutas mas odeio lutas eu sou um anao os cara vao me janta na porrada (sic.)”.

A identificação das narrativas de vida do *youtuber* Léo Stronda e dos inscritos no canal *Fábrica de Monstros* é acionada constantemente nos comentários dos vídeos, trazendo para o debate o caráter interacional (e de identificação) que existe no processo de formação da imagem de si (e dos outros) construída por Stronda. A história de vida de Léo Stronda surge em replicações (r)elaboradas pelos internautas, demonstrando identificação com a narrativa e adensando uma relação de confiança entre o *youtuber* e seus fãs. Ou seja, o papel de figura de autoridade, associada à memória de seu passado como frango, consolida uma imagem de Léo Stronda como herói, como fonte de inspiração, como sujeito exemplar. Diante disso, podemos considerar que o canal *Fábrica de Monstros* desenvolve um processo de “culto da performance”, cujo epicentro está na ideia de que há um “estilo de vida, e não apenas exercício físico; um estado de espírito mais do que uma distração ou uma pedagogia virtuosa do corpo” (EHRENBERG, 2010, p. 17).

A entrevista em *The Noite com Danilo Gentili*

A entrevista cedida por Léo Stronda ao apresentador de TV Danilo Gentili conserva as características da afirmação do projeto de masculinidade-monstro. O programa *The Night*, do dia 30 de dezembro de 2015, trouxe ao palco a celebridade *fitness*, cuja apresentação afirmava: “nosso próximo convidado é boladão, odeia os frango (sic.) e veio aqui dar regaço. Eu já fui direto ao ponto. Léo Stronda!!!!”. Em linhas gerais, a entrevista girou em torno da história de vida de Léo Stronda, passando pela narrativa do processo que o fez aderir à musculação. É nesse vídeo que ele explica o que é ser monstro, como vemos no seguinte trecho da entrevista:

Danilo Gentili: “O quê que é monstro? Você se considera um monstro?”

Léo Stronda: “Sim! hoje em dia, sim”.

Danilo Gentili: “Porque você abusa de criança, bate em velhinho?” [Plateia rindo]

Danilo Gentili: “Bate em mulher?”

Léo Stronda: “Monstro mesmo na carcaça, na aparência”.

Danilo Gentili: “Na carcaça...”

Léo Stronda: “É porque tem essa gíria no mundo da musculação, entendeu? Monstro é o cara que já chegou num nível mais alto, entendeu?”

O discurso de Léo Stronda sobre ser monstro afirma um deslocamento da ideia de monstruosidade. Acreditamos que o conceito negociado pelo *youtuber* está associado, sobretudo, à estética do corpo avolumado pelos exercícios físicos, tratando de evidenciar uma simbolização localizada no seio da cultura *fitness*. Ou seja, não se trata aqui de pensarmos nas figuras teratológicas da Idade Média (GIL, 2006), muito menos dos anormais, dos monstros morais, criminosos e delinquentes (FOUCAULT, 2010). A transfiguração do sentido de monstro da cultura *fitness* trata de apontar para o processo de ir além dos limites corporais, na busca da “construção” do corpo-monstro. Essa “monstruosidade banal” está presente na proliferação de figuras monstruosas na cultura contemporânea, principalmente nas produções culturais, literárias, cinematográficas etc. Evidencia-se isso quando Léo Stronda exemplifica, na entrevista, uma imagem-símbolo do corpo que gostaria de ter:

Danilo Gentili: “Quando você assiste *Os vingadores*, você fala, esse Hulk aí, eu chego lá”.

Léo Stronda: “É, eu me amarro. O Hulk é o meu predileto”.

O corpo monstruoso, segundo Jeffrey Jerome Cohen (2000), é constituído pela própria cultura que o engendra: “o corpo do monstro incorpora — de modo bastante literal — medo, desejo, ansiedade e fantasia (ataráxica ou incendiária), dando-lhes uma vida e uma estranha independência” (COHEN, 2000, p. 26-27). Logo, trata-se de pensarmos que o corpo monstro da cultura *fitness* está em marcha no momento em que os cuidados com o corpo ganham uma tônica moralizante (SHILLING, 1993).

Ocorre que a produção simbólica acerca do monstro comporta não apenas essa imagem apolínea do corpo *fitness*, mas também aqueles corpos contrastantes. Nesse caso, a figura do frango é o corpo em diálogo e tensão, é o outro: o corpo em desvio, a anormalidade, em relação à normalização do corpo-monstro. Quando perguntado sobre a parceria que Léo Stronda faz com Mr. Thug na banda Bonde do Stronda, o sentimento de repulsa ao corpo magro se estabelece na entrevista:

Danilo Gentili: “Agora o seu colega, o Mr. Thug”

Léo Stronda: “Mr. Thug, o Diego”...

Danilo Gentili: “Ele é meio frango, né?”

Léo Stronda: “Ele é franguíssimo, né? É outro nível de...de...”

Danilo Gentili: “Tem uma foto aqui” [mostrando uma foto do Mr. Thug ao lado de Léo Stronda].

Léo Stronda: “É outro estilo...”

Danilo Gentili: “É o Mister Frango, vai...”

Léo Stronda: “É o Mister Frango”

Danilo Gentili: “E você que é um monstro, fica frente a frente com um frango desse [referindo-se ao Mister Thug, parceiro de Léo Stronda no Bonde do Stronda], você não tem vontade de socar um frango desses? Não é da natureza de um monstro pegar um frango desses pelo pescoço?”

Léo Stronda: “É da natureza, é natureza”. [concorda].

Léo Stronda reitera um posicionamento do monstro *fitness* ligado à violência, principalmente quando confrontado com existências corporais que destoam do paradigma de governo de si articulado pela moral da cultura *fitness*. O macho alfa, como se autodeclara, exerce o papel de dominação de si e dos outros. Logo, cabe ao macho alfa, sendo ele o monstro, atacar os demais e impor os seus próprios desejos. Nesse sentido, a perspectiva do gênero masculino como detentor do papel de violação é ratificada pelo *ethos* apresentado por Léo Stronda. Esse macho mantém submisso todos os corpos que não se enquadram nos ideais de poder e força articulados nas relações de gênero. Ocorre que, nitidamente, Léo Stronda articula performances de gênero que buscam estilizar o macho, consagrando assim uma atitude reiterada do que é ser macho alfa. Nesse sentido, concordamos com Judith Butler (2010) ao invocar a noção de gênero como performance estabelecida em atos. A autora destaca que devemos pensar o gênero como um efeito das repetições que estabilizam a imagem dos gêneros. Logo, podemos concluir que “o efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanentemente marcado pelo gênero” (BUTLER, 2010, p. 200).

O argumento butleriano nos incita a perceber a identidade forjada por Léo Stronda como um efeito das políticas de gênero que formam a heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2010). Portanto, o caráter violento e dominador apresentado na performance de gênero de Léo Stronda escancara a necessidade de reiteração constante da dimensão de dominação, seja ela simbólica ou material. Nesse sentido, o frango é o sujeito que fracassou na busca pela manutenção da masculinidade viril – aqui atrelado à imagem do corpo volumoso das práticas esportivas, sendo ele apenas um corpo considerado frágil que deve ser subjugado aos desejos do macho alfa, que, nesse caso, é o monstro. Esse cenário demonstra quão problemática é a configuração do monstro *fitness*, justamente por (r)elaborar estratégias e práticas de reforço do binarismo sexual e de gênero. O comentário de Fabio Cristofori, por exemplo, demonstra como a expectativa do corpo másculo do macho alfa contemporâneo está diretamente ligada a um desejo exacerbado em relação aos músculos, declarando um possível fracasso do apresentador Danilo Gentili por ser frango: “É patético e vergonhosa a cena que Danilo Gentili exhibe seu bíceps ridículo de 32cm. Para um homem de 1,91 de altura e um bíceps desse eu só posso dizer que ele não representa os homens! Meus pêsames Danilo, snif, snif, snif...”.

Léo Stronda busca construir uma autoidentidade hipermasculina, bastante presente no fato de que aspira a desenvolver um tipo corpo conhecido pela mesomorfia muscular, que é caracterizada por músculos do tórax e braço bem desenvolvidos e ombros largos que se estreitam até uma cintura estreita. A forma mesomórfica está ligada a visões culturais de masculinidade que ditam que os homens sejam poderosos, fortes, competentes e controlem seu ambiente. É como se, em outras palavras, a hipertrofia contribuísse para garantir, manter e expandir a masculinidade.

Na entrevista, Léo Stronda percebeu um corpo magro como de sua dupla no Bonde da Stronda, como repugnante, porque negava as normas culturais de desejo masculino, incluindo dureza e poder físico. Tais características indesejáveis poderiam, no entanto, ser aliviadas ou desapareceriam com o desenvolvimento de um corpo musculado e tonificado. Mas isso exigia a resistência ao treinamento metódico sistemático, o esgotamento físico e a superação de obstáculos, incluindo lesões e aquele momento decepcionante em que os músculos alcançam um platô e, subsequentemente, param de crescer. Nesse sentido, o compromisso de construir e fortalecer o próprio corpo funciona como um símbolo da aspiração ascendente bem-sucedida para aqueles que são mais responsáveis consigo mesmo. Como reforçou Stronda nesta e na outra entrevista, com autodisciplina e autocontrole, é possível conquistar um corpo-monstro, permitindo-lhe ser reconhecida sua superioridade, baseada nos ideais de hipermasculinidade,

incluindo autoridade e dominação.

Considerações Finais

Léo Stronda ressalta, sobretudo, um processo instigante sobre as alterações do conceito de monstro. Acreditamos que a transformação do monstro contemporâneo, cuja existência está pautada pelo ímpeto da cultura *fitness*, acontece inicialmente pela rejeição da compreensão moderna de monstruosidade, afastando o julgamento moral acerca das figuras patológicas do século XIX. Como vimos, o monstro moderno é aquele que atravessou as barreiras impostas pelas leis sociais e biológicas, tornando-se um ser perigoso. A contemporaneidade, por sua vez, fez surgir novos horizontes para a monstruosidade. O *projeto* de monstro exaltado nas falas de Léo Stronda, por exemplo, é uma entidade positivada, repleta de agenciamento e motivação, vivendo sempre em busca de resultados de alta performance, dialogando constantemente com o risco. Ao dizer que “monstro é o cara que já chegou num nível mais alto” das práticas de musculação, Léo Stronda posiciona o sentido de monstro no interior de um conjunto de práticas de cuidado com o corpo e a aparência, destoando de toda valoração moral que existia na modernidade. Em outras palavras, o monstro exortado pelo *bodybuilder* Léo Stronda desloca o sentido arraigado na história da monstruosidade e situa essa nova compreensão em meio ao arsenal simbólico da cultura *fitness*. Isso ocorre porque na cultura contemporânea o corpo masculino hipertrofiado externa “hipermasculinidade”, dando ao seu portador um reconhecimento de uma virilidade que o diferenciaria de outros homens, evidenciando assim sua dita superioridade na relação com outros homens, especialmente os considerados frangos.

Entra em cena uma nova dinâmica de moralização. A cultura *fitness* como promotora de uma saúde performática produz um conjunto de demonizações de determinadas comidas, corpos e condutas. Desse modo, a possibilidade de aceitação pessoal e coletiva parece estar sendo cada vez mais vinculada nesse contexto não apenas à transformação corporal, mas sobretudo ao conjunto de mudanças de hábitos e comportamentos realizados pelos indivíduos. O corpo-monstro é menos uma forma física do que um estilo de vida. É a forma física de um estilo de vida, mas também de masculinidade normalizada.

Procuramos explorar como Léo Stronda e seus jovens seguidores dão sentido a seus próprios corpos e trajetórias, ao mesmo tempo em que buscam por meio de representações midiáticas dos corpos de outros homens o estímulo para a conquista de seus próprios objetivos. Dessa forma, estão engajados na tarefa de entender como eles são posicionados como homens por essas imagens, e os tipos de masculinidades disponíveis para eles. Esse foco na construção de significado é importante para entender a intersecção de projetos, práticas e identidades a partir da perspectiva dos próprios atores sociais, suas falas e comentários. O monstro *fitness* é aquele que apresenta em “sua carcaça”, parafraseando Léo Stronda, os resultados do processo de crescimento da massa corporal. Portanto, não há limites para o monstro, pois a lógica contemporânea de gestão de si institui uma busca por alta performance.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter**. New York: Routledge, 2011.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

COHEN, Jeffrey Jerome. A cultura dos monstros: sete teses. In: COHEN, Jeffrey Jerome (Org). **Pedagogia dos monstros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CONNELL, Robert; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito.

Estudos Feministas, v. 21, n. 1, p. 241-281, jan./abr. 2013.

COSTA, Jurandir Freire. **O vestígio e a aura: Corpo e Consumismo na Moral do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

EHRENBERG, Alain. **O culto da performance**. São Paulo: Ideias & Letras, 2010.

FEATHERSTONE, Mike. The body in the consumer culture. *In*: FEATHERSTONE, Mike.

HEPWORTH, Mike; TURNER, Bryan (Eds.). **The body**. London: Sage, 1991. p. 170-196.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade do saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GIL, José. **Monstros**. Lisboa: Relógio D'água, 2006.

GOLDENBERG, Mirian; RAMOS, Marcelo Silva. A civilização das formas: o corpo como valor. *In*: GOLDENBERG, Mirian (Org.). **Nu & vestido**. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 19-40.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque; COELHO, Fernanda Marina Feitosa; DIAS, Tainah Biela. Fake news acima de tudo, fake news acima de todos: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”. **Correlatio**, v. 17, n. 2, p. 65-90, dez. 2018.

ROSE, Nikolas. **A política da própria vida**. Petrópolis: Vozes, 2014.

ROSE, Nikolas. **Inventando nossos selfs**. Petrópolis: Vozes, 2011.

SABINO, César; LUZ, Madel. Forma da dor e dor da forma: significado e função da dor física entre praticantes de bodybuilding em academias de musculação do Rio de Janeiro. **Physis**, v. 24, n. 2, p. 467-490, 2014.

SHILLING, Cris. **The body and the social theory**. London: Sage, 1993.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

Igor Sacramento é doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ, sendo professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fiocruz. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Danielle Ramos Brasiense é doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ e professora do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da UFF. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Julio Cesar Sanches é doutorando em Comunicação e Cultura pela UFRJ, mestre em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense, professor substituto do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da UFBA (IHAC/UFBA). Bolsista CAPES. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Edição v. 39
número 2 / 2020

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 39 (2)
ago/2020-nov/2020

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

“O livro tem que deixar espaços para dúvidas”: livro-reportagem e comprovação das verdades

“The book must leave space for questions”: Report book and proof of the truths

ALEXANDRE ZARATE MACIEL

Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – Imperatriz, Maranhão, Brasil.
E-mail: alexandremaciel2@gmail.com. ORCID:0000-0003-0397-4954.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MACIEL, Alexandre Zarate. “O livro tem que deixar espaços para dúvidas”: livro-reportagem e comprovação das verdades. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 2, p. 178-190, ago./nov. 2020.

Submissão em: 12/09/2019. Revisor A: 19/10/2019; Revisor B: 29/02/2020; Revisor A: 17/03/2020. Aceite em: 18/03/2020

DOI – <http://doi.org/10.22409/contracampo.v39i2.36365>

Resumo

A proposta deste artigo é entender como alguns jornalistas escritores de livros-reportagem brasileiros comprovam para os seus leitores as informações apresentadas em suas obras. Simula-se um debate entre os pesquisadores do livro-reportagem como Lima (2009), Vilas Boas (2006), Rogé Ferreira (2004) e Catalão Jr. (2010), somado aos depoimentos dos jornalistas escritores Fernando Moraes, Lira Neto, Daniela Arbex, Caco Barcellos e Zuenir Ventura, coletados pelo autor deste artigo. Os entrevistados ponderam sobre as peculiaridades da busca da verdade em condições diferenciadas de produção de reportagens para o formato livro. A conclusão aponta para a necessidade de uma autoanálise constante dos jornalistas escritores com relação às possíveis contradições dos entrevistados e das fontes documentais.

Palavras-chave

Jornalismo; Livro-reportagem; Comprovação da verdade; Biografias.

Abstract

The purpose of this article is to understand how some Brazilian journalists who write report books explain to their readers the information presented in their works. A debate is simulated between the researchers of the book-report such as Lima (2009), Vilas Boas (2006), Rogé Ferreira (2004) and Catalão Jr. (2010), added to the statements of journalist writers Fernando Moraes, Lira Neto, Daniela Arbex, Caco Barcellos and Zuenir Ventura, collected by the author of this article. Respondents ponder the peculiarities of the search for truth in different conditions of producing reports for the book format. The conclusion points to the need for constant self-analysis by journalist writers regarding the possible contradictions of the interviewees and the documentary sources.

Keywords

Journalism; Report books; Proof of the truth; Biographies.

Introdução

Ao escrever um livro-reportagem, o jornalista escritor lida com condições peculiares de produção. Conta, teoricamente, com mais tempo para vasculhar e cotejar documentos e entrevistar, com paciência e retornos, um grande número de fontes que pode chegar a mais de uma centena. Também tem mais espaço para abordar assuntos distanciados do factual, podendo até produzir trilogias ou quintologias, além de exercitar supostas liberdades de escolha temática e angulação. Todas essas vantagens podem sugerir que o livro-reportagem está imune de apresentar, na obra que chega ao leitor, visões contraditórias ou interpretações enviesadas sobre os personagens biografados ou acontecimentos históricos.

A proposta deste artigo é projetar, em uma análise conteudista interpretativa e em perspectiva de debate, as visões dos pesquisadores acadêmicos que produziram teses de doutorado a respeito do livro-reportagem no Brasil, como Lima (2009), Vilas Boas (2006), Rogé Ferreira (2004) e Catalão Jr. (2010). O mosaico interpretativo conjunto completa-se com os depoimentos dos jornalistas escritores Lira Neto (biógrafo do ex-presidente Getúlio Vargas e da cantora e compositora Maysa); Fernando Moraes (*Olga, Chatô*); Zuenir Ventura (*1968: o ano que não terminou, Cidade partida*); Daniela Arbex (*Holocausto Brasileiro, Cova 312*) e Caco Barcellos (*Rota 66 e Abusado*), entrevistados por Maciel (2018). Nas entrevistas, eles tratam sobre os dilemas jornalísticos de apresentação de uma ou múltiplas verdades a respeito de personagens biografados ou problemáticas contemporâneas abordadas nas obras.

Parece transparecer, a partir da reflexão acadêmica e dos depoimentos dos jornalistas escritores, coletados com o método da entrevista qualitativa em profundidade, que o contraditório também assusta na produção de um livro-reportagem. Não é possível oferecê-lo em uma nova reportagem no dia seguinte ou no próximo minuto. Colocar vários discursos em contraste no texto final ajuda, mas, diante de incertezas, já que contam com o tempo como aliado, os repórteres entrevistados preferem seguir em busca de novas evidências que a imprensa não ofereceu dentro dos seus limites de produção.

Outra problemática: as lembranças das fontes, externadas em longas entrevistas, podem ser embaçadas pela confusão de informações. Cabe aos jornalistas escritores orquestrarem os discursos em linhas de força que equilibrem o direito inalienável de todos expressarem as suas opiniões, em um trabalho que envolve, muitas vezes, um processo de autoanálise das decisões do repórter escritor. Estratégia típica é voltar várias vezes aos entrevistados para ver se, confrontados com as mesmas perguntas, eventualmente irão mudar de ideia. A postura honesta do autor para com o seu leitor, esse parceiro essencial, diante das inevitáveis lacunas históricas, é sempre a de compartilhar suas dúvidas e estar aberto a novos trabalhos jornalísticos que vão ou não saná-las no futuro. Estas e outras questões estão no centro do debate proposto por este artigo.

“Acho que o leitor tem que compartilhar de sua dúvida”

O professor Catalão Jr. (2010, p. 235) percebe um ponto comum em sua análise discursiva de 18 livros-reportagem mais vendidos no período de 1966 a 2010¹: “Raramente se encontram dúvidas, indefinições ou inquietações do autor, seja quanto aos acontecimentos relatados, às teses defendidas ou às informações que as sustentam e ao processo por meio do qual elas foram obtidas”. O pesquisador constata nas obras dos jornalistas estudados a predominância de um “tom de segurança e de certeza”, tanto quanto a “eficácia epistemológica” da reportagem, quanto “em relação a si mesmo e à própria competência como produtor de um saber” (idem). Em um sentido propositivo, Catalão Jr. recomenda caminhos para o jornalista escritor:

1 Entre os livros mais vendidos estão *Olga* (1985) e *Chatô, o rei do Brasil* (1994), de Fernando Moraes; *1968: o ano que não terminou* (1989), de Zuenir Ventura; *A ditadura envergonhada* e *A ditadura escancarada* (2002), de Elio Gaspari; e *A viagem do descobrimento* (1998), de Eduardo Bueno.

Pode-se, por exemplo, abrir mão da questionável e duvidosa onisciência em prol de um narrador que não seja apresentado como portador de verdades absolutas (...). Como sustentar seriamente a compreensão unidimensional e univocal da realidade, a postulação de um saber inequívoco e completo e a pretensão à verdade absoluta inerentes à figura do narrador onisciente? Como ignorar a diversidade de perspectivas, vozes e definições sociais a partir das quais é possível relatar um acontecimento ou abordar uma situação? Como negligenciar a constatação de que o discurso jornalístico, como qualquer outro, não reproduz a realidade “como ela é”, mas apenas a representa sob determinado(s) ponto(s) de vista? Caso reconheça a validade e a relevância de questionamentos como esses para sua prática profissional e discursiva, pode ser proveitoso ao repórter estabelecer um diálogo mais amplo com gêneros e autores do campo literário, visando a identificar técnicas e procedimentos que lhe permitam expressar mais adequadamente sua maneira de compreender o jornalismo e o mundo que ele propõe representar (CATALÃO, 2010, p. 176).

Jornalistas escritores de livros-reportagem entrevistados por Maciel (2018) relatam que se depararam algumas vezes com versões díspares a respeito de passagens específicas, por exemplo, dos seus biografados. Lira Neto (2016, informação verbal) diz que quando estava fazendo entrevistas para o livro *Maysa: só numa multidão de amores* (2007), a respeito da cantora e compositora, às vezes “conversava com três pessoas sobre o mesmo assunto e tinha três versões diferentes sobre o mesmo episódio”. Para tentar superar as controvérsias, primeiro buscava a “luz de alguma documentação”, mas, se esta não fosse suficiente, na narrativa definitiva “oferecia ao leitor a oportunidade de conhecer as três versões. Então segundo fulano foi assim, segundo fulano foi assado e segundo ciclano não foi assim nem assado” (idem). Refletindo melhor sobre este procedimento de definição da verdade, Lira Neto explica na mesma entrevista:

Então aí é que está, é outra coisa que a gente tem que entender. Às vezes o biógrafo sente a necessidade de resolver tudo, fechar todas as arestas. Não, acho que o leitor tem que compartilhar da sua dúvida, acho que o livro tem que deixar espaços para exatamente isso. Até aqui se conhece, a partir daqui não se conhece e fazer o leitor também compreender que essa lacuna, às vezes é inevitável e eterna, jamais, nunca se saberá ao certo o que foi que ocorreu. Mesmo porque também, mais uma coisa importante na conversa é que toda a narrativa histórica, cotidiana, toda narrativa é uma reconstrução. Ela nunca é o fato em si. E isso por um motivo absolutamente claro, não é? De que os fatos não existem por si só, eles existem filtrados a partir do nosso olhar. Então quando dizem assim: “Ah, o biógrafo, o historiador está”... quando eu vejo alguém dizer: “Ah, tem um livro aqui, tudo verdade”. Qual verdade, cara pálida? Não existe isso, não é? Então...o que a gente tem que perseguir como pesquisador, como jornalista, como historiador, seja o que for, é a busca incessante de algo que se convencionou chamar de fato. Mas sabendo que essa busca tem alguns impeditivos inevitáveis pelo próprio processo de busca. E você vai estar sempre fazendo essa reconstrução de um fato a partir de determinadas fontes, a partir de determinados olhares. Então isso não é um problema da biografia, isto é um problema da pesquisa histórica em si (LIRA NETO, 2016, informação verbal).

Outro desafio enfrentado por Lira Neto foi elaborar a biografia, em três volumes, do ex-presidente Getúlio Vargas. No texto explicativo intitulado “Este Livro”, que faz parte do primeiro volume da trilogia *Getúlio* (2012, p. 526), o autor deixa bem claro a sua concepção sobre o olhar jornalístico-biográfico: “De fato, sempre me inquietou o fato de Getúlio nunca ter sido alvo de uma biografia jornalística exaustiva, moderna, cuidadosa no trato com as fontes primárias, atenta à abundância de estudos acadêmicos a respeito do período”. Logo à frente, ele relata a sua ambição de não cair na armadilha do “impressionismo da maioria dos relatos biográfico-jornalísticos já publicados sobre o personagem” (idem). Ciente da complexidade do seu biografado, Lira Neto também afasta qualquer pretensão de oferecer uma biografia definitiva, mesmo em três volumes: “Em se tratando de Getúlio, muitas perguntas permanecem sem resposta. Este livro não se propõe a eliminá-las esgotá-las, ou resolvê-las em definitivo, mas, antes, oferecer novas contribuições, elementos e possibilidades ao debate” (idem).

No mesmo texto, Lira Neto diferencia o seu trabalho de biógrafo jornalista daquele já desenvolvido a respeito de Getúlio Vargas, por um lado, pelos seus biógrafos oficiais e, por outro, pelos historiadores do período. Quanto aos primeiros, considera que eles "se encarregaram de traçar uma espécie de hagiografia – caudalosa e laudatória – do ex-presidente. No flanco oposto apostaram na total desconstrução do biografado. Nesse embate, apologistas e detratores forçosamente se anulam, pela parcialidade dos sinais contrários" (LIRA NETO, 2012, p. 526). Já quanto aos historiadores, Lira Neto pondera que eles "escreveram perfis biográficos tão sintéticos quanto fundamentais" (idem). E complementa, em sentido comparativo, qual a sua verdadeira definição de biografia jornalística quando compara o seu trabalho com estes pesquisadores: "Pela especificidade dos seus trabalhos, deliberadamente passaram ao largo da percuciência do detalhe, da dimensão estética da narrativa e da investigação quase arqueológica de esfera privada, matérias-primas de uma biografia jornalística" (LIRA NETO, 2012, p. 527).

Para dar conta do seu projeto diferenciado, Lira Neto relata aos seus leitores a atenção às fontes primárias, base para a busca de uma verdade sobre Getúlio Vargas. "Durante dois anos e meio, percorri diferentes cidades brasileiras, em busca de documentos, jornais de época, objetos, publicações raras, depoimentos, filmes, músicas e fotografias, qualquer pista que me ajudasse a contar a história de Getúlio" (LIRA NETO, 2012, p. 527). Trata-se de um cabedal de documentos invocado pelo escritor como comprovação do seu esforço para chegar próximo à descrição mais fidedigna do ex-presidente. Apenas no arquivo pessoal de Getúlio Vargas, segundo Lira Neto (2013, p. 494), "existem nada menos de 4679 entradas entre os anos de 1930 e 1945, cada uma delas correspondendo a um conjunto próprio de documentos manuscritos, audiovisuais ou impressos". Já o famoso diário do biografado envolveu a leitura atenta do biógrafo de "treze cadernos, que quando foram publicados em forma de livro resultaram, juntos, em mais de 1200 páginas" (idem).

Teóricos de múltiplos campos entendem que a sociedade contemporânea enfrenta uma crise de sentido praticamente crônica e de superação pouco visível nos próximos anos. Fica patente, nas óticas dos autores expostos neste artigo, que o jornalismo, apesar da propalada ameaça das redes sociais, ainda mantém o seu papel de representação, interpretação e mesmo construção da realidade, ainda mais em obras de fôlego como os livros-reportagem. Profissionais ou organizações produtoras de informação que se encastelam na visão cartesiana de que apresentam a única versão possível dos acontecimentos não contribuem efetivamente para a construção coletiva de uma realidade democrática.

"Quando a pessoa põe A biografia, desconfie"

Ao estudar a obra de biógrafos brasileiros², Vilas Boas (2006, p. 126) também percebe criticamente que "um véu de verdade absoluta encobre as biografias, a visão dos jornalistas-biógrafos e a percepção de resenhistas e prefaciadores". E, logo em seguida, propõe o questionamento que ele mesmo responde: "O biógrafo pode atingir a verdade sobre o biografado? Pode-se recompor, filosoficamente falando, a totalidade da vida de um indivíduo pela escrita? Acredito que não" (idem). Mesmo assim, o autor aponta para "uma certa tradição biográfica estabelecida, um modelo tácito que opera com uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem dúvidas" (idem).

Vilas Boas (2006, p. 126) acredita que, assim como no campo da História, que tem se colocado contemporaneamente como "uma resposta provisória sobre o passado", o relato jornalístico-biográfico "também transporta a carga de seu autor, suas impressões pessoais, sua formação, sua história, sua vida, seus compromissos com a sociedade que o formou e consigo". Outro ponto percebido pelo pesquisador

2 Em sua tese de doutorado, Sérgio Vilas Boas estudou as biografias *JK, o artista do impossível*, de Cláudio Bojunga (2001), *O anjo pornográfico, a vida de Nelson Rodrigues*, de Ruy Castro (1992). *Fidel Castro, uma biografia consentida*, de Cláudia Furiati (2002) e retomou o olhar já iniciado em seu mestrado sobre *Chatô, o rei do Brasil*, de Fernando Moraes (1994), *Mauá, Empresário do Império*, de Cláudio Bojunga (1995) e *Estrela Solitária, um brasileiro chamado Garrincha*, de Ruy Castro (1995).

(2006, p. 131) é que, fruto de apuração exaustiva, reunindo incontáveis documentos físicos e centenas de entrevistas orais, várias biografias escritas por jornalistas no Brasil podem parecer, à primeira vista, “superconsistentes sob o disfarce da historiografia, do ensaio literário e da linguagem jornalística ágil, às vezes criativa e instigante”. Porém, em sua perspectiva, o leitor e o pesquisador precisam estar atentos para o fato de que elas podem trazer “mais a retórica da verdade do que a verdade da retórica” (idem).

Vilas Boas (2006, p. 133) acrescenta que uma forma de aperfeiçoar o processo biográfico é estabelecer “um entendimento mais sofisticado sobre a natureza inexoravelmente subjetiva de suas ações e reflexões”. Os biografados, como lembra o autor, não são seres “consistentes, lógicos, simples e diretos como os jornalistas-biógrafos tentam nos fazer crer pela via da ostentação de seus perdidos e achados, seus gigantescos arquivos de informações, suas memórias prodigiosas, suas ideias fixas” (idem).

Analisando as biografias jornalísticas, Vilas Boas (2006) percebe que os jornalistas biógrafos costumam elencar centenas de entrevistados e, às vezes, milhares de páginas de documentos poderiam render vários livros sobre o biografado. Trata-se de defender, nos prefácios e apresentações dos seus livros, o discurso que estão apresentando verdades incontestáveis. Mas alerta para a contradição: “Quantidade é garantia ou álibi? Talvez as duas coisas. O fato é que nós, leitores, não temos acesso à visão de mundo que orientou as movimentações do biógrafo no tabuleiro de xadrez que é o biografismo” (VILAS BOAS, 2006, p. 146).

Não ficam claras, por exemplo, neste contrato com o leitor, quais informações o biógrafo decidiu descartar. Esse fato leva a constatar que “não nos é garantido o direito de conhecer as dúvidas e os impasses que inevitavelmente lhes ocorreram” (idem). Ou seja, na opinião do autor (2006, p. 166), “essa massa bruta, fragmentária e lacunar dos documentos (de todos os tipos e formas) é passível de explicitação pelo eu-convincente rumo à maior transparência”. Tal estratégia narrativa acaba muitas vezes não sendo adotada sob a alegação de que só se está apresentando, sem julgamentos, os vários aspectos de uma vida situada no seu tempo.

Para Vilas Boas (2006, p. 138), os jornalistas esboçam “percepções (racionais e sensoriais) sobre alguém”, já que os biografados “estão ou estiveram ali, antes de qualquer reconstrução que se possa fazer deles”. O pesquisador recomenda que os jornalistas biógrafos possam “romper com suas obrigações cartesianas e assumir-se verdadeiramente como sujeito no mundo, sujeito do sujeito em foco e sujeito assumido (declaradamente presente) no mundo de sua narrativa” (idem). E defende mais claramente um processo de autoanálise do jornalista, comungado com os leitores:

Ora, não existe nenhuma regra declarada ou subentendida que impeça o jornalista-biógrafo de dar transparência à sua narrativa pela inclusão (pertinente, sensata, comedida) de suas dúvidas, suas escolhas, seus conflitos, seus impasses, suas vivências ao longo da jornada biográfica; dizer, por exemplo, como se chegou lá e até onde não pôde chegar por causa disso ou daquilo. Mas não uma ou duas linhas no prólogo. Refiro-me a expor-se no contexto daquilo que se narra, a fim de imprimir franqueza e liberdade de espírito (VILAS BOAS, 2006, p. 146).

Fernando Morais (2016, informação verbal), que lida constantemente com o material histórico em suas obras, como em *Olga* (1985), *Chatô* (1994), *Corações Sujos* (2000) e *Os últimos soldados da Guerra Fria* (2011), invoca, em entrevista a Maciel (2018), o amuleto das entrevistas em profundidade e a repetição constante das mesmas. Elas seriam uma forma de chegar a uma interpretação mais plausível da verdade nas suas obras. Assim, essas entrevistas, em sua concepção, devem ser “loongasse, se for o caso, voltar a falar com o entrevistado duas, três, quatro, cinco vezes se precisar” (MORAIS, 2016, informação verbal). Esta prática ajudaria a aprofundar no sentido das contradições, mas não garante uma interpretação única, final e incontestável dos fatos apurados, como comentou na mesma entrevista:

Quando eu lido com o choque frontal de informações que eu não tenho como apurar qual das duas versões é correta eu dou as duas. No caso do Chatô [o rei do Brasil] essa

coisa aconteceu várias vezes. Tinha coisa que contavam e a pessoa jurava não, eu juro, eu vi, o outro também. Eu punha o quê? Punha os dois lados. Então é muito... Você vai encontrar em vários livros meus isso, de dizer: fulano assegura que o professor fez isso, assim, assim, muito embora beltrano, que também estivesse na cena, tenha uma versão diferente. Eu acho que isso, ao contrário de revelar uma fragilidade do autor, ou uma incapacidade de descobrir o que é certo, acho que é honestidade. O leitor vai saber que não é uma coisa óbvia. E outra coisa: o que que é o olhar? Se colocar nós dois para cobrir o mesmo fato. Um sujeito esfaqueou a amante aqui na rua. Você trabalha para um jornal, eu trabalho para outro. Nós vamos para lá, falar com as mesmas pessoas, ver o mesmo cadáver, tudo. Mas sua história pode ser completamente diferente da minha. O que é que são os evangelhos senão quatro reportagens escritas sobre o mesmo tema por quatro autores diferentes? Sabe? O pauteiro da época botou quatro repórteres para cobrir. Mas é isso, são olhares diferentes. São olhares diferentes. É o copo meio vazio e meio cheio. (MORAIS, 2016, informação verbal).

Diante de reflexões acarretadas por anos de prática jornalística em jornais, revistas, livros e, agora, internet, Fernando Morais diz, em entrevista a Maciel (2018), não acreditar que exista uma biografia definitiva: “Quando a pessoa põe A biografia, desconfie”. Em certa ocasião, Morais estava com a sua filha em uma grande livraria de Nova York e, ao procurar mostrar para ela onde estava a tradução de *Olga*, acabou sendo informado por uma funcionária que não havia só uma prateleira específica para biografias, mas sim um andar inteiro. Ele relata: “E eu fui, tinha o *Olga* e tal, mas uma coisa me chamou a atenção. Naquela época eu contei 19 ou 20 biografias diferentes da Jackeline Kennedy. Então é muita pretensão, muita arrogância, muita soberba, alguém dizer que biografia é definitiva” (MORAIS, 2016, informação verbal).

No próprio prefácio de *Olga*, Fernando Morais (1993, p. 15) busca adotar um posicionamento sincero com relação aos seus leitores, afirmando: “Este livro não é a minha versão sobre a vida de Olga Benário ou sobre a revolução comunista de 1935, mas aquela que acredito ser a versão real desses episódios”. E, logo após, complementa, comentando sobre possíveis incorreções: “Qualquer incorreção que for localizada ao longo desta história, entretanto, deve ser debitada exclusivamente a minha impossibilidade de confrontá-la com versões diferentes” (idem). Morais prefere deixar patente para o leitor que a interpretação jornalística da história envolve um caminho tortuoso; “E certamente haverá incorreções, até porque eu próprio cheguei a avançar investigações a partir de versões aparentemente verdadeiras, mas que depois seriam desmentidas por novas pesquisas ou entrevistas” (idem). Assim, nos casos insolúveis, ressalta o compromisso que assume com o leitor: “E houve, ainda, situações em que, colocado diante de versões contraditórias sobre determinado episódio, fui levado por investigações e evidências a optar por uma delas” (MORAIS, 1993, p. 17).

Nutrir essa utopia saudável no campo do jornalismo, consolidado historicamente como narrador e interpretante da realidade, com potencial de construí-la, depende bastante da experiência dos jornalistas escritores. Em seus trabalhos mais individuais, eles precisariam estar dispostos a transcender a crise narrativa com criatividade, honestidade e transparência na sua relação com o público leitor. As entrevistas com jornalistas escritores sintetizadas neste artigo indicam que todos aparentam ter consciência do papel que exercem na construção social da realidade em seus livros, embora possam não deixar tão patente nas páginas internas das suas obras, além dos muros dos prólogos e apresentações, como percebeu Vilas Boas (2006).

“Esse choque eu tenho que revelar para o leitor”

Na concepção de Lima (2009, p. 85), o jornalista autor de livros-reportagem deve aproveitar certas vantagens que contam no seu processo de produção, como o fato de não precisar “girar em torno da factualidade, do acontecimento”. Assim, poderá exercitar o vislumbre de “um horizonte mais elevado penetrando na situação ou nas questões mais duradouras que compõe um terreno das linhas de força

que determinam os acontecimentos”. Esta abordagem mais consciente dos acontecimentos, personagens e problemáticas, relatadas em um livro-reportagem, deveriam, segundo Lima, ambicionar um enfoque mais “contextualizador, dinâmico, integral” (idem). Assim como os demais pesquisadores sobre livros-reportagem no Brasil, Lima sugere ao jornalista escritor:

Ao contrário do jornalismo cotidiano, o livro-reportagem moderno ensaia introduzir, em seu enfoque, uma lente que passa a observar a realidade na dimensão ampliada perceptível pela ciência moderna. Não se trata mais da visão reduzida do cartesianismo, mas sim da incorporação de óticas modernas abrangentes. Nem se trata do mergulho no imaginário como fantasia ou ficção, mas como elementos que ajudam a explicar o real num contexto total, sistêmico. O jornalismo não deixa de abordar o real, não se confunde com a ficção. Mas nega que o real seja apenas sua porção mais aparente, visível, concreta, material. Quando a ciência avança para horizontes mais sutis de percepção, por que o jornalismo deveria permanecer restrito a um campo de visão míope, em termos modernos? Por que não deveria encontrar os pontos de confluência entre o real visível e aquele menos tangível que se insinua camuflado, tímido e fugidio, por detrás dos acontecimentos concretos? Por que não poderia perceber sistemicamente a ordem hierárquica que permeia toda a existência? (LIMA, 2009, p. 131).

Lidando com temas contemporâneos em livros como *Chico Mendes: crime e castigo* (2003), *1968: o ano que não terminou* (1988) e *Cidade partida* (1994), o jornalista e escritor Zuenir Ventura (informação verbal, 2016), diz, em entrevista a Maciel (2018), apostar na imersão nos ambientes como uma das suas principais estratégias para compreender uma determinada realidade. Aos 62 anos, quando desenvolvia a pesquisa de campo para o último livro citado, Zuenir Ventura mergulhou em um baile funk na comunidade de Vigário Geral, conforme comentou na entrevista: “Fui para o baile funk e ali era o meu olhar, o olhar do cronista. Para mim foi uma experiência existencial que eu não falo profissional, mas foi incrível, porque imagina, eu moro aqui há 30 minutos de Vigário Geral e é um outro universo, totalmente diferente” (VENTURA, informação verbal, 2016). O jornalista confessa que resistiu à tentação de “alugar um casebre” na região que visitava constantemente, pois, na sua concepção, isso seria “falsear um pouco” (idem). Esta atitude representa a sua preocupação no sentido da apresentação de uma verdade ao leitor que segue a sua trajetória de imersão: “Quer dizer, eu não sou daqui, eu sou de Ipanema, pô. E esse choque realmente eu tenho que revelar para o leitor, não fingir que estou achando tudo natural, estou morando aqui, tudo é natural” (VENTURA, 2016, informação verbal).

Zuenir Ventura (2016, informação verbal) argumenta que no papel de entrevistador, evitou adotar uma postura que considera comum em muitos casos, no jornalismo, do “pecado da soberba, quando não da arrogância”. Em *Cidade partida* o jornalista entrevistou em profundidade um líder do tráfico. “Fui patrulhado na entrevista do Flávio Negão. Pô, entrevistar um traficante, um bandido. Eu dizia: ‘Não, olha, eu queria saber o que se passa na cabeça de um bandido, de um traficante’. Nas cabeças normais mais ou menos eu sei” (VENTURA, 2016, informação verbal). Nesta difícil relação, que durou três noites de entrevistas com o criminoso, Zuenir conta que seu maior temor era se o seu personagem seria sincero. “E acabou sendo, porque ele dizia as coisas com a maior tranquilidade. Eu fiquei três noites ouvindo o Flávio Negão dizendo como é que ele matava, como é que torturava, como é que...foi uma dificuldade” (VENTURA, informação verbal, 2016). Zuenir conclui que sempre procurou adotar uma posição de respeito com relação a qualquer entrevistado, “não como uma virtude, mas como uma obrigação profissional” (idem). Refletindo sobre um dos principais mitos da profissão, o autor lembra que o cineasta francês Jean Luc Godard dizia que “até a câmera é de direita ou esquerda”. E complementa com uma reflexão pessoal sobre a busca da veracidade:

Então essa objetividade, essa coisa, que foi um dos mitos da imprensa dos anos [19]60 é... não é alcançável, mas ela precisa ser perseguida. Não vai ser isento total, agora você tem que procurar isso, você tem que respeitar a opinião do outro. Essa é,

"O livro tem que deixar espaços para dúvidas": livro-reportagem e comprovação das verdades

coniliar essa é a minha opinião, esse é o meu ponto de vista, mas não quer dizer que seja O ponto de vista. Enfim, só para dizer que a apuração você nunca terá a apuração perfeita, porque, enfim, está falando de gênero humano e com um material que é material, enfim, uma carga de subjetividade muito grande, de opinião e tal (VENTURA, 2016, informação verbal).

Entre os jornalistas que se dedicam a elaborar livros-reportagem, Daniela Arbex é uma das que mais adota um tom confessional com relação aos seus processos investigativos no corpo do texto dos seus livros. Em *Holocausto brasileiro* (2013), trata da situação de insalubridade e morte de milhares de internos do Hospital Colônia, em Barbacena. E, em *Cova 312* (2105), utiliza a própria documentação produzida pelo governo militar para comprovar que o ex-guerrilheiro Milton Soares não cometeu suicídio em sua cela de prisão, mas sim, foi assassinado em uma sessão de tortura prévia. Em ambas as obras, a jornalista assume a narrativa em primeira pessoa em algumas páginas para relatar os bastidores das reportagens. Por isso, o temor de cometer algum erro de interpretação, mesmo com entrevistas que podem ocorrer até cinco vezes com uma mesma fonte, levou Daniela Arbex a adotar uma prática que é tabu no jornalismo:

Sempre quando eu publico um livro... não posso mandar um texto para um entrevistado, porque vai que ele enlouquece e publica, enfim. Mas eu sento e leio com todos os personagens antes de sair, a parte deles. Leio a parte deles. A parte deles eu leio, o texto todo. Por quê? Porque eu quero que a pessoa se sinta representada. Então eu não tenho o menor pudor, isso não me incomoda em nada. Eu amaria fazer uma surpresa pra pessoa, mas vai que a pessoa fale: "Ela errou, isso não sou eu". Ou ela não se sinta representada com aquela história dela. O livro é uma coisa para ficar. Então imagine um erro que vai persistir pra vida inteira. Não, não dá. E o legal é ver como as pessoas reagem, porque as pessoas choram, falam: "Nossa, essa é minha história, como é que você conseguiu?", não sei o quê (ARBEX, 2016, informação verbal).

Mas esse método não isenta a jornalista de alguns questionamentos, como no caso do livro *Cova 312*. Ela se lembra que, ao ler um trecho dos originais para um personagem específico, ocorreu o que ela chama de problema "da pessoa querer ser mais herói do que foi" (ARBEX, 2016, informação verbal). A fonte pediu para alterar alguns trechos que teriam, em sua visão, erros de interpretação de sua conduta. Daniela Arbex (idem) preferiu argumentar que, como não se tratava de um erro de informação, não iria fazer a alteração, utilizando um argumento que envolve o poder autoral de um jornalista. "Então assim: é difícil. Porque eu mudo quando a informação está errada. Agora a forma que eu construí, se a pessoa não gostou, é minha autoria. Não mudo de jeito nenhum" (ARBEX, 2016, informação verbal).

"Se você vai pra rua sabendo tudo, qual é a graça?"

O desafio proposto pelo autor de livros-reportagem às posturas tradicionais do jornalismo praticado em redações, pode ser esgarçado ao ponto de estabelecer uma contundente crítica social. Conforme os estudos de Rogé Ferreira (2004, p. 405), certos autores de livros-reportagem, de cunho mais crítico e social, podem postar-se "nitidamente na luta pela (re) articulação da esfera pública, questionando e rompendo, em algum grau, a verossimilhança das ficções tomadas como realidade pelas verdades hegemônicas e iluminando áreas escuras e desconhecidas".

Rogé Ferreira (2004, p. 411) percebe um certo tipo de jornalista escritor que propõe aos seus leitores "narrativas que apresentam características de uma múltipla leitura da existência, do real e do mundo, entrando simultaneamente em sintonia, internamente entre si mesmas e, para fora, além dos próprios círculos, com obras e contextos históricos passados". Desta forma, a partir de novas percepções de "forma-conteúdo", um livro-reportagem pode, na concepção do autor (2004, p. 362) elaborar "um novo conhecimento do real (reprimido de vários modos)", apontando contradições estruturais da sociedade antes não tão aparentes nos discursos jornalísticos e históricos tradicionais.

Tanto em *Rota 66* (1992) como em seus dois outros livros, *Abusado: o dono do morro Dona Marta*

(2003) e *Nicarágua: a revolução das crianças (1982)*, Caco Barcellos (2016, informação verbal) desafia o receituário da imparcialidade e neutralidade, sempre se colocando na narrativa. Em vários momentos fala de suas angústias, indecisões éticas, formas de aproximação com os personagens nos bastidores, além de analisar o seu papel diferenciado com relação a uma mídia dominante vigente. Essa postura coerente, honesta e constante agrada bastante o leitor, pelo que se pode constatar a partir das várias edições esgotadas nas livrarias (menos do pioneiro *Nicarágua*, mais raro, publicado por uma pequena editora). Para além da sua persona televisiva, que também segue o mesmo caminho de abordagem de temas polêmicos e de dar voz aos anônimos, ele conseguiu consolidar sua personalidade profissional de autor de livros que incomodam, provocam uma reflexão visceral no leitor e seus conceitos arraigados.

No capítulo 31 do livro *Abusado*, o repórter entra na narrativa para deixar claro ao leitor como foi o seu processo de aproximação com os traficantes da comunidade Dona Marta, no Rio de Janeiro, particularmente seu personagem principal, Marcinho VP, chamado de Juliano na obra. O curioso é que o próprio traficante foi quem convocou Caco para uma conversa em seu esconderijo na favela, no período em que estava sendo procurado pela polícia, no final da década de 1990. Foi o início de uma série de contatos clandestinos que culminaram com a proposta de Marcinho VP de que o jornalista escrevesse um livro sobre a sua vida, uma biografia.

No livro, Caco Barcellos revela a sua contrapartida para o personagem, propondo uma obra não sobre ele, mas a respeito da quadrilha inteira e do modo de operação do sistema de tráfico no morro em todos os seus detalhes. Diante do aceite, o repórter começou a perceber os limites que enfrentaria ao abordar o mundo e as vidas de “personagens fora-da-lei, condenados e foragidos da justiça. Era sem dúvida um desafio cheio de implicações éticas, morais e legais” (BARCELLOS, 2003, p. 459). Ou seja, o jornalista aceitou, com consciência, a incumbência de relatar – revendo os conceitos pré-concebidos ou sensacionalistas – os acervos de conhecimentos daqueles personagens, suas relações intersubjetivas e formas particulares de representação social.

Ainda no capítulo 31, o repórter relata que teve que estabelecer contratos tácitos com os seus vários personagens para não incorrer em deslizes éticos no papel de jornalista e cidadão. Desde o início, deixou claro para todos os entrevistados que não queria saber dos planos criminosos futuros ou do presente, o que o tornaria imediatamente cúmplice. Apenas estava interessado nos relatos do passado. Quem estivesse vivo no lançamento do livro seria identificado sob pseudônimo e quem já tivesse morrido teria seu nome verdadeiro revelado.

Mesmo assim, Caco Barcellos percebeu muita relutância nas primeiras entrevistas. Ela só foi superada depois que o jornalista escritor adotou a estratégia de começar o livro entrevistando parentes e amigos de pessoas envolvidas no tráfico que já haviam morrido. A tática lhe permitiu reconstituir com precisão todo histórico de guerras que marcava aquela comunidade. A partir de então, ele ganhou confiança dos sobreviventes e passou a coletar depoimentos de uma perspectiva mais privilegiada do que um repórter de redação da editoria de Polícia. Pouco antes da publicação do livro, já na prisão, Marcinho VP pediu uma leitura antecipada e o autor negou, alegando que já havia submetido à sua análise a transcrição de todas as suas entrevistas, que somavam quase 300 páginas. Acrescentou que agiria da mesma forma se estivesse fazendo um livro a respeito do presidente da república.

Em entrevista a Maciel (2018), Caco Barcellos ponderou que é impossível ler o mundo de forma maniqueísta; “Quanto mais você apura e bem apura e com esse peito aberto, aberto para se surpreender, fica mais legal, pois se você já vai pra rua, entre aspas, sabendo tudo, qual é a graça? Você já vai com uma tese, com uma teoria, aí perde a graça, não é? O legal é você se surpreender” (BARCELLOS, 2016, informação verbal). Ele acrescentou que, seja em qualquer mídia que trabalhe, seu momento preferido é o da captação, principalmente encontrando personagens em comunidades pouco focadas pelos meios de comunicação. “É ficar conversando, conquistando a confiança reciprocamente, e aí nas áreas mais distantes, onde imprensa não circula, a gente recebe como rei, como rainha, você está na cama com a

pessoa, sentado, tomando um café junto com eles, muito legal isso" (idem). Por fim, sobre o processo de depuração do que foi apreendido em um território de tanta alteridade, Caco Barcellos comentou na mesma entrevista sua técnica para estabelecer uma narrativa no livro-reportagem próxima e fidedigna ao que encontrou no calor da vida real:

E eu construí todo o Abusado em cima das falas das pessoas. E ir no morro me facilita muito, porque a gente quando está apurando eu tento entender primeiro as histórias, resumir, manchetear, depois eu vou na minúcia. E com eles, naturalmente, eles já te dão o romance pronto. Ele não diz "Ó: você não sabe, essa minha noite foi uma das piores do mundo. Eu nunca sofri tanto na vida. Não, ele fala assim (imitando o jeito do malandro falar): "Ó aí, oito horas da noite. Estou sentando aqui na saala. Não acredito. É...e pá, vai falando. Ih, um tiro, não é, um moleque". Até chegar na história quase cinco horas depois você já teve uma noite emocionante. Até chegar no tiroteio real ele passa, diálogo direeeto. "Aí sujou, polícia, bateu na minha porta. Polícia o carraaaalho, está entendendo, você é alemããã e eu continuava com a minha namorada e tal, mandando ver com a namorada e o cara gritando. Para essa porra, que polícia, que alemão?". E fica o diálogo. E você provocando mais. Alguém, teve uma voz de mulher, que eu não sei quem. Como não sabe? De que lado veio? Já queria ir atrás da voz da mulher no dia seguinte, é um processo sem fim. (BARCELLOS, 2016, informação verbal).

Ao lidar com realidades de violência e opressão ao ser humano – e mesmo de choque de valores –, Caco Barcellos parece encarar um desafio que poderia até mesmo ser mal interpretado pelo público final, o leitor. É comum a visão preconceituosa em relação a jornalistas de Polícia, nutrida inclusive por colegas repórteres de outras áreas, de que eles estariam dando voz a criminosos. Perspectiva que acabou não se concretizando no caso da obra em livro de Caco Barcellos, já que houve boa acolhida nas livrarias e por parte da crítica.

Elementos para uma possível conclusão

Mesmo talvez sem conhecer plenamente os meandros teóricos que marcaram a superação da teoria da verdade como correspondência para a teoria consensual da verdade, os jornalistas escritores entrevistados por Maciel (2018) parecem estar atentos às concepções de construção do real articuladas pelo jornalismo. Assim, estariam estimulando um processo coletivo de aprendizagem e emancipação do leitor que, com eles, comungam aquela interpretação proposta na obra. Todas as etapas de elaboração de um livro-reportagem podem ter como ponto central essa reflexão calcada no impacto que aquela obra apresentará perante a comunidade interpretativa. Uma observação e busca de entendimento conjunto do real-histórico em que jornalista escritor e leitor se colocam como parceiros.

Nesse exercício de encontro com o Outro, um dos objetivos é o de captar a vivacidade e a melodia das falas cotidianas. Estar profundamente atento ao silêncio e ainda ao fato de que a fala, assim como os documentos, pode ser camuflada, povoada de elipses enigmáticas. Observam-se bastante os gestos, as atitudes dos personagens e os ambientes onde estão inseridos – uma herança do *new journalism* e de toda uma tradição dos repórteres-cronistas brasileiros. No caso dos biografados, que muitas vezes são pessoas complexas e polêmicas, entrevistas múltiplas e em mosaico interpretativo, precisam traduzir essa riqueza humana. Outra questão mencionada nas entrevistas a Maciel (2018) é a necessidade de atenção constante ao fato de não existir informação desinteressada. A fala de alguém é sempre uma interpretação subjetiva, bem como a chamada voz narrativa do escritor, o que desafia princípios como os da imparcialidade e da objetividade. Sendo a memória escorregadia, é preciso evitar partir a campo com ideias pré-concebidas.

Também é perceptível a sensação de mais liberdade e autonomia durante a elaboração de um livro-reportagem que passa a impressão de que o trabalho como escritor não é tão controlado quanto

nas linhas de força hierárquicas de uma redação. Quando o livro fica pronto, a relação com o público leitor, elemento essencial para uma interpretação coletiva da reconstituição histórica amalhada em muitas páginas, parece mais próxima, menos embaçada pelo véu da instituição jornalística midiática tradicional. Essa sensação de autonomia, entretanto, não é condição única para que as obras nasçam livres de estereótipos, tipificações e reducionismos. Ter mais tempo para entrevistar, comparar e confrontar os argumentos sobre fatos históricos ou personagens narrados não garante, tão somente, que o livro proporcionará uma leitura múltipla e complexa da contemporaneidade. Como o jornalista faz parte do mundo da vida que interpreta, está sujeito à forte carga de valores e crenças que precisa contrabalancear.

Quando falam da construção narrativa dos seus livros, os jornalistas costumam argumentar longamente sobre o espírito e a mensagem central que esperam ver compreendidas por seus leitores. Os biógrafos, particularmente, buscam raciocinar a respeito das fronteiras entre o seu trabalho e o dos historiadores. Ou seja, esses escritores indiciam certo conhecimento, fruto de autorreflexões constantes, dos mecanismos de interpretação e construção da realidade que articulam. Não se trata de um trabalho de autor isolado, original, mas sim de interpretações e mapas de significado comungados com os seus leitores. Ainda que resistam críticas com relação à necessidade de deixar ainda mais explícitas as suas decisões ao longo dos textos, e não só em prefácios e apresentações dos livros.

Referências

ARBEX, Daniela [08/08/2016]. Entrevistador: Alexandre Zarate Maciel. Juiz de Fora, **Tribuna de Minas**. 1 arquivo .mp3 (2h31min).

BARCELLOS, Caco. **Abusado**: o dono do morro Dona Marta. São Paulo: Record, 2003.

BARCELLOS, Caco [09/09/2016]. **Entrevistador**: Alexandre Zarate Maciel. São Paulo: apartamento do entrevistado. 1 arquivo .mp3 (2h07min).

CATALÃO JR., Antônio Heriberto. **Jornalismo best-seller**: o livro-reportagem no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Ciências e Letras) – Universidade Estadual Paulista, 2010.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas**: livro-reportagem como extensão do jornalismo. 4. ed. São Paulo: Manole, 2009.

LIRA NETO, José. **Getúlio (1882-1930)**: dos anos de formação à conquista do poder. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIRA NETO, José. **Getúlio (1930-1945)**: do governo provisório à ditadura do Estado Novo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LIRA NETO, José [17/09/2016]. **Entrevistador**: Alexandre Zarate Maciel. São Paulo: apartamento do entrevistado. 1 arquivo .mp3 (1h52min).

MACIEL, Alexandre Zarate. **Narradores do contemporâneo**: jornalistas escritores e o livro-reportagem no Brasil. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

MORAIS, Fernando. **Olga**: a vida de Olga Benário Prestes, judia comunista entregue a Hitler pelo governo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MORAIS, Fernando [17/09/2016]. **Entrevistador**: Alexandre Zarate Maciel. São Paulo: apartamento do entrevistado. 1 arquivo .mp3 (1h49min).

ROGÉ FERREIRA JR., Carlos Antonio. **Literatura e jornalismo, práticas políticas**: discursos e contra-discursos, o novo jornalismo, o romance-reportagem e os livros-reportagem. São Paulo: Edusp, 2004.

VENTURA, Zuenir [17/08/2016]. **Entrevistador**: Alexandre Zarate Maciel. Rio de Janeiro: apartamento do

"O livro tem que deixar espaços para dúvidas": livro-reportagem e comprovação das verdades

entrevistado. 1 arquivo .mp3 (1h56min).

VILAS BOAS, Sergio Luís. **Metabiografia e seis tópicos para aperfeiçoamento do jornalismo biográfico**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, 2006.

Alexandre Zarate Maciel é professor adjunto do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Imperatriz (MA), doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e especialista nas áreas de livro-reportagem e técnicas de reportagem. Coordenador do grupo de pesquisa Jornalismo de Fôlego, vinculado ao CNPq.